ORGANIZADORAS
Francisca Bezerra de Souza
Luciane Pinho de Almeida

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

ORGANIZADORAS
Francisca Bezerra de Souza
Luciane Pinho de Almeida

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

| São Paulo | 2021 |

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza

Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorensen

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncareli

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbronito
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patricia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thiago Guerreiro Bastos
Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Walter de Carvalho Braga Júnior
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Luis Cardoso Tropiano
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

André Ricardo Gan
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cintia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
*Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fabício Tonetto Londero
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehleret Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Maurício José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Caroline dos Reis Soares
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Lucas Andrius de Oliveira Peter Valmorbida
Imagens da capa	Rawpixel.com - Freepik.com
Revisão	Maria Stela Lopes Bonfim
Organizadoras	Francisca Bezerra de Souza Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E968 Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais. Francisca Bezerra de Souza, Luciane Pinho de Almeida - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 377p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-304-6 (brochura)

978-65-5939-301-5 (eBook)

1. Migração. 2. Refúgio. 3. Políticas públicas. 4. Educação.
5. Saúde. 6. Assistência social. I. Souza, Francisca Bezerra de.
II. Almeida, Luciane Pinho de. III. Título.

CDU: 314.7

CDD: 325

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com

2 0 2 1

Sumário

A produção acadêmica do GEPEMPS.....	13
---	-----------

Prefácio	17
-----------------------	-----------

Capítulo 1

Crianças e adolescentes refugiadas desacompanhadas e separadas e o direito a proteção dos Direitos Humanos	22
---	-----------

Francisca Bezerra de Souza

Capítulo 2

A presença de refugiados em Mato Grosso do Sul e a sua influência no acesso a direitos e garantias fundamentais.....	39
---	-----------

Thainy Gomes da Silva Santos

Cesar Augusto S. da Silva

Capítulo 3

De ser profesor universitario en Venezuela, a ser migrante en el mundo	60
---	-----------

Ramón Alexander Uzcátegui Pacheco

Audy Salcedo

Capítulo 4

Por que você mora na Bolívia e estuda no Brasil? Percepção da região de fronteira pelos estudantes moradores de Corumbá-MS e Puerto Quijarro-Bolívia	97
---	-----------

Ana Maria de Vasconcelos Silva

Capítulo 5

**A importância da língua de acolhimento
para migrantes e refugiados 116**

Ádani Lopes Brito

Ângela Cristina Dias do Rego Catonio

Capítulo 6

**A efetivação do direito humano à educação escolar:
rumos e intercepções para uma educação
inclusiva do migrante..... 137**

Aldenor Batista da Silva Junior

Graziela Cristina Jara

Érika Rejane Rodrigues de Souza Fideles

Capítulo 7

**Migração Pendular: características relatadas
por acadêmicos na Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul, unidade de Dourados/MS..... 154**

Bruna Flores Macário

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Capítulo 8

**Um panorama da migração venezuelana em Pernambuco
e seus desafios nas áreas do cuidado e da educação..... 173**

Camila da Silva Lucena

Eloah Maria Martins Vieira

Antônio Fagner da Silva Bastos

David Ramos

Luciana Florêncio de Lima

Capítulo 9

**Um estudo sobre a migração infantil e a inclusão
do aluno migrante na educação básica brasileira 192**

Stéphani Nunes Pompeo

Ana Paula Zaikievicz Azevedo

Capítulo 10

**A saúde pública do Brasil frente ao atendimento
dos migrantes e refugiados 212**

Karine Giuliano Soares

Luciane Pinho de Almeida

Capítulo 11

**Migração, saúde e assistência social:
as dificuldades enfrentadas pelos migrantes
e refugiados no acesso à saúde pública
no estado de Mato Grosso do Sul 230**

Luana Medeiros de Sá Lucas

Camila Torres Ituassu

Capítulo 12

**Saúde nutricional de migrantes e refugiados
em Mato Grosso do Sul 246**

Maria Cecília de Oliveira Moraes

Krisley Amorim de Araújo

Capítulo 13

**Aspectos psicossociais e as dificuldades
enfrentadas nos deslocamentos migratórios 271**

Pâmella da Silva Aranda

Luciane Pinho de Almeida

Capítulo 14

Migrações e trabalho: estigmatização e violação de direitos trabalhistas.....	289
--	------------

Valdery Ferreira Zotelli

Maria Augusta de Castilho

Capítulo 15

Migrações internacionais e empregabilidade em Mato Grosso do Sul: apontamentos e relações.....	306
---	------------

Gabriel de Souza Sales

Camila Torres Ituassu

Capítulo 16

Inserção de migrantes haitianos no mercado de trabalho em Mato Grosso do Sul.....	325
--	------------

Hellen Almeida de Carvalho

Gabriela Pereira da Silva

Henrique Rezende Untem

Capítulo 17

Fluxos migratórios contemporâneos: contextos e realidades de imigrantes em situação de rua no Brasil	342
---	------------

Josué de Marco Neto

Sandra Maria R. de L. Francellino

Sobre os autores e as autoras	361
--	------------

Índice remissivo.....	374
------------------------------	------------

A produção acadêmica do GEPEMPS

As ricas discussões e resultados de pesquisas trazidos na presente obra também contemplam produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS (CNPQ), liderado pela Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida. O Grupo está vinculado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e também é ligado à Rede ALEC - Réseau International Amérique latine, Afrique, Europa, Caraïbes - Territórios, Populações Vulneráveis, Políticas Públicas, com sede em Limoges - França, da qual fazem parte pesquisadores de instituições de ensino superior dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, China, Congo, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Haiti, México, Peru e Venezuela.

O GEPEMPS iniciou suas atividades em 4 de abril de 2013 e tem por objetivo fomentar estudos e pesquisas em temáticas contemporâneas que envolvem relações de gênero, políticas públicas, direitos humanos, exclusão social e o contexto das migrações internacionais, tendo por referencial a teoria sócio-histórica. O grupo tem produzido conhecimento científico nessas temáticas por meio da realização de pesquisas de trabalhos de conclusão de curso, mestrado, doutorado e iniciação científica, além de contribuir diretamente para a construção de políticas públicas, por meio da inserção em associações e comitês representativos, a exemplo do CERMA/MS – Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul. O GEPEMPS é aberto para todo o público interno e externo à Universidade Católica Dom Bosco, tendo a participação de profissionais, estudantes de graduação, mestrado e doutorado de diversas áreas do conhecimento.

As discussões e pesquisas do Grupo estão centradas em três principais linhas de pesquisa: a) Migrações Contemporâneas, Direitos Humanos e Exclusão Social, com o objetivo de pesquisar o estudar sobre migrações contemporâneas e suas diversas facetas na pós-modernidade, situações de violação dos direitos humanos e exclusão social contra minorias sociais; b) Políticas Públicas, que tem por objetivo de pesquisa contribuir com estudos que visem à construção de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social; e c) Desigualdade Social, Gênero e Subjetividade, com o objetivo de pesquisa de desenvolver estudos que contribuam para a compreensão da subjetividade de mulheres em situação de vulnerabilidade e violação de seus direitos, contribuindo para a construção de políticas de prevenção, proteção e atendimento.

Como forma de socialização da produção científica dos estudos e pesquisas - em andamento e concluídas – realizados pelo Grupo e obtenção de espaços para a ampla e profunda discussão sobre as temáticas abordadas, os membros do GEPEMS participam em relevantes eventos científicos a fim de comunicarem os resultados de suas pesquisas (monografias, dissertações, teses e relatórios de iniciação científica). Além desse tipo de participação, esse grupo tem organizado o Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais, com a participação da comunidade externa, um evento que já está em sua 5ª edição (2020).

A difusão das pesquisas também é realizada pelos membros por meio das diversas publicações em periódicos científicos e capítulos de livros, bem como por meio da organização de livros, realizada pela líder, Profa. Dra. Luciane, a exemplo desta publicação, organizada em conjunto com a Profa. Dra. Francisca Bezerra, e das seguinte obras já publicadas pela Editora UCDB: A dialética das desigualdades sociais (2020), Migrações, Fronteiras e Refúgio: Mato Grosso do Sul na Rota das Migrações Transnacionais (2017), Materialismo, Trabalho & Emanci-

pação - organizada em conjunto com o Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo (2017) - e Políticas Públicas, Culturas e Produções Sociais (2016).

Os estudos e discussões realizados pelo grupo perpassam questões sobre os fundamentos teórico-filosóficos do materialismo-histórico-dialético, os fundamentos do sistema econômico capitalista e a sua crítica, a crise migratória mundial e da democracia, a compreensão do processo histórico das lutas de classes, dentre outras, que fundamentam e auxiliam no desenvolvimento das reflexões e pesquisas, a exemplo das temáticas trazidas na presente obra, que versam sobre as questões sociais e psicossociais envolvidas nos processos de refúgio de crianças e adolescentes, de migração pendular de estudantes entre cidades da região fronteira Brasil-Bolívia e entre cidades do Mato Grosso do Sul, de efetivação do direito ao trabalho, à moradia, à saúde e educação de migrantes que vivem no Brasil, e especificamente no estado de Mato Grosso do Sul (considerado um território de chegada e passagem de migrantes e refugiados), e do ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento a essa população.

A pesquisa, no contexto do ensino superior, constitui um processo pedagógico que promove o despertar da curiosidade dos acadêmicos que se preparam para o mercado de trabalho e/ou para a continuidade de sua formação em nível de pós-graduação, em questionar a natureza, os seres humanos, os processos de produção e reprodução das sociedades e suas relações sociais e a compreendê-los por meio do método científico.

Por sua vez, a ciência tem sua origem no trabalho, nos atos de trabalho do ser social, ao colocar uma finalidade à sua ação, escolher os melhores meios e instrumentos para a sua execução, que efetivarão ou não a sua finalidade, acumulando ao longo do processo histórico conhecimentos sobre seus atos de trabalho, transmitindo-os às gerações ulteriores.

Desse modo, a pesquisa científica é práxis social; pesquisa e trabalho são indissociáveis. A pesquisa produz ciência e a ciência é conhecimento que se transforma em ação, é trabalho e profissão. Logo, contribui para a formação de cidadãos e profissionais comprometidos ética e politicamente com a sociedade em sua práxis, uma vez que, com base nos conhecimentos científicos que produzem, ou que se apropriam do que a humanidade já produziu, são capazes de promover transformação em suas realidades.

Conforme o que desvelam as pesquisas trazidas na presente obra, essas realidades estão cada vez mais desiguais, precarizadas e deterioradas, principalmente aos grupos que estão à margem da sociedade, como as populações em deslocamento – os migrantes e refugiados -, diante da fragilização dos direitos humanos e sociais promovida pelas atuais políticas ultraliberais. Entretanto, esses mesmos estudos indicam caminhos, possibilidades e potencialidades de estratégias que venham a diminuir as desigualdades existentes e romper com toda essa reprodução. É isso em que se acredita e que deve ser perseguido.

Sofia Urt Frigo

Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria
Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais GEPEMPS
(CNPQ), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul -IFMS

Prefácio

*“[...] Sei que não vou conseguir mudar o mundo, mas se eu conseguir um pouco já é muito bom. Hoje estou mudando minha visão das pessoas, que estão chegando para conhecer um pouco a minha história. Mas ainda que eu esteja vivendo, aceitando e agradecendo as pequenas coisas que eu tenho, eu ainda não existo. Falar da minha história é uma missão. Meu maior sonho hoje é o de existir. Meu segundo sonho é o de 10 milhões de pessoas conseguirem sua nacionalidade”.
(Relato de Maha Mamo, Apátrida, no livro “Entre Lugares – trajetórias de migrantes, refugiados e apátridas”, BH, 2019)*

Esta obra apresenta reflexões sobre os processos migratórios históricos e contemporâneos que dizem respeito aos deslocamentos internacionais de população, trazendo o desafio de conhecer e analisar a realidade dos sujeitos envolvidos na construção social das migrações. A ousadia intelectual das organizadoras deste livro, professoras Francisca Bezerra de Souza e Luciane Pinho de Almeida, conduziu a tessitura desta admirável obra, convidando-nos a compreender a complexidade do fenômeno migratório em perspectiva interdisciplinar, focalizada nas **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas públicas**.

Este livro oferece ao leitor reflexões e análises inseridas em um contexto internacional e também brasileiro de aumento de pessoas forçadas a se deslocar por motivos de guerras, conflitos, violação de direitos humanos, perseguições e desastres naturais nos últimos anos, que em 2020 subiu para quase 82,4 milhões, apesar da pandemia da Covid-19 (ACNUR, 2021).

Para ilustrar a realidade mais recente do aumento da imigração e refúgio, com o Brasil como país de destino, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), na 6ª edição do relatório “Refúgio em Números”, ao final de 2020, afirma que havia 57.099 pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil. Apenas neste ano, foram feitas 28.889 solicitações da condição de refugiado, sendo que o CONARE reconheceu 26.577 pessoas de diversas nacionalidades como refugiadas. Tanto homens (50%) como mulheres (44,3%) reconhecidos como refugiados pertenciam, predominantemente, à faixa etária de 25 a 39 anos.

A nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas, entre 2011 e 2020, é a Venezuela (46.412), seguida dos sírios (3.594) e congoleses (1.050). Dentre os solicitantes da condição de refugiado, as nacionalidades mais representativas foram de venezuelanos (60%), haitianos (23%) e cubanos (5%)¹.

As análises feitas pelas(os) autoras(res) desta obra, dentro do contexto atual das migrações internacionais, são de grande relevância acadêmica e social, pois possibilitam a compreensão das experiências de acolhimento e vivências dos sujeitos migrantes e refugiados na sociedade brasileira, com repercussões nas políticas públicas, especialmente, em tempo de Pandemia.

Essa obra, tarefa de vulto, fruto de um rigoroso trabalho de pesquisa de vários autores, não só analisa as diversidades do cenário das migrações internacionais com destino ao Brasil, mas também nos oferece um olhar multidisciplinar sobre o mesmo tema de acadêmicos (graduandos, mestres e doutores) e profissionais da Administração, Antropologia, Ciências Biológicas, Direito, Educação, Enfermagem, História, Letras, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

O recorte geográfico e de fluxo migratório da maioria das análises apresentadas é, predominantemente, de Mato Grosso do Sul e de seus

¹ ACNUR. Org. Dados sobre Refúgio no Brasil. Brasília, DF: OBMIgra, 2021.

fluxos de fronteira com o Paraguai e Bolívia, com sete, dos 17 capítulos, dedicados a essa região e fluxos fronteiriços, a saber, os capítulos 2, 4, 7, 11, 12, 16 e 17. Porém, não deixa de dedicar análises geográficas mais abrangentes, contemplando o Brasil como um todo, nos capítulos 1, 5, 6, 9, 10, 13, 14 e 17, incluindo análises específicas do fluxo migratório venezuelano, nos capítulos 3 e 8. Esse fluxo, por seu maior volume, atinge em primeiro lugar a região norte do Brasil, mas se interioriza, com um grande esforço da Nação e de Organismos Internacionais em direcionar os migrantes da Venezuela, para todas as regiões do Brasil nas quais as Organizações da Sociedade Civil, em cooperação com o Governo Brasileiro, possam acolhê-los e inseri-los no mercado de trabalho regional.

Este livro apresenta também análises do ponto de vista de outros recortes importantes como a idade do migrante e sua profissão/ocupação no país de origem. Três capítulos tratam especificamente da migração de crianças e adolescentes, analisando o seu direito de pedir refúgio, estando desacompanhado - como no capítulo 1 - e sua inserção e integração no sistema educacional brasileiro - nos capítulos 6 e 9. Outros tratam especificamente da realidade de docentes e discentes universitários - os capítulos 3 e 4, sendo que este último analisa o fluxo pendular, que não pode ser considerado como migração e refúgio, mas uma mobilidade apenas para estudo no país vizinho, no caso a Bolívia.

Um recorte de análise importante diante do contexto da Pandemia, é o recorte da nutrição, saúde física e mental dos migrantes, bem contemplado, na obra, nos capítulos 10, 11, 12 e 13. Além desses, outro recorte com o mesmo grau de importância e desafios para as políticas públicas é abordado no capítulo 17, que, por meio de metodologia de revisão de literatura, conclui que muitos migrantes, na chegada ao Brasil, enfrentaram dificuldades estruturais para seu abrigamento por causa da ausência de políticas sociais efetivas para acolhimento e atendimento e, também, em decorrência do acúmulo de perdas econômicas, sociais e culturais que encontram no país de destino, que os leva à

situação de vida nas ruas. Desse modo, esses sujeitos comportam condições mínimas de se inserirem na sociedade e no mercado de trabalho formal e informal, como afirmam os próprios autores do capítulo.

A realidade laboral dos migrantes é tratada em três capítulos, quais sejam os de número 14, 15 e 16, cuja reflexão pontuada pelos autores é muito interessante. Esses autores deixam claro que a globalização da economia fundamentada na visão liberal que estreitou as relações entre os países, possibilitando investimentos e organizações de bancos mundiais, ao mesmo tempo em que facilita o deslocamento de pessoas é excludente, quando diz respeito ao reconhecimento de necessidades humanitárias de pessoas em situação de deslocamento. Fica evidente, nesse sentido, a ausência de garantias do Estado em oferecer políticas de geração de emprego e renda, bem como políticas sociais para os imigrantes e refugiados. Por outro lado, a dificuldade na validação de diplomas, no caso dos migrantes que possuem nível superior de ensino, precarizam ainda mais sua situação de trabalho, pois não podem atuar na área para a qual são qualificados e ficam sujeitos a trabalhos de qualquer natureza em nome da sobrevivência.

É importante que se ressalte, por fim, a relevância do idioma utilizado como prática de acolhimento, refletida no capítulo 5 desta obra. Os imigrantes e refugiados enfrentam enormes barreiras, ao chegar ao país de destino - os leitores conhecerão todas elas, ao lerem este magnífico livro -, entre as quais estão as dificuldades linguísticas e culturais que os colocam em situação de um grau ainda maior de vulnerabilidade. Os autores enfatizam que a língua é o meio de comunicação mais eficaz e influente na relação com o outro e com a sociedade. Frente às dificuldades linguísticas, todos nós (autores e eu também) acreditamos que o ensino do português deva constituir o primeiro passo, na forma de acolhimento para migrantes internacionais, se desejamos alcançar os direitos humanos, uma iniciativa que carece, portanto, de

políticas públicas educacionais que envolva essas pessoas e toda a família delas, especialmente as crianças.

Esta obra, que nos põe em contato com o passado e com o presente tão complexo para os sujeitos migrantes e para a sociedade brasileira, torna-se leitura obrigatória, porque nos convoca, ao mesmo tempo, a pensar o horizonte desafiador do futuro das políticas sociais de atendimento aos migrantes e refugiados em nosso País e à sensibilização para acolhê-los como sujeitos que enriquecem o Brasil, seja pelo trabalho, pela possibilidade de promoção da interculturalidade e pela troca de saberes nos mais vários aspectos.

Maria da Consolação Gomes de Castro

*Assistente Social. Pesquisadora
e Professora da PUC Minas*

1

Francisca Bezerra de Souza

Crianças e adolescentes refugiadas desacompanhadas e separadas e o direito a proteção dos Direitos Humanos

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.22-38

INTRODUÇÃO

O Brasil tem recebido solicitações de refúgio de pessoas vindas de países que enfrentam situações de guerra, conflitos econômicos, religiosos e também de fundado temor de perseguição, circunstâncias previstas na Convenção de 1951. Vale ressaltar que a questão do refúgio no mundo atingiu números significativos, na última década, e, segundo o ACNUR (2021), esse número, em 2020, superou 82 milhões de pessoas.

Tem-se, aqui, o objetivo de levantar e analisar os casos de crianças e adolescentes que chegam ao Brasil desacompanhadas ou separadas dos pais e enfrentam dificuldades no processo de acolhimento, principalmente em relação ao acesso às políticas públicas. Abordam-se as questões enfrentadas por esse grupo de pessoas que, por sofrerem violência no país de destino, encontram-se em extrema vulnerabilidade social, principalmente por serem mulheres e meninas.

Trata-se de crianças e adolescentes que chegam desacompanhadas de seus pais e/ou responsáveis, ou separadas deles, embora acompanhadas por uma pessoa adulta, que, no entanto, não é responsável legal delas. Nesse contexto, elas se veem frente a burocracias que causam ainda mais dificuldades para o acolhimento inicial e à inserção na escola e no atendimento da saúde, por exemplo.

Ressalta-se que a temática deste estudo emergiu durante o processo de coleta e análise dos dados da pesquisa desenvolvida no doutoramento do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, no período de novembro/2018 a outubro/2019. Essa pesquisa desenvolveu-se em um Doutorado Sanduíche, no qual a autora teve a oportunidade de participar de eventos internacionais, tanto ligados à Universidade de Salamanca, na Espanha, quanto em outro evento na Universidade de Valencia e em Barcelona, sobre a te-

mática da Migração e do Refúgio. Nessas oportunidades, debateu-se a questão do refúgio no Brasil, bem como o deslocamento forçado de crianças e adolescentes que fazem essa mobilidade desacompanhadas e separadas dos pais e/ou responsáveis, e, muitas vezes, sem documentos. Esses dados foram atualizados para compor esta edição, de forma a contemplar os acontecimentos desde 2018 até 2021.

Assim, observa-se o grande número de crianças e adolescentes que se deslocam forçadamente ao redor do mundo em busca de refúgio, em uma tentativa desesperada de salvar suas vidas. Essa iniciativa, muitas vezes, é dos próprios pais, que procuram salvar a vida dos filhos, mesmo sabendo que durante esse percurso eles estarão sujeitos a todas as formas de violência praticadas por coites e, até, por representantes estatais que têm a função de proteger. Mencione-se, ainda, o risco de essas crianças e adolescentes caírem nas mãos de pessoas que as aliciam visando ao tráfico de pessoas e exploração sexual infantil.

Dessa forma, o Brasil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, iniciou a discussão sobre as formas de acolhimento que precisariam ser organizadas para crianças e adolescentes que chegassem ao país; ainda que esse número não fosse estatisticamente elevado, houve a preocupação de se antecipar a questão, tendo em vista o crescimento do número desses casos ao redor do mundo sem que, entretanto, o acolhimento fosse realizado de forma a proteger os direitos humanos.

Essa obrigação de acolher pessoas na condição de refugiadas é amparada pelos mecanismos de proteção no direito internacional, fundamentado na Convenção de 1951 e revista no Protocolo de 1957 e, também, da normativa interna Lei 9.474/1997.

Vale ressaltar que o tratamento específico a ser dado às pessoas na condição de solicitantes de refúgio deve ser considerado, tendo em vista que essa condição difere, em relação à de migrante,

conforme orientação do próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/ACNUR; não reconhecer a condição de solicitante de refúgio, como previsto na legislação, pode trazer risco a vida.

Adota-se, portanto, aqui, em relação à pessoa na condição de solicitante de refúgio, a seguinte concepção:

[...] são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

Nesta última década, tivemos o agravamento da crise dos refugiados com o deslocamento do grande número de sírios que fugiram da guerra e dos conflitos armados naquele país, sem data para terminar, e, também, a grande quantidade de venezuelanos que, em 2018, cruzaram a fronteira com Roraima, fugindo da crise política e econômica que assola aquele país já desde o ano de 2010. Por fim, não menos grave, tem sido a crise deflagrada no dia 15 de agosto deste ano de 2021, com a tomada do poder pelos Talibãs, no Afeganistão², cuja perspectiva é de que, cada vez mais e por um longo tempo, haverá a presença de pessoas solicitantes refúgio ao redor do mundo, dentre elas mulheres e meninas.

A violência de gênero é potencializada, quando se trata de mulheres, crianças, o que se caracteriza por violações dos direitos humanos, especificamente no caso das afegãs, que são proibidas de ir para a escola e ou trabalhar. Essa situação volta a acontecer com a retomada do poder pelo Teleban; segundo o ACNUR (2021), “As mulheres e as crianças respondem por nada menos que 80% (oitenta por cento) do total de deslocados no país desde maio” (MIGRAMUNDO, 2021).

² Com ascensão do Taleban, ONU pede acolhimento e proteção a refugiados e deslocados do Afeganistão. <https://migramundo.com/com-ascensao-do-taleban-onu-pede-acolhimento-e-protecao-a-refugiados-e-deslocados-do-afeganistao/>. Acesso em: 1º set. 2021.

Essas violações dos direitos humanos acabam atingindo principalmente meninas que vivem na área rural, pois são submetidas a casamentos forçados na infância, levando ao abandono dos estudos, afetando sua vida e diminuindo as chances de escapar do ciclo de violência. No deslocamento, tanto mulheres quanto meninas são discriminadas e expostas a situações de tráfico para exploração sexual, são vítimas de feminicídio, além de enfrentarem maior dificuldade de acesso ao trabalho, benefícios econômicos, sujeitas a situação de vulnerabilidade social e, “mais propensas a viver na pobreza do que os homens” (ONU, 2019).

Portanto, é necessária a mobilização de organismos internacionais que possam garantir proteção às mulheres e crianças que estão em risco de vida, conforme chamada pelo ACNUR, que “exorta a comunidade internacional a aumentar urgentemente seu apoio para responder a esta última crise de deslocamento do Afeganistão”. Mencione-se, ainda, a necessidade de proteção aos defensores dos Direitos Humanos, como é o caso da ativista política Malala Yousafzai, Nobel da Paz, baleada na cabeça em 2012 por enfrentar o sistema, em busca do direito à educação, quando tinha apenas 15 anos de idade.

Situações como essa gerada pela crise no Afeganistão, por exemplo, mobiliza a comunidade internacional no sentido de encontrar alternativas para proteger os direitos humanos das pessoas que se encontram no meio desse conflito político, tanto é que, no dia seguinte, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, pediu que todos os países se mobilizassem e se organizassem para receber refugiados afegãos, alertando, também, para que não fosse realizada deportação de nenhum refugiado: “Nós não podemos, nem devemos abandonar a população do Afeganistão” (MIGRAMUNDO, 2021).

Nem todos os países, contudo, respondem de forma satisfatória e adotam o dever de proteção internacional dos refugiados; na França, em depoimento do presidente Emmanuel Macron, ignorando os apelos

da ONU, pronunciou-se dizendo que o país “deveria se antecipar e se proteger dos fluxos migratórios irregulares ‘que viriam do Afeganistão’”.

O Brasil, conquanto se tenha manifestado que analisaria a possibilidade de conceder visto humanitário aos afegãos, ficou só nessa possibilidade, visto que não há registro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, até o fechamento deste texto, no sentido de acolhimento a pessoas solicitantes de refúgio que venham do Afeganistão, em contraste com a posição e ação do Canadá, que, de imediato, anunciou que receberá 20 mil afegãos para reassentamento, semelhante à de Portugal, que se colocou aberto a receber refugiados vindos do país asiático.

Doravante, com o crescimento de guerras e conflitos em países que já apresentavam números expressivos de emigrantes, haverá, indubitavelmente, ainda, muitos que buscarão fugir e proteger suas vidas, inclusive crianças e adolescentes, sobretudo mulheres e meninas, a fim de encontrarem lugar onde possam viver sem violência, com direito e acesso à saúde, educação, lazer e outras políticas públicas que lhes deem dignidade humana.

METODOLOGIA

O estudo se caracterizou pelo levantamento de produções referentes à temática, nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no site do ACNUR, em notícias veiculadas em sites reconhecidos internacionalmente, como da UNICEF, e de ONGs que realizam o atendimento e acolhimento de pessoas na condição de refúgio e refugiados, no período compreendido entre 2010 e 2018, atualizado para esta edição, em 2021, levando-se em consideração que o crescimento de deslocamentos forçados se intensificou a partir de 2010.

A temática, portanto, na última década, tem despertado o interesse de pesquisadores de várias áreas de conhecimento; muito embora “a questão dos refugiados é tão antiga quando a humanidade [...], no entanto, é a partir do século XX que a comunidade internacional dá início a um processo de regulamentação desse fenômeno” (MILESI; MARINUCCI, 2003, p.13).

Assim, considerou-se que a pesquisa de cunho bibliográfico se apresenta como eficaz para se identificar o que está sendo dito e produzido sobre a temática, com a finalidade de contribuir, por meio de fundamentos teóricos, para estudos do tema que tenham como enfoque os direitos humanos, visto que crianças e adolescentes, por sua condição de sujeitos em formação, podem, em situações de violência, ter suas vidas colocadas em risco, trazendo-lhes prejuízos, muitas vezes, irreversíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É visível que nesta última década o número de refugiados vem crescendo em uma linha ascendente, impactando tanto a vida de pessoas em situação de refúgio quanto os países que recebem essa população. Esse número de deslocamentos, devido à complexidade e a duração dos conflitos que os provocam, atingiu um número sem precedentes, segundo dados do ACNUR. Esse deslocamento gera um sofrimento humano cujas consequências necessitam ser atendidas, contudo, o que acontece é que, muitas vezes, os países receptores não estão preparados para atender tal demanda de forma imediata e eficiente.

Observa-se que os estudos dessa temática têm se intensificado a partir do ano de 2010, como vem sendo demonstrando nos estudos e pesquisas desenvolvidos sobre essa temática, tanto no âmbito acadêmico, quanto por organizações que atendem essas pessoas e ainda

por instituições públicas e organismos internacionais. Embora o Brasil, devido à sua localização geográfica e distância das rotas de acesso à migrantes e refugiados, a demanda ainda é pequena no recebimento de pessoas solicitantes de refúgio, se comparada a países da Europa e Estados Unidos. Dessa forma, os estudos e discussões identificados na pesquisa são importantes no sentido de construção de saberes para traçar os caminhos para o atendimento e acolhimento, conforme afirma a assessora de proteção do ACNUR/SP:

Tema de proteção das crianças é uma prioridade do ACNUR [...] tentar organizar um pouco, tentar melhorar o que esse fluxo de recepção, de proteção, de integração desses menores refugiados que têm chegado ao Brasil [...] e a maioria que tem chegado, tem chegado aqui em São Paulo e, essa recepção apresenta vários desafios (MAZÃO, 2018).

Nesse sentido, o Brasil, que historicamente recebeu migrantes de várias nacionalidades, ao longo dos séculos, pouco discutiu as questões pertinentes à política de acolhimento de pessoas em situação de migração, refúgio ou apátridas, sendo recente essa temática como pauta política governamental.

Prova disso, a primeira Conferência Mundial sobre Migração, Refúgio e Apatridia – COMIGRAR só foi realizada em 2014, em São Paulo, no Brasil, e reuniu representantes de vários países do mundo, representantes da sociedade civil, migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, a fim de serem discutidas as questões relacionadas ao acolhimento, visando levantar subsídios para a construção de uma política de acolhimento para, a partir daí, traçar caminhos normativos que dessem conta da demanda, que crescia sistematicamente.

O atual contexto de refúgio no Brasil se mostra de forma ascendente, com uma refração durante o período da pandemia pelo Covid-19; contudo, ainda assim houve solicitações de refúgio ao Estado brasileiro, conforme dados levantados no Relatório do Ministé-

rio da Justiça/CONARE que apresentam análise desse crescimento, que, no período de 2017 a 2020 apresentou 84,0% de solicitações de refúgio, superando anos anteriores. Mesmo durante a pandemia, o número registrado foi de 10,9% do total de solicitações no período analisado, perfazendo um total de 82.552 pessoas que solicitaram refúgio no Brasil, em 2019 (SILVA, 2021, p. 35).

Outro dado que chama atenção, em relação ao tema aqui analisado, é o fato de se constatar uma grande quantidade de pessoas relativamente jovens e o crescimento do número de mulheres com poucos dígitos de diferença, conforme se pode verificar na Tabela abaixo:

Fica evidente que o número de homens solicitantes de refúgio no país é superior ao de mulheres, no entanto, o número destas supera ao daqueles, na faixa de idade acima de 60 anos, outro dado que merece atenção e estudos, sobretudo se considerado o fato de caracterizar uma etapa da vida na qual se enfrentam questões relacionadas ao processo de envelhecimento e, também, maior vulnerabilidade social e desproteção, em seus países de origem.

Os resultados demonstram, de forma contundente, a situação levantada pelos organismos internacionais, dando ênfase à violência sofrida por mulheres e crianças que fazem esse deslocamento, uma vez que são vítimas das mais perigosas e mortíferas rotas, como a da África subsaariana para a Líbia e as travessias do mar com destino à Europa, conforme apresenta o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em relatório cuja conclusão afirma que “As crianças e mulheres refugiadas e migrantes estão sofrendo com frequência de violência sexual, exploração, abuso e detenção ao longo da rota migratória do Mediterrâneo Central desde o norte da África até a Itália” (UNICEF, 2019).

Segundo esse mesmo organismo, o número de crianças desacompanhadas, refugiadas e migrantes chega a 300 mil; desse número, nos anos de 2015 e 2016, cerca de 200 mil fizeram pedidos de asilo em

80 países ao redor do mundo e outras cerca de 100 mil foram detidas na fronteira dos EUA com o México. Desse total, ainda segundo o UNICEF, “cerca de 28% acabam como vítimas do tráfico humano global”.

Entre os principais motivos que levam crianças e adolescentes desacompanhados a se deslocarem estão conflitos armados, desastres naturais, pobreza, casamento forçado e desigualdade de gênero. Pelo fato de estarem desacompanhados ou sem a presença de suas famílias, eles são alvos fáceis de coites que lucram fazendo essas travessias ilegais e extremamente perigosas para crianças e adolescentes, como afirma o vice-diretor executivo do UNICEF: “Os contrabandistas e traficantes cruéis estão explorando sua vulnerabilidade para ganho pessoal, ajudando as crianças na travessia de fronteiras apenas para vendê-las à escravidão e à prostituição forçada” (FORSYTH, 2018).

Essas mobilizações ocorrem ao redor do mundo devido ao apelo para que essas discussões sejam pautadas, pois “Essas crianças precisam de um compromisso real dos governos ao redor do mundo para garantir sua segurança ao longo de suas viagens” (FORSYTH, 2018).

Ao redor do mundo, crianças e adolescentes de deslocam forçadamente em busca de proteção; o UNICEF, que busca realizar ações em todos os cantos do mundo para proteger essas pessoas em processo de formação e com os direitos humanos violados, busca reverter situações de detenção a que são submetidos essas crianças e adolescentes, em conjunto com organizações, para encontrar alternativas de solução, considerando que eles já são vítimas de sucessivos traumas decorrentes da situação de vulnerabilidade social gerada pela violência e pobreza e pelas violências no processo de deslocamento, como declarou Paloma Escudero, diretora de comunicação do UNICEF: “Muitas dessas crianças e jovens estão trocando o trauma da violência e da pobreza em seus lares pelo trauma do deslocamento e da incerteza de seu trajeto migratório”, no entanto, em que pesem os

esforços, “A esperança de ter um futuro melhor e mais seguro os mantém caminhando, o que está cada vez mais fora de nosso controle”.

No Brasil, é crescente o número de crianças e adolescentes que chegam desacompanhados ou separados de pais e/ou responsáveis, e a tendência é de que esse número cresça ainda mais, a exemplo do que ocorreu no México, em 2014, quando recebeu mais de 10 mil menores de 18 anos, entre migrantes e refugiados, uma perspectiva que, segundo a assessora de proteção do ACNUR/SP,

[...] tem gerado uma grande preocupação de como receber, como documentar essas crianças? Como fazer o retorno das que tem que retornar para o país de origem? Como garantir a segurança no retorno? Então, por mais que possa parecer um tema que não tem nada a ver com a gente que está aqui no Brasil, é uma tendência que a gente observa na região e um dia pode... é, chegar no Brasil (MAZÃO, 2018).

Com esse crescente e sistemático número de crianças e adolescentes entrando no país *desacompanhadas ou separadas*, o Ministério da Justiça emitiu uma Resolução Conjunta com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no sentido de normatizar essa situação de proteção internacional, bem como para orientação sobre proteção e cuidados das mesmas, considerando situações onde se “encontrem desacompanhados ou separados em ponto de fronteira”:

[...] I - Criança ou adolescente desacompanhado: aquele que não possui nenhuma pessoa adulta acompanhando-lhe no seu ingresso em território nacional;

II - Criança ou adolescente separado: aquele que está acompanhado por uma pessoa adulta que não é o responsável legal que detenha poder familiar, no seu ingresso em território brasileiro. (BRASIL, 2017).

Segundo Nobuco (2018), em referência à jurista americana Jacqueline Bhabha, são três fatores que impactam no processo de migra-

ção e refúgio de crianças e adolescentes, dentre eles: “os membros adultos da família dessa criança, a própria criança e o estado”. Sem a presença de responsável ou da família, ela se constitui como o agente do próprio processo migratório, configurando-se, aí, o primeiro desafio, haja vista que pertence a um grupo vulnerável, e por sua condição de ser criança, em processo de formação, tem seus direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), uma das legislações mais avançadas na proteção de crianças e adolescentes. Traz no seu escopo a responsabilidade compartilhada em proteger, conforme o Art. 4º, que prevê o seguinte:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Portanto, crianças migrantes, refugiadas ou apátridas requerem, do poder público, acesso à educação; da família, o dever de mantê-los na escola; da comunidade em geral, a garantia do direito a educação pública, laica e de qualidade. A legislação para os refugiados reafirma, nos artigos 43 e 44: “a falta de documentos não pode impedir o acesso ao ensino”. Dessa forma, às crianças ou adolescentes que chegam ao país na condição de mobilidade social, seja pelo motivo que for, deve ser garantido o direito de se matricularem nas escolas, mesmo se não tiverem a documentação.

Segundo dados do UNHCR, na publicação Turn the tide: Refugee Education in Crisis, se não foram realizados investimentos urgentes para evitar que cresça o número de crianças refugiadas fora da escola, a tendência é de que esse número aumente, haja vista que o Relatório aponta: “O número de crianças refugiadas fora da escola aumentou em 500.000 só no último ano. Se as tendências atuais continuarem, centenas de milhares de crianças refugiadas serão acrescen-

tadas a estas estatísticas perturbadoras, a menos que seja feito um investimento urgente. (UNHCR, 2018. Tradução nossa)³.

No Brasil, segundo dados do Relatório do Instituto Unibanco “Aprendizagem em Foco” (2018), com o aumento da demanda de refugiados no país, o número de crianças de outras nacionalidades, matriculadas em escolas brasileiras, já superou os dados de 2008, que foi de 34 mil matrículas, para 73 mil, em 2016, ou seja, em menos de 10 anos, houve um crescimento dessa demanda o que coincide com o período de maior fluxo de refugiados no país, significando um crescimento de 112%, sendo que, a maioria, na rede pública de ensino.

Além disso, há o desafio para o próprio Estado, relativamente ao país de origem, ao de trânsito e ao país de destino. Leve-se, ainda, em consideração, a situação daquelas crianças/adolescentes que se deslocam para fugir da violência sofrida dentro do próprio núcleo familiar.

É importante salientar que não é uma causa única que leva uma criança a fazer esse processo migratório ou de refúgio, pois, segundo Nabuco (2018), assistente de Proteção na Cáritas,

[...] existe mais de uma causa pra criança decidir fazer esse movimento migratório, então, ela já vive em uma situação de abuso, de violação de direito, acontece se tiver um terremoto, vai motivar que ocorra aí esse deslocamento e, entender essas causas é muito importante também, quando ela chega ao país de destino pra poder oferecer o melhor tipo de proteção que ela precisa.

Essas graves violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes têm conduzido representantes do ACNUR, no Brasil, a adotarem algumas precauções, como

³ “The number of out-of-school refugee children has increased by 500,000 in the last year alone. If current trends continue, hundreds of thousands more refugee children will be added to these disturbing statistics unless urgent investment is made”. Disponível em: <https://www.unhcr.org/publications/brochures/5b852f8e4/turn-tide-refugee-education-crisis.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

observar como está o contexto e já ter umas medidas pró ativas pra já ir se organizando e, se isso vier a acontecer, já está todo mundo preparado para poder receber essas crianças da melhor maneira possível, respeitando seus direitos e criando condições de integrá-las, é bastante importante (MAZÃO, 2018).

Dessa forma, já há quem se antecipe na construção de estratégias e soluções para o acolhimento de crianças refugiadas desacompanhadas que chegam ao Brasil, observando as peculiaridades geradas pelos principais motivos que as trazem, que poderá ser diferente conforme tenha sido motivado por abuso da parte dos pais ou por causa de os pais terem sido assassinados na guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo levantar e analisar os casos de crianças e adolescentes que chegam ao Brasil desacompanhadas ou separadas. Entende-se por desacompanhas aquelas que não têm a companhia de pais e/ou responsáveis legais, e separadas, as que, apesar de estarem acompanhadas de uma pessoa adulta, esta não é seu representante legal, o que ocasiona dificuldades no processo de acolhimento, principalmente para o acesso as políticas públicas e proteção peculiar que devem receber por sua condição.

O estudo demonstra que o número de crianças e adolescentes oriundas de territórios que estão em guerra e conflitos é crescente, ao redor do mundo, e o Brasil passa, cada vez mais, a receber essas pessoas, razão por que precisa pensar e criar mecanismos de proteção e cuidados, a fim de que elas possam recomeçar suas vidas, além da possibilidade de serem reagrupadas ao seu núcleo familiar, sempre que possível.

Observa-se que essa mobilidade de crianças e adolescentes - e de forma mais intensa de mulheres e meninas - é fato não previsto na

legislação brasileira de proteção a pessoas na condição de solicitante de refúgio; no entanto, está implícita a proteção como um direito humano na Declaração dos Direitos Humanos (1948) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Dessa forma, evidencia-se a necessidade de haver mais estudos que reflitam sobre essa nova realidade, haja vista que essas crianças e adolescentes, até então, eram consideradas como apêndice de seus familiares, e não como uma pessoa que empreende o deslocamento forçado nessas modalidades.

Por fim, urge que se considerem as contribuições que a pesquisa pode trazer para a construção e/ou fortalecimento de políticas de acolhimento para refúgio de crianças e adolescentes que fazem o deslocamento forçado desacompanhadas ou separadas, e que, por conta disso, pertencem a um grupo altamente vulnerável, tornando-se alvo fácil para a violação dos direitos humanos.

Espera-se ter trazido à tona a reflexão sobre a normatização referente ao atendimento das particularidades de crianças e adolescentes, por meio da construção de uma rede de acolhimento, com profissionais capacitados, adequação da legislação e do agente responsável pelos encaminhamentos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Tendencias Globales. *Desplazamiento Forzado em 2020*. Disponível em: <https://www.acnur.org/60cbddfd4>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 0.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania/Departamento de Migrações Coordenação-Geral de Assuntos de Refugiados Comitê Nacional para os Refugiados. *Resolução*

Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19245715/do1-2017-08-18-resolucao-conjunta-n-1-de-9-de-agosto-de-2017-19245542. Acesso em: 10 ago. 2021.

FORSYTH, J. *Crianças desacompanhadas refugiadas e migrantes chegam a 300 mil, diz Unicef*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-criancas-refugiadas-e-migrantes-chega-a-300-mil-diz-unicef.ghtml>. 2017. Acesso em: 12 fev. 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. *Aprendizagem em Foco*. 2018. https://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/Aprendizagem_em_foco-n.38.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

MAZÃO, I. *Crianças migrantes desacompanhadas-desafios para o acolhimento no Brasil, 2015*. https://www.youtube.com/watch?v=c9vg_tfzfJE. Acesso em: 16 fev. 2018.

MIGRAMUNDO EQUIPE. *Com ascensão do Taleban, ONU pede acolhimento e proteção a refugiados e deslocados do Afeganistão*. <https://migramundo.com/com-ascensao-do-taleban-onu-pede-acolhimento-e-protecao-a-refugiados-e-deslocados-do-afeganistao/>. Acesso em: 1º set. 2021.

MILESI, R., MARINUCCI, R. Introdução. In: MILESI, R. (org.). *Refugiados: realidades e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH, Edições Loyola, 2003, p. 13. (Série Migrações, 8).

NABUCO, P. *Crianças migrantes desacompanhadas-desafios para o acolhimento no Brasil*. <https://www.youtube.com/watch?v=hutY95MZ6J8>. 2015. Acesso em: 16 fev. 2018.

ONU. Nações Unidas. 31 de janeiro de 2019. *3 mil crianças cruzaram fronteira entre Guatemala e México em janeiro*. <https://nacoesunidas.org/unicef-3-mil-criancas-cruzaram-fronteira-entre-guatemala-e-mexico-em-janeiro/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. *Refúgio em Números*. 6. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

UNICEF. *75% das crianças migrantes sofreram assédio ou agressão nas mãos de adultos no Mediterrâneo*. <https://nacoesunidas.org/unicef-75-das-criancas-migrantes-sofreram-assedio-ou-agressao-nas-maos-de-adultos-no-mediterraneo/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

UNICEF. *Crianças desacompanhadas refugiadas e migrantes chegam a 300 mil, diz Unicef*. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-criancas-refugiadas-e-migrantes-chega-a-300-mil-diz-unicef.ghtml>. 2011. Acesso em: 13 maio 2018.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 ago. 2021.

UNHCR. *Turn the tide refugee education in crisis*. <https://www.unhcr.org/publications/brochures/5b852f8e4/turn-tide-refugee-education-crisis.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

2

Thainy Gomes da Silva Santos

Cesar Augusto S. da Silva

A presença de refugiados em Mato Grosso do Sul e a sua influência no acesso a direitos e garantias fundamentais

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.39-59

INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios, sejam eles forçados ou condicionados a uma vontade pessoal, sempre tiveram presentes na história da humanidade, sendo, até mesmo, inerentes à sua própria condição. Pode-se dizer que ao longo do tempo os descolamentos humanos se tornaram não só cada vez mais crescente em números, mas também complexos no que tange à suas causas e efeitos, ainda mais ao se abordar sobre as soberanias dos Estados.

Essa mobilidade contínua, que afeta de formas e intensidade diferentes diversos setores sociais, reflete no sistema jurídico brasileiro, tendo este o cunho de amparar aqueles que aqui chegam. Nesse teor, na esfera do direito, existe uma diferenciação dos deslocamentos forçados, que gera refugiados, e descolamentos voluntários, que caracteriza a migração. Os refugiados contam com a proteção internacional da Convenção de Genebra de 1951, do Protocolo de 1967 e da Declaração de Cartagena e são regidos no país pela **Lei nº 9.474/97**. Os migrantes, por sua vez, não contam com proteção internacional específica, dependem das leis e processos internos de cada Estado. No Brasil, a Lei nº 13.445/2017 dispõe sobre os direitos e deveres do migrante em território nacional, entre outras providências.

Posto isto, seja refúgio ou migração, a dinâmica dos deslocamentos é crescente, e quando se considera a denominação da palavra refúgio em sua classificação jurídica, essa conjuntura se torna mais preocupante, haja vista a sujeição desse contingente à condição de extrema vulnerabilidade nos países de acolhida. Segundo o relatório “Tendências Globais 2019” do Alto Comissariado da Nações Unidas (ACNUR)⁴, até o final do ano a que se refere, cerca de 79,5 milhões de

⁴ Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37/-ga=2.193877869.1530653080.1595873779-180290651.1588518999>. Acesso em: 20 jul. 2020.

peças foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflito, perseguição ou violência. Em comparação ao ano anterior, foram 8,7 milhões de pessoas a mais que saíram forçosamente de seus lares e buscaram refúgio em outro país com a esperança de uma nova oportunidade de vida.

No que remete ao Brasil, de acordo com o relatório do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)⁵, até o final de 2018, o país contava com 161.057 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em aberto, ante 11.231 mil refugiados reconhecidos nesse território de dimensões continentais. Já ao final de 2019, segundo a 5ª edição do Refúgio em Números⁶, vivia no país cerca de 31.966 pessoas refugiadas reconhecidas, sendo o ano com maior número de solicitações de refúgio (82.520), em que mais da metade são venezuelanos, seguidos por haitianos e sírios também em grandes proporções.

Em Mato Grosso do Sul (MS), unidade federativa que se dará enfoque neste estudo, nota-se que esta zona fronteiriça possui um razoável fluxo migratório internacional, em especial pelas cidades de Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Porto Murtinho e Mundo Novo, territórios que fazem fronteira com Paraguai e Bolívia (SILVA, 2018, p.231). No entanto, conforme os dados do Conare, em sua 5ª edição, MS apresenta-se entre os estados que menos recebe solicitação de refúgio.

Ante o exposto, revela-se importante a análise do número de solicitantes da condição de refúgio, preceito previsto na Lei 9.474/97, e que terá como foco principal a região sul-mato-grossense. A pertinência da pesquisa se exorta quando se depara com a inexistente sistematização e centralização de dados sobre os refugiados recepcionados pelo país. Esse cenário, que atinge todos os estados da nação, acaba

⁵ Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_verse%CC%83o-23-de-julho-002.pdf Acesso em: 18 set. 2019.

⁶ Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus_direitos/refugio/anexos/RESUMOEXECUTIVO_REFUGIOEMNmeros.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

por impactar direta ou indiretamente, migrantes e refugiados que vivem no país, dado a inexistência de uma estrutura governamental moderna e interligada voltada para um melhor tratamento aos refugiados.

Dessa forma, espera-se que as informações levantadas neste trabalho sejam um guia e um incentivo para a formulação de políticas públicas⁷ eficazes na proteção e amparo aos refugiados na região estudada. A presente pesquisa teve por objetivo principal analisar a incidência da Lei 9.474/97 no âmbito regional do estado de Mato Grosso do Sul, a partir do mapeamento do número de solicitantes de refúgio, bem como daqueles já reconhecidos como refugiados, sendo considerado para tantos dados a partir de 2015, quando se começou a ter um acúmulo de solicitações no Conare, diante da crise político-econômica na Venezuela.

Nesse sentido, partindo-se dos fundamentos de Marconi e Lakatos (2004), em relação ao procedimento metodológico⁸, a pesquisa em apreço se qualifica como quantitativa-descritiva, uma vez que os dados colhidos sobre refugiados no plano estadual foram tabulados e analisados. Ademais, é também exploratória, pois buscou ampliar os estudos da temática para pesquisas futuras. Para alcançar o objetivo almejado, os dados apreciados foram retirados de entidades federais e estaduais que lidam com a temática, sendo posteriormente correlacionados.

Além disso, caracteriza-se a pesquisa como bibliográfica e documental. Primeiramente, porque se utilizou de materiais publicados

⁷ O conceito de políticas públicas adotado é a explicada pela autora Fontaine (2015, p.24, tradução livre) que as considera como sendo variáveis independentes da vida social, política e econômica de um país; se as consideramos como um elemento exemplificativo dos problemas que uma sociedade enfrenta em determinado momento. Nesse sentido, uma política pública é uma resposta às demandas (implícitas ou explícitas), que correspondem, de caso a caso, a direitos ou necessidades. (...) Uma política pública não constitui um problema em si, mas uma resposta a um problema ou parte de um problema geral, que pode ser relacionado ao racismo, a pobreza, a crise ambiental ou a proteção do patrimônio cultural de uma nação.

⁸ Entende-se por procedimentos metodológicos etapas investigativas com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Neste trabalho o procedimento estilístico utilizado foi o comparativo.

em livros, dissertações, trabalhos e artigos relacionados ao tema em questão. Segundo, porquanto se fez uso de dados e documentos oficiais retirados através da Lei de Acesso à Informação (LAI), dos ministérios e secretarias do governo federal, e de organizações civis que lidam com o assunto, sendo estas fontes primárias. Subsidiariamente, recorreu-se às fontes secundárias, como dados já transcritos em publicações avulsas. Após esses procedimentos iniciais, pretendeu-se explicar a relação entre o reconhecimento comparativo dos dados com as informações apanhadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, partindo-se do método dedutivo.

A PROTEÇÃO DO REFUGIADO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

A mobilidade humana em busca de refúgio possui raízes antigas. O número de pessoas obrigadas a se deslocarem de maneira forçada de suas regiões ou países de origem remontam antes mesmo da criação de instrumentos universais de proteção dessa população. Apesar disso, é somente no século XX, após os horrores e as atrocidades das duas guerras mundiais, que a comunidade internacional dá início a um processo de regulamentação do fenômeno do deslocamento forçado”, havendo uma incipiente preocupação com a inviolabilidade de cada ser humano (SERPA, 2019, p. 35).

Nesse sentido, foi no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, que se deu o início da consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, adotada pela instituição referida (PIOVESAN, 2013, p. 77). É oportuno esclarecer que tal consolidação remete-se a um sistema internacional de proteção da pessoa humana que, para Trindade (2006, p.352) é composto

pela convergência do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados.

Por conseguinte, com o colapso de outros órgãos de proteção a refugiados⁹ e com um número muito grande destes oriundos da guerra na Europa, nasceu, assim, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que sucedeu a Organização Internacional para Refugiados (OIR)¹⁰, possuindo um mandato inicial de apenas três anos¹¹, com uma atuação *ad hoc*, e uma colocar intenção de colocar um fim a questão dos refugiados naquele continente (SARTORETTO, 2018, p.38-59). Movidos por tais atrocidades, os países participantes da ONU, então, uniram-se com a finalidade de negociar e implementar a Convenção de Genebra de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, que em seu artigo 1º, vem a defini-los como sendo aqueles:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1951).

⁹ Cita-se aqui a Liga das Nações, primeira organização universal, estabelecida depois da Primeira Guerra Mundial, encarregada de manter a paz e a segurança no mundo, que na década de 30 testemunhou sucessivos fracassos. Durante sua atuação (1921-1946), "outras instituições foram criadas com a intenção de enfrentar a problemática dos deslocamentos forçados: o Escritório internacional Nansen para refugiados (1931-1938), o Escritório do Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados (1939-1946) e, finalmente, o Comitê Intergovernamental sobre refugiados (1938-1947)", instituição estas que tiveram atuação limitada e precederam o ACNUR.

¹⁰ A OIR foi criada em 1946 para solucionar os problemas dos refugiados da Segunda Guerra Mundial. Em 1948 tornou-se uma agência especializada das Nações Unidas e foi substituída pelo ACNUR, em 1952.

¹¹ Após diversas renovações do seu mandato, o ACNUR se tornou o órgão permanente de proteção a refugiados no mundo. Mas apenas daqueles que se enquadrassem na definição da Convenção de Genebra de 1951.

Conforme acima verificado, a convenção trazia em seu bojo uma limitação temporal. De maneira mais clara, para ser refugiado, o bem-fundado temor deveria ter ocorrido antes de primeiro de janeiro de 1951. Além disso, verificou-se que havia uma restrição geográfica, a qual “aplicada exclusivamente a pessoas que tenham vivenciado o bem-fundado temor na Europa, a que os Estados signatários poderiam aceder ou não”. Essas limitações somente foram eliminadas com o estabelecimento do Protocolo sobre o *Status* de Refugiado de 1967, o que levou os países signatários da Convenção de 1951 a aplicar as diretrizes previstas nestas para todos os refugiados enquadrados na definição da carta, agora sem qualquer limitação (JUBILUT; MADUREIRA, 2014, p.14).

No plano de proteção internacional de refugiados foram criadas organizações em âmbito regional com mesmo propósito do ACNUR. A exemplo, menciona-se a Organização da Unidade Africana (atual União Africana), que num contexto de recrudescimento de conflitos civis por conta de processo de descolonização no continente, gerando grande número de refugiados, realizou um debate acerca da definição de “refugiado”. Outrossim, há a Declaração de Cartagena de 1984 inserida nesse arcabouço protetivo, em que foi fruto de um debate na América Latina, depois do aumento de refugiados na região devido à eclosão de diversos regimes ditatoriais. Esta declaração ampliou o conceito de refugiado, passando a englobar “a grave e generalizada violação de direitos humanos como um de seus elementos caracterizadores” (JUBILUT; MADUREIRA, 2014, p. 15).

Desta feita, a criação de diplomas normativos em nível nacional ou por grupo de países, que sejam alinhados com as convenções e pactos internacionais sobre a temática, que por sua vez, sejam corroboradas pela ajuda e cooperação internacional por partes dos Estados, revelam-se ações de suma importância para o amparo dos refugiados que vivem em um verdadeiro “limbo” entre países (HADDAD, 2008, p.03). Isso porque, segundo Jubilit (2007, p.87), a efetiva proteção

dos direitos dos refugiados somente é possível dentro do território de um Estado, e sendo a temática internacional, sua eficácia depende diretamente de sua internacionalização pelos ordenamentos jurídicos deles, pois é evidente que não existe aparato sancionador que os obrigue na ordem internacional. Por conta disso, no tópico seguinte será tratado como o Brasil aborda a questão dentro de seu ordenamento jurídico interno e como se dá sua atuação no amparo de refugiados.

A JURISDIÇÃO BRASILEIRA E A PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS

O Brasil, muito embora não tenha sido vanguardista no contexto global em termos de proteção aos refugiados, sua participação, no entanto, pode ser tida como satisfatória no processo de custódia internacional desses vulneráveis, especialmente em relação aos países latino-americanos. Isso porque desde 1951 o país vem gradualmente atuando na temática, o que se deu a princípio com a sua participação no Comitê Consultivo do ACNUR para a elaboração da Convenção de Genebra, vindo somente a ratificá-la em 1960, sendo o primeiro país do cone sul a fazê-lo (LACERDA; GAMA, 2016, p. 61).

Após a ratificação da Convenção, dentre os anos de 1964 e 1985 o país veio a se distanciar da sua trajetória garantista de direitos humanos e instituiu um regime ditatorial, o que transformou o país em um dos epicentros de origem de refugiados, em decorrência de violações de direitos humanos.

Somente em 1970 é que o ACNUR veio a firmar um acordo com o governo brasileiro que previa o estabelecimento de um escritório *ad hoc* no país, especificadamente no Rio de Janeiro, bem como manter a reserva geográfica aludida na Convenção de 1951, acolhendo apenas os refugiados vindos da Europa (SOARES, 2012, p. 86).

Embora o Brasil já viesse adotando medidas positivas no que tange ao instituto do refúgio, nas palavras de Barreto (2010, p.19), restou patente pelo governo brasileiro a necessidade da criação de um diploma interno que efetivamente internalizasse o mecanismo da convenção de 1951, e que definisse o conceito de refugiado, “criasse um órgão nacional para tratar desse tema e, partir daí, relatasse quais eram os direitos do refugiado e a forma de processo para o seu reconhecimento, a perda e a manutenção da condição de refugiado no Brasil”. Sendo assim, em parceria com o Acnur e com a sociedade civil¹² foi editada a Lei nº 9.474 em 1997, que em seu art. 1º consagra que:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Do artigo supramencionado, é importante constar que, assim como esclarece Sartoretto (2018, p. 173), quando da confecção da norma, o inciso terceiro, não apresentou uma construção terminológica que se dá pela conjugação do fundado temor de perseguição com situações de grave e generalizada violação de direitos humanos, nem mesmo fez menção, ainda no referido inciso, da perseguição. Mesmo assim, a luz do entendimento internacional o conceito de grave e

¹² Dentre as entidades civis, menciona-se a Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e a de São Paulo, bem como entidades governamentais como os Ministérios das Relações Exteriores, Saúde, Trabalho e Educação e o Programa Nacional de Direitos humanos de 1996.

generalizada dos direitos humanos¹³ deve ser interpretado sempre de forma ampla, que leve em consideração o princípio *pro homine* e não se restrinja apenas às normas *jus cogens*.

Dentre os princípios que estão presentes nesta legislação, podemos elencar: o princípio da não discriminação (art. 3º); o princípio da não devolução (*non-refoulement*) (7º, §1º)¹⁴; igualmente o direito de toda pessoa humana em buscar e receber asilo¹⁵, constatada pela própria definição ampla de refugiado. Por derradeiro, estipula o diploma em seu último capítulo que “o processo de pedido refúgio é gratuito e tem caráter de urgência, e que os dispositivos nela contidos devem ser interpretados harmoniosamente com os preceitos da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), da *Convenção de 51 e do Protocolo de 67*”, porém não estipula prazos para os procedimentos, o que acarreta maior morosidade aos processos de solicitação de refúgio (JUBILUT, 2007, p.194), ainda que atualmente exista o SISCONARE, na tentativa de remediar tal problema.

Nesse mesmo sentido, nota-se uma integralidade e um diálogo entre as fontes do direito nacional e internacional sobre a questão do refúgio compatibilizada no Estatuto. Consoante o que diz Luz Filho (2017, p. 173), é de reconhecimento pela autoridade brasileira, em relação a temática dos direitos dos refugiados, os principais instrumentos internacionais de alcance universal específicos da matéria. Sendo que

¹³ Cabe pontar, que o Brasil foi o primeiro Estado da América Latina a adotar a grave e generalizada violação de direitos humanos como motivo de reconhecimento do *status* de refugiado em uma lei doméstica.

¹⁴ Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível. § 1º Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política (BRASIL, 1997).

¹⁵ Importante constar que o conceito de asilo se reveste de conotação de refúgio. No âmbito do direito internacional dos direitos humanos existe um dualismo na terminologia de asilo e refúgio, sendo que na América Latina, a palavra asilo possui um viés político intrínseco de um direito subjetivo e condicionado a discricionariedade do Estado, diferente do que ocorre com refúgio.

estes já estão incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro, a baliza interpretativa constitucional para o tratamento do estrangeiro sob jurisdição nacional (art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988), e a *lex specialis* doméstica relativa a condição jurídica de refugiados no Brasil, qual seja, a Lei 9.474/1997”.

À vista do que foi retratado, assinala Milesi (2010, p. 58) que legislação brasileira sobre refugiados inspirou outras iniciativas importantes, como a instalação dos Comitês Estaduais e Municipais para Refugiados, os quais possibilitaram impulsionar políticas públicas nas regiões de forma mais centralizada e proporcionar maior atenção aos refugiados nessas localidades. Tais Comitês instalaram-se primeiramente no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, espalhando-se futuramente para as demais partes do país¹⁶, inclusive para o Mato Grosso do Sul.

REFUGIADOS EM MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) está localizado na região Centro-Oeste do país, e é composto por uma vasta extensão territorial, compreendida em 3.423,2 Km². É por suas fronteiras secas, compartilhadas com a Bolívia e o Paraguai, que milhares de imigrantes (bolivianos, paraguaios, haitianos e bengalis) e potenciais refugiados e solicitantes de refúgio, adentram no país.

Em vista disso, poderíamos conceber de imediato a dificuldade encontrada no gerenciamento do fluxo de refugiados e imigrantes, quando e depois que entram no país. Isso ocorre, mormente em virtude de que muitos acabam não passando pelas unidades de controle migrató-

¹⁶ Atualmente os Estados brasileiros que possuem Conselhos e Comitês são Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf. Acesso em 01 mar. 2020.

rio na fronteira – como as delegacias da Polícia Federal (DELEMIGs) em Ponta Porã e Corumbá, porta de entrada de grande parte desses fluxos - não sendo, portanto, identificados (ALMEIDA, 2017, p.35).

A problemática se agrava, quando se depara com uma ausência de uma sistematização unificada de dados por parte do Estado e entre ele e seus entes federados em relação ao número de migrantes, solicitantes de refúgio e de refugiados. Diante dessa situação, torna-se “difícil a coleta de informações precisas sobre características demográficas e necessidades básicas dos refugiados” (FOLLY, 2018, p. 14-15). Mais que isso, essa estrutura difusa do Estado na sistematização e armazenamento de estatísticas, gera entraves para formulação de políticas públicas voltadas à proteção e inserção social dos que aqui ingressam.

Assim, ao cruzarmos os dados sobre as solicitações de refúgio ativas feitas em Mato Grosso do Sul e que aguardam uma decisão pelo Conare (LAI), com os atendimentos feitos aos refugiados e imigrantes pelo CERMA, através do Centro de Atendimento em Direitos Humanos (CADH) em Campo Grande/MS, obtivemos o seguinte diagrama:

Figura 1 - Solicitações de refúgio ativas em Mato Grosso do Sul, que aguardam uma decisão do Conare.

Fonte: CADH Campo Grande-MS.

Em uma análise inicial, nota-se que o número de atendimentos aos refugiados e imigrantes feitos pelo CERMA somente no município de Campo Grande/MS é largamente superior às solicitações de refúgio realizadas em todo o estado de MS que aguardam a decisão pelo Conare¹⁷. Elucida-se que, nesse mesmo intervalo de tempo, os atendimentos feitos pela Comitê somente na capital somam-se em 1.313, contra um total de 328 solicitações registradas pelo Conare no estado.

Em comparação com o acima apresentado, e ao se pesquisar os registros de imigrantes em MS, constatou-se também que o número de imigrantes internacionais devidamente inseridos no SINCRE até metade de 2017, contabilizavam em torno de 22.280 (SILVA, 2018, p.222-223). Em período equivalente, apenas em Campo Grande/MS, havia 4.500¹⁸ pessoas de outras nacionalidades cadastradas, muitos deles sírios e haitianos.

De igual maneira, ao compararmos dados filtrados pelo SIS-MIGRA¹⁹, referente aqueles que declararam Mato Grosso do Sul com “UF de Residência” ao longo do ano de 2019²⁰, com as estimativas de solicitações de refúgio do “Relatório de Conjuntura: tendências da imigração e do refúgio no Brasil”²¹ da OBMigra, que teve por base os dados da Polícia Federal (STI-MAR), alusivo ao mesmo ano, chegou-se as mesmas estimativas expressas anteriormente.

¹⁷ A título de esclarecimento, no mesmo período, foi averiguado as decisões proferidas pelo Conare das solicitações realizadas em Mato Grosso do Sul, não acontecendo nenhuma.

¹⁸ Disponível em: <http://www.sedhast.ms.gov.br/decretos-instituem-o-comite-estadual-para-refugiados-e-o-centro-de-atendimento-em-direitos-humanos/> Acesso em: 08 mai. 2020. Retirar sublinhado

¹⁹ Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733_obmigra/dados/microdados/401205-sismigra Acesso em: 02 fev. 2020.

²⁰ Importante esclarecer que os dados filtrados foram somente aqueles que constavam como “UF de Residência” o estado de Mato Grosso do Sul, pois haviam vários cadastros sem especificações nesse sentido ou em outro requisito.

²¹ https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/Relat%C3%B3rio_Conjuntural.pdf Acesso em: 15 mar. 2020.

Infere-se que mesmo sendo registros de período diferente – Conare/CERMA (09/2018 a 09/2019) e SINCRE (2017) – o número de atendimento pelo CERMA e os registros de solicitantes de refúgio pelo Conare deveriam ser tão maiores quanto os números de imigrantes registrados pelo SINCRE, não tendo, assim, uma discrepância tão acentuada.

Em relação aos dados apresentados, é possível deduzir ainda que nem todos os contabilizados como imigrantes no estado efetivamente o são, mesmo que muitos deles sejam considerados refugiados por razões fáticas e jurídicas. Como exemplo, deve-se ter como referência o caso dos venezuelanos, que em 2019 foram reconhecidos *prima facie* como refugiados pelo Conare, dado a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela.

Em decorrência desse crescente influxo, até agosto de 2020 já haviam sido interiorizados somente na cidade de Dourados, mais de 2.179 venezuelanos, dentre os quais 397 advieram de Boa Vista para serem contratados em empresas locais²².

Insta anotar que antes do fechamento das fronteiras ocorrido em meado de março de 2020 em razão da pandemia de coronavírus, “uma média de 500 venezuelanos entravam no Brasil todos os dias, muitos dos quais chegavam em extrema necessidade de assistência humanitária” (ACNUR. 2020).

Paralelamente, aponta-se as comparações de dados das solicitações de refúgio realizadas no estado, as quais obtidas por diversas fontes governamentais que atuam na temática, com as decisões proferidas pelo Conare, relativo às solicitações de refúgio feitas estritamente em MS, consoante demonstrado no gráfico a seguir.

²² <http://cidade-pandemia.com.br/2021/05/20/imigrantes-em-frigorificos-e-a-pandemia-dourados-ms/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

Figura 2 - Comparação de dados de solicitação de refúgio Conare e Mato Grosso do Sul.

Fonte: LAI – MS

Na análise do gráfico, percebe-se uma disparidade dos dados de solicitações de refúgio retirados dos diferentes institutos que figuraram como fontes. Denota-se, especialmente, a discrepância entre a quantidade de solicitações de refúgio e o número de decisões proferidas pelo Conare, o que acontece por conta da fraca estrutura brasileira para processar o crescente número de pedidos de refúgio, conforme aponta Folly (2018, p.14), e o passivo de casos ainda a ser examinado pela instituição.

Esclarece a própria autora, que essa fraca estrutura compõem-se não só pelo fato do Brasil nunca se dispor a ter um órgão federal destinado exclusivamente à migração, situação essa que assiste para que as competências e recursos voltados à proteção e assistência aos refugiados sejam ínfimos, além de distribuídos para outros ministérios com precária coordenação. A título de exemplo esclarece ela que:

(...) o Conare mantém praticamente a mesma estrutura institucional desde a sua criação, em 1997, quando o Brasil não recebia mais do que 500 pedidos de refúgio por ano. Apesar do aumento do número de pessoas chegando ao Brasil para solicitar refúgio, a atuação do órgão é restrita a dois estados brasileiros: São Paulo e Distrito Federal. Essa limitação impossibilita, inclusive, o monitoramento da distribuição geográfica dos refugiados no Brasil ao longo do tempo (FOLLY, 2018, p.16).

Destarte, em vista desta análise, Mato Grosso do Sul certamente possui uma quantidade expressiva, não somente de imigrantes, mas também de refugiados, que de acordo com as hipóteses expostas nos diplomas nacionais e internacionais, merecem maior proteção e amparo por parte do Estado. Essa atenção especial que deveria acontecer de maneira mais direta do governo, acaba emanando efetivamente, e em maior proporção, da sociedade civil organizada, ou seja, entidades religiosas e organizações não-governamentais.

No caso de MS, através do acesso aos relatórios de atendimentos elaborados pelo CERMA, foi possível identificar algumas dessas dificuldades, que envolvem até mesmo o exercício de seus próprios direitos dentro do país, cita-se assim: o acompanhamento e encaminhamento para a Polícia Federal para regularização da situação migratória, bem como na Receita Federal para efetuar o Cadastro de Pessoa Física (CPF), auxílio na entrevista de emprego, na realização do contrato de aluguel e afins, encaminhamento aos postos de saúde, assim como visitas e orientações em abrigos (em Campo Grande, escolas municipais estão sendo usadas como abrigo para isolamento social de imigrantes. O objetivo seria evitar que essa população fique doente e transmita o novo coronavírus)²³. As aulas estão suspensas na cidade em função da pandemia mundial. Além disso, dentre as

²³ <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/03/25/prefeitura-de-campo-grande-usa-escolas-para-abrigar-moradores-de-ruas-em-prevencao-ao-coronavirus.gh-tml>. Acesso em 25.06.2020.

nacionalidades atendidas pelo Comitê Nacional (alguns encontrados pelas ruas e cidades do Mato Grosso do Sul) podem ser identificados: haitianos, venezuelanos, colombianos, senegaleses, nigerianos, ugandeses, sírios, bolivianos, cubanos e etíopes.

Com isso, é relevante considerar a importância da criação de Comitês locais como em Mato Grosso do Sul, que possibilitam uma maior integração na ação de proteção aos refugiados, juntamente com outras instituições, formando, assim, uma rede que procura garantir os refugiados presentes no estado, de modo a melhor atendê-los para suprir suas eventuais necessidades. Desse modo, sabe-se que para atingir o objetivo de uma política integrada e duradoura, requer-se um longo processo, em que o estado e o país veem trilhando juntamente com o ACNUR e a sociedade civil organizada.

Acerca disso, vale mencionar a considerável atuação deste órgão por meio da implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Melo²⁴, o qual tem o cunho de promover a capacitação de professores e estudantes dentro dessa temática. No Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) vieram pactuar o acordo de cooperação, sendo mais um sinal de um progresso gradual para o fortalecimento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), assim como para uma melhor harmonia das instituições civis e estatais, na implantação de políticas públicas destinadas às pessoas refugiadas acolhidas pelo país sejam melhor desempenhadas.

²⁴ A Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), implementada pelo ACNUR, procura promover a educação, a pesquisa e a extensão acadêmica através de acordos de cooperação com Institutos de ensino superior. Com isso, busca proporcionar a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro dessa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente número de refugiados e migrantes ao longo dos anos demandou dos países e organizações internacionais a criação de normas protetivas destinadas a amparar esses vulneráveis, em particular os primeiros, por estarem inseridos em um contexto de perigo iminente à própria vida, que os fazem procurar guarida em outros países. No Brasil, apesar de a Lei 9.474/97 consagrar diversos direitos para seus tutelados, a eficácia dessas garantias fica comprometida pela ausência de dados concisos sobre a presença de refugiados em solo brasileiro, especialmente em MS, o que prejudica o acesso deles a essas conquistas.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo específico mapear o número de refugiados em MS, tendo sido observado algumas discrepâncias nos registros de dados das diferentes fontes utilizadas. Apesar das dificuldades encontradas na coleta de dados, principalmente em nível regional, foi possível inferir que há em MS uma expressiva quantidade de refugiados, estimando-se mais de 2.000, quando contabilizados os venezuelanos como refugiados, na forma em que foram reconhecidos juridicamente.

No decorrer da pesquisa, portanto, foi possível verificar em Mato Grosso do Sul uma expressiva quantidade de refugiados, mas que em muitos registros oficiais não lhes correspondem em números, ou seja, não são contabilizados. Assim, acabam não sendo assistidos adequadamente, haja vista a inexistência de um gerenciamento eficaz desses fluxos por parte dos diferentes níveis de governos. Neste contexto, deve ser desiderato do Estado buscar cada vez mais políticas integradas e uniformes no tratamento dos refugiados acolhidos. Até porque tal questão remete à responsabilidade do país perante a comunidade internacional, validado através de acordos internacionais aos quais é signatário, o que lhe incumbe resguardar os direitos constitucionalmente fundamentais.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Global Trends: Forced Displacement in 2019*. Disponível em: https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.193877869.1530653080.1595873779-180290651.1588518999. Acesso em: 22 jul. 2020.

ACNUR. *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. Ano 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

ACNUR. *Protegendo Refugiados no Brasil e no mundo*. Ano de 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf. Acesso em: 01 mai. 2020.

ACNUR. *Protegendo Refugiados no Brasil e no mundo*. Disponível em: ACNUR. *Protegendo Refugiados no Brasil e no mundo*. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf. Acesso em: 05 mai. 2020.

ALMEIDA, Luciane Pinho de et al. Migração Transnacional e Refúgio: A rota de passagem por Mato Grosso do Sul. In: *Migrações, Fronteiras e Refúgio: Mato Grosso do Sul na rota das migrações transnacionais*. Campo Grande/MS: UCDB, 2017. cap. I, p. 25-46.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio—sua história. *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*, v. 1, p. 12-21, 2010.

BRASIL. *Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Refúgio em Números*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Portaria n. 02, de 20 de março de 2020*. Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos presenciais, dos prazos processuais e das reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados, de que trata a Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997. Diário oficial da União. 25 mar 2020; Edição 58; Seção 1, página 63.

DA ROCHA, Amanda Bernardes; GUERRA, Sidney. O Direito Internacional dos Refugiados e a Eficácia acerca do sistema brasileiro de concessão de refúgio. *Revista de Direito da Unigranrio*, v. 9, n. 1, 2019.

FONTAINE, Guillaume. *El análisis de políticas públicas: conceptos, teorías y métodos*. Anthropolos, 2015.

FOLLY, Maiara. *Migrantes Invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil*. Instituto Igarapé: a think and do tank, Rio de Janeiro, 29 mar. 2018. ISSN 2359-089X, p. 01-15.

HADDAD, Emma. *The Refugee in International Society – between sovereigns*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. Editora Método, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena+ 30. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 22, n. 43*, p. 11-33, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? *Journal of Refugee Studies*, v. 19, n. 1, p. 22-44, 2006.

LACERDA, Ana Luiza; GAMA, Carlos Frederico PS. *O solicitante de refúgio e a soberania moderna: a identidade na diferença*. Lua Nova, n. 97, p. 53-82, 2016.

LUZ FILHO, José Francisco Sieber. Os refugiados sob a jurisdição Brasileira: Breves Observações sobre seus Direitos. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano (Orgs). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei: 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. p. 173-189.

MARCONI, M. D. A., & LAKATOS, E. M. (2004). *Metodologia científica* (Vol. 4). São Paulo: Atlas.

MATO GROSSO DO SUL. *Decreto nº 14.557, de 12 de setembro de 2016*. Institui o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul. CAMPO GRANDE-MS: Diário Oficial, ano XXXVIII n. 9.247, p. 61, 13 set. 2016.

MILESI, Rosita; ANDRADE, Willian Cesar. *Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil*. Refúgio no Brasil—a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR/CONARE-MJ, 2010.

MOREIRA, Julia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 111-129, 2010.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. Editora Saraiva, 2017.

SARTORETTO, Laura Madrid. *Direito dos refugiados: Do eurocentrismo às abordagens de Terceiro Mundo*. Arquipelago Editorial, 2018.

SERPA, Paola Flores. *Direito Internacional das Mulheres Refugiadas*. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para fins de obtenção do título de mestre em direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande- MS, 2019.

SILVA, César Augusto S. da et al. *Fronteiras étnico-culturais*. Tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul: A proteção internacional dos refugiados no Brasil: o caso do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2018. p. 217-241.

SOARES, Carina de Oliveira. *O direito internacional dos refugiados e o ordenamento jurídico brasileiro: análise da efetividade da proteção nacional*. 2012. 252 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2006.

WALDELY, Aryadne Bittencourt; VIRGENS, Bárbara Gonçalves das; ALMEIDA, Carla Miranda Jordão de. Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 22, n. 43, p. 117-131, 2014.

3

Ramón Alexander Uzcátegui Pacheco

Audy Salcedo

De ser profesor universitario en Venezuela, a ser migrante en el mundo

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.60-96

PRESENTACIÓN

Se presentan avances de una investigación sobre los profesores migrantes venezolanos. Este es un segmento del flujo de personas que ha salido de Venezuela en los últimos años producto de la crisis del Estado de derecho, la situación política y económica que afecta la sociedad en general. En este trabajo, nos centramos en describir las condiciones de vida del profesorado venezolano ya en condición de migrante, las razones por las cuales decidió emigrar a determinado país, su incorporación en las sociedades receptoras, situación laboral y las perspectivas de volver a Venezuela luego de su experiencia migratoria. En la investigación, vemos como los profesores migrantes intentan insertarse rápidamente social y laboralmente en las sociedades de acogida, muchos acceden al mundo laboral universitario, otro, la mayoría reorganiza su proyecto de vida en otras áreas laborales distintas a la carrera como profesor universitario. Se destaca, conforme las respuestas dadas por los más de 370 profesores consultados la migración como un asunto transitorio, atentos al acontecer venezolano y universitario del país, mantienen la idea de volver al país en la medida que mejoren las condiciones de país.

Según la Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela, del país han salido unas 5.448.441 personas, estos datos están actualizados a noviembre de 2020. La mayor cantidad de migrantes lo han hecho hacia Suramérica, “el setenta y cinco por ciento de las personas desplazadas han huido a las naciones andinas y sudamericanas” (Phélan y Osorio, 2020), siendo los principales países receptores de venezolanos: Colombia (766,296); Perú (477,060); Chile (472,827); Argentina (210,071); en el caso de norteamericana el principal destino es Estados Unidos, y en Europa, España. La migración venezolana que es un fenómeno que se registra a lo largo del siglo XXI en distintas oleadas, se ha acentuado a partir de 2016 (UNHCR-AC-NUR, 2019). En un informe elaborado por la Universidad del Rosario

señala que en 2017 “La población migrante proveniente de Venezuela no presenta niveles educativos particularmente elevados (más del 80% cuenta como máximo con educación secundaria)” lo que expresa uno de los rasgos del flujo migratorio terrestre por la frontera colombo-venezolana, según la Organización Internacional de Migración (OIM, 2020) “Los venezolanos que se dirigieron a los países inmediatamente vecinos como Brasil, Colombia, Guyana y Trinidad y Tobago—tienden a tener logros educativos inferiores en comparación con los venezolanos que se mudan a otros países más distantes”. Esto contrasta con la información poblacional de países como México (Franco Sánchez, 2020) donde “La población migrante venezolana tiene una escolaridad media de 15 años y mediana de 16” o Chile (INE, 2018), donde la escolaridad de los venezolanos migrantes es en “promedio es 15,6 años de estudio, por lo que además de ser el colectivo más joven, presenta el promedio de años de estudio más alto de los estudiados en este documento, siendo la cifra 15,4 para hombres y 15,8 para mujeres”.

Este elemento indica, no solamente las características del flujo migratorio, sino el fuerte carácter que tiene, en el caso venezolano, adquiriendo hoy los rasgos de una población desplazada, con un fuerte componente poblacional en situación de refugiado, sobre esta última condición la Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela reporta que en 2020 hay 803,786 solicitudes pendientes de la condición de refugiados. Los refugiados venezolanos reconocidos ascienden a 143,402 personas.

Cabe preguntarse entonces por la condición de los profesores universitarios, que desde 2016 viene a engrosar las estadísticas de migrantes venezolanos, desplazados no solo por la situación del país, sino también por el deterioro de las condiciones laborales del trabajo universitario. Porque esté interés en este segmento tan particular de la migración venezolana. La muestra de los migrantes puede ser tan representativa como el universo de ciudadanos que integran el país. La situación de

un país como Venezuela, crisis del Estado de derecho, colapso de la institucionalidad democrática, colapso de los servicios básicos, hiperinflación, desabastecimiento, inseguridad ciudadana, violencia política y social, expulsa por igual ciudadanos pobres, clase media, clase alta; propietarios y no propietarios, escolarizados y no escolarizados, niños, jóvenes y adultos, mujeres y hombres, empleados, dependientes y emprendedores, personal calificado y no calificado; alumnos, profesores, directivos, funcionarios de política y gestión pública, entre otros.

Interesa conocer y caracterizar una parte de la migración, profesores, que puede considerarse una migración calificada, que forzosamente es desplazada de su país y de sus funciones académicas. La universidad venezolana atraviesa circunstancias muy adversas las cuales han limitado su funcionamiento y cumplimiento de las funciones del profesorado (docencia, investigación, extensión y gestión). A pesar de ello, muchos profesores se mantuvieron (y se mantienen) en sus actividades, pero para una parte de estos docentes las circunstancias se hicieron extremas, por lo cual vieron en el extranjero la posibilidad de emprender una nueva vida y en el mejor de los casos dar continuidad a sus expectativas de desarrollo académico y de vida profesional.

MARCO TEÓRICO

Sobre migración se ha escrito mucho, ha sido preocupación del mundo académico, muchos han sido los informes que, desde la ONU, UNESCO, UNICEF y la OIM se han hecho sobre Venezuela, entre otros. El tema de la migración venezolana es un desafío para la región. La crisis humanitaria, y en general, el deterioro general de la institucionalidad democrática república ha llegado a tales niveles, que parte de la población ha decidido salir del país en busca de mejores condiciones de vida. Migrantes, refugiados, desplazados son categorías de uso hoy para re-

ferirse a los venezolanos, país tradicionalmente receptor de migrantes, hoy es uno de los que más ciudadanos expulsa de su territorio.

La OIM, define migración internacional como el movimiento de personas que dejan su país de origen o en el que tienen residencia habitual, para establecerse temporal o permanentemente en otro país distinto al suyo. La migración internacional se ha convertido en un asunto complejo, ante una realidad global que supera los 8000M de habitantes, y en el que por diversas razones -globales y locales- más de 250 millones están en situación de migrantes. Venezuela es un caso de migración forzada, la situación a la que ha sido sometida la población producto de la acción gubernamental ha hecho que millones de personas hayan tenido que desplazarse de sus hogares hacia otros países. Cuando las opciones de seguridad, salud, empleo, no existe en casa, la migración “nunca puede considerarse completamente voluntaria” (Davidson, 2003:37) En el caso venezolano persiste una combinación de variables estructurales e individuales que influyen en el fenómeno migratorio, siendo las variables estructurales un factor determinante en la explicación del proceso (Ibarra – Rodríguez, 2011). La migración objeto de nuestra indagación es una migración calificada, entendida como el flujo de personas de un país a otro que cuentan con diplomas de tercer nivel equivalente al grado de licenciatura (OIM, 2016:51). El caso venezolano no es precisamente una fuga de cerebros, es en todo caso, expulsión de cerebro frente a la forma como se ha administrado los asuntos públicos del país, a la gestión del sistema universitario y al modelo de desarrollo de ciencia y tecnología.

METODOLOGÍA

Metodológicamente, se presenta una investigación de carácter analítico, en la cual se sigue parámetros cuantitativos, no experimental, de campo, se busca identificar a partir de una muestra de profesores

universitario las razones por las cuales decidieron migrar de Venezuela. Partimos de la idea según la cual los profesores universitarios migran en busca de mejores condiciones de vida que les permita continuar con su proyecto de vida académica.

La recolección de datos se realizó por medio de un cuestionario distribuido por medios electrónicos. El cuestionario estuvo disponible durante tres meses, tiempo en el cual se recogieron 373 instrumentos respondidos. Constó el instrumento de cinco partes: datos de identificación del encuestado, datos afectivos, datos laborales, carrera académica, opción migración, flujo migratorio y vínculos con Venezuela. En el instrumento se incluyó preguntas de selección múltiple en aquellos ítems donde se buscaba una respuesta única y las alternativas estaban claramente definidas, aunque siempre dejamos abierta la posibilidad que el encuestado agregará una respuesta diferente. Las preguntas abiertas ofrecen la posibilidad del profesorado emitir sus opiniones o razonamientos en torno a las interrogantes planteadas, algunas cuyos resultados conforman el artículo actual. El cuestionario fue validado mediante juicio de experto por 10 investigadores, 5 del área de la educación y migración y 5 de metodología. La opinión de los 10 validadores permitió introducir pequeñas modificaciones al cuestionario.

Utilizamos el muestreo por bola de nieve, técnica no probabilística usada con frecuencia para acceder a poblaciones de baja incidencia y a individuos de difícil acceso por parte del investigador (Hernández Sampieri, Fernández y Baptista, 2006). Tal es el caso de los profesores migrantes, donde los investigadores desconocían su ubicación. Luego de identificar los primeros profesores que habían migrado, se le pidió ayuda para ubicar a otras personas que tengan un perfil similar. El procedimiento se repitió hasta conformar el grupo de cuestionarios que se analizan. En las preguntas cerradas calculamos de frecuencias y porcentajes. Las respuestas a las preguntas abiertas las analizamos, organizamos y categorizamos de modo de

tener tanto visiones de conjunto como relatos específicos en relación con el profesor y su proceso migratorio. Las recurrencias ofrecidas en los razonamientos permitieron la configuración de categorías a partir de las cuales calculamos con estadísticos descriptivos simples.

En el tratamiento cuantitativo de los datos hemos optado en nuestro análisis incorporar las ideas expresadas por los sujetos, claro está, respetando el anonimato de los encuestados, a modo de darle profundidad a las estadísticas derivadas de la construcción del clúster de información y categorías de análisis. Con ello buscamos mostrar las opiniones expresadas por los profesores ayuda al lector a comprender las dimensiones del problema y el impacto que tiene en los sujetos objetos de esta investigación. Pero, además, este abordaje contrasta con las orientaciones teóricas y metodológicas en las actuales tendencias de la investigación sobre migración, donde las narrativas de los migrantes juegan un papel esencial en la comprensión de las dinámicas específicas de las personas y los grupos humanos.

RESULTADOS

Características generales

La muestra de 373 docentes proviene de más de 14 universidades venezolanas, la mayoría de ellas del sector público (89%). Aunque la ubicación geográfica de las universidades cubre casi toda Venezuela, hay un sesgo importante de docentes de la Universidad Central de Venezuela (42,1%), la más grande y antigua del país. El 74.5% (278) del grupo señaló que eran profesores Tiempo Completo o Dedicación Exclusiva en su institución al momento de emigrar, eso significa que

dedicaban al menos 36 horas semanales a la universidad, entre actividades de docencia, investigación y extensión.

El 50% de los encuestados es de sexo femenino, y 71% indican estar casados o con pareja. Son en su mayoría venezolanos por nacimiento, solo 24% manifestó tener una segunda nacionalidad. La mayoría de los profesores migrantes encuestados tienen edades entre los 36 y 65 años, siendo los profesores entre 36 y 45 años el número mayor de participantes, representado un 28% de la muestra, seguido por un 25% los que tienen edades entre 46 y 55; y 22% los que tienen edades entre 56 y 65 años. Es un grupo de docentes en edad activa, en plena capacidad para el desarrollo de su carrera académica.

Los consultados señalaron que eran personal fijo de sus respectivas instituciones, eran profesores ordinarios en el escalafón universitario que ya había iniciado su carrera académica, habían accedido a sus cargos por medio de concurso de oposición. Apenas, 68 (18,2%) profesores de los 373 consultados indicaron que estaban en la condición de contratados al momento de emigrar. El 31% (116) señaló tenía grado de Magister y 47% (175) que tenía Doctor, con lo cual se ratifica que se trata de una migración de alta calificación.

Países de destino de los profesores migrantes venezolanos

Se consultó a los profesores las razones por las cuales eligieron los países de destino. Se listan diversas razones por las cuales los entrevistados decidieron emigrar a determinado país. De los 373 encuestados señalaron en su mayoría haberlo hecho por avión (319); terrestre (50) y combinación (4). Es profesor migrante es un migrante informado, decidir el país al cual dirigirse fue una elección razonada. En general, ven oportunidades en los países de destino.

Tabla 1 - Razones por la que migra a ese país.

País	Razones por las que decidió emigrar a ese país
Alemania	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidad económica, excelente investigación en odontología, calidad de vida.
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidad en los trámites migratorios, buenas perspectivas laborales en mi área de experiencia. • Acá hice estudios doctorales en la Universidad Nacional de La Plata. Tengo buenas amistades en Buenos Aires y La Plata, aunque ahora mismo estoy en Córdoba. • Ejercer mi carrera profesional de manera más sencilla debido a la facilidad y estatus migratorio que te da el país • Abiertos con la migración venezolana, facilidades de trámites migratorios y académicos • Encontré trabajo acá, pienso que es una buena plaza académica, y la gente es muy amena. • Una beca para terminar mi tesis de maestría en la UBA, y aparte tenía 2 primos de Caracas viviendo ya en Buenos Aires. • Por la perspectiva de desarrollo futuro del país; compatibilidad cultural; gusto e interés personal.
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Gané una beca de la OEA para realizar una maestría en Bioquímica en la Universidad Federal de Ceará, Fortaleza, Brasil • Mayor desarrollo en el sector industrial maderera que me sirve de experiencia y logré una beca para realizar mis estudios de doctorado. • Reunión familiar, requerimiento de mi hijo, mejores condiciones de salud, alimentación, seguridad, recursos tecnológicos para ejercer docencia a distancia. • Facilidad para obtener la Visa de permanencia por tener un hijo con nacionalidad brasileña.
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> • Es un país multicultural y su proceso migratorio legal es sencillo, claro yo empecé mi proceso migratorio con años de antelación.
Chile	<ul style="list-style-type: none"> • Conyugue de nacionalidad chilena y por las oportunidades para los profesionales • Vi posibilidades de continuar desarrollando mi carrera académica. • Conveniencia: tenía amigos y familiares dispuestos a acogerme hasta que me estabilizara y pudiera mantenerme por mi cuenta, económica y emocionalmente. • País estable y amistades conocidas durante estancia de postgrado en Europa • Luego de indagar sobre condiciones sociodemográficas de los países de la región, observé comportamiento durante los recientes 2 años y proyecciones económicas en términos inflacionarios estables y oportunidades laborales crecientes, amplio desarrollo y diversificación del sector educativo y a nivel superior particularmente notorio, niveles de inseguridad bajos con respecto a la región, trámites migratorios fluidos e idioma. • Nací acá y acá esta nuestra familia quienes nos han apoyado • Oportunidad de trabajar en mi área, ciudad muy tranquila, seguridad, educación, facilidad de vivienda.
Colombia	<ul style="list-style-type: none"> • Nací en Colombia, tengo familia y amigos, Venezuela quedaba cerca. • Tenía familiares aquí que ya habían emigrado y me podían acoger en su casa, además era más barato el pasaje en avión para mí y mi familia • Me contactaron, me invitaron a la Universidad y me hicieron una oferta razonable de trabajo que consideré que era interesante. • Conocimiento de Colombia y cercanía a mi ciudad Mérida • Cercanía con mi país y mi conyugue tenía doble nacionalidad.

País	Razones por las que decidió emigrar a ese país
Costa Rica	<ul style="list-style-type: none"> País relativamente estable, mi padre es costarricense, buen nivel educativo, país tranquilo, no hay militares, tengo familia en este país.
Curazao	<ul style="list-style-type: none"> Decidí emigrar a Chile, pero mi esposo tuvo una oportunidad laboral aquí y por eso reestructuramos el plan.
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> Estudios doctorales
Ecuador	<ul style="list-style-type: none"> Proyecto Internacional para el desarrollo de entornos virtuales masivos para ofrecer maestrías y doctorados en países de América Latina Cercanía a Venezuela / idioma español / oportunidades laborales para profesionales calificados / intereses de sus universidades en desarrollar más la productividad en el campo de la investigación / remuneración en dólares Vive uno de mis hijos, y me estimularon porque aseguraban que tenía opción de trabajar por mi nivel de doctora y experiencia universitaria. Que la edad no era limitante. Buen sueldo para profesores, mejores condiciones de seguridad física y alimentaria, idioma español y cercanía con Venezuela Por ser un país cerca de Venezuela, por su cultura y muy parecido al mío.
España	<ul style="list-style-type: none"> Garantía de la asistencia sanitaria en mi caso de salud personal. Primero viví en Ecuador donde viví por cerca de 4 año. Allí migré con mi familia porque encontramos empleo en nuestras áreas de desempeño. Ahora vivo en España porque vine a continuar mis estudios doctorales Por un lado, el tener la nacionalidad española facilita el acceso a servicios, trabajo, etc. y, por el otro, ya mis hijos vivían en España. Facilidades para la documentación necesaria para trabajar y continuar la preparación académica, reconocimiento del desempeño académico y profesional de los egresados de la UCAB, manejo del mismo idioma.
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> Soy ciudadana americana y legalmente mi familia y yo podemos residir aquí Calidad de vida. Estados Unidos me brinda alimentación y medicinas de manera total y absoluta, así como seguridad, tranquilidad, espacios físicos y ambientales adecuados para tener una vida sana y en equilibrio. Condiciones de vidas dignas, alta calidad de vida, salario acorde con mi formación académica, abundancia de comida en los supermercados, ambiente seguro para criar a mi hijo, bilingüismo, posibilidad de un futuro mejor para mi familia, reunificación familiar a futuro, en general la vida que Venezuela, no me podía ofrecer más. Invitación a trabajar en una universidad Beneficio económico rápidamente Apoyo familiar que ya estaba aquí, oportunidades para los hijos, posible obtención de legalidad, plazas para mi desempeño académico como lingüista.
Francia	<ul style="list-style-type: none"> Mi esposo es venezolano-francés y tenemos familia en Francia, razón por la cual nuestra partida resultó, digamos, "menos traumática" que para aquellos que no tienen esto. Mi esposo recibe aquí una pensión como expatriado que regresa a su país y ha podido continuar trabajando como psicoanalista (vía skype) y traductor. Eso nos alcanza para vivir con un presupuesto muy ajustado. Hice mi doctorado en Francia, me gané una postulación como profesora invitada y, habiendo previamente optado a una beca de investigación en la región, la gané (sólo por un año).

País	Razones por las que decidió emigrar a ese país
Grenada West Indies	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de trabajo
Guatemala	<ul style="list-style-type: none"> • Por razones familiares, uno de mis hijos está radicado allí con su familia desde 2015 y tiene espacio en su casa
Honduras	<ul style="list-style-type: none"> • Reunión familiar. Mi esposo recibió una oferta de trabajo de una compañía transnacional y el puesto disponible estaba en Honduras
Italia	<ul style="list-style-type: none"> • Mi hija estaba radicada allí. tengo la nacionalidad. hablo la lengua • Facilidades para realizar estudios superiores • tengo la nacionalidad
Japón	<ul style="list-style-type: none"> • Las razones son tan evidentes que simplemente pareciera que ha sido una manera de no hundirme en el mar de miseria y humillaciones que arroja al país.
México	<ul style="list-style-type: none"> • Se abrió una oportunidad de trabajo • Oportunidad de empleo que mejoraba notablemente la condición actual, entendiendo que había perdido empleo y con sueldo universitario no era suficiente • Estudiar mi doctorado, y luego surgió una posibilidad laboral • Búsqueda de mejores condiciones laborales y de investigación • Por haber sido aceptado en un programa de maestría en ese país
Panamá	<ul style="list-style-type: none"> • Por tener amigos con experiencia de migración en este país • Oferta laboral importante y correlacionada con mi acción docente universitaria • Varias • Persecución política • Por ofertas laborales, posibilidades de superación y presencia de amistades.
Perú	<ul style="list-style-type: none"> • Logré ser convocado y luego contratado por una empresa educativa • Cuento con la nacionalidad y en su momento con opciones de trabajo relacionada con la docencia universitaria. • Brinda una buena seguridad social y económica, además de estabilidad laboral y política • Facilidad de obtención para cambiar calidad migratoria, es un país muy estable económicamente, es decir con un salario mínimo puedes cubrir tus necesidades básicas.
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Mi esposo es Portugués y eso facilita mi residencia acá • Soy ciudadano portugués
Puerto Rico	<ul style="list-style-type: none"> • Mejores oportunidades de trabajo • Oferta de trabajo
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> • Amigos que me han dado soporte • Mis hijas y nietos viven en este país y la situación en Venezuela era cada vez más insostenible • Mi esposo ya tenía trabajo seguro.
República Dominicana	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato de trabajo seguro en una universidad
Suecia	<ul style="list-style-type: none"> • Situación Política y económica

País	Razones por las que decidió emigrar a ese país
Uruguay	<ul style="list-style-type: none"> • Las condiciones de trabajo eran muy buenas • Oportunidad de trabajo • Posibilidades de tener visa de residente • Buenos indicadores sociales y calidad de vida, aunado a facilidad para obtener la residencia legal • Mi hijo menor está residenciado aquí.

Fuente: Elaboración propia.

Tiempo estimado de estancia en el país receptor

Al consultarse a los profesores el tiempo que estiman estar en los países receptores, se tuvo 310 datos válidos, y una serie de comentarios que expresan de cierta forma las proyecciones del profesor en el país de acogida y la situación futura de Venezuela.

Tabla 2 - Cuánto tiempo estima usted estar en el país de acogida.

	N
Sin información	2
1 año	9
2 años	25
3 a 5 años	63
Más de 5 años	142
Indefinido	32
No sé	37
Total	310

Fuente: Elaboración propia.

Sobre *Cuánto tiempo estima usted estar en el país de acogida* las respuestas fueron variadas, la estancia en el país de acogida depende más de como perciban los cambios en el país de origen, allí está el énfasis, en los cambios que observen en la sociedad venezolana y la percepción de que tales cambios signifiquen una mejoría que hagan

factible el retorno. Así, el asunto de estimación del tiempo, más que un asunto de tiempo cronológico refiere más al tiempo histórico social de Venezuela, de su evolución política, y de la percepción de que mejore las condiciones por las cuales decidieron partir.

El país de recepción es asumido como estancia transitoria: *de- penderá de cómo evolucione la situación en mi patria, no sé cuánto dure el problema en Venezuela, depende de si mejora la situación del país;* hasta que mejoren las condiciones políticas, sociales y económicas del país, Hasta que mi país me ofrezca seguridad económica, social y labo- ral. Cuando se reestablezca el Estado de derecho *Cuando retorne el sis- tema democrático, la vigencia de la Constitución y el estado de derecho.*

El país de recepción es de resguardo mientras mejoran las condi- ciones en Venezuela *No sé si regreso de Venezuela, lo más probable es que así sea; hasta que pueda ver la posibilidad de volver si fuera el caso.* Algunos argumentan que se quedarán en el país de acogida el tiempo que su condición personal mejore *Cuando recupere mi salud; En función de los estudios de mis hijos; hasta que en este país haya posibilidades de vivir dignamente.* La incertidumbre se expresa con frecuencia *No tengo ni la menor idea de qué ocurrirá en mi vida futura; No tengo en planes, alguna fecha de retorno definitivo a Venezuela; No tengo planes de salir de aquí; Aún no estoy muy segura de quedarme me quiero ir a mi casa.* Algunos ven los países de acogida como sociedades para su estancia definitiva *No tengo previsto regresar a Venezuela; Asentarme en este país.* Lo que se deriva de las respuestas dadas por los participantes de la investigación es la marcada presencia de la incertidumbre sobre el país, y como esto afecta su percepción sobre la proyección o estancia en el país de acogida.

A la incertidumbre sobre la situación del país de origen, tam- bién se suma la incertidumbre de las condiciones de vida en el país receptor, en el éxito que pueda tener en su inclusión en la sociedad de acogida. Depende de las condiciones que le ofrezca el país de acogi- da: *Dependerá de las condiciones de permanencia; Tengo menos de*

un año y todavía no puedo afirmar cuánto tiempo estaré; Si no consigo nada tendré que buscar oportunidades en otra parte. En concreto estarán en el país de acogida; El tiempo que se pueda; El tiempo que sea necesario; El que sea necesario para ejecutar los tres proyectos en los que estoy involucrado; El tiempo suficiente para establecerme; Espero no tener que salir; Hasta que sea posible; Lo que me resta de vida. Algunos ya expresan que se han establecido en las sociedades de acogida radicarme a vivir porque gane concurso de oposición y tengo plaza fija; Residencia definitiva. La situación legal y laboral es un factor relevante en el establecimiento definitivo del migrante en la sociedad de acogida.

Condiciones de vida

Un aspecto importante que se consideró en la investigación está vinculado a las condiciones de vida del profesor antes y después de salir de Venezuela. El lugar de residencia es un indicador fundamental, ya que expresa las comodidades básicas para el despliegue de su proyecto de vida profesional. Al consultarle sobre su lugar de residencia actual en el país de acogida las respuestas fueron;

Tabla 3 - Lugar de residencia actual.

	N
Anexo a una casa	1
Apartamento	252
Arrimada	1
Casa	86
Habitación	26
Residencia	2
Total	368

Fuente: Elaboración propia.

Señalan los profesores con respecto a las condiciones de vida que tenía en Venezuela, su situación actual es mejor que las que tenían en su país de origen.

Tabla 4 - Condiciones de vida que tenía en Venezuela, su situación actual es.

	N
Mucho mejor	142
Mejor	174
Igual	33
Deficientes	23
Muy Deficiente	1
Total	373

Fuente: Elaboración propia.

Por las opiniones dadas vemos que los profesores consultados en la investigación señalan que sus condiciones de vida han mejorado, son mejor o mucho mejor que las que tenían al estar en Venezuela. Pese a que muchos viven alquilados, a diferencia de Venezuela, donde eran propietarios de sus casas, el mejoramiento de las condiciones tanto del lugar de residencia como de las condiciones de vida en general esta asociada a dos aspectos centrales, por un lado, la existencia de servicios públicos básicos de forma continua (Agua, luz, internet, aseo urbano, alumbrado público), como del factor asociado a la inseguridad ciudadana.

Situación laboral en el país de acogida

Sobre la situación laboral, muchos ocupan profesiones diversas a las que desempeñaban en Venezuela como profesores universitarios. Sin embargo, un numero importante señala que labora como profesor universitario en el país de acogida.

Tabla 5 - Trabaja actualmente como profesor universitario.

	N
No	226
Si	147
Total	373

Ser profesor universitario en el país de origen no es garantía para serlo en el extranjero. Más de la mitad de los consultados señalaron que no labora actualmente como profesor universitario. Esto puede deberse a muchas razones, una de ellas las regulaciones al ejercicio profesional en los países de acogida, las exigencias y normativas que regulan los sistemas educativos, de educación superior y las universidades de los países receptores, al desconocimiento del sistema laboral. Las propias condiciones de vida del profesor migrante que se ha visto en la necesidad de replantear su proyecto de vida personal y profesional por las propias condiciones de vida del migrante, inseguridad jurídica, precariedad laboral, inestabilidad socioemocional. Una de las primeras respuestas que se obtuvieron sobre el tema fue que *a un inmigrante nunca se le debe preguntar en qué trabaja*. Sin embargo, se pudo constatar la diversidad de actividades laborales que desempeñan estos profesionales en los países de acogida.

Poco más del 30% señaló que labora en el sector universitario del país de acogida, *Tengo el cargo de Coordinador de Investigación del área de Ciencias Sociales y Humanas en la Universidad; Acabo de terminar un contrato de docente; Actualmente trabajo como investigador; Asesor curricular en una Universidad*. Otros se han mantenido en sus áreas de formación disciplinar, como el caso de ingeniería y medicina.

En el campo de la docencia directa, algunos profesores universitarios señalaron que en el país de acogida se desempeñan laboralmente como: *maestro de escuela, maestro integrador- docente de educación especial; profesor de bachillerato; profesor de educación*

básica, profesor de instituciones privadas de educación básica, contratado, profesor titular investigador (full professor); profesor y tecnico de laboratorio en un liceo; profesora de bachillerato de español avanzado (ap, o advanced placement, es el programa con el que trabajo que les permite obtener crédito universitario aun estando en la secundaria); profesora de high school, profesora diferencial en una escuela especial.

Un grupo importante de los encuestados manifestaron que realizan actividades laborales en áreas distintas al sector universitario, pero relacionado con su formación profesional, en funciones de consultor, asesor y se dedican al ejercicio libre de la profesión. Algunos indicaron que trabajan como *consultora de investigación, asesor de seguros; asesoría internacional en economía; asesoría pedagógica en empresa comercial; Consultor de modelos de riesgo para una firma internacional; Consultor Educativo, diseñadora instruccional y tallerista, Consultor en economía y finanzas, Consultor en Ernst & Young, Consultor Internacional (GLG Group, Nueva York); Consultor/Asesor de Sistemas de Gestión Integrado, Consultora de Calidad Educativa; consultoría de investigación de mercados; investigador independiente en proyectos vinculados a museos e instituciones culturales.*

Otros profesores señalaron que su actual empleo es on line, administrando productos y servicios en la web, *trabajos en línea, me contrataron en una empresa que ofrece Diplomados y Cursos; muchos de ellos freelance, Clases de español, clases particulares de idiomas, Hago traducciones esporádicamente porque soy intérprete público. También doy clases gratis de conversación a venezolanos.* Otros profesores universitarios están empleados en labores de asistencia, son: *Asistente Administrativo; Asistente de clases; Asistente de enfermería; Asistente de Laboratorio; Asistente dental;* los mantiene en su campo laboral, pero en funciones técnicas de servicio.

También la consulta permitió ver algunos casos de profesores que aún están desempleados, subempleados o en situación de depen-

dencia, ya sea de pensiones familiares o pensiones de los sistemas de previsión social del país de acogida, *Actualmente estoy desempleada, dependo de mi esposo; de manera muy sincera, no trabajo; Ninguno que me proporcione una remuneración económica; Estoy jubilada, y vivimos con la pensión de mi esposo, vivo de los aportes de mis hijos; No estoy empleada en este país. Mantengo contacto con estudiantes venezolanos a través de la asesoría de trabajos de investigación.*

También, hay profesores universitarios que han incursionados en el campo laboral de los servicios, ventas y oficios. En este grupo destaca afirmaciones como *cualquiera que la vida me ponga por delante* expresión que indica la actitud inicial del migrante frente al trabajo, optar por cualquier actividad remunerada -legal y decente- que le permita inicialmente instalarse en la sociedad de acogida y hacerse de los recursos necesarios para su subsistencia; *No tengo trabajo fijo. Me he dedicado a labores agrícolas, a trabajos como ayudante o auxiliar de cocina; Mixto, trabajo como profesora universitaria a tiempo parcial y lo combino con otro trabajo a tiempo parcial de mesera.* En este grupo podemos señalar algunos trabajos, tales como *administradora de una empresa de eventos; administrativo en una clínica Privada; Amazon y Uber; anfitriona - Cajera en KFC; atención al público, atención al público en un comedor, ayudante de barra en un restaurante, ayudante de cocina; Facility Manager en una cadena de restaurantes, Gastronomía, Hostess de Restaurant (Anfitriona); Vendedor de Autos; , bombero en una estación de gasolina, Call Ejecutivo de Ventas, Cocinera, Cuidado de personas mayores, trabajé durante un año cuidando un bebé, Ceramista, Encargado de tienda, Gerencia de oficina (área administrativa de una empresa); Remodelación de inmuebles, Obrero de Construcción; Guardia de seguridad y asistente de productor cinematográfico y de espectáculos; Operador de servicios en una empresa de lavado de automóviles.*

Es importante observar que buena parte de los profesores laboran en condición de dependientes, o autónomos y en oficios, pocos indican estar desarrollando algún proyecto emprendedor, destaca dos

referencias: *Inicié un emprendimiento; dueño de una pequeña tienda de ropa, ayudo a mí hija en su emprendimiento, Gerente-dueño de restaurant, Gestiono un pequeño piso de mi propiedad, como piso turístico; Tenemos una empresa consultora, mentores de emprendedores, capacitación laboral, reclutamiento de capital humano.*

Otros profesores no señalaron su situación laboral, indican que se han dedicado a su formación y actualización profesional, *Estoy formándome en el área de docencia de competencias profesionales; estoy realizando una maestría en historia; Estudiante de Doctorado; Estudio Inglés; Estudio francés por mi cuenta porque todavía no puedo pagar un curso; Haciendo un curso de atención al cliente; también los hay quienes se ocupan laboralmente, pero sin remuneración: Soy profesora invitada en el Latin America Research Centre de la University of Calgary (sin salario); Soy traductora y escritora. No gano dinero con eso. Mi marido me mantiene.*

Limitaciones para ingresar al mercado laboral universitario en el país de acogida

A los profesores se les consulto si han buscado ingresar al campo universitario, ¿cuáles cree que son las principales razones para que hasta ahora NO lo haya logrado? Las respuestas varían conforme la experiencia de vida de cada profesor. En las respuestas destacan disponer de Visa, cedula de identidad o DNI; *Aun no poseo visa; Recién obtuve la cédula de identidad como residente temporal.* La disponibilidad de permiso laboral en el país de acogida: *permiso de trabajo.* El costo de los aranceles para la legalización de los documentos en el país de acogida: *así como el pago de aranceles en Perú que son costosos.* Un profesor señala *Considero necesario cubrir otras necesidades y una vez estable en lo que deseamos como familia entonces le doy mayor importancia a la legalidad de títulos.*

En términos generales, los consultados manifestaron que una de las principales razones para hasta ahora no incursionar en la labor universitaria en los países de acogida es la documentación exigida tanto por el sistema legal del país como de las instituciones universitarias en específico. La posibilidad de estar al día con la documentación, el tiempo que tarda la certificación y los costos que este proceso conlleva hace que el docente vea limitada su incorporación en los sistemas de educación superior en los países de acogida. Limitaciones de tipo legal al carecer de apostilla de títulos: *Apostillar título; Aquí son muy estrictos y discriminadores con los documentos; me piden todos mis documentos apostillados desde Venezuela (trámite que se demora una eternidad); Tardanza en el apostillamiento de documentos en Venezuela.*

El tiempo que exige la legalización y el reconocimiento/homologación de los títulos en el país de acogida: *Dificultad para realizar la legalización de documentos migratorios y reconocimiento de títulos Universitarios, Debo hacer revalida del título; El hecho de no haber culminado el proceso de revalidación de mis títulos universitarios; tengo ofertas de dos universidades, pero es requisito tener la reválida.*

Tres aspectos señalan con recurrencia los encuestados sobre porque no han ingresado a laborar en la universidad en los países de acogida, uno de ellos es la edad, las redes de contacto “*La edad es el factor más influyente y la falta de recomendación personalizada que es muy importante para ingresar en la universidad*” y las limitaciones de tipo cultural como es el caso del idioma: *el idioma suele ser una barrera, debo dominar al menos 3 idiomas de estos 4: holandés, papiamento, español e inglés. De esos sólo domino español e inglés.* La edad es un factor importante que explica porque no han continuado los profesores universitarios la carrera académica en los países de acogida.

La decisión de emprender un nuevo proyecto laboral: *actualmente no me interesa ser profesora en una universidad.* Aun no se ha dedicado a buscar trabajo en la universidad: *Como no estoy fija en*

un lugar no he buscado un trabajo todavía. La posibilidad de entrar a laborar en la universidad exige que la persona emprenda nuevamente estudios universitarios: Se debe hacer un máster y luego un PhD en un país donde la educación tiene precios prohibitivos, No disponer del título de Doctor/ No poseer nivel avanzado de inglés; ser extranjero y alta competencia por los cargos vacantes.

Las características propias del sistema universitario del país de acogida, tal como claramente lo expresa un profesor *Los requerimientos para ejercer la carrera docente universitaria son distintos a los venezolanos, no conocen nuestras universidades, las juzgan por su posición internacional, que es siempre mucho más allá del primer centenar de universidades. Sin embargo, una vista las respuestas dadas por los encuestados da una imagen de los sistemas: Exigencia de grado académico de Doctor para ejercer carrera docente universitaria; el mundo académico es muy cerrado, y existe apertura sólo a académicos estadounidenses y europeos; el no reconocimiento de la condición de docente universitario, a pesar de serlo por concurso de oposición; es obligatorio tener la acreditación de una agencia creada para tal fin pero los ítems del baremo para otorgar dicha acreditación, en el apartado de investigación, son imposibles por quienes venimos de Venezuela; he intentado tener un cargo académico dentro de alguna universidad y no he podido tenerlo, principalmente por la baja productividad que tengo, y esa baja producción es debido a lo difícil que es hacer investigación en Venezuela, actualmente; he tenido varias entrevistas, pero no puedo dejar de trabajar para dedicarme a publicar, y si no público no puedo ser profesor universitario; no he logrado homologar mi título de Doctora en Ciencias de la Educación, porque tengo que tener publicaciones en Revistas por lo menos de Index SCOPUS; En general, consideran que para ser profesor hay que ser del país. No les hacen falta extranjeros como profesores; No puedo competir con los jóvenes que con un cuarto de mi edad han publicado dos y tres veces lo que yo publiqué en mi vida académica.*

Algunos señalan es cerrada para nuestra nacionalidad, (la universidad) es una institución muy cerrada; Lo he buscado desde mi llegada al país, he cumplido con todos los tramites cuento con la Cédula Profesional, demasiado difícil, tengo 5 años tratando a entrar a una caja cerrada, sólo es abierta para recibir estudiantes; Me ofrecí a colaborar (hasta gratuitamente) con la universidad pública de la ciudad donde resido, en el área de mi especialidad, pero no obtuve ninguna respuesta o llamada; No hay muchas plazas disponibles en la Universidad y los requisitos para entrar son dificultosas para los extranjeros; es bastante celoso con el hecho de permitir a profesores extranjeros el ingreso a sus universidades, particularmente las públicas, muchas universidades e instituciones educativas no están dispuestas a hacerse cargo de todos los trámites administrativos necesarios para contratar extranjeros; se abren pocos concursos y están generalmente enfocados a contratación de personas del país y con algún contacto dentro de la universidad.

El bajo salario que recibe el profesor en el país de acogida: no se gana suficiente trabajando como profesor, a menos que tengas un cargo aparte. Ese es el consenso general expresado por los mismos colegas argentinos y que yo pude constatar personalmente; Ingresé en el campo universitario en Japón con un contrato largo, pero las renovaciones de los contratos en Japón son costosas para las personas de edad y experiencia, por lo que buscan jóvenes formados que cobren menos dinero por las clases dadas.

Algunos viven en zonas donde hay pocas universidades; Estoy en un lugar muy pequeño; también otro tanto señala que no estoy interesado en retomar la carrera académica en los países receptores. Su experiencia profesional se corresponde con las dinámicas del país: Existen biólogos venezolanos con currículos específicos para el área que piden. No se trabajaba con cultivo de tejidos en las universidades de Ecuador. Mi experiencia no clasifica para esos cargos; Hay pocas oportunidades de ejercer Ictiología en las universidades ecuatorianas.

Formas de ingresar al mercado laboral universitario en el país de acogida

Se tomaron las respuestas que dieron los profesores que lograron continuar actividades académicas en el sector universitario en los países de acogida. Al consultarse sobre los tiempos de ingreso ¿Fue rápido ingresar al campo laboral universitario? De 273 registro, se obtuvieron 147 datos válidos.

Tabla 6 - Ingreso al campo laboral universitario.

	N
Si	125
No	22
Total	147

Fuente: Elaboración propia

Las razones que facilitaron o favorecieron su incorporación al mercado laboral universitario también es variada. Sobre este aspecto, las respuestas dadas por los profesores expresan que:

Tabla 7 - ¿Qué cree contribuyo a su rápido ingreso al campo universitario?

	N
Acreditación / Formación académica	76
Alta especialización	22
Experiencia	14
Vinculo o redes profesionales	18
Programa especial	4
Otros	13
Total	147

Fuente: Elaboración propia.

Algunas de las respuestas dadas a la pregunta sobre a qué se debe su rápido ingreso al campo universitario, algunos profesores uni-

versitarios señalaron: *Una combinación compleja de todos los aspectos listados: alto nivel de formación y de experiencia científico-académica y redes profesionales a nivel internacional; suerte, desde Venezuela encontré posiciones en Colombia y Ecuador. Luego encontré en USA y Uruguay. Pero decidimos quedarnos en Ecuador; Ya tenía el contacto con la Institución contratante desde Venezuela; Busqué opciones desde Venezuela, tardé 4 meses enviando CV y contactando universidades privadas de acá. No hice el intento de enviar a públicas porque tengo entendido, es más complicado el ingreso; contrato prefijado; haber realizado una investigación muy puntera en él era de área inteligencia Artificial, También la experiencia, buscaban doctores en esa universidad, Tenía contactos con el rector y un exrector, quienes decidieron apoyarme en mi salida del país, Un amigo de esta universidad nos invitó a mi esposo y a mí.*

Hacer docencia universitaria en el país de acogida

En caso de ejercer la docencia en una universidad, ¿cómo calificaría sus condiciones actuales comparadas con las que tenía al momento de su salida de Venezuela?, expresan que las condiciones para el ejercicio de la docencia son sustantivamente mejores a las que tenía cuando ejercía la docencia en Venezuela.

Tabla 8 - Docencia universitaria en el país de acogida.

	N
Mucho mejor	62
Mejor	50
Igual	23
Deficiente	9
Muy deficiente	3
Total	147

Fuente: Elaboración propia.

Con relación a la pregunta anterior como son las condiciones actuales para ejercer la docencia en comparación con las que tenía en su universidad al momento de su salida, las respuestas señalan que uno de los cambios más importantes es el salario *A nível econômico ha sido verdadeiramente gratificante. Hay mejor remuneración, sin embargo, asignan muchas más horas de docencia que en Venezuela, se trabaja muchísimo; Me pagan aparte todo lo que haga (publicaciones, congresos, clases de especialización, maestría y doctorado), además de recibir un pago por la atención de tesis (pues es un tiempo de dedicación).*

A pesar de que hay mejor remuneración, se está en una situación laboral inestable *Ejerce la docencia como Adjunct Professor, lo que equivale a Profesor Contratado, es muy inestable, no existe mucho respeto por los derechos del trabajador; aquí soy personal contratado, no se respetan los contratos firmados por un año. En el momento que ellos consideren te pueden dejar sin el cargo; Es un poco inestable, sentí mayor estabilidad en mi país; Estudiantes y docentes con problemas, pero no tanto como los que atraviesa Venezuela. Un profesor señala que Es una condición lógica la inestabilidad ya que se trata de un nuevo comienzo, estar experimentando un cambio laboral y cultural Estoy como hace 11 años, sólo que, con mayor experiencia, formación, aunque con la incertidumbre de integrarme a una nueva cultura. Las condiciones para la docencia e investigación son mucho mejores, pero aquí no soy personal de escalafón, Lo tengo todo, solo me faltan mis pares académicos.*

La posibilidad de dedicarse a la investigación: *Acá solo trabajo 6 horas de docencia, puedo investigar casi a tiempo completo, recibos incentivos en dólares por cada artículo científico publicado en Scopus o ISI; ciertas restricciones para la investigación, pero el resto comparativamente mejor; Dedicación de tiempo, recursos e incentivos, Tengo*

acceso a buenas bibliotecas, internet, recursos económicos y hay un ente que se encarga de indagar cuáles proyectos reciben financiación externa en dólares, hay mucho apoyo para investigación, Oficina propia equipada, software para desarrollar un estimación financiamiento para emprender proyectos y publicaciones, tengo alumnos bien alimentados, paz para trabajar, seguridad al salir de noche (doy clases nocturnas).

La universidad tiene Muy alto nivel de exigencia científico-docente y administrativa, alta calidad institucional, Son incomparables la universidad venezolana con la universidad americana, simplemente son dos mundos diferentes, en algunos casos, en otras; No existe un ambiente académico; la exigencia académica es menor a la que había en la universidad venezolana. Recursos y dotación universitaria para el ejercicio adecuado de la docencia: Buen equipamiento de aulas, acceso a redes y asistencia a eventos, actualización de libros; En la universidad donde trabajo tengo condiciones similares a las que tenía en la UCV en 2005; existe un funcionamiento regular de las instituciones universitarias; La institución está equipada tanto en su infraestructura como en su preocupaciones de desarrollo e investigación en un nivel alto y adecuado para la evolución permanente tanto de sus docentes, empleados y estudiantes, Los docentes cuentan con oficinas, materiales, equipos, bibliotecas y financiamiento para desarrollar proyectos de investigación y vinculación.

Hacer investigación en universidades del país de acogida

En caso de hacer investigación en la universidad donde trabaja actualmente, ¿cómo calificaría las condiciones actuales comparadas con las que tenía al momento de su salida de Venezuela?

Tabla 9 - Investigación en universidades del país de acogida.

	N
Mucho mejor	66
Mejor	44
Igual	19
Deficiente	12
Muy deficiente	6
Total	147

Fuente: Elaboración propia.

Con relación a la pregunta sobre las condiciones que tiene actualmente para hacer investigación en comparación con las que tenía en su universidad al momento de su salida manifestaron los profesores apoyo y acceso a financiamiento: *Te garantizan condiciones para presentar proyectos en eventos internacionales. Debes concursar para conseguir financiamiento para el desarrollo de proyectos de investigación; Recientemente me aprobaron unos fondos para contratar estudiantes que puedan trabajar para mí como colaboradores en mi línea de investigación. Tengo pensado solicitar introducir un proyecto para obtener más recursos para mis investigaciones. El departamento tiene recursos para asistir a los eventos, todo fluye sin mayor problema; Hay interés en la universidad en áreas de mi especialidad como elearning; he sentido bastante recepción por parte de algunos pares; La universidad ha financiado varias de mis estancias de investigación en universidades de Europa y América.*

Estas condiciones no eximen de exigencia de horas de docencia: *En Venezuela, los profesores investigadores tenían más tempo para realizar la investigación. Acá te recargan con 24 horas de clases y además te evalúan mal si no haces investigación y trabajo de extensión; Financiamiento fijo anualmente, no obstante, más horas de clase y de gestión; Presión excesiva en lograr resultados (publicaciones) con pocas horas disponibles para la investigación.*

Vínculos con Venezuela

Finalmente, se les consulto a los profesores migrantes con qué regularidad se informa de la situación del país y de las universidades venezolanas, los profesores migrantes venezolanos se mantienen informados de la situación del país y de las universidades, pese a la distancia que supone la condición de migrante. Se informan diariamente sobre el acontecer nacional, las redes sociales son el principal medio de información sobre la situación venezolana.

Tabla 10 - Información sobre la situación de Venezuela.

	N
Diariamente	319
Eventualmente	14
Muy esporádicamente	11
Nunca	2
Semanalmente	27
Total	373

Fuente: Elaboración propia.

Al igual que la situación del país, se mantienen al día de la dinámica de la universidad, por lo menos es una respuesta al momento de hacer la consulta.

Tabla 11 - Información sobre la situación de las universidades venezolanas.

	N
Diariamente	199
Eventualmente	61
Muy esporádicamente	22
Nunca	9
Semanalmente	82
Total	373

Fuente: Elaboración propia.

Al hacer la pregunta directa sobre si retornaría a Venezuela, muchos manifiestan interés de volver, siempre y cuando estén dadas unas mejores condiciones a su situación de partida. Por ello está al día de la situación del país y de la universidad es una forma de llevar el pulso a la situación, su valoración, y hasta su apoyo desde las sociedades receptoras vía vínculos académicos, contactos y apoyo institucional y humanitario.

Tabla 12 - Regresar a Venezuela.

	N
Sí, para reestablecerme en el país si cambia la situación actual	187
No, ya me establecí en este país	95
No, lo estoy pensando	37
No, con dudas sobre el futuro	18
Si, con dudas sobre el futuro	34
Otros	2
Total	373

En las respuestas NO condicionadas los encuestados señalaron: *No lo sé, todo dependerá de muchas condiciones; aún no estoy segura de regresar, no creo regresar, aunque aún no me establezco en este país; no está descartado pero por ahora no está contemplado; aún no lo considero, lo considero improbable, no tengo la menor idea de que haremos con nuestras vidas; no está en mis planes actuales, pero si la situación cambia me gustaría regresar; No, aunque no estoy establecido, pero si la situación cambia y acá no me estabilizo lo pensaría; No lo creo; mis hijos están creciendo aquí, y dudo que el país se levante de esta trágica situación en poco tiempo...pero volver siempre será mi sueño; no lo he decidido aún, tengo tres hijos adolescentes haciendo su vida aquí; pienso regresar si cuando cambie la situación en Venezuela no he logrado establecerme profesionalmente aquí, Podría regresar a contribuir en la reconstrucción del país y de la UCV, si se dieran las condiciones, posiblemente, no lo descarto pero tampoco descarto quedarme en este país; quisiera, pero si pasa mucho tiempo dejaría de ser una opción.*

En las respuestas NO con dudas sobre el futuro plantearon: *No lo sé; actualmente no lo tengo claro; dependerá mucho de las condiciones sociales y laborales; dificulto regresar al país. Aún no sé si me residencia en este país, de cualquier manera, espero continuar teniendo relaciones académicas con las universidades y centros de investigación de Venezuela.*

En las respuestas SI condicionaron expresaron que: *Tal vez si hay cambio de gobierno permanente; de visita sí, no para reestablecerme; dependerá de la situación país y mi situación personal; dependerá del tiempo que tarde en salir la dictadura y como me encuentre yo en el momento que eso ocurra; dependiendo de nuestra situación aquí cuando las condiciones de Venezuela cambien “verdaderamente”; me gustaría regresar en un futuro cuando las cosas mejoren (sobre todo las condiciones salariales y disminuya significativamente la inseguridad); Si cambian las condiciones, me encantaría regresar una vez me jubile; Si el país me otorga las misma calidad de vida como docente y como ciudadano. La migración se asume como asunto transitorio, eventualmente volverían: Desde que vine la idea era estar un periodo aquí y otro en Venezuela; estoy probando, pero si cambia Venezuela podría regresar.*

- Condiciones deben darse en la universidad venezolana para que el profesor migrante decida regresar

Sobre la pregunta cuáles condiciones deben darse en la universidad venezolana para que usted considere regresar, los encuestados emitieron importantes ideas y razonamientos sobre los que ellos consideran debe tener no solo la universidad y el país para volver. Señalan que la primera condición que se requiere para darse un cambio en la universidad venezolana es un cambio en el modelo sociopolítico del país; *los factores que desencadenan mi estancia fuera del país no responden estrictamente al devenir universitario, un nuevo régimen de gobierno, de inspiración democrática; Basta con que se dé un cambio político en el país; regresaría sin mayores condiciones;*

la mejora debe ser profunda desde cambio de régimen en adelante. así también cambiarían las autoridades universitarias ministeriales e institucionales; un cambio radical de régimen político que repercutiera positivamente en la restauración de la institucionalidad del país en su conjunto. Mejoras en las condiciones sociales en general: se debe dar seguridad ciudadana a la población; buen nivel de Seguridad. Así, apuntan a dos aspectos importante, cambios en el régimen de gobierno del país, y renovación de las estructuras universitarias.

Los profesores señalan que un aspecto vital en la vida universitaria es el restablecimiento de la autonomía universitaria, establecida en la constitución, pero erosionada durante los últimos veinte años del régimen de gobierno Chávez-Maduro. Los profesores consideran que la autonomía debe ser reestablecida, garantizada y respetada por una eventual nuevas autoridades en el país. La autonomía debería permitir darse su propio gobierno, renovar autoridades, diseñar los planes y estrategias financieras para su funcionamiento, política de investigación, desarrollo e investigación, derivada de su propio hacer conforme las tendencias mundiales, *La universidad ha perdido su rumbo en cuanto a institución clave para el desarrollo del país. Si esto cambia, puede motivar a muchos profesores para volver al país, para poner su granito de arena para la reconstrucción de una nueva y próspera Venezuela.*

El restablecimiento de la autonomía debe dar paso al inicio de la reforma del modelo de universidad; las universidades llegaron a un punto de no retorno. *Lamentablemente la universidad pública venezolana es insostenible de la manera en que está concebida. Habría que reestructurarla por completo; nuevas autoridades en la institución; cambiar desde las formas de ingresos de los profesores hasta la actualización de los currículos de estudios y por supuesto la relación de poder entre el Estado y las universidades.* Algunos se plantean una imagen de la universidad previa a la década del 2000: *Que vuelvan a parecerse un poco a cómo eran hasta los años 90-2000. Flujo alto*

de estudiantes, poder adquisitivo para los profesores, buen servicio de comedor y transporte, y que me hiciesen una buena oferta laboral para regresar claro; Regresar la Universidad a las condiciones de crecimiento y estabilidad que tenía antes del año 2000 o mejores.

En el caso específico de las universidades, lograda la primera condición general del cambio de régimen político en Venezuela, muchos están dispuestos a volver para apoyar en el proceso de reconstrucción del país y en el fortalecimiento y desarrollo de la institucionalidad universitaria; *yo apostaría a dar lo mejor de mi para reconstruir mi país.* Uno de los planteamientos más recurrentes es las mejoras en las condiciones laborales y salariales, *los salario y sueldo de los profesores sean los correctores por norma de homologación; respeto al profesor instructor es un profesional y por lo tanto debe tratarse como tal, su remuneración debe ser proporcional al nivel educativo; Un cambio total en cuanto a las condiciones de trabajo, mejora del sueldo del profesor universitario de acuerdo a su experiencia y formación, mejora en los beneficios laborales, seguro médico, préstamos para vivienda;* esto es coherente si consideramos que muchos profesores universitarios migraron en vista de la precarización de salario y el deterioro general de las condiciones de vida; *Condiciones económicas que garanticen al profesor una buena calidad de vida.* Debe abrirse la posibilidad de políticas de retorno: *En principio, que haya una ley de reinserción laboral que me permita tener trabajo en la universidad y reconocimiento de los años no trabajados (como ocurrió en Uruguay después de la dictadura). Así como derechos jubilatorios, políticas de reinserción de profesores a las labores universitarias solicitaría más respeto por las condiciones intelectuales y a la trayectoria de los docentes que siempre defendimos a la universidad, independientemente del rol que ejercimos; que flexibilice la edad para ingreso, pues ya tengo 58 años, que me aceptaran volver a mi cargo.*

Aunado al salario, la posibilidad de que la universidad tenga un presupuesto acorde con sus planes de funcionamiento y desarrollo.

Otro aspecto tiene que ver con el funcionamiento de la universidad, se requiere *recuperar la estructura y planta física de nuestras universidades que están el suelo; Actualización de bibliotecas, hemerotecas, acceder a las bases de datos internacionales, tener condiciones de infraestructura en condiciones básicas para el funcionamiento de la academia; Condiciones en materia de seguridad y recursos para dedicarse a la investigación; apertura a la diversidad investigativa y vinculación interuniversitaria; tener una economía país fuerte para traer reactivos de grado cultivo celular y activar todo el sistema hospitalario.*

También hay señalamientos que van en dirección contraria; *no veré cambios mientras viva; no volveré que la universidad, No, eso está muy lejos de ocurrir, al menos unas tres generaciones.* Algunos plantean escenarios como *no tengo planteado regresar a la academia a menos que sea a proyectos relacionados con resiliencia de la población al cambio climático.* En esencia la idea es; *Las condiciones de investigación para tener estudiantes tendrían que mejorar claro porque no se les puede crear expectativas a ellos si no hay recursos.*

- Condiciones deben darse en el país para que el profesor universitario considere regresar a Venezuela

En relación con la pregunta cuáles condiciones deben darse en el país para que usted considere regresar a Venezuela, *las condiciones no son imposibles de reunir, pero si bastante difíciles de alcanzar,* la respuesta más recurrente es el cambio de gobierno, el cambio de régimen sociopolítico, el restablecimiento del Estado de derecho, la *caída de la dictadura.* Es importante en este sentido el restablecimiento de la institucionalidad democrática, la división de poderes y el respeto a la constitución y las leyes, en términos generales el restablecimiento de la república liberal democrática; *restauración de la institucionalidad; garantía del restablecimiento de los derechos ciudadanos más elementales (derecho a la vida, al trabajo, a la educación, a la salud); Libertad de expresión. Debe*

conformarse un gobierno que entienda la importancia de la meritocracia, del emprendimiento privado, de la verdadera justicia social.

Que proteja y respete la propiedad privada y la actividad empresarial como generadora de empleo; el problema de Venezuela es estructural, es difícil decir en cuanto tiempo se puede estabilizar el país; el país necesitará muchos años para renovarse, reorganizarse, cambiar, y necesitarán a mucha gente joven o más joven que yo.

El diseño e instrumentación de políticas de crecimiento económico, seguridad social, empleo, salud y vivienda. Acceso a la canasta básica, a los servicios primarios, a los bienes en general; lanzamiento de un proyecto nacional de modernización e innovación tecnológica. Fomento inversión extranjera en el país, inversión en la educación, diseño de políticas de reconciliación: políticas libres de rencores o resentimientos y estrategias para el desarrollo social de la nación; castigo a los culpables de violación de DDHH; creo que si se logra respetar los DDHH en Venezuela es posible que el país se recupere. Otro planteamiento atienda más que al asunto político, al asunto social; cambio de mentalidad de la sociedad venezolana, cambio de la política y de la mentalidad socialista – populista, rescatar los valores sociales y morales del ciudadano para el crecimiento del sujeto como ser de bien que procura lo mejor para sí y para el prójimo. Es necesario un cambio en el sistema educativo que rescate el respeto al docente como líder en su campo de trabajo, debería ocurrir un cambio en el país desde su gobierno hasta los ciudadanos.

A partir de esta respuesta puede derivarse una serie de condiciones que los profesores universitarios consideran adecuadas para volver al país. Destaca la idea de reestablecer la seguridad ciudadana principal flagelo que afecta la población en general, también el cese de la violencia política con la erradicación de los grupos armados paramilitares progobierno, disminución de los índices de violencia, respeto a

la propiedad, establecimiento de un estado de derecho, Me encantaría regresar a mi universidad sin tener miedo de caminar en la calle.

También hay planteamientos en torno a *no tengo planteado regresar... pero obviamente tiene que haber un cambio en el infame modelo económico. En otros términos, volver a ser un país con todos sus virtudes y defectos y no un padecimiento dominado por el odio y el intento de extinción de los adversarios.* Por lo indicado, para muchos la posibilidad de retorno esta asociada definitivamente a un viraje de las condiciones iniciales que incluyeron en su decisión de salir del país, lo que indica que el fenómeno de la migración puede ser revertido si las condiciones de vida de las personas esta garantizadas en y por sus sociedades de origen.

CONCLUSIONES

Tres aspectos podemos señalar para finalizar esta exposición, en primer lugar, una interrogante: ¿Los profesores universitarios al migrar continúan con su carrera académica en las sociedades de acogida? Los datos obtenidos en la muestra de profesores indica que no, siendo una migración altamente calificada este simple hecho no es garantía suficiente de continuidad de su actividad profesional, esto depende de otras variables propias del país receptor. Un segundo aspecto esta vinculado a la idea que los profesores universitarios migran porque las condiciones para hacer su trabajo se agotaron, esto está asociada a dos aspectos indisolubles, la crisis del sistema socio político venezolano es tan generalizada que la institución universitaria, pese a su esfuerzo, no puede mantener las condiciones sustantivas para las actividades propias de la vida universitaria. Para finalizar, vinculado con lo anterior, el control político del gobierno sobre la asignación presupuestaria de las actividades universitaria condujo a una crisis que mermo la capacidad de funcionamiento y

desarrollo de las funciones universitarias, lo que además de las condiciones generales de crisis, expresa también, una de las variables que influyen en la salida de los profesores universitarios de sus ámbitos de labor académica. Que traducido en lo visto a lo largo de los datos presentados en el texto se expresa en la posibilidad de, en caso de que las condiciones sean favorables, volver, e incorporarse, posiblemente en las actividades académicas en el país de origen.

REFERENCIAS

Davidson, Alastair. Ciudadanía y Migración: ¿Derechos para aquéllos sin pertenencia? *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 37 (2003),35-55.

Franco Sánchez L. Un nuevo paradigma de la migración venezolana a México. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, 6. URL: <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.2284>. 2020.

Hernández Sampieri, R., Fernández, C., y Baptista, P. *Metodología de la investigación*. México: McGraw Hill. 2006.

Ibarra Lampe, M, C – Rodríguez, C. Invirtiendo en el futuro: una mirada del migrante calificado en el proceso migratorio de Venezuela hacia Australia. *Temas de Coyuntura*, 63 (julio, 2011): pp. 69-106. Disponible en: http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/IIES/recursos/Temas%20de%20Coyuntura%2063/3.Invirtiendo_futuro_Lampe_Rodriguez.pdf. 2011.

Instituto Nacional de Estadísticas (INE). *Características de la migración internacional en Chile, Censo 2017*. Santiago de Chile, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponible en: <https://www.censo2017.cl/descargas/inmigracion/181123-documento-migracion.pdf>. 2018.

Laboratorio de la Universidad del Rosario. Características de los migrantes de Venezuela a Colombia. Disponible en: https://www.comillas.edu/images/OBI-MID/Noticias/Caracter%C3%ADsticas_migrantes_de_Venezuela.pdf. 2017.

OIM. El perfil de los refugiados y migrantes de Venezuela en América Latina y el Caribe revela variaciones de país a país en sus características y experiencias. Disponible en: <https://www.iom.int/es/news/el-perfil-de-los-refugiados-y-migrantes-de-venezuela-en-america-latina-y-el-caribe-revela>. 2020.

OIM. Migración calificada y desarrollo: desafíos para América del Sur. Cuadernos Migratorios N7. Buenos Aires: OIM. 2016.

Phélan c. M y Osorio A. E. *Migración y refugio en Venezuela 1998 – 2020*. Dos miradas de una tragedia. Trayectorias Humanas Trascontinentales, 6. URL: <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.2226>. 2020.

Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Respuestas a los venezolanos. Disponible en: <https://r4v.info/es/situations/platform>. 2020.

UNHCR-ACNUR. Refugiados y migrantes de Venezuela superan los cuatro millones: ACNUR y OIM. Disponible en: https://www.acnur.org/noticias/pres-s/2019/6/5cfa5eb64/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-acnur-y.html?gclid=Cj0KCQiA8dH-BRD_ARIsAC24umZx_VvIBiiDgdG-NOKMQXwT0wGGa18eTz7IKiXhgDGwo07QSDmLj7saAoJ1EALw_wcB. 2019.

4

Ana Maria de Vasconcelos Silva

**Por que você mora na
Bolívia e estuda no Brasil?
Percepção da região de
fronteira pelos estudantes
moradores de Corumbá-MS
e Puerto Quijarro-Bolívia**

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a percepção da região de fronteira Brasil/Bolívia pelos estudantes moradores de Corumbá-MS e Puerto Quijarro-Bolívia. Trata-se de um resultado parcial de um projeto de pesquisa de doutoramento do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande – MS, cujo objetivo foi analisar o processo de constituição do sujeito com foco em estudantes de Ensino Médio que vivem e estudam na fronteira Brasil/Bolívia, moradores de Corumbá-MS e de Puerto Quijarro-BO, respectivamente. Dessa forma, constituindo-se parte desta pesquisa, cujo referencial teórico foi o da Psicologia Histórico-Cultural, a qual, tem como origem filosófica e epistemológica o materialismo histórico-dialético de Marx. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo de Bardin.

A Psicologia Histórico-Cultural caracteriza-se por entender a realidade como complexa e a interdependência entre fenômenos e da mútua constituição de sujeitos e sociedade. (VIGOTSKY, 1929/2000). Nesse sentido, Vygotsky (1991) afirma que as características tipicamente humanas se formam ao longo da história e se desenvolvem durante toda a vida de um indivíduo, resultantes da interação dialética do homem e do meio sociocultural. Ou seja: “... o homem é um ser de natureza social, que tudo que tem de humano nele provém de sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade” (LEONTIEV, 1978, p. 263). Assim, tomando como base as relações sociais, Vygotsky compreende o estudo do homem enquanto ser que se constitui imerso na cultura – nas experiências coletivas e práticas sociais – e como produtor-intérprete de sistemas semióticos. Dessa forma, introduz a cultura como elemento constitutivo do psiquismo humano.

A cultura para Vygotsky (1991, p. 106) é “[...] um produto ao mesmo tempo da vida social e da atividade social do homem”. Como produto

da vida social, a cultura é entendida como prática social resultante da dinâmica das relações sociais estabelecidas numa determinada sociedade e da atividade social como produto do trabalho social. Dessa forma, o desenvolvimento é engendrado pelo movimento de apropriação de formas culturais mais elaboradas de atividade; logo, o funcionamento psicológico só pode ser entendido em suas dimensões individual e social, mediatizado pela apropriação das objetivações produzidas historicamente.

Nessa perspectiva, Leontiev (1978, p. 268) define três características principais do processo de apropriação da cultura pelos indivíduos. A primeira se dá por intermédio da comunicação, na qual o indivíduo, por meio da transmissão da cultura, "... reproduz os traços essenciais da atividade acumulada no objeto". Assim, por meio desse processo ocorre a segunda característica, que reproduz no indivíduo "... as aptidões e funções humanas historicamente formadas" (LEONTIEV, 1978, p. 169).

Por último, tal processo é mediatizado pelas relações entre os seres humanos, caracterizando-se como um processo de transmissão de experiência social. O indivíduo se forma apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história. Sua formação se realiza por meio da relação entre objetivação e apropriação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se busca a identidade desse homem no particular, compreende-se o todo, ou seja, a sociedade na qual ele está inserido e da qual é parte constituinte.

Na concepção do materialismo histórico e dialético, a realidade material tem existência anterior em relação à ideia, ao pensamento, à razão, ou seja, parte do pressuposto de que a origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade. Assim como a contradição é característica fundamental de tudo o que existe, a contradição e sua superação são a base do movimento de transformação constante da realidade e dessa forma, a história deve ser analisada a partir da realidade concreta, buscando as leis que a governam (visão materialista).

Por sua vez, as leis da história são as leis do movimento de transformação constante, que tem por base a contradição, portanto, não são

leis perenes e universais, mas leis que se transformam; não expressam regularidade, mas contradição (visão dialética). Portanto, as leis que regem a sociedade e os homens não são naturais, mas históricas, ou seja, são resultado da ação do homem sobre a realidade, são leis objetivas, porque estão na realidade material do trabalho e das relações sociais. Essa objetividade inclui a subjetividade, produzida por sujeitos concretos, que são, ao mesmo tempo, constituídos social e historicamente.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, tal como todo acontecimento histórico, esse é um processo em constante movimento e transformação, expressão, portanto, de contradições e diferenciações na realidade histórico-cultural dessa região. Assim, essa contradição tem expressão tanto na atividade material humana quanto na produção de sua consciência.

Diante do exposto, este texto está organizado a partir da sua introdução, em que apresentamos a compreensão vigotskyana sobre cultura e o processo de apropriação da cultura pelos indivíduos. Em seguida, o processo histórico da Fronteira Corumbá-MS e Puerto Quijarro-Bolívia e a sua relação com o movimento migratório para o oeste do Brasil. Na sequência, a percepção dos estudantes moradores de Corumbá-MS e Puerto Quijarro-Bolívia sobre a região de fronteira e por último, com as considerações finais.

FRONTEIRA CORUMBÁ-MS E PUERTO QUIJARRO-BOLÍVIA E MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA O OESTE DO BRASIL

Partimos da concepção materialista histórica, ao tomarmos uma parte desse processo histórico da construção da região de fronteira (Brasil-Bolívia) como foco de nossas reflexões, o que significa considerar a categoria historicidade, que permite a busca das determinações de acontecimentos históricos importantes que impactaram na

sua expressão em determinado momento histórico, tendo como base o modo de produção e de troca naquele contexto.

Assim, com o advento da ferrovia com origem em Bauru e destino ao Porto Esperança, em Corumbá em 1914, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligou as duas bacias fluviais – Paraná e Paraguai – aos países vizinhos – Bolívia e Paraguai – impondo uma nova lógica na organização social e econômica, promovendo o desenvolvimento do estado do Mato Grosso, especialmente na porção sul, atual Mato Grosso do Sul, e articulando o processo de integração da fronteira com o Paraguai e a Bolívia (Oliveira, 2006). Contudo, outros fatores devem ser levados em consideração, como a estrada de ferro em Mato Grosso, a partir de 1930; a mecanização da produção agrícola principalmente no Sudeste; e a dinamização do Centro-Oeste brasileiro em virtude do início da construção de Brasília, a qual atraiu migrantes de diferentes estados brasileiros, especialmente Bahia, Goiás, Minas Gerais e São Paulo (BALÁN, 1973).

As mudanças na base produtiva, especialmente no setor pecuário do estado de Mato Grosso – provocadas pela crise econômica dos anos 20/30 –, ofereceram as condições necessárias para o crescimento econômico dessa região brasileira, principalmente a partir dos anos 40. Assim, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e pelo estado de Mato Grosso provocariam um movimento desenvolvimentista na região, com o nascimento de um pequeno, mas significativo, parque industrial, a exemplo do município de Corumbá. As empresas instaladas nessa região, algumas contando com a participação de capital estrangeiro, estavam essencialmente concentradas nos setores alimentícios e da construção civil, num momento em que a própria edificação do ramal ferroviário Brasil-Bolívia (Corumbá/Santa Cruz de La Sierra), iniciada em 1938, havia trazido um grande fluxo populacional à região, principalmente trabalhadores bolivianos e paraguaios, que vieram a estabelecer-se no município (Peres, 2009).

Nesse contexto político e econômico regional, o oeste do Brasil vivenciava uma economia dinâmica, a partir da articulação com outros campos produtores e consumidores, principalmente depois da transferência da capital do país para Brasília. A esse respeito, Balán (1973, p. 41) pontua:

O início do Século 20 marca a passagem do dinamismo econômico do setor externo para o mercado interno, da agricultura à indústria, embora a produção para o mesmo viesse crescendo de forma acentuada desde a última década do Século 19, e o desenvolvimento industrial tenha dependido em medida considerável de impulsos gerados pela exportação de bens primários. Estas mudanças se radicalizaram geograficamente nos Estados do sul e, especialmente em São Paulo, onde o auge cafeeiro tinha resultado num aumento da população, dos níveis de renda e de consumo, bem como o desenvolvimento de infraestrutura e acumulação de capitais que, por volta de 1930, foram determinantes importantes para o surto industrial.

Nesse contexto, a partir da perspectiva da abolição da escravidão os “... problemas demográficos passam a ser problemas políticos, bem como objetos de políticas que resolvessem a questão da mão-de-obra” (GRAHAM & HOLANDA, 1971, p. 56 citado por PERES, 2009 p. 23). Dessa forma, com o objetivo de preencher espaços vazios de forma permanente, surgem os planos de colonização da população nacional. Entre os anos de 1890 e 1899 chegaram ao país mais de um milhão de europeus (italianos, portugueses, espanhóis e alemães). A migração japonesa teria o seu início apenas na década seguinte. Assim, a taxa de migração interna aumenta do início do século XX até a década de 1970, ocasionando também uma mudança de foco, pois as principais regiões de destino passaram a ser as regiões de desbravamento do Centro Oeste. O fluxo da migração rural-rural na expansão das fronteiras agrícolas do estado do Paraná que, de certa maneira, abriram as portas para a ocupação de novas terras no Centro-Oeste do Brasil. De igual forma, a expansão da pecuária atraiu trabalhadores

livres do sul e do norte do Brasil, visto que os pantaneiros alcançaram a região de Corumbá ainda em meados do século XX.

Em relação a fronteira Brasil/Bolívia, Peres (2015) empresta de Picouet (1998) a definição de espaços binacionais como objetos autônomos de estudo para explicar o caso dessa região, uma vez que sua dinâmica é diferenciada e observada através de fatores histórico-estruturais específicos:

As migrações entre países fronteiriços constituem um campo específico de investigação, que necessita um tratamento próprio tanto do ponto de vista da observação quanto da análise. Picouet (1998) ressalta ainda o aspecto heterogêneo desses espaços binacionais e também dos fluxos migratórios observados nestas regiões: as trocas migratórias entre os países envolvidos não é recíproca, uma vez que a maior atração de um deles acaba orientando a direção e definindo a natureza desses deslocamentos. Um dos fatores estruturais que contribuem com a formação da região fronteira de Corumbá como um espaço migratório relevante no fluxo de bolivianos para o Brasil é a redistribuição populacional observada na Bolívia nos últimos 50 anos, período também em que se dão as ondas migratórias mais significativas deste fluxo (PICOUE, 1998, p. 31 citado por PERES, 2015, p. 125).

Nesse sentido, Souchaud, Fusco e Carmo (2007) apontam para o fato de que, mesmo que essa redistribuição da população observada na Bolívia, não tenha alcançado a faixa de fronteira, ficando concentrada até 200 km na cidade de Santa Cruz de La Sierra, observou-se, nesse mesmo período, o crescimento de Puerto Suarez (capital da província de Gérmán Busch) e Puerto Quijarro, municípios que compreendem a atual região fronteira de Corumbá. Concomitantes a esse processo de redistribuição interna na Bolívia, registros históricos mostram novas ondas migratórias de bolivianos em Corumbá, no entanto não se pode afirmar que os processos que favoreceram a redistribuição da população na Bolívia "... sejam a causa imediata

da migração de bolivianos para Corumbá – até mesmo porque este fluxo já é registrado antes da implementação destas políticas” (SOU-CHAUD; FUSCO; CARMO, 2007, p. 45).

Tal contexto exige que se considere a determinação historicamente construída por um modo de produção dominante, no caso, o capitalista. Assim, com a emergência e o desenvolvimento do capitalismo, as relações sociais e a propriedade privada dos meios de produção ganham contornos peculiares. Se, por um lado, as relações capitalistas de produção alcançaram um desenvolvimento nunca visto antes, por outro, todo esse desenvolvimento produzido socialmente não é apropriado por toda a humanidade, pois trata-se de propriedade privada de uma classe social e está subjugado ao processo econômico de produção e acumulação de valor, ou seja, à reprodução ampliada do capital. Assim, no que diz respeito à sua atividade prática, as classes sociais, embora partilhem de uma mesma relação, estão em polos opostos e têm interesses antagônicos

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES MORADORES DE CORUMBÁ-MS E PUERTO QUIJARRO- BOLÍVIA SOBRE A REGIÃO DE FRONTEIRA

A fronteira sob o crivo dos estudantes reporta-se então aos diversos olhares da região, é importante destacar que esses olhares representam expressões e concepções do sujeito morador de fronteira, que em seu dia a dia tem uma intensa convivência no entrelaçamento das culturas dos dois países. De acordo com a teoria vigotskyana, a vida se revela na interface do sujeito com a cultura. Ou seja, o ser humano se constrói na história, se produz em uma determinada sociedade e é constituído nas relações sociais por mediações. A mediação

ocorre no âmbito das relações que produzem movimento de uma totalidade que se transforma em outra, isto é, no âmbito das relações entre diferentes fenômenos que constituem a expressão dessa totalidade, no caso, a região de fronteira em foco.

Iniciamos essas análises por meio de recortes das entrevistas dos participantes da pesquisa, lembrando que os estudantes são identificados como Moradores de Corumbá (MS) e Moradores de Puerto Quijarro (BO) e por nomes fictícios. Assim, primeiro apresentamos a percepção dos estudantes moradores de Corumbá (MS) e, na sequência, dos moradores de Puerto Quijarro (BO).

Percepção dos estudantes moradores de Corumbá (MS)

No recorte da fala da Gilse, observa-se que a estudante percebe a fronteira como sendo só do lado boliviano e como um espaço de convivência e mistura de brasileiros e bolivianos, uma relação de reciprocidade,

[...] não considero Corumbá fronteira, eu achava que era só lá em Puerto Quijarro, Arroio Concepción. Lá na fronteira brasileiro e boliviano é misturado. (Gilse – moradora de Corumbá-MS).

Por outro lado, a fronteira é compreendida sob o ponto de vista das relações que se travam no campo social das relações políticas e econômicas que se expressam em questões concretas do cotidiano de vida, como, por exemplo, a possibilidade que se tem de acessar produtos importados de forma mais barata e livre de imposto, conforme os excertos dos estudantes Afonso e Cristóvão:

[...] as coisas na Bolívia eram mais baratas, antes da subida do dólar, a gente ia direto comprar, até meus tios de fora vinham para comprar lá. (Afonso - morador de Corumbá-MS).

[..]. só vou na fronteira quando meu pai precisa comprar alguma coisa, aí eu vou com ele. (Cristóvão – Morador de Corumbá-MS).

Para esses estudantes, a fronteira é entendida também como o lado boliviano, porém como um lugar de possibilidades de ir fazer compras no país vizinho, ou seja, a relação entre os municípios da região de fronteira, Corumbá-MS e Puerto Quijarro-BO, é uma relação comercial.

Nessa mesma linha, duas subcategorias foram registradas na visão dos estudantes moradores de Corumbá: fronteira vista como oportunidade e como competição em relação aos moradores da Bolívia, como observamos nos recortes da fala a seguir.

[...] não vejo coisas ruins na fronteira, aqui tem muitas oportunidades. Não acho dificuldade, acho oportunidade, tem diversidade. Não adianta a gente ser um país mesquinho, assim a gente não vai evoluir. Por exemplo, quando fecharam a feira boliviana aqui, achei um coisa ruim, poderiam ter reformado e não ter tirado os bolivianos de lá; era um ponto muito bom para eles. As pessoas que vinham de fora iam direto para a feira. (Gisele - moradora de Corumbá-MS).

Segundo Gisele, a fronteira é vista como oportunidade e lamenta a forma como a feira conhecida como feira boliviana (Feira BRASBOL), criada em 1995 pela Prefeitura Municipal de Corumbá, foi desativada. Essa feira, como disse a estudante, representava o sustento de muitas famílias (bolivianas e brasileiras), como também era um ponto turístico importante para a cidade. Sua localização estava em uma área de fácil acesso à população em geral, próxima do limite entre Brasil-Bolívia, a menos de cem metros do Aeroporto Internacional de Corumbá e circundada por linhas de ônibus coletivo. Nessa feira encontravam-se produtos varejistas, confecções, calçados, armarinhos em geral e artesanatos.

Além dessa feira possibilitar relações comerciais, para a estudante era um lugar da diversidade, o que pode nos levar a pensar o espaço como um lugar do encontro das culturas, do diálogo com o diferente, onde brasileiros e bolivianos se encontravam, se misturavam como a estudante Gilse mencionou.

No entanto, esses mesmos espaços que se revelam potencializadores de formas e vivências culturais diversas também demonstram defesas e resistências a novas configurações. Desse modo, pode-se dizer que essa oportunidade que a fronteira oferece, de acordo com o que a estudante Gisele relatou, também é compreendida como espaço de competição entre brasileiros e bolivianos, como pode ser observado no recorte da fala do estudante Afonso,

[...] no Brasil tem mais oportunidades e os bolivianos vêm pra cá e aproveitam. Não sei se é bom ou ruim, mas do ponto de vista econômico acredito que seja ruim. Até porque o dinheiro que eles ganham aqui levam pra Bolívia, eles não gastam no Brasil, a economia da cidade fica prejudicada. Tipo, essa competição que tem que haver entre brasileiros e bolivianos disputando as mesmas vagas de emprego aqui no Brasil, porque eu acho que, do jeito que o boliviano é tratado aqui, o brasileiro não é lá. Acho que eles são tratados aqui com igualdade, como na escola, hospital, chega até ser ruim por ocupar as vagas dos brasileiros. Por exemplo, tem escola aqui que a maioria dos alunos é boliviano, não tem vaga para brasileiro; minha irmã teve dificuldade para matricular meu sobrinho. Participam até do projeto jovem aprendiz, na fronteira não oferece nada para eles. (Afonso – morador de Corumbá-MS).

Essa oportunidade é vista com um certo ressentimento pelo estudante, percebida de forma unilateral, que só os bolivianos levam vantagem, roubando as vagas de emprego, ocupando leitos no hospital e as vagas dos brasileiros nas escolas. Essas relações se revelam na construção proveniente do mercado e do capital, em que as relações se dão no âmbito da competição.

Essas contradições evidenciadas pelos estudantes, também pontuadas na síntese histórica da formação da região de fronteira de acordo com o materialismo histórico de Marx, não são decorrentes das escolhas governamentais e dos processos de regionalização em si, mas "... está na raiz das premissas do capitalismo, cujo fundamento se pauta na ordem social burguesa que defende como direito

mais importante o direito à propriedade privada que se sobrepõe aos demais direitos" (SILVA, 2014, p. 113).

A desigualdade social, inerente ao capitalismo, dá-se pela tradução das desigualdades sociais em desigualdades raciais, étnicas, pessoais e culturais. Desse modo, acabam por promover políticas de inclusão precárias e marginais, ou seja, incluem pessoas nos "... processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital" (MARTINS, 1997, p. 20). Essa desigualdade fica evidente no recorte da fala do estudante Pablo:

[...] vejo vantagem em relação à mão de obra. Se você vai contratar um trabalhador, tem um brasileiro e um boliviano; é mais vantagem contratar um boliviano; a mão de obra é mais barata. (Pablo - morador de Corumbá-MS).

Em tal contexto, a fala do estudante Pablo nos remete às políticas econômicas neoliberais adotadas pelo Brasil, que preconizam uma sociedade na qual desaparecerão as desigualdades, mas as reforçam e as justificam no âmbito da desigualdade de oportunidades.

Marx e Engels (2005), empenhados na compreensão das contradições da sociedade capitalista e na sua superação, na clássica obra Manifesto Comunista (1848), expuseram os avanços e as contradições do sistema econômico e social. Os autores apontam as transformações revolucionárias protagonizadas pela burguesia em ascensão, mas denunciam as condições de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores. Tal situação é apontada no excerto do estudante Pablo, quando ele percebe o trabalhador boliviano como uma mão de obra barata, portanto em condições de exploração pelo seu trabalho.

Considerando que essa região de fronteira, é construída sob a base do sistema de produção capitalista, na qual as relações econômicas são relações sociais e estas são relações de classe, por conse-

guinte a leitura e as concepções dessas relações estão fundamentadas nos interesses das classes dominantes. Isso pode ser denotado nas maneiras próprias de ver a fronteira sob formas de concepções naturalizadas por essas classes, que se expressam nos modos de agir das populações e que se revelam como discriminatórias e preconceituosas para com o outro.

Percepção dos estudantes moradores de Puerto Quijarro-BO sobre a região de fronteira

A questão apontada pelo estudante Pablo em relação ao trabalhador boliviano em Corumbá é observada também pela estudante Nilda, moradora de Puerto Quijarro, quando apresenta uma situação vivida por sua prima:

[...] Eu tenho uma prima que veio trabalhar aqui e o patrão dela não queria que ela tivesse horário de almoço, além de ganhar muito pouco. Estamos à procura de melhores oportunidades, mas nem sempre encontramos. (Nilda – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

Como podemos observar, nos excertos, a situação de exploração e precariedade nas condições de trabalho nessa fronteira é manifestada por estudantes de ambos os lados: do lado brasileiro, quando o estudante Pablo vê uma oportunidade de pagar por um serviço mais barato ao trabalhador boliviano; e do lado boliviano, o exemplo da prima da estudante Nilda que vivenciou tal situação.

Vale ressaltar que, nessa fronteira, um dos países é considerado mais desenvolvido com relação ao “outro”. Assim, manifestam-se diversas assimetrias, visto que o desempenho econômico, a dimensão geográfica e as condições sociais, entre outros aspectos, marcam peculiaridades existentes entre eles. Costa (2013, p. 144) pondera:

[...] não apenas o Brasil se posiciona como um país cada vez mais imperialista e hegemônico economicamente na América do Sul – ao passo que a Bolívia se configura como o país mais pobre do continente, mas também, localmente, o município de Corumbá se caracteriza como um polo de atração para os moradores dos municípios bolivianos vizinhos, em função dos serviços públicos e das condições de trabalho.

Nesse contexto, a fronteira também é vista pelos estudantes moradores de Puerto Quijarro como sendo só do lado boliviano e é apontada como ponto de encontro de várias culturas, de trocas e de oportunidades, como também um lugar acolhedor.

[...] pra mim a fronteira é um lugar tranquilo, a Bolívia está crescendo. Fronteira pra mim é o lugar que eu moro. É um ponto de encontro entre vários países. Agora, além de brasileiros, temos haitianos e venezuelanos. (Nilda – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

[...] percebo a fronteira como legal, duas fronteiras que se ajudam, os brasileiros vão lá comprar, e os bolivianos vem pra cá. (Márcia – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

[...] quando meu pai foi trabalhar na Bolívia e fomos morar lá, eu achava que ia ser muito ruim, que eu não fosse gostar de ninguém, e que ninguém fosse gostar de mim por eu ser brasileira, mas foi totalmente diferente, logo fiz amigas. Fui conhecendo a cultura, o pessoal, aquela coisa de que eu pensava eles são diferentes de mim acabou. Eu e meus familiares fomos muito bem acolhidos. (Lúcia - Moradora de Puerto Quijarro-BO).

Se por um lado as estudantes moradoras de Puerto Quijarro, Nilda e Lúcia percebem a fronteira do lado boliviano como um lugar tranquilo, acolhedor e, na percepção da estudante Márcia, como um espaço onde dois povos se ajudam mutuamente, por outro as estudantes denunciam a discriminação e o preconceito infligidos pelos brasileiros aos moradores do lado boliviano, demonstrando a ambiguidade existente na relação entre os dois países. Isso pode ser percebido quando apontam para a percepção negativa que têm muitos brasileiros em relação aos bolivianos, desvalorizando-os e desqualificando-os com

denominações preconceituosas e discriminatórias, como podemos observar nos recortes de suas falas:

[...] preconceito de bolivianos com brasileiros é difícil, mas de brasileiros para bolivianos tem muito. Os meus amigos brasileiros ficam falando: como você consegue viver na Bolívia com os bolivianos? Eles são feios. Vejo isso como falta de conhecimento; conheço pessoas que tinham esse preconceito, mas quando conheceram a Bolívia, se encantaram. (Lúcia – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

[...] às vezes, a gente pensa e pressente que alguma coisa está incomodando. Como, por exemplo, quando sofri um grave acidente e fiquei internada no hospital de Corumbá. Mesmo com documento de brasileira, eu sentia como se eu não pudesse estar internada, porque eu era boliviana. Muitos brasileiros falam “a boliviana”, comentam que a pessoa boliviana é feia, não falo nada. Só escuto, não sou de ficar brigando, fico na minha, sou uma pessoa bem calada. (Márcia – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

De acordo com a estudante Nilda – que estuda em Corumbá desde o pré-escolar, pois seu pai trabalha nessa cidade e acredita que no lado brasileiro a sua filha terá um ensino melhor que do lado boliviano – o que mais a incomoda é o tempo todo ter que responder à pergunta feita pelos brasileiros: por que você mora na Bolívia e estuda no Brasil?

Não vejo discriminação lá com os brasileiros, mas, aqui em Corumbá vejo com os bolivianos. Eu nasci no Brasil de pais bolivianos, tenho dupla nacionalidade (escrito no meu RG), sempre estudei aqui. Mas, em muitos momentos, me sinto mal, porque falam: se você é da Bolívia porque você não estuda lá. Meu pai sempre me fala assim: “se falarem mal de você, só conversa, explica que você não tem parentes brasileiros”. (Nilda – Moradora de Puerto Quijarro-BO).

A fala de Nilda mostra que, nas relações estabelecidas entre os estudantes, os brasileiros demonstram uma suposta superioridade em relação aos estudantes moradores da Bolívia e estes demonstram uma

postura de insegurança em relação aos brasileiros, muitas vezes até por desconhecimento dos seus direitos como cidadãos fronteiriços. Essa afirmação se confirma quando o pai da Nilda a orienta a tomar uma posição de diálogo e não de enfrentamento ao ser questionada por que, sendo boliviana, estuda no Brasil e, no caso de Márcia, quando diz que só escuta, que não é de ficar brigando por utilizarem os serviços públicos do lado brasileiro.

Como podemos observar nas falas dos estudantes de ambos os lados, estudantes acentuam só o lado boliviano como fronteira, contudo sintetizam as relações sociais sob uma cadeia de mediações do movimento histórico e social e de suas concepções construídas na formação dessa região com base no sistema de produção capitalista. As várias configurações sociais no contexto histórico-cultural, de que seus moradores derivam e em que se inserem, confirmam um sistema social de universalidade do modo de produção capitalista, manifestando-se, assim, em formas particulares (modos de ser) que vão redefinindo as relações sociais, observados no caso da sociedade de fronteira, demonstradas nas relações de desigualdades entre brasileiros e bolivianos.

De acordo com Albuquerque (2009) as fronteiras apresentam variados sentidos e significados construídos pelas populações que convivem em seu cotidiano com as travessias e os controles estatais. As fronteiras são consideradas espaços de incessante reconstrução identitária e cultural, expondo um dinamismo próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se denotar a fronteira como espaço de contradições, pois por um lado apresenta-se como espaço de encontro, de acolhimento e de reconstrução de novas relações interculturais, como é enfatizada no

ponto de vista da estudante Gilse, para a qual a fronteira é um espaço de convivência e de ajuda mútua entre brasileiros e bolivianos, onde há uma relação de reciprocidade e, nesse sentido, apresenta-se aberta ao movimento de criação e recriação de relações cada vez mais diversas culturalmente. Fato semelhante é apontado pela estudante Nilda, que menciona a chegada constante de migrantes internacionais, dando, como exemplo, os venezuelanos e haitianos. Por outro lado, a fronteira é um espaço em que se identifica muito preconceito, discriminação e exploração da mão de obra barata, vista como uma vantagem dessa região, como mencionado pelo estudante Pablo.

Em tal contexto, para Kosik (2011), a contradição é considerada o motor da realidade, ou seja, uma unidade de relações de contrários. Nesse sentido, Kosik (2011, p. 59. Grifos do autor.) pontua o caráter genético-dinâmico da totalidade ressaltado por Marx (2011), em trechos dos Grundrisse:

Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade consiste justamente no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si os órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. O desenvolvimento rumo a esta totalidade é um momento do seu processo, de seu desenvolvimento.

Dessa forma, a concepção genético-dinâmica da totalidade implica numa compreensão racional do aparecimento de uma nova qualidade. Desse modo, Kosik (2011, p. 59) pondera que os pressupostos que

[...] na origem foram condições históricas do surgimento do capital, depois que este surgiu e se constituiu, se revelam como resultados da sua própria realização e reprodução; eles já não são condições do seu nascimento histórico, mas resultado e condições da sua existência histórica.

Nesse sentido, Marx afirma na obra *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1984, p. 309) que “o real e o concreto” é sempre a população, “[...] que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”. Os fatos históricos que antecederam o surgimento do capitalismo – comparados a ele apresentam uma existência remota como dinheiro, valor, troca, força de trabalho – depois do surgimento do capital, passaram a fazer parte do processo de reprodução e existem como seus momentos orgânicos.

Vigotsky (1999, p. 133), por sua vez, considera que “[...] os traços sociais e de classes formam-se no homem a partir de sistemas interiorizados, que nada mais são do que os sistemas e relações sociais entre pessoas trasladados para a personalidade”. Ou seja, cada pessoa, para ele, é “[...] um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo”. Dessa forma, só há sujeito constituído em contextos sociais, os quais, por sua vez, resultam da ação concreta de seres humanos que coletivamente organizam o seu próprio viver.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 15, (31), 137-166, jan./jun, 2009.

BALÁN, J. Migrações e Desenvolvimento capitalistas no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, 5, 7-79, 1973.

COSTA, G. V. L. O muro invisível. A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 25 (2), 141-156, 2013.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves & Alderico Toríbio (2. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1926. Do original tcheco: *Dialektikakronkrétniho*. 9ª. reimp. 2011.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. *Manuscritos, economia y filosofía*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, M. A. M. Espaço, Tempo e Imigrante: O desconcerto de uma fronteira. In: CHIAPPINI, L.; MARTINS, M. H. (Org.). *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PERES, R. G. *Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS*. 2009. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas-Unicamp, Campinas, SP, 2009.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, 8 (2), 120-137, 2015.

SILVA, M. A. *A institucionalização do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e os desafios da integração regional Mercosul e globalização: dinâmicas e desafios da integração regional*. Dourados-MS: UFGD, 2014.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W.; CARMO, R. L. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: uma fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. *Teoria e Pesquisa*, 16 (1), 39- 60, 2007.

VYGOTSKY, L. S. *Obras Escogidas: problemas teóricos y metodológicos de la psicología*. Trad. José Maria Bravo. Madrid: Visor, 1991.

VIGOTSKY, L. S. O significado histórico da crise na Psicologia. In: VYGOTSKY, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. Manuscrito de 1929: Psicologia concreta do homem. In: SIRGADO, A. P. (Org.). *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44, 2000.

5

Ádani Lopes Brito

Ângela Cristina Dias do Rego Catonio

A importância da língua de acolhimento para migrantes e refugiados

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.116-136

INTRODUÇÃO

O fluxo migratório em todo o mundo tem se acentuado, nos últimos anos, motivado por vários fatores; nações têm entrado em conflito, levando seus cidadãos a buscarem amparo em outros lugares. Essas pessoas, conhecidas como migrantes, necessitam de amparo e cuidado especial dos países que as acolhem, sendo o ensino da língua vigente no país um fator de extrema importância para que essa acolhida seja a mais humanitária possível. No caso do Brasil, o ensino da Língua Portuguesa aos migrantes é nomeado Português como Língua de Acolhimento ou PLAc.

Esse processo de ensino e aprendizagem/aquisição da língua é o tema abordado neste artigo que visa evidenciar a importância dessa ferramenta na acolhida humanitária desses indivíduos, além de ser porta de entrada para que o migrante alcance autonomia a fim de conseguir emprego e, conseqüentemente, possuir uma renda digna, longe dos conflitos que o levaram a abandonar sua nação.

O objetivo geral deste estudo é demonstrar a importância de se oferecer o ensino da língua portuguesa para migrantes que necessitem de tal ferramenta. Também são objetivos analisar como o atendimento a esses indivíduos é feito, se ele é eficaz na retomada da autonomia dessas pessoas migrantes, e, ainda, verificar como se dá o ensino da língua em relação a metodologias, materiais didáticos e à formação do docente, considerando-se o papel importante que tem em todo o processo da aprendizagem/aquisição da nova língua pelo migrante.

A principal razão que sustenta o estudo é a sua relevância para a sociedade, na medida em que os números de refugiados e migrantes vem aumentando, nos últimos anos, principalmente em decorrência das inúmeras crises que o mundo enfrenta pelas mais diversas motivações. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, cuja fundamenta-

ção teórica baseou-se em revisão bibliográfica de autores como Bizon (2013), Amado (2012), Grosso (2007) e (2010), Lopez e Diniz (2018), Prado e Araújo (2019), entre outros.

À vista dessas reflexões, este trabalho destaca a importância e o impacto que o ensino da língua vigente de um país tem sobre aqueles que necessitam do idioma para voltarem a ter uma vida digna e autônoma.

MIGRAÇÃO E REFÚGIO

Nos últimos anos, a situação migratória em todo o mundo tem se mostrado crescente, provocada por conflitos que vêm ocorrendo na sociedade atual, principalmente por questões político-sociais, que obrigam populações a se deslocarem para outras nações, em busca de abrigo da crise que seu país de origem vive. Souza (2018) define como migrantes as pessoas que se deslocam de seu país para outra nação e lá permanecem, de forma temporária ou definitiva, por vários motivos. O autor afirma que “o migrante é um sujeito de direito”, afinal, todos têm o direito de migrar, mesmo que sem a documentação regulamentada, caso em que esses migrantes devem ser, mais adequadamente, considerados “irregulares”, e não “ilegais”.

Outra designação que é atribuída a essa população em deslocamento é “migrante de crise”, mais aplicado, como um termo mais generalista, quando estão envolvidas questões sociológicas; contudo, o termo é referido a diversos tipos de deslocamentos ou movimentos involuntários causados por desastres ambientais, conflitos e fome.

“Migração forçada” não é um termo legal, e, à semelhança de “migração”, não existe uma definição universalmente aceita para ele, haja vista que abarca uma ampla gama de fenômenos. Refugiados,

por outro lado, é uma designação claramente definida pelo direito internacional e regional dos refugiados, e os Estados concordaram com um específico e bem definido conjunto de obrigações legais em relação a eles (ONU, 2016, s. p.).

Além disso, referir-se a um refugiado como migrante de crise acarreta os mesmos problemas referentes à utilização de termo migrante, tendo em vista que tira a “atenção das necessidades específicas dos refugiados e das obrigações legais que a comunidade internacional concordou em direcionar a eles” (ACNUR, 2016, s. p.).

Desse modo, refugiado é a pessoa que, por motivos de perseguição, conflito, violência, ou qualquer outro, necessita de proteção internacional, considerando-se que são situações que põem a vida das pessoas em perigo tal que não deixam alternativa, a não ser cruzar fronteiras nacionais em busca da segurança que deveriam obter em suas nações. Assim, essas pessoas passam a ter acesso aos programas de assistência do país que as recebe, e de todas as organizações cujos programas são de proteção a essa população (ONU, 2016).

É importante frisar que existe uma diferença crucial e legal entre migrantes e refugiados. O refugiado é amparado no Brasil pela Lei 9.474, de 22 de julho de 1997; para o migrante existe outra legislação, que garante seus direitos, a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017.

Dados de 2020 da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) demonstram que 79,5 milhões de pessoas estão em situação de deslocamento forçado, no mundo; desse total, 45,7 milhões se deslocaram internamente, 26 milhões são refugiados, 4,2 milhões são solicitantes de refúgio. Por dia, esse deslocamento forçado leva 37 mil pessoas a fugir de suas casas, levadas por conflitos e perseguições.

A migração populacional é algo que, há muitas décadas, acontece mundo a fora. Conquanto sempre tenha havido conflitos e moti-

vos que levassem populações a buscarem liberdade e sobrevivência, neste século os fluxos de migrantes e refugiados cresceram mais rapidamente e fizeram com que emergissem conversas e debates a respeito das políticas de acolhimento a esses indivíduos, exatamente por causa de todas as crises e conflitos que o mundo vem enfrentando. Evidencia-se um acerbado conflito, entre as populações do Oriente Médio, que buscam abrigo em países da Europa e até mesmo no Brasil. A ONU “estima que ocorreu um incremento de 3,6 milhões de migrantes no período 2010-2013, sendo 1,1 milhão na Europa; 1,0 milhão na Ásia; 0,6 milhão na América do Norte e 0,5 milhão no continente africano” (LIMA, 2017, p. 22).

No Brasil, a migração populacional é algo que se faz presente desde seu descobrimento, quando os portugueses chegaram em terras tupiniquins, passando pela chegada de holandeses, franceses, alemães, italianos e tantas outras etnias e nacionalidades que se deslocaram para a recém descoberta terra a sudeste da Europa.

Durante toda a história brasileira com os migrantes, passaram-se momentos difíceis, sendo mais notável a restrição que surgiu no primeiro mandato de Vargas (1930-1945), durante o qual só se permitiam 2% de migrantes por nacionalidade, em território brasileiro. A recepção desses indivíduos teve mais atenção somente após 1950, no segundo mandato de Vargas. Antes dessa data não se sabia como proceder em relação a essa população, sequer havia um acolhimento no mínimo humano, sendo estes os primeiros registros de refugiados no Brasil (LIMA, 2017).

Segundo o relatório *World Migration Report*, publicado em 2018 pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), a população de migrantes que vivem no Brasil cresceu 20%, entre 2010 e 2015, chegando a 713 mil. Dessa população, 29% vêm de países sul-americanos, colocando o Brasil em terceiro lugar no *ranking* de contingente migratório do continente. Segundo dados da ACNUR, entre as populações que o Brasil recebe estão os sírios (36%), congoleses (15%) e angolanos

(9%). A organização ainda ressalta que o ano de 2018 teve o maior número de “solicitações de reconhecimento de condição de refugiado” devido à entrada de venezuelanos em território nacional; das 80 mil solicitações feitas, 61.681 foram de pessoas vindas da Venezuela.

Toda essa população, que se encontra em uma situação de vulnerabilidade, deve ter total apoio legal do Estado, com legislações que garantam todos os direitos a esses indivíduos. O Brasil sempre teve um perfil de país acolhedor; mesmo que durante sua história tenha havido momentos que não favoreciam ao acolhimento do migrante e refugiado, a sociedade civil sempre buscou meios de acolher esse povo que busca ajuda.

Devido a muitos motivos e ao grande número de pessoas que solicitaram refúgio no país, no ano de 1997 foi criada a Lei n. 9.474/1997, que determina direitos e deveres aos refugiados, garantindo, através do Estatuto de 1951 e pelo Protocolo de 1967, a não deportação de indivíduos cuja vida ou liberdade são ameaçadas em razão de nacionalidade, raça, religião, opinião política ou grupo social. O Brasil foi pioneiro, na América do Sul, a formular legislação nacional específica, além de ser um dos primeiros a aderir ao regime internacional para os refugiados (LIMA, 2017).

Com a Lei n. 9.474/1997 foi criado o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que analisa pedidos de refúgio, reconhece os refugiados e garante ações que certifiquem a proteção, assistência e apoio jurídico a esses indivíduos, por meio do Ministério da Justiça, com outros ministérios e ONGs que se dedicam à assistência a essa população.

Além de abranger os princípios conjecturados na Convenção de 1951, pelo Protocolo de 1967 da ACNUR e a criação do CONARE, a lei incorpora, ainda, as definições mais amplas a respeito do refúgio, presentes na Declaração de Cartagena de 1984, ou seja, a concessão de refúgio à pessoa devido “a violação maciça dos direi-

tos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” (ACNUR, 1984).

A I Conferência Nacional sobre Imigração e Refúgio (Comigrar), realizada nos dias 30 de maio e 1º de junho de 2014, é outro marco institucional que trata de políticas para o refúgio (LIMA, 2017). Essa conferência foi de extrema importância na elaboração, discussão e reunião de informações que atendessem os refugiados através de políticas públicas nacionais, afetando-os direta ou indiretamente. “Pela primeira vez um mecanismo institucional foi posto em prática para que o governo pudesse ouvir contribuições dos migrantes e refugiados em âmbito nacional” (LIMA, 2017, p. 60).

Mesmo com todos os avanços e atenção em relação ao assunto, a demanda de estrangeiros que chegavam levou à criação de uma nova legislação voltada ao atendimento dessa população. Em 24 maio de 2017 foi publicada a Lei nº 13.445, a Lei da Migração.

Destaca-se que a Lei de Migração [...] desfaz a ideia de que o imigrante é uma ameaça à segurança nacional e estabelece os direitos e deveres dos imigrantes e visitantes. Dentre as garantias de condições de igualdade aos nacionais, os imigrantes terão o direito à liberdade, à segurança, inviolabilidade do direito à vida, assim como acesso aos serviços públicos como os de saúde e educação. Além disso, poderão exercer cargo, emprego ou função pública, conforme estabelecido em edital, exceto de concursos reservados a brasileiros natos (ZANATTI, SIQUEIRA, FELIX, 2018, p.476).

A legislação voltada ao migrante e refugiado, no Brasil, teve muitos avanços, nos últimos anos, trazidos pela situação mundial de mais guerras e conflitos pelos mais diversos motivos, e, também, pelo sentimento de humanidade. A cada ano o ser humano tem olhado mais para o outro e tentado amenizar os sofrimentos dos que necessitam de ajuda. As lutas pelos direitos do povo refugiado e a melhora do acolhimento a essa população tem surtido efeito, já que

a cada dia o tratamento a esses indivíduos têm melhorado no âmbito legislativo, uma vez que os governantes passaram a dar mais atenção aos solicitantes de refúgio e têm levado a sociedade civil a buscar outros meios de acolher, oportunizando empregos, moradia e estudo para a população de migrantes forçados no Brasil.

ACOLHIMENTO AO MIGRANTE E AO REFUGIADO

Quando os migrantes e refugiados adentram o território brasileiro recebem um visto de 90 dias e ao fim do prazo precisam de um novo visto. Por não falarem o idioma e não conseguirem um emprego ficam perdidos, vivendo de maneira, às vezes, pior que em seus países. Esses povos, mesmo com as dificuldades enfrentadas, são acolhidos, majoritariamente, por ONGs e Organizações Religiosas que os auxiliam com itens básicos para viverem, enquanto procuram alternativas de o fazerem por conta própria. Porém, de acordo com a Pastoral do Migrante, os principais desafios são a falta de locais de acolhimento, especialmente para migrantes temporários, atendimento médico e ingresso no mercado de trabalho.

Uma das organizações que mais trabalha em prol dos refugiados é a ACNUR, que coordena ações de proteção e garante o deslocamento e a alocação de refugiados. Assim que o indivíduo entra em território nacional, essa organização solicita visto temporário e reconhecimento de sua situação de refúgio, e eles passam a ter acesso à saúde pública e a programas sociais, garantidos por lei (PRADO; ARAÚJO, 2019).

Até o momento, o ACNUR já concedeu mais de 3,2 mil bolsas para 4,1 mil refugiados e migrantes venezuelanos com o apoio de fundos da União Europeia (Proteção Civil e Ajuda Humanitária). Em Dourados, já são mais de duzentos venezuelanos beneficia-

dos, que compartilham a mesma esperança: trabalhar, contribuir com a sociedade, reunir-se com a família e ter um futuro próspero e digno. É para isso que trabalham todos os envolvidos na estratégia de interiorização da Operação Acolhida, que acaba de completar um ano de vida neste mês de março (ACNUR, 2019).

Além de toda a ajuda humanitária fornecida pela ONU e ACNUR, e também pelo Estado, por meio do SUS e do SUAS, instituições religiosas como a Pastoral do Migrante trabalham arduamente na intenção de acolher e auxiliar na melhoria de vida dos refugiados que chegam a cada dia em todo o Brasil e no mundo. Essa pastoral acolhe os migrantes, proporciona abrigo temporário, ajuda na procura de emprego e na formação dessas pessoas, para que se integrem à comunidade de maneira eficaz.

Outras instituições e organizações também trabalham em prol do bem-estar social dessa população, como a Cruz Vermelha, cujo trabalho é de acolhida aos refugiados, mesmo aos que estão de passagem mas chegam em território nacional, de auxílio na alimentação, assistência básica à saúde, água, além de providenciar o contato com algum parente que não tenha vindo com eles.

Entre as várias formas de acolhimento ao migrante e ao refugiado está o ensino da língua vigente no país de acolhimento, o auxílio na procura de empregos e, naturalmente, a ajuda com moradias fixas depois que saem dos abrigos temporários.

A língua é o meio de comunicação mais eficaz que existe e tem grande influência na sociedade, considerando-se que fortalece relações e que é o ponto de partida para que haja entendimento entre as partes. Através da língua expressam-se os sentimentos, também por meio dela é possível a comunicação em idiomas diferentes. A língua é, portanto, o melhor recurso de relacionamento com o outro (próximo).

É incontestável a importância da língua para um acolhimento mais eficiente dos migrantes e refugiados do mundo inteiro. No entanto, também constitui um dos maiores problemas que eles enfrentam ao chegar em seus destinos, haja vista que a comunicação eficaz é o principal meio de inserção na sociedade.

Pereira (2017) explicita que o termo “língua de acolhimento” surgiu em Portugal, quando o fluxo migratório no país havia se acentuado, especialmente no ano 2000, para agregar um novo significado ao ensino-aprendizagem do idioma oficial do país que acolhe o migrante.

Para Grosso (2010), a língua de acolhimento frequentemente está ligada à resolução de questões de sobrevivência urgentes, tendo em vista que precisa ser o elo de interação afetiva (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma total cidadania democrática.

Ainda para esse mesmo autor, a aprendizagem da língua ultrapassa o âmbito comunicativo e se torna uma ferramenta que visa à integração e à tomada de consciência de direitos e deveres como cidadão, conectando a aprendizagem do idioma com as necessidades e os interesses do aprendente (GROSSO, 2008).

Para Cruz (2017), quando não há o conhecimento da língua estrangeira falada no país que acolhe o migrante e o refugiado, forma-se uma barreira que gera grandes desafios para o não falante, tornando-o cada vez mais vulnerável a toda situação que tenha que enfrentar. A autora acrescenta que, ao derrubarem essa barreira, os indivíduos partilharão de um elemento primordial para viver em sociedade: a língua.

É evidente a importância do ensino da língua acolhedora à população de migrantes e refugiados no Brasil, ainda mais considerando-se que essa população vem de uma realidade de vulnerabilidade total. O fato de esse povo ter a possibilidade de alavancar suas vidas através da aprendizagem do novo idioma é algo que faz muita diferença, já que essa ação proporciona autonomia ao sujeito.

RELEVÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO

A aprendizagem do idioma do país acolhedor auxilia na resolução de vários problemas que o migrante e refugiado geralmente enfrenta. Porém, as dificuldades dessa população com a língua começam muito antes da procura de emprego ou da tentativa de inserção na sociedade. Pesquisa do IPEA (2015) aponta que os problemas mais enfrentado por esses indivíduos estão relacionados ao idioma, à documentação e à falta de informações, que dificultam, por sua vez, o acesso aos direitos que têm.

Segundo informações da última edição do “Refúgio em Números”, do CONARE, refugiados de 94 nacionalidades estão em território brasileiro (BRASIL, 2017-2020), assim, inúmeros idiomas são falados por esses povos, que possuem culturas e costumes diferentes uns dos outros. O que os cursos de língua portuguesa fazem é minimizar, ao máximo, essas diferenças regionais, buscando incluir todos em um mesmo grupo de pessoas que buscam aprender o idioma (PEREIRA, 2017).

No Brasil, o refugiado recorre a cursos de Língua Portuguesa para se integrar à sociedade e, desse modo, conseguir um emprego digno e sair da situação de vulnerabilidade social e econômica, alcançando um ritmo de vida mais próximo do que viviam em seus países de origem.

São Bernardo (2016, p. 64) aponta que é essencial que os cursos de Língua Portuguesa ofereçam uma formação linguístico-comunicativa, que se faz muito necessária às situações de trabalho “e aos afazeres do dia a dia, já que estas são as necessidades mais urgentes de uso da língua”.

Para Sene (2017), o ensino-aprendizado acolhedor facilita e promove a integração do migrante na sociedade. A autora acrescenta que

o ensino-aprendizagem da língua colabora para uma ressignificação dos migrantes ou mesmo uma re-existência dos mesmos, uma vez que aprender/adquirir uma língua forja identidades.

A área de ensino da Língua de Acolhimento necessita de maior atenção dos governantes e da sociedade civil, conforme observa Ferreira (2019). O professor muitas vezes se encontra frente a um grupo de alunos com múltiplas culturas ou em contextos que não favorecem a aprendizagem. O autor conclui afirmando que o professor necessita “ensinar em uma situação emergencial para grandes grupos de pessoas porque essa talvez seja uma das únicas possibilidades dos refugiados terem alguma instrução formal, [...], antes de ingressar no mercado de trabalho e antes da interiorização” (FERREIRA, 2019, p. 13).

Segundo Orlandi (2007), a língua é influenciada pelo meio político; Bizon (2013), por sua vez, considera que a política linguística é constituída pelas práticas sociais cotidianas de uma sociedade. Desse modo, reforça-se a ideia de que além da assistência governamental é necessário que os migrantes que buscam o aprendizado da língua acolhedora tenham acesso às ações realizadas pela sociedade em si, para que se encontre a totalidade da política linguística.

Quando se faz referência à Língua Portuguesa como idioma não nativo de algum indivíduo migrante/refugiado, os termos mais adequados são o de “língua adicional” ou “língua de acolhimento”. Desse modo, utiliza-se, aqui, a expressão “Português como Língua de Acolhimento” ou PLAc, que, segundo Lopez e Diniz (2018), é “a ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA)”, dedicada à pesquisa e ensino de Língua Portuguesa para migrantes/refugiados em situação forçada e vulnerável, que não têm o português como língua materna.

O ensino de PLAc caracteriza-se como de urgência e afetivo, favorecendo a inserção do migrante em novos contextos sociais, devendo considerar o aspecto emocional e subjetivo da aprendizagem

e prever conflitos que podem surgir. Mencione-se, a exemplo disso, o caso de refugiados sírios que, ao chegarem no Brasil, encontram um país com total “liberdade” para mulheres, contrário à cultura do país de origem. Esse fato, que se constitui em uma barreira, deve ser levado em consideração pelo professor, que precisa lidar com essa situação e valorizar o aprendizado na vida do migrante.

O ensino de PLAc, portanto, envolve peculiaridades que exigem pessoas capacitadas, pois o professor tem o poder de revelar ou de velar todo o conhecimento que vai ali ser adquirido, evidenciando muito sobre sua prática docente. Nesse sentido, São Bernardo e Barbosa (2018) consideram que ensinar a língua de acolhimento exige uma conduta crítica de empoderamento, que promove transformação social; assim, o professor tem papel transformador e facilitador do processo de integração e reconhecimento do migrante como parte da sociedade que o acolhe. Evidencia-se, portanto, que no ensino-aprendizagem da língua acolhedora os aprendentes estão em seus lugares de direito.

Vários teóricos da área - Bizon (2013), Valente (2019), Orlandi (2007), Peres (2015) - expressam que o ensino de PLAc deve receber maior atenção dos governantes, com políticas que favoreçam o refugiado e todos os envolvidos no processo. Peres (2015) considera essencial que o país de acolhida invista no ensino da sua língua e promova a dignificação das línguas usadas por refugiados, possibilitando a diversidade cultural. A preservação de todos os costumes e crenças do povo migrante e refugiado é um fator que auxilia na aceitação de sua realidade e no aprendizado de PLAc.

O refugiado, assim como todo ser humano, tem sua identidade construída através da língua. A língua materna, representa para o ser humano, não apenas um símbolo da sua nacionalidade, mas, também, a sua identidade cultural. É importante que os refugiados além de expostos à diversidade cultural, possam continuar usando a sua língua materna mesmo no país estrangeiro, para que a sua identidade seja preservada e a sua cultura, [...]

seja mantida, mesmo em meio ao processo de integração a uma nova sociedade (PERES, 2015, p. 29-30).

Portanto, conclui-se que o ensino de PLAc é de extrema importância para que a identidade do migrante seja preservada, como também representa um modo de empoderamento do indivíduo, haja vista que passa a se ver como um cidadão e que possui direitos.

METODOLOGIAS DE ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

De maneira geral, cada curso de PLAc possui metodologias e material didático próprios. Porém, alguns autores têm se juntado para criar materiais voltados ao atendimento do público-alvo, que são migrantes e refugiados. É o caso do manual “Pode Entrar: Português brasileiro para refugiadas e refugiados”, fruto de uma parceria entre Oliveira et al. (2015), ACNUR e Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP).

O manual é constituído de unidades temáticas voltadas ao refúgio e reconstrução social do indivíduo. A habilidade linguístico-discursiva é uma das mais exercitadas, os alunos interagem entre si, conversando e colhendo informações dos colegas, tudo em português. Segundo Amado (2012), a melhor forma de ensinar um migrante ou refugiado a falar determinado idioma é através da Abordagem Comunicativa, que concebe a língua como um conjunto de eventos comunicativos com propósitos, diferentes graus de complexidade e níveis de formalidade.

Para Valente (2019), a abordagem comunicativa possibilita ao estudante participar de distintas atividades e ações pelo uso da linguagem. Grosso (2007, p. 5) observa que a “realização de tarefas significativas em situações ricas e complexas contribui para o desenvolvimento de competências, designadamente das comunicativas.”

Outras abordagens utilizadas no ensino de PLAc são a intercultural e o letramento crítico. A primeira trata sobre promover o diálogo entre as culturas dos refugiados e a do professor. O letramento crítico busca problematizar questões sociais com heterogeneidade e pluralidade de vozes, no processo de ensino-aprendizagem de PLAc. É evidente, portanto, que a metodologia mais indicada para o ensino de língua portuguesa como ferramenta de acolhimento é aquela que tem a comunicação como base, além de zelar pela cultura do indivíduo, buscando incluir situações cotidianas nas atividades realizadas em grupo.

A formação adequada do professor contribuirá para que o migrante e o refugiado aprendam a nova língua, na medida em que o preparo adequado do docente influencia em todos os âmbitos da educação. Deve-se dar grande importância para a formação docente, além de se dar maior apoio e financiamento, da parte do governo, a essa área que tem crescido significativamente, nos últimos anos.

Segundo Sene (2017), o conhecimento da teoria auxilia na compreensão da dimensão do que precisa ser realizado, discutido e pesquisado sobre o ensino de línguas, proporcionando acesso aos “fundamentos e abordagens que apresentem inúmeras concepções de língua, linguagem, língua estrangeira, ensino e aprendizagem” (SENE, 2017, p. 49)

Para que o docente lance mão das melhores formas de ensino da língua em PLAc, é necessário, segundo Novóia (1992), que a sua formação seja colaborativa, por meio da qual docentes e futuros docentes fazem trocas de conhecimentos e saberes.

Noções sobre a educação do entorno também são válidas, quando se trata do ensino da língua acolhedora, segundo a concepção de Maher (2007), os profissionais precisam refletir criticamente sobre o que está a sua volta e sobre o empoderamento de seus alunos, lembrando-os de seus direitos e da necessidade de legislações que os favoreçam.

Por conseguinte, a formação docente deve ser voltada à discussão de políticas linguísticas que favoreçam migrantes e refugiados, populações que lutam para ter por sua vida de volta. A formação docente deve levar em conta, ao máximo, o cuidado que se deve ter para com os migrantes e refugiados, e, desse modo, o ensino da língua deverá ser o mais proveitoso possível para o indivíduo em situação de vulnerabilidade, considerando-se, também, que o professor tem na língua uma grande ferramenta de acolhida ao indivíduo que busca os cursos de PLAc.

RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Este estudo ressalta a importância da língua para qualquer tipo de relação e integração, na sociedade, principalmente com a população migrante/refugiada que, ainda hoje, enfrenta diversos problemas que seriam mais facilmente resolvidos se houvesse o conhecimento da língua do país acolhedor. Além disso, o estudo evidencia que, muito mais que uma inserção na sociedade, a língua revela tanto os direitos como os deveres dos indivíduos que chegam a um país de destino, transformando-o em cidadão de direito.

O atendimento que visa, também, o aprendizado da língua do país em que chegam, é de extrema importância, já que é através desse acolhimento que migrantes e refugiados poderão alcançar a autonomia tão desejada, podendo viver de maneira melhor, tendo seu emprego, suas relações interpessoais e voltarem a viver com dignidade. Não basta que esse acolhimento seja praticado só por um lado; é necessário que haja parcerias entre sociedade civil e o Estado para que esse acolhimento da população migrante/refugiada seja humanizado, auxiliando-os desde o processo de legalização de sua situação no país até a oferta dos cursos de PLAc, passando pela garantia de acesso aos serviços governamentais necessários.

Os cursos de PLAc possuem grande importância para a total integração dos indivíduos migrantes/refugiados na sociedade que o acolheu. Os cursos de Língua Portuguesa para esses sujeitos possuem metodologias próprias a serem aplicadas, materiais didáticos diferenciados e a formação do docente deve primar por capacitá-lo para ensinar um público tão heterogêneo.

O atendimento acolhedor minimiza as barreiras que surgem a partir do momento que o migrante ou o refugiado pisa em território nacional, até sua inserção completa na sociedade através das medidas de acolhimento e auxílio governamental e civil. Esse serviço é prestado, em sua maioria, pela sociedade civil que busca de várias formas melhorar a vida desses indivíduos que se encontram em situações vulneráveis.

Os resultados do estudo sugerem que esse tema ainda requer muito cuidado e pesquisa, diante do cenário de fluxos migratórios, em todo o mundo, que se acentuam e demandam maneiras mais eficazes de acolher essas pessoas. É consenso que o acolhimento a essa população, mesmo que careça de cuidados dos Estados, vem se aperfeiçoando, já que migrantes e refugiados vêm conquistando, cada vez mais, seus direitos e sendo vistos como pessoas que requerem cuidado, mas que também necessitam de sua autonomia para seguirem em frente.

CONSIDERAÇÕES

Considera-se, com este artigo, que o ensino-aprendizagem da língua nativa do país acolhedor ao refugiado e ao migrante é de extrema importância, uma vez que revela seus direitos garantidos por lei, como também devolve a autonomia para viverem suas vidas tão logo consigam emprego e tenham uma renda.

Para que tudo isso seja assegurado ao indivíduo é preciso que a sociedade civil e o Estado acolham e auxiliem de maneira correta e humanizada toda a população que a cada dia entra no território nacional em busca de liberdade e sobrevivência, auxiliando-os no entendimento da legalização de sua situação no país, passando pela garantia de acesso aos serviços governamentais necessários.

Por meio de parcerias entre civis e governantes, o acolhimento ao migrante e ao refugiado é realizado de maneira mais eficaz, na medida em que o Estado oferece a garantia dos direitos e deveres destes, e as organizações civis ajudam no rompimento das barreiras linguísticas, na procura de emprego e moradia, levando o refugiado a alcançar seus objetivos pessoais e viverem dignamente no país que o acolheu.

Uma questão pertinente, ainda, em relação a este estudo diz respeito à formação docente e às metodologias utilizadas para o ensino de PLAc, considerando-se o cuidado com que devem ser tratadas, uma vez que toda a educação do refugiado o levará a requerer seus direitos. Tanto as metodologias como a formação docente devem ser voltadas à comunicação dos aprendentes e do professor que, desde a faculdade, deve levar em conta que todos os saberes podem oferecer aprendizados diversos.

O aprendizado do idioma é um canal pelo qual o refugiado poderá conquistar a vida que buscava, ao largar seu país de origem, e condições de sobrevivência muito melhores em relação às que possuía em sua nação.

Estudar e pesquisar mais sobre este tema possui grande relevância social, na certeza de que cada vez mais seja possível aos migrantes e refugiados que chegam todos os dias no Brasil, vindos do mundo inteiro, possam ter acesso ao aprendizado da Língua Portuguesa, oferecendo-lhes uma nova chance de viver em sociedade e de se libertarem novamente. As reflexões aqui expostas não esgotam

a temática e, muito mais, abrem outras possibilidades de estudos que permitam ampliar o conhecimento sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AMADO, R. Português Segunda Língua: perspectivas para a pesquisa linguística e o ensino pluri e intercultural. *Papia Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. 22. 385-398. 2012.

BIZON, A. C. C. *Narrando o exame Celpe-Bras e convênio PEC-G: A construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. 2013. 445f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRASIL. IPEA, Brasil, 2015. *Pesquisa revela situação de migrantes, apátridas e refugiados*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26669&catid=8&Itemid=6. Acesso em: 11 de jun. de 2020

BRASIL. *LEI Nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Lei de Migração, Brasília, DF, maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 13 de jul. de 2020.

BRASIL. *Refúgio em Números 4ª edição*. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Conare, 2017-2020.

CRUZ, Ingrid Sinimbu. *Português Língua de Acolhimento: reflexões sobre avaliação*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2017, 117f.

FERREIRA, L. C. et al. _____. (Org.) *Língua de acolhimento: experiências no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2019.

GROSSO, M. J. Língua não materna-uma problemática conceptual. 2007.

GROSSO, M. J., TAVARES, A. e TAVARES, M. *O Português para falantes de outras línguas: o utilizador elementar no país de acolhimento*, DGIDC, IEFP, ANQ, Lisboa, Ministério da Educação, 2008.

GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77.

LIMA, João B. B. [et al.]. *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*. Brasília: Ipea, 2017.

LOPEZ, A. P.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas Brasileiras para o Acolhimento de Imigrantes Deslocados Forçados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Brasília, Edição especial n. 9, 2018.

MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística Aplicada: Faces e Interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. s/p.

OLIVEIRA, T. A. de et. al. *Pode Entrar*. 1. ed. São Paulo: [s. e.], 2015.

ONU. Nações Unidas Brasil, 2016. *Qual a diferença entre 'refugiados' e 'migrantes'?*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

ONU. Nações Unidas Brasil, 2017. *População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

ORLANDI, E. P. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes. 2007. p. 7-10.

PEREIRA, G. F. O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. *Cadernos de Letras*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 118-134, jan./jun. 2017. DOI 10.5935/cadernosletras.v17n1p118-134.

PERES, G. *Situação Linguística de Refugiados Sírios no Brasil: o Ensino de Português como Língua de Acolhimento*. Monografia (Bacharelado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina. 50 f. Florianópolis, 2016.

PRADO, M. A. M.; ARAÚJO, S. A. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. *Psicologia Política*. vol. 19. nº 46. pp. 570-583. set-dez. 2019.

SÃO BERNARDO, M. A. de. *Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. São Carlos: UFSCar, 2016. 206 p.

SÃO BERNARDO, M. A. de; BARBOSA, L. M. A. Ensino de Português Como Língua De Acolhimento: experiência em um curso de Português para Imigrantes e Refugiados(as) no Brasil. *Fólio - Revista de Letras*, [S.l.], v. 10, n. 1, ago. 2018. ISSN 2176-4182.

UNHCR ACNUR. ACNUR Brasil, 2019. *Dados sobre refúgio*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

_____. *Dados sobre refúgio no Brasil*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

VALENTE, P. de P. Português como Língua de Acolhimento para acesso a Direitos Humanos: Políticas Linguísticas e Reflexões a partir da análise de materiais didáticos para migrantes. Muiraquitã - *Revista de Letras e Humanidades*, v. 7, n. 2, 31 dez. 2019.

ZANATTI, A. W.; SIQUEIRA, J. F. R.; FELIX, R. G. Haitianos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul: a busca por uma integração humanitária. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 471-486, jul./set. 2018.

6

Aldenor Batista da Silva Junior

Graziela Cristina Jara

Érika Rejane Rodrigues de Souza Fideles

A efetivação do direito humano à educação escolar: rumos e intercepções para uma educação inclusiva do migrante

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.137-153

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordam-se conceitos, marcos legais e políticas que protegem os direitos de alunos migrantes de vários países do mundo, além de alguns rumos e interrupções em relação à inclusão do migrante, no âmbito da educação no Brasil. O ponto de partida para se pensar em direitos humanos e a afirmação do direito à educação escolar é a Constituição Federal de 1988, que garantiu, no art. 205, a educação como um direito para todos e atribuiu, ao Estado, o dever de promover o pleno desenvolvimento educacional. Tendo em vista que esse direito constitui o exercício de cidadania, ele demanda, da parte do Estado, propostas que levem ao avanço no atendimento educacional de migrantes em escolas das redes públicas.

O texto constitucional que estabelece o Estado Democrático de Direito arrevesa-se à ideia de direitos para alguns e estabelece a relação entre direito e democracia. Na área educacional, esse direito precisa ser compreendido, conforme defende Cury (2011), como um serviço público, gratuito e universal, que garante a igualdade, com base na lei, de condições e de oportunidades para todos, sem discriminação.

A educação inclusiva do Brasil tem sido constantemente debatida no meio acadêmico, vislumbrando contribuir para amenizar os impactos negativos enfrentados nos sistemas de ensino, envolvidos em uma política de funcionamento social excludente. Há inúmeras dificuldades que estão correlacionadas a muitas questões de ordem social, cultural, política e pedagógica. O reconhecimento dessas condições evidencia a necessidade e relevância de se encontrarem meios, a fim de que a lógica da exclusão seja superada, e repensar a organização escolar como um ambiente que atenda às especificidades das pessoas que migram dos vários países do mundo.

Tendo em vista a complexidade do tema referente às condições de aprendizagem e de inclusão na escola e a necessidade de perceber a realidade dos migrantes que vivenciam o cotidiano escolar, buscou-se discutir, neste texto, algumas questões pertinentes ao direito à educação de migrantes. Com relação à educação brasileira contemporânea, cabe pensar as políticas públicas educacionais para além da inserção dos migrantes na escola.

Acredita-se que seja possível identificar reflexos e desafios nos diversos cenários sociais, inclusive nos processos educativos que abarcam os espaços escolares e o processo de escolarização de migrantes.

A INCLUSÃO NA ESCOLA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DEFINIÇÕES E NORMATIVAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

A concepção de educação, com base nos princípios da Constituição Federal de 1988, nomeadamente no Art. 205, diz respeito ao “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p). Esse direito, entretanto, dificilmente se efetivará a não ser por meio de políticas que, em um primeiro momento, democratize o acesso, a permanência e a qualidade social da educação para “todos”.

Desde a Constituição Federal de 1988 - e ainda hoje -, a efetivação desse direito constitui um desafio. Em se tratando da Educação Intercultural, tem-se, ao longo da história, um cenário excludente que, por vezes, negou o acesso e a permanência de alunos advindos de outros países, nos ambientes escolares. De outra forma, tem-se, ainda, negado o acesso em relação ao currículo e os recursos de acessibilidade (física, arquitetônica e pedagógica) em várias situações aos migrantes.

A defesa do direito à educação para todos reafirma-se também como defesa do direito à cidadania. Para Cury (2002, p. 246), “[...] educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional”.

É pertinente que se destaque a função da educação como mediadora de práticas sociais inclusivas, portanto, necessária a todos. Cury (2008) explicita que a proteção a esse direito é expressa, nos textos legais de todos os países, não por coincidência, mas porque a educação é um direito público, subjetivo e universal expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos–DUDH/1948, demanda proteção jurídica, garantida e cercada de todas as condições.

As medidas protetivas reconhecem o direito de todos e o dever do Estado brasileiro, conforme determina a Constituição Federal 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

A emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, atualizou esse artigo com nova redação aos incisos I e VII, “[...] de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica [...]” (BRASIL, 2009), conforme se pode conferir a seguir:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático - escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2009).

Tais garantias constituem-se como base legal para as políticas de inclusão. Entende-se por políticas de inclusão aquelas que combatem os processos discriminatórios, identificam as especificidades e necessidades das pessoas e, principalmente, reconhecem-nas como sujeitos de direitos, um reconhecimento que, na visão de Santos (2003, p. 53), trata-se da “[...] necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Na área educacional, o direito à educação precisa se traduzir pelo acesso, permanência e a efetivação da aprendizagem. A ideia de inclusão não está relacionada apenas ao acesso, mas também se relaciona ao reconhecimento das singularidades de cada sujeito, devendo, portanto, ser garantida nas leis e efetivadas pelas políticas. As garantias educacionais estabelecidas no Art. 208 da Constituição Federal de 1988 garantem efetivação de outros direitos fundamentais, considerados imprescindíveis, ou seja, todos os direitos que tutelam a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos. Assim, é direito de todo cidadão brasileiro, de acordo com o artigo

6º da Constituição Federal de 1988, ter a educação como o primeiro direito social, seguido de uma série de outros itens: “[...] a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

Patto (2005) defende que não basta garantir a todos o acesso à escola. Essa medida se faz importante, porém está longe de alcançar nossa realidade atual, em uma sociedade que se diz democrática. Não é suficiente, também, garantir que os alunos de escolas públicas permaneçam em uma escola que é falha em suas atividades de ensino-aprendizagem e de inclusão. É necessário um empenho genuíno na construção de uma escola baseada no respeito aos direitos das pessoas que dela fazem parte.

A educação, na concepção de Saviani (1984), faz parte da história constituída pela humanidade, está presente em todas as sociedades, entendida como “produção de saberes”, tendo em vista que os seres humanos são capazes de elaborar conceitos, ideias, planejamentos e diferentes atitudes e formas de pensar. Assim, de acordo com o autor, os seres humanos, transformam a matéria em objetos para sua própria sobrevivência, por meio do trabalho.

Segundo esse mesmo autor, as formas de educação foram instituídas com o trabalho, tornando-se um traço indispensável da humanização dos indivíduos, junto com a necessidade que as novas gerações têm de acessar o que as gerações que as antecederam acumularam ao longo da história da humanidade (SAVIANI, 1984).

O fato de não poderem eliminar o direito à educação fez com que esse direito se tornasse um direito positivado, consagrado pela Constituição Federal, lei maior em nosso País, em que o Estado protege e todo cidadão é incluído e protegido por ela. Porém, com os migrantes, refugiados e apátridas há um longo percurso a ser percorrido.

Saviani (1984) observa que o ser humano se diferencia de outros animais, uma vez que utiliza a sua racionalidade para conquistar um lugar de destaque entre os demais seres. Ele é capaz de transformar a natureza para seu próprio benefício. Esse autor concebe a educação como

[...] o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Essa definição toma a educação objetivamente em sua realidade histórica e contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade (SAVIANI, 2009, p. 18-19).

O autor considera, ainda, a educação como “[...] ponto de partida e de chegada da prática social, [...]”. Nesse caso, destaca-se a função social da educação” (SAVIANI, 2009, p.18). Desse modo, pode-se inferir que a educação seja o princípio da inclusão social e do acesso aos direitos humanos e constitucionais. Observa-se, como desafio da inclusão na educação, garantir que todos tenham o direito de se inserir no ambiente escolar, com efetividade de acesso e acessibilidade aos espaços escolares e não escolares, aos currículos, à interculturalidade e aos serviços e programas de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Para Mantoan (1997, p. 8), “a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos [...]”. Ainda segundo a autora, a inclusão no ambiente escolar deverá [...] proporcionar-lhes [aos alunos] condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN, 2003, p. 30 – grifo nosso).

A inclusão, conforme concebida na Declaração de Jomtien, Conferência Mundial sobre Educação para Todos, consiste na ampliação de oportunidades da educação e desenvolvimento efetivo para todos os seres humanos, objetivando desenvolver a solidariedade humana e relações econômicas mais justas e honestas, a fim de corrigir as atuais disparidades sociais (UNESCO, 1990).

Segundo Garcia e Michels (2014), o termo inclusão não revela a amplitude dos problemas sociais, por isso é preciso que se atente para “[...] a incompletude do termo inclusão [...]”, tendo em vista que ele não pode ser definido sem levar em conta os componentes “[...] social, educacional e escolar”. Os autores consideram, também, “[...] educação, sistema educacional, currículo, adjetivados como inclusivos” (GARCIA; MICHELS, 2014, p. 159).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), existem três justificativas para que se adote uma abordagem inclusiva. Primeiramente, há uma justificativa educacional: a exigência de escolas inclusivas para educar todas as crianças juntas, o que significa que elas têm que desenvolver formas de ensino que respondam às diferenças individuais e que, portanto, beneficiem a todas as crianças. Em segundo lugar, há uma justificativa social: escolas inclusivas são capazes de modificar as atitudes em relação à diversidade, educando todas as crianças juntas e formando a base para uma sociedade justa e não discriminatória. A terceira justificativa é econômica: é menos oneroso estabelecer e manter escolas que educam todas as crianças juntas que criar um complexo sistema de diferentes tipos de escolas especializadas em diferentes grupos de crianças. (UNESCO, 2009, p. 10).

Ainda segundo a UNESCO (1994), a inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa em um ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades. Esse princípio está expresso na Declaração de Salamanca como princípios, políticas e práticas na área da educação especial, que reconheçam a satisfação das necessidades diversas dos alunos, o oferecimento de estilos de aprendizagem, a garantia de bom nível de educação para todos e um conjunto de apoio e de serviços para atender as necessidades especiais dentro da escola.

Na Declaração de Salamanca (1994), mais precisamente no contexto da Estrutura de Ação em Educação Especial, “o termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”. Esse mesmo documento declara que “Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização.” (UNESCO, 1994, p. 3).

A Educação Inclusiva (BRASIL, 2004), como o direito à diversidade, tem como objetivo transformar os sistemas escolares em inclusivos: “[...] uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação” (BRASIL, 2004, p. 7). Desse modo, traduz orientações para as ações da educação voltadas aos alunos migrantes de diversos países, abordagem que se apresenta a seguir.

Embora muitos caminhos tenham sido trilhados na constituição de leis para a garantia do acesso à escola, há questões e contradições, na realidade de migrantes, que necessitam ser apontadas. É preciso que o Plano Nacional de Educação, com a Lei nº 005/2014, seja repensado, pois não menciona, não incluiu migrantes e refugiados em suas normativas, o que contradiz a orientação de uma educação para “todos”.

A “PELEJA” POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO MIGRANTE

Compreende-se que o espaço educativo, muitas vezes, é constituído e mediado por concepções e fazeres previstos como de cunho pedagógico e incluso, mas suas reais essências estão vinculadas e

sustentam continuidade de um cenário desigual, pautado em condições estruturalmente situadas na realidade social.

Criam-se tentativas de inclusão e solução pedagógica, porém não se deve deixar em esquecimento aquilo que afirma Sawaia (2001, p. 8),

A sociedade exclui para incluir e está transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

No rumo dessa lógica, a sociedade inclui para perpetuar e garantir a manutenção do atual sistema econômico. A instituição educativa está atrelada ao processo histórico vivenciado na sociedade ao longo da historicidade, e, nesse lócus, como influência de fluxos migratórios daqueles que chegam ao Brasil em busca de novas oportunidade de viver, várias políticas educacionais são elaboradas, ou não, no ensaio de constituir uma possível inclusão de migrantes na educação escolar.

As migrações trazem consigo a realidade globalizada atual, com causas multideterminadas como crises, guerras, catástrofes naturais, busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, a escolarização surge como uma necessidade para os que ainda não cumpriram o processo de escolarização convencional. Nesse entendimento, inserem-se migrantes, refugiados e apátridas que buscam, na migração, a continuidade de seus projetos de vida.

Em conciliação com o que já foi abordado, tornar-se necessário refletir os espaços, as realidades migratórias e os efeitos da concretização dos planos e propósitos que orientam a constituição das pessoas que migram, atores escolares e viventes das interações sociais. Considerando-se que o sujeito que passa pelo processo de escolarização se desenvolve na relação indivíduo-sociedade, que o meio social delinea

o sujeito e cria nele as funções superiores de natureza social; considerando-se, ainda, a materialidade e historicidade, em que a condição material de trabalho e a interação humana acaba sendo prejudicada, as oportunidades de desenvolvimento se encontram fragilizadas.

O homem migrante, e, desse modo compreende-se o migrante escolar, enfrenta inúmeros problemas ao buscar melhores condições de vida em um novo lugar; além do próprio processo de migração, carrega consigo uma historicidade, seus traços e aprendizados culturais e uma individualidade, típica do seu território e de suas experiências (SAYAD, 2010). Além disso, o que acontece com esse indivíduo, depois do processo de mudança espacial, ao entrar em outro país, acaba gerando conflito, principalmente em relação ao que ele “deixou”, com a sua condição de emigrante, no país de origem.

No Brasil, a regulamentação da migração surgiu, oficialmente, por meio de marcos normativos legais, somente em 2017, como é o caso da lei nº 13.445, que, em seu escopo, trouxe várias cláusulas que visam à proteção e à garantia de direitos desse sujeito-migrante. Essa lei instituiu a Lei da Migração no Brasil; entre os direitos adquiridos por aqueles que migram em solo brasileiro, está o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017). Nesse sentido, torna-se ainda mais evidente, pois permite analisar as políticas educacionais brasileiras como um direito não só de todos os brasileiros, mas também dos migrantes que aqui residem.

No que tange à defesa do respeito à diversidade, pelas recomendações internacionais e pelas políticas públicas brasileiras para a educação, a partir do final do século XX, em consonância com as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) presentes na Declaração de Salamanca (1994), o Relatório Nossa Diversidade Criadora (1995), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e a Convenção sobre a

proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), o Brasil aprovou legislações e documentos com orientações inclusivas visando ao acesso e à permanência dos brasileiros no ensino comum, em todos os níveis e modalidade da educação escolar, sem discriminação étnica, racial, social, política, cultural, religiosa, de gênero ou de deficiência. Porém, no que diz respeito ao migrante, essas propostas só começaram a ter significativa importância a partir da migração regulamentada no território brasileiro, que ocorreu recentemente.

Nesse contexto escolar brasileiro, a precariedade também se faz presente, visto que, para os estudantes migrantes de realidades socioeconômicas vulneráveis, que não possuem acesso aos equipamentos e às condições mínimas de acesso à escola, acabam sendo difíceis ou impossíveis participar das atividades pedagógicas.

De outra forma, tem-se, ainda, na educação contemporânea brasileira, negado o acesso em relação a um currículo intercultural e os recursos de acessibilidade (física, arquitetônica e pedagógica), principalmente para migrantes afetados pelas desigualdades presentes no sistema social.

A realidade educativa atual mostra que alguns migrantes têm sofrido com uma exclusão velada, quando não conseguem matricular seus filhos migrantes em escolas regulares. Muitas justificam ou revelam, na prática pedagógica cotidiana, que não têm um currículo apropriado às necessidades desses alunos, recursos de compreensão da linguagem, entre outros aspectos, como a ausência da documentação exigida, demonstrando o despreparo das escolas para a inclusão do migrante.

No que se refere à matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro, várias dificuldades ainda são encontradas, como:

- 1) necessidade de comprovar documentação de escolaridade anterior; 2) exigência de tradução juramentada de do-

cumentação; 3) não aplicação pelas instituições de ensino de avaliações de equivalência para fins de classificação nas séries e etapas escolares correspondentes; 4) ausência de norma nacional específica sobre direitos de educação para refugiados (BRASIL, 2020, p. 1).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, elaborado pela UNESCO (BRASIL, 2007, p. 45), aponta como meta:

Incentivar a promoção de ações de educação em direitos humanos voltadas para comunidades urbanas e rurais, tais como quilombolas, indígenas e ciganos, acampados e assentados, migrantes, refugiados, estrangeiros em situação irregular e coletividades atingidas pela construção de barragens, entre outras.

O mesmo documento, no que diz respeito à formação de profissionais da educação, prevê:

Promover a formação em direitos humanos para profissionais e técnicos(as) envolvidos(as) nas questões relacionadas com refugiados(as), migrantes nacionais, estrangeiros(as) e clandestinos(as), considerando a atenção às diferenças e o respeito aos direitos humanos, independentemente de origem ou nacionalidade (BRASIL, 2007, p. 51).

Mesmo em condições culturais diferenciadas, o estudante deve ter acesso ao ensino regular, assim como assevera Vygotsky (1989), que contribui para compreender a necessidade da inclusão no Ensino Regular, e destaca que alunos, mesmo em níveis de desenvolvimento diferentes, devem se relacionar, pois com a mediação dos colegas o aluno incluso tem a oportunidade de desenvolver algumas capacidades intelectivas em níveis mais elevados.

Tem-se constatado a permanência do estudante migrante na escola, a apropriação do conhecimento científico e a aprovação nas disciplinas cursadas. Todavia, tem ocorrido questionamentos em relação à necessidade de formação pedagógica dos professores para atuar com a multiculturalidade que caracteriza os estudantes que mi-

gram. Desse modo, muito ainda deve ser feito para garantir as propostas previstas no documento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, criado em 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam, no Brasil, vários marcos legais que garantem a inclusão das diferenças nas escolas, os migrantes só obtiveram significativa representação com a criação da Lei Brasileira da Migração, mas ainda tem-se muito que avançar em estudos que apontem as características dos diferentes migrantes presentes nos processos educativos, em vários espaços escolares e geográficos, levando em consideração a forma como pode ocorrer a permanência dos migrantes nas escolas e a garantia do aprendizado.

A escola tem sua função primordial na formação dos conhecimentos científicos dos estudantes, e é por meio desse aprendizado que o desenvolvimento humano de migrantes ocorre; para que se concretize, entretanto, é necessário que esteja atenta ao acesso, às diferenças culturais que influenciam as práticas pedagógicas, às condições objetivas do espaço escolar e às desigualdades presentes na estrutura de funcionamento social.

Acredita-se que o espaço escolar não só proporciona o conhecimento científico, como assume também uma função social. A Escola é o espaço no qual os indivíduos aprendem a se constituírem seres sociais, a serem cidadãos através da constituição social, o que só acontece na troca de experiências e vivências com o outro. O direito à educação foi instituído, no Brasil, porém, ainda faltam políticas públicas específicas para essa nova constituição e inclusão do aluno migrante, que não se identifica com a língua ou com a cultura da sociedade bra-

sileira. É preciso não só se assegurar o direito de acesso à educação, mas a criação de políticas concretas de acolhimento, permanência e inclusão desses migrantes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 5 out. 1988. Não paginado.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. Ministério da Educação. *Censo Escolar 2004*. Brasília: MEC/INEP/SEEC. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p.76.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial. Brasília, DF: CNE / CEB, 05 out. 2009. p. 17.

_____. *Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 4 jun. 2017.

_____. *Parecer CNE/CEB nº 1/2020*, aprovado em 21 de maio de 2020 – Regulamentação da inclusão matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. 2020.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, julho/2002.

_____. A Educação Básica como Direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

_____. Por um novo Plano Nacional de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, set./dez. 2011.

GARCIA, R. M. C. *Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2004.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. Educação especial nas políticas de inclusão: Uma análise do Plano Nacional de Educação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 397-408, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MANTOAN, M. T. E. *Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: memnon. Editora Senac, 1997.

_____. *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

SAVIANI, D. A. *Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4. ed. Campinas-SP: Autores associados, 1998.

_____. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo, 5).

_____. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

_____. *PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAYAD, A. *La doble ausencia: De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. 1. ed. Barcelona: Anthropos, 2010.

UNESCO. *Declaração de Jomtien*. Conferência de mundial sobre educação para todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

_____. *Declaração de Salamanca*. Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca,

Espanha, jun. 1994. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*. Brasília: CORDE, 1994

_____. Policy guidelines on inclusion in education. Paris, França, 2009. 38p

7

Bruna Flores Macário

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Migração Pendular: características relatadas por acadêmicos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Dourados/MS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.154-172

INTRODUÇÃO

A migração pendular é um tema pouco explorado, nos dias atuais. No entanto, são recorrentes, no cotidiano das populações, os deslocamentos diários das cidades de origem até cidades de destino, em busca de diversos serviços que não são ofertados nos municípios próximos aos centros de médio e grande porte - trabalho, estudo e lazer. Após a segunda metade do século passado, teve início esse tipo de mobilidade, em decorrência de maior concentração de indústrias, faculdades e prestação de serviços em centros urbanos que se tornaram referência para as cidades próximas (OECD, 2002).

O termo mobilidade ou migração pendular é definido como movimentos cotidianos de pessoas entre o local de residência e os locais de estudo ou trabalho (INE, 2003). Esse tipo de migração acontece, principalmente, nas situações em que as pessoas (migrantes) necessitam estudar ou trabalhar em algum município vizinho ao seu, mas retornam, diariamente, ao seu município de origem. Esse movimento de volta é que diferencia a migração pendular da migração definitiva, haja vista que esta última consiste na troca definitiva do local de residência (ZASLAVSKY; GOULART, 2017). Jardim e Ervatti (2007) ressaltam que esse tipo de migração está relacionada com a mobilidade espacial da população em diferentes aspectos, como fatores ligados a questões sociais, políticas e/ou econômicas, que podem confluir para que o indivíduo migre em busca de algum benefício referente ao trabalho, educação ou saúde.

No que tange à migração pendular para fins de estudo, nota-se a necessidade de atentar e dar visibilidade aos aspectos que envolvem esse fenômeno tão frequente na conjuntura atual das instituições de ensino superior, principalmente as que funcionam em localidades com maiores potencialidades econômicas. Nesse contexto, a Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS atrai o interesse, pois, conquanto existam diversos polos distribuídos pelo território do estado, a sede fica em Dourados, segunda maior cidade do estado, que atende 34 municípios-satélites; portanto, constitui uma alternativa para muitos jovens que buscam capacitação na educação superior, com a expectativa de melhorias das condições de vida para si e seus familiares.–

Desse modo, este estudo tem o objetivo de conhecer as características da migração pendular de acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em Dourados/MS.

REVISÃO DE LITERATURA

Os deslocamentos de certas populações, de seu local de origem para grandes centros, é um fato comum há muito tempo; a princípio, a urbanização aconteceu pela quebra dos modelos feudais, por volta do século XV, ocorrido na Europa, com êxodo rural. Os trabalhadores migravam do interior para as cidades em busca de oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida. Foi nesse período que houve grande avanço no comércio europeu; contudo, no século XVIII ocorreu a revolução industrial e a invenção das máquinas a vapor desencadeou o desemprego da mão de obra advinda do êxodo rural, fazendo com que os migrantes retornassem ao campo, a fim de que houvesse a produção de obra-prima utilizada nas indústrias urbanas (RODRIGUES et al., 2015).

De acordo com Alves (2011), no Brasil, o êxodo rural se deu pela migração, na década de 1950-1960, de nordestinos que saíram de suas terras em busca de trabalho na região sudeste, principalmente na cidade de São Paulo. Entretanto, com a urbanização de outros polos fora da rota Rio-São Paulo, evidenciou-se, com a instalação de grandes empresas e universidades em outros estados brasileiros,

que a migração permanente fora substituída pela migração pendular. Conforme já mencionado, e de acordo com Schneider e Rippel (2017) e Soares (2018), esse tipo de migração acontece pela necessidade de estudo e de trabalho; indivíduos saem de suas respectivas cidades-origem, com destino a núcleos próximos, mas retornam, entretanto, aos locais de onde saem, diariamente. Desse modo, cria-se outra dinâmica geográfica com as “cidades-dormitório”.

Moura, Branco e Firkowsky (2005) descrevem a migração pendular como uma forma de suprir as necessidades cotidianas de um indivíduo, como trabalho, estudo e lazer, quando estes não são oferecidos em suas respectivas cidades, ascendendo cada vez mais dados dos fluxos pendulares para cidades de médio e grande porte (VASCONCELOS, 2012). A cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, é alvo de empreendimentos, pelo fato de ter grande movimentação na economia. Estão instaladas, na cidade e região, usinas, frigoríficos, indústrias e universidades, um fator que propicia oportunidades de empregos e vagas de estudo para centenas de pessoas de cidades de pequeno porte que rodeiam o município. São indivíduos que se deslocam de seus respectivos domicílios, diariamente, para trabalhar ou estudar no município vizinho, e retornam no mesmo dia.

Dourados se localiza na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul, e abrange, como microrregião, os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina (BRASIL, 2016). É nessa cidade que fica a sede da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, cujo estatuto, no Art. 1º, descreve:

A Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, doravante denominada UEMS, criada nos termos do disposto no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual, e instituída pela Lei nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade

de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, é uma instituição estadual de natureza funcional pública, gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo presente Estatuto e pelo Regimento Geral (BRASIL, 1999).

Atualmente, a UEMS, além da sede situada em Dourados/MS, possui outros quinze polos no estado, por meio dos quais oferece 19 cursos de graduação, 16 dos quais oferecidos na sede. As vagas são disponibilizadas por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU) e vestibular; portanto, são acessíveis a estudantes do estado e de todo o Brasil. Considerando-se que Dourados é um centro comercial e universitário de médio porte, devido à variedade e qualidade de cursos ofertados pela UEMS muitos acadêmicos fazem a migração pendular a fim de cursarem o ensino superior, em busca de formação e qualificação profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Dourados/MS, com acadêmicos do 2º ano de oito cursos de graduação, que praticavam a migração pendular. Inicialmente, solicitou-se a autorização da universidade para a realização da pesquisa. Após autorizada, foi divulgada nas salas de 2º ano dos cursos de Direito, Enfermagem, Letras/Espanhol, Pedagogia, Turismo, Ciências Biológicas/Noturno, Letras/Inglês, Ciências Biológicas/Integral, Ciências da Computação, Química Industrial, Engenharia Física e Engenharia Ambiental.

Não foi possível realizar a divulgação nos cursos de Física, Matemática, Sistema de Informações e Química do período noturno, por causa da pandemia pela Covid-19. Os cursos de Ciências da Computação, Química Industrial e Engenharia Física informaram que não

havia acadêmicos que realizavam esse tipo de migração; o acadêmico convidado do curso de Engenharia Ambiental recusou-se a participar. Assim, participaram do estudo estudantes dos cursos de Direito, Enfermagem, Letras/Espanhol, Pedagogia, Turismo, Ciências Biológicas/Noturno, Letras/Inglês, Ciências Biológicas/Integral.

Para a coleta dos dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, no período de novembro de 2019 a junho de 2020; sete foram realizadas de forma presencial e uma, por meio de áudio do aplicativo *WhatsApp*, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, configurado no *google forms* (não houve utilização da imagem do participante), em decorrência da pandemia da Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais pela universidade.

Os critérios estabelecidos para a inclusão foram os seguintes: que os estudantes estivessem matriculados no 2º ano dos respectivos cursos, que praticassem a migração pendular, contudo, que os domicílios não fossem os mesmos. Porém, pela demanda de acadêmicos e disponibilidade, três participantes residiam no município de Itaporã. No momento das entrevistas, a pesquisadora fez uma breve explicação do conceito de migração pendular, sua importância e a incidência de poucos estudos sobre a mesma, após o que, solicitou autorização por escrito, em impresso próprio (TCLE), no qual se firmava o compromisso de que os dados obtidos seriam utilizados somente para fins de estudo e que a entrevista seria gravada.

Realizadas as entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição das falas, organizadas por assuntos abordados nas perguntas da entrevista em um quadro. Para que a não identificação dos participantes fosse resguardada, estes foram nomeados com a letra "A" seguida do numeral que os representasse. A análise dos dados seguiu o referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico-dialético, cujo ponto de partida é o fato histórico ou a manifestação empírica do fenômeno, compreendendo-se a origem e o desenvolvimento histórico,

inicialmente, e a localização do fenômeno em uma totalidade concreta, numa determinada formação econômico-social – o fato diacrônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos oito entrevistados, sete eram do sexo feminino e um do sexo masculino. Com relação à faixa etária, cinco tinham idade entre 18 e 20 anos; dois, entre 21 e 23 anos e um, entre 24 e 26 anos. Os participantes eram dos cursos de Direito, Enfermagem, Letras/Espanhol, Pedagogia, Turismo, Ciências Biológicas/Noturno, Letras/Inglês e Ciências Biológicas/Integral, originários das cidades: Itaporã, Caarapó, Douradina, Rio Brilhante, Fátima do Sul e Amambai.

De antemão, nota-se a predominância de participantes do sexo feminino, na pesquisa, um dado que corrobora o do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2018), em que 54,6% dos graduandos das universidades federais eram do sexo feminino. Esse grupo da população universitária tem aumentado, em relação aos homens, visto que em 2008 as mulheres ultrapassaram o sexo masculino em anos de estudo - 7,5 anos contra 7,2 anos em relação aos homens (BARRETO, 2015).

A cidade mais próxima foi Itaporã, que fica a 27 km da UEMS; a mais distante foi Amambai, a 146 km de distância. Quanto ao tempo de viagem, a média do deslocamento ida-volta identificada foi de 2 horas e 20 minutos; o maior tempo foi de 4 horas (ida e volta), referente à cidade de origem Amambai, cujo tempo de volta para a cidade de Caarapó chega a duas horas, devido às condições do trânsito nos horários de pico.

Em todas as situações, o transporte utilizado é o ônibus, sendo que em dois casos este meio era disponibilizado gratuitamente e o maior valor verificado refere-se à Caarapó, que chegava a 300 reais. Dos entre-

vistados, nenhum relatou receber bolsa; apenas um participante fez referência ao auxílio do governo federal, no valor de 160 reais, o bolsa família.

Com relação aos recursos financeiros dispensados ao pagamento do transporte para o deslocamento, torna-se importante a utilização da migração pendular como um critério a ser considerado no momento de concessão de bolsas pela universidade. De acordo com Heidrich (2005), desde 1980 o crescimento das cidades e desenvolvimento de regiões suburbanas dos grandes centros foram motivados por exemplo, pela redução de custos de transporte, tornando os estudos sobre mobilidade de grande relevância para compreender a causa pela qual algumas regiões possuem grande crescimento e outras permanecem estacionadas.

Quanto ao conhecimento sobre a migração pendular, as respostas mostraram que alguns conhecem o termo, mas têm conhecimento sobre o processo, e que outros, entretanto, sabem o que significa:

Eu já ouvi o termo, eu lembro do ensino médio, mas não, a gente estudava em geografia, mas eu não lembrava não (A4).

Esse nome não [...] (A2).

Apesar de alguns entrevistados relatarem não conhecer o termo ou seu significado, no início de cada entrevista foram realizados esclarecimentos acerca do assunto, descrevendo o conceito do termo.

Moura *et al.* (2005) ressalta que os deslocamentos diários para fins específicos é um fenômeno que se recebe diversas denominações, como migração pendular, movimento pendular e deslocamento pendular, todos relacionados a deslocamentos diários da população com vistas ao trabalho, estudo, lazer e outras relações sociais de sobrevivência. Os autores também acrescentam que a mobilidade pendular é um evento multidimensional que engloba, além das práticas cotidianas da população, a mudança de lugar, compreendido, nesse

contexto, como “percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho/estudo medidos em termos de tempo e espaço, podendo variar de uma hora ou mais, um dia, uma semana ou um mês”.

A experiência da pendularidade vivenciada pelos acadêmicos ocasiona uma vida de intenso movimento, imbricado nas mudanças sociais e no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o significado do termo é a própria percepção da realidade concreta. A maioria dos participantes relatou que o fato de praticar a migração influencia negativamente nos estudos, devido ao cansaço físico, transporte e choque de horários, conforme se pode conferir nestes relatos:

Acho que não na faculdade, mas tipo em outras áreas, por exemplo estágio e etc, porque é muito cansativo, é muito esgotante eu chego em casa exausta (A1).

Em parte sim, pelo cansaço (A3).

Morar em outra cidade prejudica um pouco meus estudos (A8).

Como referido pelos acadêmicos, além da rotina com a faculdade, a migração pode prejudicar também o campo de estágio e atividades extracurriculares. Segundo Moreira (2017), em seu estudo para compreender as reestruturações nos sentidos de lugar dos estudantes-migrantes em seus espaços de trânsito/enraizamento, dentro de uma dinâmica pendular diária, o fator cansaço físico é notório, pois a migração expõe esses estudantes a situações externas que castigam, diariamente, seu corpo, diante da rotina de deslocamento intermunicipal constante; o local em que reside, portanto, é que permite, ao migrante, se refazer e renovar as forças.

De acordo com os participantes, o principal motivo que os leva a praticarem a migração é a necessidade de formação profissional, que, muitas vezes eles não conseguem receber na cidade de origem, devido à falta de oferta do ensino superior, do curso de graduação pretendido ou pela falta de recursos financeiros para mudar de municí-

pio; assim, mantêm-se em suas cidades e se deslocam diariamente à universidade. Essa realidade é manifestada nas seguintes falas:

Eu realizo a migração porque eu não tenho possibilidade de ir morar em Dourados e preciso fazer, para melhorar minha condição financeira (A8).

Pra poder fazer faculdade, porque na minha cidade não tem, e é isso (A3).

Pra eu conseguir terminar meus estudos, me formar e buscar um trabalho (A6).

Pra mim, eu moro e trabalho em Itaporã, então, se mudar tá fora de questão (A5).

Mantendo a residência na cidade de origem, há maior viabilidade em concretizar os estudos, visto que a migração de longo prazo demandaria toda uma mudança de vida e custos habitacionais além das possibilidades (CASSANELLI; ALVES; COLLA, 2019). Bersot (2019) também relata, em sua pesquisa, que a maioria dos participantes não mudaria para a cidade destino por conta do trabalho, renda, família ou, ainda, por não gostar da cidade.

Cabe salientar que nem todos os territórios dispõem de meios suficientes para o desenvolvimento socioeconômico desejado; assim, refletem as desigualdades que desencadeiam a necessidade de deslocamentos, no intuito de aprimoramento e futura inserção no mercado de trabalho.

Considerando o pressuposto de que os indivíduos são racionais, aptos à volição de suas preferências e de realizar cálculos relacionados às suas escolhas, Sjaastad (1962) considera o migrante como alguém decide migrar com base no cálculo de custo/benefício que sugere um retorno positivo da migração. O autor também sugere a análise da migração através da teoria de investimento em capital humano, em que o indivíduo migra para outra região em busca de in-

vestimentos pessoais. Nos discursos dos participantes deste estudo, é possível observar o anseio de aprimoramento intelectual, vislumbrando espaço e melhorias no mercado de trabalho.

As falas a seguir referem-se às vantagens atribuídas, pelos participantes, à migração pendular para fins de estudo. Percebeu-se certa dificuldade de elencá-las; os que o fizeram, relataram o fato de poderem concluir o curso e de estarem perto da família.

Olha, minha vantagem é mais pessoal do que profissional, eu acredito, né, por estar perto de familiares (A5).

A vantagem é que eu vou conseguir me formar e ter uma profissão (A6).

É possível perceber que as vantagens ficam pouco evidentes diante das dificuldades impostas pela migração pendular, porém, a expectativa da conclusão do ensino superior pode ser um incentivo para enfrentar os percalços do cotidiano da pendularidade que transcorrem no ir e vir de rodovias (NOGUEIRA; RIPPEL, 2012).

Apesar de os participantes relatarem poucas vantagens em relação à migração pendular para estudo, pesquisas com populações e regiões diversas apontam aspectos favoráveis. Francellino (2020) enfatiza que a universidade constitui um espaço de prática social, condição benéfica para a migração pendular de centenas de estudantes, diariamente, pois proporciona vivências de acontecimentos, de sentimentos, de idas e vindas, que permitem apreender múltiplas possibilidade de relações existentes (entre estudantes, docentes, funcionários), produzem laços e noções de pertencimento, ao longo da graduação. Assim, à medida que os indivíduos convivem e se relacionam, identificam-se, estabelecem redes de significados e sentidos que são construídos pela história e cultura.

Nesse sentido, Favoreto (2008, p. 22) afirma que o homem se constitui nas relações sociais e históricas: “neste caso, não há sujeito

do processo: o próprio processo é que é sujeito, na medida em que, pelo princípio da contradição, a dialética movimenta a história". Para Lima (2015), os aspectos positivos da migração pendular permeiam o desejo de mudança de vida, a busca por uma melhor posição no mercado de trabalho onde os migrantes terão melhores oportunidades de realização de suas aspirações sociais.

As principais dificuldades apontadas pelos participantes referiam-se ao cansaço e à disponibilidade de horário, tendo em vista que alguns precisam sair muito cedo de suas residências e voltam muito tarde, uma problemática que atinge, principalmente, aqueles que estudam em período integral. Considere-se, por exemplo, situações de horários vagos ou aulas canceladas, em que os acadêmicos migrantes precisam esperar várias horas, na universidade, até o momento de retornar à cidade de origem. Acerca dessa problemática, identificaram-se as seguintes falas:

A questão do tempo, que você perde muito tempo, sono, cansaço e além das adversidades que podem acontecer (A3).

Eu acredito que algum dia que a gente é liberado mais cedo, né, que a gente não pode ir, tem que aguardar todos, dia de chuva, por exemplo também, é um pouco mais complicado, mais difícil (A5).

Porque tem que ficar ligado em horários, pra ir, pra voltar, se por exemplo não tem aula, não tem como voltar, tem que ficar, se o transporte quebra, tem que ficar no meio da estrada e o desgaste também (A6).

As dificuldades são cansaço e a falta de disponibilidade e a falta de tempo que precisa é... para os estudos e tudo mais (A8).

No entanto, em uma das falas, o participante não fez referência a dificuldades, uma vez que este não depende de transporte gratuito, estuda no período noturno e a viagem, tanto de ida quanto de volta é curta, dada a proximidade da cidade:

As dificuldades? Nenhuma na verdade, se fosse integral seria mais difícil, né, porque sairia daí quatro horas, assim o ônibus de manhã e volta só a noite, no meu caso, tranquilo (A4)

Como se pode perceber, as condições financeiras do estudante favorece a que o processo seja mais acessível. Francellino (2020) considera que, apesar dos benefícios, a migração pode ser dificultosa, diante da demanda financeira, o enfrentamento de estradas, a vulnerabilidade, o tempo gasto e o cansaço, implicando, assim, em prejuízos à formação. Há estudos que ratificam esses fatores, que se apresentem como barreiras ao processo educativo, haja vista que interferem no rendimento acadêmico e necessitam ser levados em conta, devido à grande importância para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e da sociedade (LIMA, 2015).

Como já referido, aqui, a viabilidade da migração pendular constitui uma alternativa de acesso ao ensino superior, com vistas a uma formação, tal como se verifica nestas falas:

Acho que sim, mas é aquela parte eu não consideraria como uma vantagem, desvantagem, mas sim como uma condição, por exemplo, não é viável mudar para Dourados, então como eu moro lá, já é minha condição. (A1).

É um, na verdade, na minha opinião, eu acho que ela é uma escapatória pra muitas pessoas, mas se fosse olhar por outro lado, um lado psico e físico do próprio ser, não é uma coisa muito viável. (A3)

Olha, é, o meu exemplo é um município bem próximo, né, tem casos de municípios bem mais distantes, eu acho que pode ser mais difícil, eu acho que varia, né, dependendo da distância, já conheci colegas que vinham de Laguna, por exemplo, que é bem difícil, tinha um ônibus só, então, pra quem estudava durante o dia, ele só retornava pra casa dele no período noturno, então, ele tinha que ficar um período ocioso aqui, por questão de não ter opção de ônibus, entendeu, por isso que eu acho que varia de município pra município. (A5).

Não é, mas é necessário. (A6).

Partindo da proposta do materialismo histórico dialético, que tem base em Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), a migração é uma mobilidade que se impões pelas necessidades do capital, e não como uma vontade intrínseca humana (VASCONCELOS, 2012). De acordo com Ravenstein (1980), as correntes migratórias advêm da busca de melhores trabalhos, quando estes não são oferecidos em determinadas cidades e se aplica, também, à pendularidade com ênfase no estudo, considerando-se o anseio de conquistar a formação acadêmica.

Singer (1972) afirma que essa mobilidade tem origem em motivos econômicos, na procura de melhores condições de vida (VASCONCELOS, 2012). Marx (1996) afirma que a concentração humana acompanha a concentração do capital; dessa forma, sendo Dourados a segunda maior cidade do estado de MS, com processos de urbanização mais avançados, considerando-se as instalações industriais e de educação superior (universidades) que garantem constantes mudanças sociais e de desenvolvimento econômico, é compreensível o intenso movimento pendular advindo de cidades vizinhas, em especial para fins de estudo.

Observa-se que, desde os escritos de Marx, o capitalismo busca capacitar a mão de obra, fornecendo uma base técnica e investindo em ciência e tecnologia (ANTUNES; SILVA, 2004), de modo que os trabalhadores sejam capacitados para os cargos. Desse modo, ocorre a otimização da produção e do trabalho, e, cada vez mais, promove-se o acúmulo do capital. Singer (2002) prevê que por conta da mão de obra desocupada o migrante vai em busca de melhores condições, sujeitando-se a diversas adversidades no processo.

A necessidade de melhor qualidade de vida e a busca por uma formação que possa garantir uma melhoria salarial faz com que os acadêmicos realizem a migração pendular. Contudo, esses indivíduos enfrentam dificuldades, entre elas os recursos financeiros insuficientes, as estradas em má conservação, horários extremamente cansativos e tantos outros que podem lhes causar prejuízos (FRANCELLINO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo que aqui se apresenta, pode-se evidenciar que a migração pendular acontece, muitas vezes, pela necessidade de concluir a graduação, com vistas a um futuro melhor, mesmo consideradas as demandas e dificuldades geradas pela pendularidade, haja vista que esse processo permite o acesso à educação e uma melhor perspectiva de vida. A necessidade de uma graduação para aqueles que buscam um futuro mais promissor demanda que esses acadêmicos enfrentem diversas intempéries até que tenham seu diploma em mãos. Formados, esses indivíduos - de modo geral, peças do capitalismo - tornam-se mão de obra e poder de compra.

Considere-se, ainda, que o acesso à educação, muitas vezes, só é possível a partir da migração, na medida em que não existe em determinadas cidades-origem. Desse modo, a migração pendular é uma modalidade que dá realce à desigualdade social, tendo em vista que a falta de oportunidade e, também, de condições estruturais e financeira impedem que os indivíduos se mudem para as cidades-destino, a fim de efetivar os estudos, por exemplo. Nesse sentido, é importante que a universidade considere a pendularidade como um critério na concessão de bolsas, bem como a oferta de transporte gratuito, custeados pelos gestores dos municípios de residência, no intuito de promover a inclusão de seus cidadãos ao ensino superior.

Enfim, percebe-se que mesmo diante dos percalços impostos aos estudantes que optam pela migração pendular, bem como todas as desmedidas de desigualdades sociais, a persistência em buscar a educação superior se desvela em um ato revolucionário. No entanto, este é um estudo que possui limitações, porém pode servir de impulso para outros voltados ao mesmo tema.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE)*, 2011. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M.. O avesso do trabalho. In: *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 7-12. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-757574>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- BARRETO, P. C. da S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 39-64, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000200039&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BERSOT, I. F. Movimento Pendular: O deslocamento diário dos estudantes universitários de Conceição de Macabu com destino a Campos dos Goytacazes no norte fluminense. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB*, v. 1, p. 1367-1384, 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26607>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jun. 2013b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 9.337 de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Campo Grande, MS, 15 de jan. de 1999. Anexo único, Título 1, Capítulo 1. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO4938_15_01_1999>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- CASSANELLI, G.; ALVES, L. R.; COLLA, C. Panorama do movimento pendular dos estudantes de ensino superior do município de Toledo-PR entre 2000 e 2017. *Anais*, p. 1-21, 2019. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/2989/2853>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- FAVORETO, A. *Marxismo e educação no Brasil (1922-1935): o discurso do PCB e de seus intelectuais*. Curitiba: UFPR, 2008. p. 255. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível

em: < <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEWj4JSnuZTvAhWiDrkGHWs-cB5EQFjAAegQIARAD&url=https%3A%2F%2Fportalseer.ufba.br%2Findex.php%2Frevistagerminal%2Farticle%2Fview%2F23007&usg=AOvVaw3OmTDTIlew5acg5bRJsNw7W>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FONAPRACE – *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis*. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Uberlândia - MG, p.19. 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FRANCELLINO, S. M. R. de L. Migração pendular de estudantes universitários na região de Aquidauana-Mato Grosso do Sul-Brasil. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, n. 6, 2020. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/trahs/2395>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HEIDRICH, Á. L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi0-JequJTvAhWB1bkGHXNhC9YQFjAAegQIARAD&url=https%3A%2F%2Frevistas.unila.edu.br%2Forbis%2Farticle%2Fview%2F1774&usg=AOvVaw3S_7AspxnOTPo69Z6YRiW3>. Acesso em: 10 ago. 2020.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. R. *Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro*: reflexões sobre o seu estudo a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiCorCZuJTvAhU2lrkGHYykdG8QFjAAegQIAhAD&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fbiblioteca-catalogo.html%3Fid%-3D284170%26view%3Ddetalhes&usg=AOvVaw10P9cM69gbc1-xnOZYIAor>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, W. de M. *Novas mobilidades, espaço de vida e desempenho escolar: o caso dos estudantes de ensino médio no município de Natal-RN*. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22866>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MARX, K. Livro I – o processo de produção do capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE). *Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul. Ano base: 2015*. Campo Grande: SEMADE, 2016. Disponível em: http://www.seinfra.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/6/2017/06/Perfil_Estat%C3%ADstico_MS_2016.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

MOREIRA, F. F. Lugares no movimento: Experiências estudantis na migração pendular para o campus x-uepa/Igarapé-Açu (PA). *Geograficidade*, v. 7, n. 1, p. 89-107, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6266777>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOURA, R., et al. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000400008&script=s-ci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 mar. 2019.

NOGUEIRA, C. S.; RIPPEL, R. MIGRAÇÃO PENDULAR: ESTUDO DE CASO DA FACULDADE ASSIS GURGACZ–CASCAVEL (PR). *Revista Thêma et Scientia*, v. 2, n. 2, p. 66-74, 2012. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1381778341.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Territorial Development Service, Territorial Development Policy Committee. *Redefining Territories: Functional Regions* Paris: OECD; 2002. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/redefining-territories_9789264196179-en>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Auditoria Ambiental. *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto 1991/2001*. Lisboa: INE; 2003. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER05/ART01.PDF>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MOURA, H. A. *Migração interna: textos selecionados*. Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Migração_interna.html?id=oT0EfAEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 15 set. 2020.

RODRIGUES, A. J. et al. A urbanização no mundo e no Brasil sob um enfoque geográfico. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, v. 3,

n. 1, p. 95-106, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/2235>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, v.70, n.5, p.80-93, 1962. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/258726>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SCHNEIDER, R. A.; RIPPEL, R. Evidências sobre os movimentos pendulares no município de Cascavel-Paraná. *Anais*, p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2604/2524>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOARES, M. P. *Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova*. 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/84558>. Acesso em: 03 mar. 2019.

VASCONCELOS, V. M. *Migração e Pendularidade - As Consequências de Atração de População para o Município de Toritama-PE*. 2012. 186 p. Disponível em: <<https://goo.gl/rJ8NY2>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ZASLAVSKY, R.; GOULART, B. N. G. de. Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 3981-3986, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n12/3981-3986/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

8

Camila da Silva Lucena

Eloah Maria Martins Vieira

Antônio Fagner da Silva Bastos

David Ramos

Luciana Florêncio de Lima

Um panorama da migração venezuelana em Pernambuco e seus desafios nas áreas do cuidado e da educação

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.173-191

INTRODUÇÃO²⁵

Os desdobramentos das crises política e econômica presentes na Venezuela já fizeram com que, até o início de 2020, mais de 5 milhões²⁶ de venezuelanos deixassem o país em busca de novos destinos para viver. Aos que chegam ao Brasil, há a possibilidade de participar de um programa de interiorização, através da Operação Acolhida²⁷, implantada pelo governo brasileiro, e que já deslocou mais de 30 mil venezuelanos para diversos estados do país. Destes, mais de 600 para Pernambuco (R4V, 2020).

A Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2²⁸ é uma das instituições de acolhida que participa do programa de interiorização. Junto a outros atores da sociedade civil, recebeu venezuelanos em Pernambuco, que foram interiorizados pelo governo federal em parceria com o exército, a partir da Operação Acolhida. O público atendido se destacou pela vulnerabilidade, grande parte de famílias, idosos e população LGBT. Trata-se, portanto, de um público diferente do padrão migratório jovem masculino apontado por Simões (2017).

Contudo, o recebimento de um número expressivo de imigrantes por meio de um projeto de interiorização, aponta para um desafio que demanda estudos e pesquisas que favoreçam os atores envolvidos em ações e políticas públicas para um acolhimento mais inclusivo.

²⁵ Para a construção deste artigo, agradecemos aos participantes do V Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migração e Gênero (Universidade Católica Dom Bosco). Neste evento pudemos apresentar e debater as reflexões que aqui apresentamos.

²⁶ Números atualizados podem ser acompanhados em <https://r4v.info/es/situations/platform>.

²⁷ Força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo brasileiro com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil, a Operação oferece assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. Mais informações em: <https://www.gov.br/acolhida/>.

²⁸ A Cáritas Brasileira é um organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e possui uma rede com 187 entidades-membros, 12 regionais e 5 articulações. A Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 é uma dessas regionais e tem atuado junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Tendo em vista o crescimento no número de venezuelanos no Brasil e as diferentes iniciativas institucionais, vários estudos têm sido desenvolvidos no sentido de se refletir sobre a questão (BAENINGER; SILVA, 2018). Entretanto, desconhecemos estudos relativos às experiências de pessoas vindas da Venezuela para Pernambuco. É essa lacuna que este trabalho tenta preencher.

O artigo, portanto, fruto de uma parceria entre membros da Cáritas Brasileira Regional NE2 e pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, objetiva traçar um panorama inicial das chegadas de venezuelanos em território pernambucano e discutir os desafios presentes na acolhida. Os objetivos específicos são: a) descrever o perfil dos imigrantes venezuelanos em Pernambuco, b) discutir possíveis abordagens do âmbito familiar do acolhido, e c) refletir sobre os gargalos à integração escolar para a juventude migrante.

Através desses esforços, esperamos contribuir tanto para futuras políticas públicas quanto para ações da sociedade civil que visem à inserção de migrantes e refugiados nas iniciativas já existentes. Desse modo, será possível dar uma resposta mais acolhedora às famílias de venezuelanos que se estabeleceram ou virão a se estabelecer em Pernambuco e/ou nos estados vizinhos.

METODOLOGIA

Diante da necessidade de se obter um panorama da chegada de imigrantes venezuelanos, bem como de se ter uma percepção sobre o perfil deles, para que estratégias locais de acolhida sejam elaboradas, adotamos a técnica de Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP). Trata-se da coleta de informações que podem ser usadas por projetos de desenvolvimento, com vistas a descobrir as principais características,

os problemas prioritários que afetam a população e as possíveis soluções dentro da comunidade (MEDVEDOVSKI et al., 2015).

A característica principal dessa técnica de diagnóstico é que ela evita problemas recorrentes em pesquisas formais longas e caras, tais como a coleta de dados em excesso, o levantamento de dados sem tanta importância, a produção de resultados tardios e inadequados, além de inexpressiva participação da população local. Moreira (2017) corrobora este último fator sobre dar mais participação aos migrantes e refugiados em pesquisas que a eles interessam.

Construímos, então, um questionário de entrevista dividido em seis blocos, inspirados em trabalho de teor semelhante (SIMÕES, 2017), visando esclarecer quem é o imigrante em questão, como era sua vida na Venezuela, como foi a trajetória para chegar até aqui, como está sendo sua vida no Brasil, qual a relação atual com a Venezuela e quais suas expectativas para o futuro.

Para a consecução do questionário, foram agendados encontros entre imigrantes venezuelanos e uma equipe de voluntários coordenada pela Cáritas Brasileira Regional NE2. Cada equipe de voluntários era composta por uma dupla constituída de um brasileiro e de um venezuelano. Destacamos que todos os autores deste artigo integraram a equipe de voluntariado. Seguindo esse formato, os questionários foram aplicados no fim de novembro de 2019 e início de dezembro do mesmo ano, nos municípios de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Igarassu, a 88 imigrantes. Embora tal amostra represente menos de 15% do número aproximado de 600 venezuelanos que chegaram em Pernambuco, tendo em vista o fato de não terem sido realizadas entrevistas com menores de 18 anos e, ainda, o viés qualitativo das mesmas, não consideramos descartáveis as reflexões que os dados sugerem, ainda que não sejam comuns a todos os venezuelanos em Pernambuco.

Contudo, os resultados obtidos só teriam atendido ao primeiro objetivo específico proposto. Buscamos aprofundar a discussão com base nas características do público inicialmente atendido e fizemos reflexões à luz das teorias migratórias tanto sobre as famílias migrantes como à questão da integração escolar dos membros destas. Assim, escolhemos não abrir uma seção de revisão de literatura, mas discutir teoria e achados, simultaneamente, de forma a atender a todos os objetivos específicos propostos.

Considerando-se o viés mais qualitativo atribuído ao diagnóstico, que se justifica tanto pelo número obtido de entrevistados como pelas características escolhidas de acompanhamento, a análise dos resultados foi feita por estatística descritiva simples, seguida de comentários a respeito dos dados encontrados. Os resultados obtidos são apresentados em blocos, conforme a ordem definida no instrumento de coleta, ou seja, começando por dados sociodemográficos e de documentação, para diagnosticar quem é o migrante, tratando da sua vida na Venezuela, passando por sua jornada até o Brasil e apontando para suas expectativas de futuro em território brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresentamos alguns dados sociodemográficos coletados. A maioria pertence ao sexo feminino (61%), a idade dos entrevistados varia muito - com a ressalva de que menores de 18 anos não participaram da pesquisa -, porém, mais da metade (cerca de 56%) possui até 30 anos. Esse número, quando considerado junto com o de menores de idade, reflete um perfil de migrantes jovens, sobretudo de mulheres. Quanto ao estado civil, menos da metade (44%) é solteira, o que sugere a presença de migração familiar. Sobre autodeterminação de raça, a maioria (68%) se identifica como parda.

Quanto à situação atual de residência, a maior parte encontra-se em casas alugadas (65%), enquanto quase a totalidade do número restante (30%) habita em domicílios cedidos. Em aproximadamente 70% das residências dos entrevistados, habitam quatro pessoas ou mais. Além disso, um quarto dos entrevistados possui 3 ou mais filhos ou dependentes.

Outras informações coletadas dizem respeito aos documentos²⁹ que os venezuelanos atualmente possuem, tendo em vista o que eles precisam para terem acesso a programas sociais no país, bem como na busca por trabalho e renda. A grande maioria possui CPF (99%), Carteira de Trabalho (92%), Passaporte (77%). Em número menor, cerca de metade deles, estão sem documento de identidade (51%) ou certidão de nascimento/casamento (52%). Por outro lado, apenas um décimo deles possui CNH, um documento que pode ser essencial em relação à busca por trabalho e renda. Com relação ao *status* jurídico, três quartos dos entrevistados estão como residentes temporários.

Quanto à escolaridade, apenas 22% possuem ensino superior. Há uma pequena minoria (16%) que afirmou estar fazendo algum curso profissionalizante; a grande maioria (94%) referiu desejar dar continuidade ou fazer algum tipo de curso profissionalizante, e destacou, como áreas de interesse, gastronomia, saúde, mercado digital, moda e beleza. Esse resultado remete a um gargalo entre interesse e oportunidades, que carece de solução.

Sobre como era a vida dos entrevistados na Venezuela, pouco mais de três quartos (76%) viviam em centros urbanos e a grande maioria possuía ou ainda possui casa própria (84%). Há um predomínio no número dos que trabalhavam (86%), dos quais, mais da metade, o faziam formalmente. Com relação ao acesso a serviços de educação

²⁹ CPF é o cadastro de pessoa física, um número de identificação obrigatório para todo cidadão brasileiro; CNH é a carteira nacional de habilitação, documento que dá permissão para dirigir veículos automotores no Brasil.

e saúde, 77% afirmaram que possuíam, porém, para 27% dos entrevistados, a deterioração desses sistemas foi um dos principais motivos para que migrassem; para grande parte deles (86%), a principal razão da migração foram as dificuldades socioeconômicas.

A respeito da jornada até o Brasil, menos da metade (49%) afirma ter se informado sobre o país, antes de vir, porém, a proximidade entre os países e a reunião familiar foram os principais estímulos para tal escolha. Quando foram indagados sobre terem recebido algum tipo de ajuda, apenas 23% informaram que não, enquanto o restante contou com apoio de familiares ou amigos, do governo brasileiro ou de instituições de acolhida. Esses dados ratificam a característica da migração forçada, em que pessoas são levadas a se deslocar por lhes serem negados direitos econômicos, sociais ou culturais (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010; MOREIRA, 2017), assim como o uso das redes pessoais, na decisão de migrar.

No tocante à vida no Brasil, cerca de um quinto (22%) desses informantes está sem renda, e quase um terço (32%) vive com menos de um salário mínimo³⁰. No momento da aplicação do questionário, 41% afirmaram possuir renda de 1 a 3 salários mínimos, o que significa que pouco mais da metade conseguiu emprego. Dos empregados, apenas 8% conseguiram trabalho na área de formação.

Já com relação ao acesso a serviços públicos, no Brasil, como saúde e educação, a grande maioria (96%) afirmou possuir, enquanto 55% também se referem a terem acesso ao lazer. Dos participantes, 70% responderam que na comunidade onde moram existe potencial de geração de renda e economia informal. Por fim, quase um quinto (19%) deles afirmou que já sofreu algum tipo de discriminação, em solo brasileiro.

Quanto à relação que mantêm com a Venezuela, a maioria dos participantes (86%) afirma buscar se informar sobre a situação do país

³⁰ Em 2019, o valor era de R\$998.

tanto por meios de comunicação como por familiares e amigos. A imensa maioria (95%) deixou parentes lá, e grande parte (78%) precisa enviar apoio financeiro. Sobre o futuro, menos da metade (47%) pretende retornar ao país de origem. Embora montar o próprio empreendimento ou fazer parte de um grupo de negócios seja algo desejado por quase todos os entrevistados, 33% dizem não possuir experiência ou competência como empreendedor. Neste percentual, as áreas mais citadas foram: mercado digital, alimentos, bebidas, moda, beleza e artesanato. Essas também são as áreas predominantes, nas respostas dos entrevistados sobre o interesse que têm, com relação a cursos profissionalizantes.

Expostos os principais resultados obtidos com o DRUP, consideramos que a chegada de venezuelanos em Pernambuco pode se classificar como uma *migração familiar*, com características transnacionais, ou seja, famílias que se organizam com base em relações diversas, mas marcadas, sempre, pela conexão entre dois ou mais países distintos (MACHADO; KEBBE; SILVA, 2008).

Os dados do DRUP apontam para uma maioria de mulheres e para uma parcela de pessoas, homens e mulheres, com três ou mais filhos dependentes. Com base nesses dados, somos levados a refletir sobre algumas questões referentes a família, gerações, cuidado e gênero. Uma delas é esta: como ficam as dinâmicas de cuidado (também chamadas de *care*) diante destes processos migratórios?

Autoras como Molinier (2012) consideram que o *care* inclui “dar atenção a”; para a, portanto, diz respeito não apenas às atividades de cuidado para com outras pessoas, como também o cuidado com a casa. Já Guimarães, Hirata e Sugita (2012) debatem as fronteiras entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional de cuidado. Segundo estas autoras, existem diferentes “campos do care: o das tarefas domésticas, o do cuidado das crianças e o dos cuidados das pessoas dependentes” (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2012, p. 85). Dessa forma, os trabalhos de cuidado podem envolver pessoas de diferentes gerações.

A literatura sobre trabalho doméstico e cuidado debate a desigualdade de gênero, problematizando a divisão por sexo. Segundo algumas autoras (ALENCAR-RODRIGUES; STREY; ESPINOSA, 2009; ASSIS, 2004, 2007), existem casos em que a participação de homens é maior, após a migração; outro autores, como Vieira (2019), Hirata e Kergoat (2007), sugerem que as dinâmicas de cuidado não passam por grandes mudanças, em processos migratórios, um fator que pode ser explorado em investigações, a partir das experiências de venezuelanos e venezuelanas em Pernambuco.

Em relação ao trabalho de cuidado, muito se discute, também, sobre a constante formação de redes, principalmente entre mulheres, para que ele aconteça (HIRATA; KERGOAT, 2007; ÁVILA, 2009). Entretanto, essas redes podem se alterar e se recompor, em decorrência da migração (ASSIS, 2004, 2007; VIEIRA, 2020, 2017), porque, ao migrarem, algumas mulheres, distantes de parentes que as auxiliavam no cuidado com seus filhos ou sem acesso a creches, têm de repensar a organização desse trabalho em sua vida.

De acordo com o DRUP, grande parte das pessoas entrevistadas tem filhos ou dependentes. Por isso destacamos a importância de pensar sobre as dinâmicas de cuidado e suas rearticulações na migração.

Um conceito que pode ajudar na reflexão sobre esse tema são as “cadeias globais de cuidado”, tendo em vista que nas trajetórias de migrantes pode acontecer de as mulheres migrarem para outro país e seus filhos ou outros parentes permanecerem no país de origem. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007), Assis (2004; 2007), Parella (2012), Vasconcelos (2013) e Scott et al. (2015) expõem que algumas mulheres migrantes articulam redes compostas, principalmente por avós, mas também por tias, sogras, irmãs e cunhadas, que moram no país de origem, formando cadeias globais de cuidado (PÉREZ OROZCO, 2010) em dinâmicas familiares transnacionais.

De acordo com os dados do DRUP, a imensa maioria (95%) dos entrevistados deixou parentes na Venezuela. Dessa forma, é possível que cadeias globais de cuidado estejam sendo articuladas transnacionalmente. Além disso, de acordo com os dados do DRUP, grande parte (78%) precisa enviar apoio financeiro.

Desse modo, percebemos que as relações entre os dois países não foram rompidas diante da migração. Pelas redes transnacionais estabelecidas entre os dois países circulam remessas, como apontam os dados do DRUP. Além disso, propomos a necessidade de se refletir sobre outras redes que estarão se reformulando e envolvendo outras esferas da vida, como as dinâmicas de cuidado, de famílias transnacionais.

Por fim, destacamos que grande parte das entrevistadas se interessam por atividades nas áreas de gastronomia, beleza e saúde, entre outras. Se entendermos amplamente o conceito de cuidado, que pode envolver a saúde, bem-estar e diversas formas de preparo de alimentos, percebemos que o interesse dessas participantes está voltado para áreas de domínio do cuidado. Essa tendência não des- toa da divisão sexual do trabalho nem de algumas tendências percebidas por outras pesquisadoras. Segundo Nicolao (2011), trabalho doméstico, trabalhos de limpeza de ruas, a cozinha em restaurantes e o comércio nas ruas são a maior porta de entrada nos países-destino, quando analisamos migrações dentro da América do Sul. Entretanto, é preciso destacar que, conforme observado por Hirata (2002), conquanto tenha havido um aumento do emprego e trabalho remunerado das mulheres decorrente da globalização, elas estariam ocupando postos de trabalhos precários e vulneráveis.

Desse modo, são necessárias discussões que problematizem modelos tradicionais de desigualdade e postos de trabalho precarizados. A expectativa é de que, com essas reflexões, sejam pensados projetos, em parceria com os imigrantes, assim como políticas públi-

cas que fomentem uma inserção no país destino com maior equidade nos mais diversos campos de cuidado.

Ainda com base no DRUP, foi possível analisar que o número de crianças e adolescentes entre os migrantes venezuelanos é bem alto, já que a maioria dos adultos entrevistados informaram possuir filhos, três menores, em média, por família. Assim, entendemos que a questão da escolaridade apresentada no DRUP chama atenção, não só com relação aos adultos e às dificuldades que estes possuem, como formação incompleta ou falta de documentos que a comprovem, mas também com relação à educação dos menores, no contexto de uma migração familiar transnacional.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), de 2015 a 2019, 10 mil crianças e adolescentes venezuelanos em situação de vulnerabilidade já entraram no Brasil. Ou seja, esse quantitativo representa aqueles menores que entraram como refugiados e, inclusive, desacompanhados, o que sugere que o número pode ser maior devido à entrada de crianças e adolescentes em situação não-crítica. Contudo, para além dos números, o importante é pensar se todos os menores têm tido acesso à educação e como esse acolhimento escolar está acontecendo.

Cabe expor que a infância e a juventude migrantes têm direito irrestrito à educação garantido pela Constituição (1988), nos artigos 5º e 6º, bem como nos artigos 53 e 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e nos artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que lhes garantem os mesmos direitos de acesso à educação dos nascidos no Brasil. Recentemente, a Lei de Migração (2017) ratificou esse direito, ao complementar a Lei do Refúgio no Brasil (1997), nos artigos 43 e 44, que garante que a falta dos documentos não podem impedir o acesso desse público às escolas.

Conforme pesquisa do Instituto Unibanco (2018), as matrículas de alunos estrangeiros no Brasil dobraram, nos últimos anos, e a maioria se concentra na rede pública. Esse fato representa uma grande mudança nas salas de aulas dos municípios onde os migrantes se concentram, e um grande desafio para a educação pública brasileira.

Outras dificuldades devem ser consideradas, como a questão da língua e as diferenças culturais. No Brasil, por exemplo, enfrentamos uma resistência muito grande com relação ao espanhol. Primeiro, pelo senso comum de que o português e espanhol são línguas parecidas, um tipo de discurso que é facilmente rejeitado quando se tem a experiência real de comunicação, ou de não-comunicação, já que muitas vezes a dificuldade de compreensão é a que prevalece. Segundo, porque o ensino espanhol é lembrado apenas quando se trata de questões econômicas e políticas, apagando-se o fato de que vivemos rodeados de países que falam o espanhol e de que nossa história e nosso povo se imbricam com a história e com povo hispanofalante.

Assim, a falta do ensino da língua espanhola representa uma dificuldade para integração dos migrantes venezuelanos no Brasil. Não só pela língua em si, mas pelo que de cultura latino-americana saberíamos a partir dela. Em Pernambuco, por exemplo, o ensino de Língua Espanhola ficou restrito aos núcleos de idiomas, em algumas escolas públicas de referência. Com a revogação da obrigatoriedade do espanhol, por meio da Lei 11.161/2005, em 2017, a situação se agrava. Há muito não havia concursos para professor de espanhol nesse estado, e, agora, essa possibilidade parece cada vez mais distante. Assim como outros estados, Pernambuco tenta garantir a obrigatoriedade da Língua Espanhola no Ensino Médio (CAVALCANTI, 2017), no entanto, ainda não há sinais de que estamos perto de que isso aconteça.

Diante do exposto, a língua constitui, sim, uma dificuldade para os migrantes venezuelanos no Brasil. Essa questão pode ser ainda maior, já que até então não tínhamos no estado um grande número

de migrantes nas escolas públicas, algo que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, principalmente com a chegada dos venezuelanos (UNIBANCO, 2018). Então, cabe à gestão dos municípios pensar em políticas públicas educacionais que integrem, de fato, não só os alunos migrantes, mas os professores e toda a comunidade escolar, nessa nova realidade.

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental para a integração do migrante, uma vez que é através das crianças e dos adolescentes que os adultos também serão atingidos neste processo de nova aprendizagem. Assim que, para além das adaptações nas práticas pedagógicas, é fundamental que a instituição escolar crie um ambiente de acolhimento das famílias e estimule a sensibilidade e o respeito para com a língua e a cultura do outro.

Com o desconhecimento da língua, temos, por consequência, o desconhecimento cultural-histórico, como já adiantamos anteriormente. Esse tipo de entrave nos faz deparar com a xenofobia e o racismo, ainda mais quando consideramos povos que vêm de situações e países que não são socialmente privilegiados e admirados. Segundo Revuz (1998, p. 217), “é justamente porque a língua não é em princípio, e nunca, só um ‘instrumento’, que o encontro com uma outra língua é tão problemático, e que ela suscita reações tão vivas, diversificadas e enigmáticas”. Por essa razão, ainda que o português e o espanhol possuam uma semelhança histórica, não podemos subestimar o ensino e aprendizagem dos dois idiomas, tendo em vista que a língua não é um simples instrumento de comunicação, mas sim um dos, senão o principal, elemento de inter(ação) com o outro, a partir da qual um indivíduo assume-se como sujeito dos seus dizeres e desejos.

Desse modo, quando falamos do respeito às tradições culturais dos migrantes, estamos pontuando o direito à manifestação cultural, através da língua e dos seus rituais, como também o direito à educação e às novas possibilidades de se dizer por outra língua. Defende-se

uma educação baseada nos preceitos interculturais, na constatação da diferença e na coexistência com interação e autoconhecimento para todos os envolvidos, uma vez que, para os brasileiros, conhecer outra língua e outra cultura, através dos migrantes, também representa uma possibilidade de rica aprendizagem.

Desse modo, ao falarmos em uma educação pautada na interculturalidade (WALSH, 2007, 2010), que promove um diálogo entre culturas, propiciamos também não só esse conhecimento, mas as ferramentas de combate aos preconceitos estruturais, um dos grandes problemas enfrentados pelos migrantes e refugiados.

Por fim, ao falarmos em capacitação e garantia de formação continuada para um adulto migrante, talvez a principal urgência seja facilitar o acesso, mesmo com falta de alguns documentos, promovendo medidas de revalidação de diplomas, por exemplo. Contudo, não podemos esquecer que esses adultos trazem filhos que precisarão ter acesso à educação básica; portanto, a garantia ao ensino da infância e da juventude migrante se faz igualmente importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de traçar um panorama inicial das chegadas de venezuelanos em território pernambucano, e discutir os desafios presentes na acolhida, este trabalho pode contribuir para gerar um perfil dos imigrantes em Pernambuco, bem como pode também explorar dois aspectos importantes do acolhimento das famílias venezuelanas: a relação entre gênero e cuidado, e a importância da integração escolar.

Diante do perfil dos imigrantes venezuelanos em Pernambuco, identificado através do DRUP, pode-se observar que se trata, principalmente, de uma migração familiar com características transnacionais.

Alguns outros pontos valem ser destacados: a forte presença de mulheres jovens na migração; alguns gargalos a serem resolvidos, que podem auxiliar o migrante na busca por trabalho e renda; o interesse da grande maioria em abrir os próprios negócios ou fazer parte de algum grupo equivalente, sendo exemplo de áreas de interesse para empreender moda, gastronomia, beleza, mercado digital e saúde. Esses dados podem, portanto, ajudar no direcionamento de projetos e políticas públicas que deem suporte a tal perspectiva.

Grande parte dos entrevistados é constituída de mulheres, jovens, solteiras, desempregadas, com escolaridade entre ensino médio e superior. O cenário entre as imigrantes está estreitamente relacionado com o cenário do desemprego no Brasil, que também apresenta seu maior impacto entre as brasileiras. Diante desses achados, urge uma articulação e aproximação com secretarias de políticas públicas para mulheres, para que, na elaboração de ações, o aporte a esse público seja considerado.

Sobre alguns gargalos encontrados, é válido salientar que eles podem ser solucionados com ações do poder público, como a possibilidade de fomentar o acesso a documentos que facilitam a vida do migrante em busca de renda, como é o caso da CNH, bem como de parcerias entre governos e instituições de acolhida para promover cursos de formação desejados pelos migrantes ou financiar seus projetos para geração de renda.

Ampliamos nosso olhar, se pensarmos como as redes são reconstruídas entre Brasil e Venezuela, e de que formas essas redes influenciam a questão dos cuidados, no cotidiano. Quando problematizamos essa esfera da vida, defendemos a necessidade de debates sobre divisão sexual do trabalho e a implantação de políticas públicas que tratem questões de gênero sob o olhar de maior equidade. No mais, todas essas demandas devem ser pensadas e analisadas em parceria com os imigrantes.

Quando o assunto é educação, entretanto, a atenção deve ser dada não só à formação continuada de jovens adultos, mas também a crianças e adolescentes que acompanham esse grupo. Observamos um número cada vez maior da infância e juventude migrante, o que exige um direcionamento mais rápido da gestão pública para ofertar o que toda e qualquer criança tem direito, independentemente de nacionalidade: educação básica e pública de qualidade.

Desse modo, este trabalho teve a intenção de mostrar um panorama dos desafios da infância e juventude migrante ao tentar se estabelecer no Brasil, com dados e exemplificação da realidade encontrados, mais especificamente no estado de Pernambuco. Indicamos que a compreensão da língua portuguesa é um dos primeiros desafios, acompanhado pela falta do conhecimento do espanhol e da cultural latino-americana nas escolas públicas. Logo, partimos de uma perspectiva intercultural (WALSH, 2007, 2010) para propor uma prática educativa que valorize o diálogo e as experiências entre os sujeitos imigrantes venezuelanos e os locais brasileiros, a fim de que preconceitos sejam superados e que haja uma verdadeira integração escolar, englobando alunos, profissionais de educação e família.

Por fim, acreditamos que os frutos deste trabalho possam colaborar tanto para a implementação de políticas públicas como para a formulação de estratégias de organizações da sociedade civil, que visem contribuir para a assistência humanitária e gerar um conjunto de ações de acolhimento ao migrante.

REFERÊNCIAS

ALENCAR-RODRIGUES, R. de; STREY, M. N.; ESPINOSA, L. C. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, 2009. p. 421-430.

ASSIS, G. de O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. 2004. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2004.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, 2007, p. 745-772.

ÁVILA, M. B. de M. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. 2009. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife –PE, 2009.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. *Migrações venezuelanas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

BRASIL. *Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. *LDB-Lei de Diretrizes e Bases*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Lei 13.445 de 24 de maio de 2017. *Lei da Migração*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. *Lei 9.474 de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9474.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CAVALCANTI, L. J. N. *O quadro do ensino de espanhol como língua estrangeira no estado de Pernambuco 11 anos após a lei de obrigatoriedade*. 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/2307?show=full>.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. *Cuidado e Cuidadoras*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 79- 102.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, 2002, p. 139-156.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. *Revista Direito GV*, v. 6, n. 1, 2010, p. 275-294.

MACHADO, I. de R.; KEBBE, V. H.; SILVA, C. R. da. Notas sobre família transnacional. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 16, n. 30, 2008.

MEDVEDOVSKI, N. S. et al. Diagnóstico rápido urbano participativo (DRUP): um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social-uma ação extensionista. *Expressa Extensão*, v. 20, n. 2, 2015, p. 99-116.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. *Cuidado e Cuidadoras*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 29-43.

MOREIRA, J. B. Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 2, 2017, p. 154-172.

NICOLAO, J. *Migraciones intrarregionales en Sudamérica*. 2011. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PARELLA, S. Familia transnacional y redefinición de los roles de género: El caso de la migración boliviana en España. *Papers: Revista de Sociologia*, Barcelona, v. 97, n. 3, 2012, p. 661-684.

PÉREZ OROZCO, A. *Cadenas globales de cuidado*. 2010. ¿Qué derechos para un regimen global de cuidados justo? Santo Domingo: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer. Disponível em: http://www.mueveteporlaigualdad.org/publicaciones/derechosparaunregimenglobaldecuidadosjusto_2010.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

R4V. *Plataforma Regional de Coordinación Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM)*. 2020. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em: 20 mar. 2020.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*: Elementos para

uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 213-230.

SCOTT, R. P.; VICENTE, M.; NÓBREGA, L.; ACIOLY, R. As rearticulações de sociabilidade decorrentes de migrações internacionais. *Áltera - Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2015, p. 37-55.

SIMÕES, G. da F. *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.

UNIBANCO. Instituto. *O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes*. 2018. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNICEF. *Crise migratória venezuelana no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em 13 fev. 2020.

VASCONCELOS, I. dos S. *Articulações familiares transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela*. 2013. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado interinstitucional UFPE/UFRN – Boa Vista – RR, 2013.

VIEIRA, E. M. M. V. *Bolivianas e trabalho doméstico em São Paulo*. Paper apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e no 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis: 2017.

VIEIRA, E. M. M. V. *Equatorial*, Natal, v. 7, n. 12, 2020.

WALSH, C. Interculturalidad, colonialidad y educación. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 19, n. 48, 2007.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: WALSH, C. (Org.). *Construyendo Interculturalidad crítica*. La paz: Convenio Andrés Bello; Instituto Internacional de Integración, 2010.

9

Stéphani Nunes Pompeo

Ana Paula Zaikievicz Azevedo

Um estudo sobre a migração infantil e a inclusão do aluno migrante na educação básica brasileira

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.192-211

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa “Fluxos migratórios contemporâneos: desafios das desigualdades sociais” e ao Grupo de Estudos em Teoria Sócio Histórica, Migração e Políticas Sociais, da Universidade Católica Dom Bosco. Tem como principal objetivo analisar a temática da migração infantil e a inclusão dos alunos migrantes na educação básica brasileira.

O estudo se justifica pelo fato de a migração se mostrar uma problemática cada vez mais presente no cenário mundial e brasileiro. Desse modo, analisa-se a forma como as crianças migrantes estão sendo acolhidas no país, como estão tendo acesso aos serviços públicos, especialmente à educação.

Os objetivos específicos que permeiam a pesquisa visam analisar a migração infantil no contexto brasileiro, identificar de que modo se apresenta o direito à educação das crianças migrantes nas políticas públicas brasileiras. Com base nesses objetivos, empreendeu-se um levantamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para identificar pesquisas dos programas brasileiros de pós-graduação, mais especificamente de mestrado, que têm discutido a temática da migração infantil e o acesso à educação das crianças migrantes em solo brasileiro.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de cunho bibliográfico. A coleta de dados se fez por meio de estudos e análises de estudos teóricos referentes à temática da migração infantil, das políticas educacionais brasileiras e, também, por meio de um estado do conhecimento efetivado no banco de dados da CAPES. O recorte temporal abrangeu os anos de 2017 a 2019. A análise dos dados se realizou a partir de um diálogo teórico entre os dados obtidos no estado do conhecimento e autores que estudam a temática da migração, da infância e da educação.

Espera-se que esta pesquisa contribua para se ampliarem discussões acerca da migração infantil, assim como para inspirar novas reflexões e novos estudos acerca da importância de políticas e metodologias que considerem essa temática no campo da educação.

DISCUSSÕES ACERCA DA MIGRAÇÃO

Os processos migratórios fazem parte de movimentos e efeitos sociais por meio dos quais a população se desloca geograficamente de um local para outro, seja por um breve período ou permanentemente. O homem migra para sobreviver, desde o período da pré-história, seja em busca de abrigo ou de alimentação (CUNHA, 2015).

Entende-se que a migração não tem um viés somente demográfico e político, haja vista que ela pode ocorrer por diferentes fatores: econômicos, culturais, ambientais e/ou até mesmo familiares. Todos contribuem para o deslocamento de uma significativa parcela da população, ao redor do mundo.

Migrante é um termo atribuído às pessoas que se deslocam de seu lugar de residência habitual para um novo local. Segundo a ACNUR, a migração

[...] é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. Este não é o caso de refugiados, que não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional (ACNUR, 2016).

Ressalta-se que o processo migratório nunca ocorreu em tão alta escala como vem ocorrendo atualmente. A migração não é um fator novo na história da civilização; o que acontece é que ela se de-

envolve embalada por aspectos específicos presentes na sociedade, em cada momento histórico.

De acordo com Souza (2014), a migração também é motivada pela globalização mundial, fenômeno que tem suas origens no mercantilismo e no desenvolvimento do capitalismo, que acaba por influenciar, direta ou indiretamente, todos os aspectos da existência, sejam econômicos, culturais, de relações interpessoais e sociais.

A Organização Internacional da Migração (OIM) fez a estimativa de que 232 milhões de pessoas tenham migrado internacionalmente, em 2013. Segundo a Organização, esse número tão elevado decorre de problemáticas como: busca por trabalho, crises econômicas, urbanização, pobreza arraigada, instabilidade política, projetos de desenvolvimento e conflitos que continuam alimentando o movimento global dos povos (OIM, 2013).

De acordo com Marinucci e Milesi (2005, p 5), “É preciso deixar de dar explicações do tipo, o ser humano sempre fez guerras e sempre migrou”, que não ajudam a compreender o fenômeno na sua totalidade, mas dão uma visão fragmentada, que não considera os diferentes aspectos que contribuem para o seu desenvolvimento.

A partir dessa visão, Cunha (2015) pontua que, muitas vezes, dá-se demasiada importância aos fatores que contribuem para a deslocação dos migrantes, e se esquece de analisar o que ocorre com esses sujeitos após o ato migratório.

Os aspectos apresentados pelo autor, incitam à reflexão sobre o fato de que, além de buscar descobrir os motivos que contribuem para a realização do processo migratório, faz-se também necessário investigar, analisar e buscar compreender o que ocorre com esses sujeitos depois que passam pelo processo, uma vez que, ao adentrarem em um novo território, encontram muitos desafios e dificuldades para recomeçarem suas vidas.

Nessa ótica, Bartlett, Rodríguez e Oliveira (2015) destacam que a maioria dos estudos existentes sobre a migração tem se concentrado nos aspectos relacionados à economia, sendo poucos os estudos científicos que buscam analisar as políticas sociais e o acesso dos migrantes às políticas sociais e educacionais. “A maioria dos países das Américas professam o respeito pelo direito do migrante à educação; no entanto, geralmente o acesso à educação é limitado, e o apoio às crianças (i) migrantes, raro” (BARTLETT; RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2015, p. 1.155).

Nesse sentido, considera-se ser de suma importância o desenvolvimento de estudos que venham na direção de identificar a situação de acesso dos migrantes às políticas e aos serviços públicos, especialmente em relação à situação das crianças migrantes, que apesar de representarem um número bastante expressivo, nos índices migratórios, muitas vezes são invisibilizadas pelas discussões que embasam a temática da migração, tanto nos aspectos legais, como nas pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico, especialmente na área da educação.

Faz-se necessário refletir que os países precisam se preocupar não só em receber os migrantes em seu território, mas, além disso, e principalmente, desenvolver formas e mecanismos para bem acolhê-los. O Estado tem grandes responsabilidades para com os migrantes, tendo em vista que eles precisam ter direito a serviços públicos, como atendimento na saúde, acesso à educação, trabalho, alimentação, moradia, para que assim possam recomeçar suas vidas em condições dignas.

Além da migração ser uma problemática crescente em todo o mundo, índices também revelam que esse movimento envolve não apenas os adultos, mas, nesse processo, há a presença de muitas crianças. De acordo com Cantinho (2018, p. 157), “Milhões de crianças se movem na tentativa de fugir de conflitos, desastres naturais, pobreza e violações de direitos humanos, em busca de melhores condições de vida”. Assim, urge refletir sobre as condições em que essas crianças são submetidas, tanto durante a trajetória quanto na chegada ao novo território.

Ainda nessa perspectiva, Martuscelli (2017, p. 79), por meio de um estudo desenvolvido na Organização Internacional das Migrações (OIM), constatou que “15% dos 244 milhões de imigrantes registrados no ano de 2015, ou seja, 37 milhões de pessoas, possuíam menos de 18 anos”³¹.

A mesma autora também apresentou, em seu estudo, tendo como base dados obtidos no Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), que

[...] no ano de 2016 cerca de 50 milhões de crianças cruzaram fronteiras, 28 milhões fugindo de violência e insegurança. Além dessas, podemos contar outras 17 milhões que se deslocaram dentro de seus Estados nacionais, sendo consideradas como deslocadas internas (MARTUSCELLI, 2017, p. 79).

Tais dados deixam claro a expressiva e significativa presença das crianças nos movimentos migratórios. Além disso, os altos índices de crianças que se deslocam de seus locais de origens para viverem em outros lugares, sejam acompanhadas pelos familiares ou sozinhas, incitam a importância de estudos e recursos que lhes garantam proteção, segurança e acesso aos serviços públicos, em seu novo território, a fim de terem garantido condições dignas de desenvolvimento e bem-estar.

Para Martuscelli (2017), cabe aos países organizarem-se para atenderem essa demanda, com implementação de políticas efetivas que protejam as crianças migrantes. Também devem apresentar estruturas institucionais que deem conta de garantir a efetiva participação das crianças no novo território, tendo acesso a todos os serviços necessários, especialmente saúde, educação, moradia, segurança e respeito às suas singularidades.

³¹ Vale ressaltar que de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, criada em 1989 pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), mais especificamente no artigo 1º, define-se que “Criança é todo o ser humano com menos de 18 anos de idade salvo quando, nos casos previstos na lei, atinja a maioridade mais cedo” (UNICEF, 1989).

Segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), no artigo 2, fica especificado que:

1. Os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação [...] (UNICEF, 1989).

A referida Convenção, deixa clara a necessidade de os países se organizarem para garantir que toda criança seja protegida e tenha acesso a direitos básicos que lhes garantam uma condição de vida igualitária no país, independentemente de sua condição.

Nesse sentido, este estudo analisa o modo como essas crianças são amparadas legalmente, no Brasil, especialmente no que se refere ao direito à educação básica. A seção a seguir apresenta as principais legislações brasileiras que determinam os direitos às crianças migrantes.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO POR PARTE DAS CRIANÇAS MIGRANTES NO BRASIL

Conforme já referido aqui, a migração não é um fenômeno que atinge somente os adultos; existem dados que evidenciam a expressiva presença do público infantil nos processos migratórios e que instigam a necessidade de maiores estudos, análises e serviços públicos que atendam esse público em específico.

Segundo o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

Vale também considerar que a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) serviu como base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro, elaborado em 1990, e vigente até os dias atuais. Por meio dele é assegurada uma série de direitos e deveres que devem ser cumpridos pelo Estado, pela família, pela sociedade e pelas próprias crianças e adolescentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais precisamente no Art. 2º, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Além disso, o ECA também estabelece que:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] (BRASIL, 1990).

De acordo com esses artigos, evidencia-se que toda criança em território brasileiro tem assegurado o direito em frequentar a escola, independentemente de sua condição no país. Tais artigos explicitam, ainda, que as crianças migrantes, em território brasileiro têm direito à educação nas mesmas condições que as crianças brasileiras.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96³², também estabelece que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1996).

Essa Lei destaca um ponto de grande importância, quanto à oferta e organização da educação brasileira, referente ao fato de esta ser desenvolvida com base na liberdade e na valorização da pluralidade de saberes.

Nesse contexto, é de extrema importância levar em consideração que as crianças migrantes, trazem consigo um contexto cultural, uma língua e uma história de vida, marcadas pelos seus locais de ori-

³² A Lei nº 9394/96 foi promulgada no Brasil, em 20 de dezembro de 1996, pelo Ministério da Educação, apresentando vários avanços para a educação brasileira.

gens. Respeitar tais princípios no contexto escolar, é de suma importância para a efetivação de uma educação significativa e democrática.

Além disso, a escola se apresenta como a principal porta de entrada para as crianças migrantes aprenderem sobre a cultura, a língua e os costumes do novo território. Cabe, portanto, a todos os envolvidos no espaço educativo das instituições de ensino, garantir que a inclusão e a aprendizagem dessas crianças ocorram da melhor forma possível.

Magalhães (2012) explicita que a oferta da educação deve ser um compromisso primordial do Estado, o qual precisa, além de oferecer a matrícula, garantir ambientes educativos saudáveis, seguros para a aprendizagem, valorização docente, currículos que assegurem a diversidade. Cabe também ao Estado, a efetivação de políticas que garantam a inclusão e a aprendizagem para as minorias, dentre as quais se destacam os indígenas, os migrantes e as pessoas com deficiência.

É mister destacar que é no ambiente escolar que as crianças podem interagir umas com as outras, trocando experiências e compartilhando culturas, línguas e saberes. Essas partilhas são fundamentais para o processo de aprendizagem e para a formação do sujeito.

Para Sarmiento (2005), a criança é considerada, na sociedade contemporânea, como um ator social, que compartilha sua história, seus saberes e sua cultura, sendo que por meio dessa partilha ela aprende e se desenvolve. O autor também considera que a infância deva ser compreendida como uma forma estrutural, um período socialmente construído, no qual as crianças vivem suas vidas, inseridas em uma grande e importante comunidade do saber.

Quando o autor se refere à infância como uma forma estrutural, ele se refere a uma categoria ou uma parte da sociedade, assim como as classes sociais. Nesse sentido, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias.

A criança é, ainda segundo Sarmiento (2013, p. 37), “sujeito de direitos, cidadã à sua medida, membro pleno da sociedade, ainda que carecendo de especial cuidado e proteção dos adultos, mas com o reconhecimento do valor da participação com influência nos seus mundos de vida”.

Assim, a escola se apresenta como uma importante instituição social, que colabora para o processo educativo de desenvolvimento e formação dos sujeitos, pois em seu espaço as crianças imprimem suas diferentes formas de vida e aprendem sobre o modo de vida do outro. Sob essas concepção, as crianças migrantes podem ter uma adaptação mais amena e mais tranquila.

A escola, por ser um espaço social, contribui para a formação da identidade dos sujeitos. Segundo Hall (2014, p. 11) “a identidade é formada na ‘interação’ entre o ‘eu’ e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esse mundo oferece”.

Desse modo, através das relações, do processo dialógico que desenvolvem uns com os outros, as crianças podem conhecer e se habituar com o novo território ou país no qual foram acolhidas, aproximando-se mais da nova cultura, inserindo-se no novo espaço e, do mesmo modo, compartilhando suas culturas e seus saberes.

Ainda no que concerne à discussão acerca dos dispositivos legais que, no Brasil, legitimam os migrantes como sujeitos de direitos, vale ressaltar que, em 2017, criou-se uma lei específica para os migrantes. Essa Lei representa avanços significativos na conquista de direitos por parte desses sujeitos e legitima as crianças como partícipes desse processo, as quais também precisam ser acolhidas e amparadas legalmente no Brasil.

Nessa ótica, vale destacar o art. 4º da referida lei:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II - direito à liberdade de circulação em território nacional;

III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; [...]

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X - **direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;** [...] (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Observando-se o disposto nessa lei, fica evidente o quanto o Brasil avançou em relação aos direitos dos migrantes, especialmente no que concerne o acesso à educação por parte das crianças. O atual desafio está em garantir que tais direitos sejam efetivados, na prática, para que toda criança migrante tenha acesso não só à matrícula na escola, mas que tenha a garantia de uma educação de qualidade, que valorize suas particularidades, independentemente de suas origens, culturas, etnias ou língua.

Daí a importância de se refletir acerca do papel da escola como espaço social que deve garantir a diversidade, a pluralidade, o respeito e a partilha entre as diferentes culturas, sejam essas brasileiras ou estrangeiras.

Nessa perspectiva, é preciso compreender que a escola foi se modificando, ao longo dos anos; atualmente, não cabe a ela apenas a “transmissão do saber”. “A escola hoje tem uma função maior, ela precisa ensinar o aluno a refletir em face do mundo diverso em que vivemos, a acreditar que a educação está para além dos conteúdos [...]” (SOUZA; SENNA, 2016, p. 59).

É preciso reconhecer e desenvolver uma educação que vá além dos conteúdos que estão nos livros, na internet ou em outras fontes; é necessário viver uma escola que discuta, reflita e analise a sociedade como um todo, considerando as singularidades dos sujeitos, valorizando a diversidade, respeitando a multiplicidade de opiniões, e ao mesmo tempo, tornando os estudantes críticos, reflexivos e cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres.

Acredita-se que para ampliar as discussões acerca do papel da escola e compreender, de fato, como se dá a inclusão dos alunos migrantes nas escolas brasileiras, não basta apenas conhecer as legislações; são necessários estudos que demonstrem a realidade e como a educação dos migrantes em território brasileiro tem se efetivado na prática. Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas e científicas desempenham papel de suma importância, por isso devem ser conhecidas e analisadas.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A MIGRAÇÃO INFANTIL E O ACESSO À EDUCAÇÃO POR PARTE DAS CRIANÇAS MIGRANTES

Com o objetivo de identificar o que as pesquisas de cunho acadêmico, especialmente no campo da educação, têm evidenciado acerca da temática da migração infantil e da inserção das crianças migrantes na educação básica brasileira, realizou-se um estado do conhecimento,

no banco de teses e dissertações disponível no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vale ressaltar que foram considerados, aqui, apenas trabalhos de nível de mestrado.

Essa busca teve como principal propósito conhecer e analisar o que as dissertações desenvolvidas em programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu*, mais especificamente na área da educação, no período de 2017 a 2019, apresentam acerca da temática migração infantil, bem como sobre o acesso à educação por parte de estudantes migrantes em território brasileiro.

Utilizaram-se os descritores “migração infantil, criança migrante e educação”. Identificaram-se 2.202 trabalhos. Por meio da análise dos títulos desses trabalhos, selecionaram-se somente seis trabalhos que estavam, de fato, relacionados à temática da migração.

Partiu-se, então, para a leitura, inicialmente dos resumos, para identificar os objetivos e a forma como cada trabalho foi desenvolvido. Em seguida, observou-se como cada dissertação explorou o tema, ou seja, a migração infantil.

No Quadro 1, dão-se a conhecer os títulos dos seis trabalhos selecionados, os quais apresentam relação com a temática da migração.

Figura 1 - Títulos das produções selecionadas no Banco de Dados da Capes.

Quantidade	Título das dissertações
1º trabalho	Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida
2º trabalho	A inclusão de imigrantes no Ensino Médio em Caxias do Sul: um estudo de caso na perspectiva das violências de <u>Galting</u> e <u>Fanon</u> .
3º trabalho	Os <u>(des)</u> encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade.
4º trabalho	Narrativas de imigrantes haitianos em Cuiabá: formação escolar e profissional como perspectiva de inserção social.
5º trabalho	Crianças refugiadas: um olhar para a infância e seus direitos
6º trabalho	A migração contemporânea dos Haitianos para o sentido da educação através do ensino da língua portuguesa: limites, desafios e possibilidades.

Fonte: As autoras, com base nos dados obtidos no site da CAPES.

Pode-se perceber, pelos títulos dessas produções, que as ênfases são diversas. O primeiro trabalho, por exemplo, “Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida”, desenvolvido pelo programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2017, buscou compreender como as crianças vivem o processo da migração a partir do seu contexto de vida e do trabalho de suas famílias. Um aspecto de grande relevância que merece destaque, em relação a esse trabalho, é o fato de a pesquisa considerar a participação das crianças no processo investigativo, ouvindo suas próprias percepções sobre o ato de migrar.

Para Barbosa (2014, p. 662) ouvir e valorizar as manifestações infantis é valorizar “Essa capacidade de agir, participar ativamente, falar, criar, significar e aprender é uma resposta das crianças aos contextos que vivem. O ato de responder deixa marcas, transforma, cria novos modos geracionais de ser e estar no mundo, isto é, cria cultura(s)”.

O segundo trabalho selecionado, “A inclusão de imigrantes no Ensino Médio em Caxias do Sul: um estudo de caso na perspectiva das violências de Galting e Fanon”, foi desenvolvido pelo programa de pós-graduação em educação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no ano de 2018. O estudo analisou a presença e as marcas de violências sofridas por duas estudantes migrantes, matriculadas em uma escola do ensino médio. Ao longo do texto, o autor busca relacionar a temática da violência com a possibilidades de transcender essa problemática através de uma educação escolar que valorize a riqueza da diversidade cultural através da interculturalidade crítica.

O terceiro estudo selecionado, “Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade” foi desenvolvido pelo programa de pós-graduação em educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul, no ano de 2019. Apresenta uma discussão sobre a chegada de migrantes no contexto brasileiro nos últimos anos, especial-

mente os venezuelanos e haitianos, e se propõe a analisar a relação que se dá entre os processos migratórios, o trabalho e a cidade.

O quarto trabalho, denominado “Narrativas de imigrantes haitianos em Cuiabá: formação escolar e profissional como perspectiva de inserção social”, foi desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, no ano de 2017. Ao longo desse trabalho são discutidas as problemáticas de formação pessoal e profissional de imigrantes haitianos, tendo como base suas narrativas de vida.

Já a quinta dissertação, “Crianças refugiadas: um olhar para a infância e seus direitos”, foi desenvolvida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse trabalho, são tecidas discussões acerca da infância como categoria social, a partir dos princípios da Sociologia da Infância, das crianças como sujeitos de direitos e, ainda, são problematizadas as questões das crianças refugiadas, analisando de que modo os direitos garantidos pelas políticas internacionais e nacionais, são efetivados na prática, para as crianças que se encontram na situação de refúgio.

O sexto e último trabalho encontrado sobre a temática da migração denomina-se “A migração contemporânea dos Haitianos para o sentido da educação através do ensino da língua portuguesa: limites, desafios e possibilidades”, foi defendido no ano de 2018, desenvolvido dentro do programa de pós-graduação em educação da Universidade Tuiuti do Paraná. A dissertação sistematiza a presença dos haitianos no Brasil, problematizando a língua como uma das principais barreiras encontradas por esses sujeitos. Nesse sentido, o trabalho analisa de que forma os projetos, programas e cursos que são oferecidos para atender os migrantes haitianos, se tornam relevantes no sentido de garantir-lhes a aprendizagem da língua portuguesa.

Como é possível observar, apenas duas, dessas dissertações, estão de fato relacionados à questão da migração infantil. Ressalta-se, ainda, que do total de seis trabalhos selecionados, cinco apresentam relação com as discussões em torno dos processos educativos para os migrantes e um apresenta relação com a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho, no contexto brasileiro.

Nessa perspectiva:

[...] A demanda por políticas inclusivas de imigrantes nas escolas brasileiras é um ramo absolutamente escasso na Educação, tendo em vista que quando se fala em inclusão no Brasil, prioriza-se discussões sobre portadores de necessidades especiais ou alunos com baixo rendimento socioeconômico. A ausência de pessoas que realmente estejam pensando sobre a política de inclusão para essa parcela da sociedade, que tende a aumentar e não pode ser desprezada, é fato preocupante (SOUZA; SENNA, 2016, p. 56).

As autoras nos convidam a refletir sobre a necessidade de estudos científicos, especialmente na educação, que problematizem a questão da migração, o acesso desses sujeitos à educação brasileira, a fim de garantir que cada vez mais as políticas que garantem esse direito aos migrantes sejam efetivadas e que a escola seja de fato uma instituição inclusiva, atendendo sujeitos com diferentes particularidades.

Este estudo serviu, também, para refletir sobre a escassez de pesquisas desenvolvidas, no âmbito dos mestrados, sobre a problemática da migração infantil e da educação das crianças migrantes, tendo em vista que de 2.202 trabalho encontrados inicialmente, na busca desenvolvida no banco de dados da CAPES, somente seis estavam ligados à temática da migração.

Para Bartlett, Rodriguez e Oliveira (2015, p. 1.155),

A maioria dos estudos existentes sobre a migração tem se concentrado nas remessas econômicas; não se tem dado atenção

suficiente às políticas sociais e especialmente às políticas educacionais para aqueles afetados pela migração. A maioria dos países das Américas professam o respeito pelo direito do migrante à educação; no entanto, geralmente o acesso à educação é limitado, e o apoio às crianças (i)migrantes, raro.

Com base nessa abordagem dos autores, considera-se necessária a ampliação dos estudos sobre a realidade das crianças migrantes, especialmente no que tange ao acesso à educação. Essa necessidade se acentua pelo fato de que, atualmente, as crianças migrantes têm o direito à educação brasileira, garantido pelas legislações, no entanto, a forma como isso se efetiva na prática, só é possível ser identificado e analisado, a partir de estudos, análises e discussões acerca dessa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a necessidade de se analisar e considerar, de forma mais ampla, as diferentes formas como as crianças migrantes têm sido tratadas, em âmbito nacional, assim como identificar como, na prática, seus direitos têm sido assegurados, especialmente em relação ao acesso à educação básica, no Brasil.

O estudo também propiciou a reflexão sobre o fato de que as pesquisas científicas exercem uma função primordial para a sociedade, haja vista que instigam a investigação e a análise sobre diferentes fatos e fenômenos do contexto social, como o da migração infantil, enfatizado aqui; apesar de esse fenômeno ter crescido significativamente em nosso país, ainda aparece de forma bastante tímida nas pesquisas e nas discussões no campo acadêmico, principalmente na educação.

Espera-se ter alcançado o objetivo de ampliar as discussões acerca da temática da migração infantil e de despertar o interesse pela

investigação e pesquisa acerca dessa temática de grande importância para a sociedade, para a educação e para a valorização dos direitos humanos e da diversidade no país.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Culturas infantis: contribuições e reflexões. *Revista Diálogo Educação*. Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set/dez. 2014. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=14717. Acesso em: 28 fev. 2016.

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508144891>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Presidência da República. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 4 jun. 2020.

CANTINHO, Isabel. Crianças migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. *O Social em Questão* - Ano XXI - nº 41 - Mai a Ago., 2018. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_7_Cantinho.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

CUNHA, Marinaldo de Almeida. O problema do aluno imigrante: escola, cultura, inclusão. *EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação*. PUCPR 26 a 29/10/2015. ISSN 2176-1396, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20781_10323.pdf. Acesso em 27 ago. 2020

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MAGALHÃES, G. M. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. *Cadernos-cenpec*. São Paulo. v.2 , n.2, p.47-64, 2012 . Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/178> Acesso em: 15 maio 2019.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. *Migrações Internacionais Contemporâneas*. IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos. Junho de 2005. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. Crianças desacompanhadas na América Latina: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. *RIDH*. Bauru, v. 5, n. 1, p. 77-96, jan./ jun., 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/anapa/Downloads/467-1135-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/anapa/Downloads/467-1135-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. *Organização Internacional para as Migrações*. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/> Acesso em: 21 maio 2019.

SARMENTO, Manuel Joaquim. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas. v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/agosto, 2005.

SARMENTO, Manuel Joaquim. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo (Orgs.). *A Sociologia da Infância e a formação de professores*. Curitiba: Champagnat, 2013.

SOUZA, Luciana Yamamoto. *A migração na infância: percebendo e compreendendo o novo lugar*. 2014. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196318> Acesso em 15 de junho de 2019.

SOUZA, Janaína Moreira P.; SENNA, Luiz Antonio Gomes. Desafios para inclusão de imigrantes em escolas de regiões fronteiriças. *Textos e debates*, Boa Vista, n.30, p. 55-68, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3548/pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNICEF. *Convenção sobre os direitos das crianças*. Assembleia geral da Organização das Nações Unidas. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 ago. 2020.

10

Karine Giuliano Soares

Luciane Pinho de Almeida

A saúde pública do Brasil frente ao atendimento dos migrantes e refugiados

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.212-229

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) – Ciclo 2019-2020, sobre a temática do refúgio e saúde, e no Grupo de Estudos em Teoria Sócio-História, Migrações e Gênero da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no qual se desenvolveram pesquisas sobre políticas públicas de saúde, migrações e refúgio. O objetivo geral foi investigar e compreender como ocorre o acolhimento e o acesso à saúde de refugiados ao Sistema Único de Saúde, analisando-se os desafios que essas pessoas enfrentam, na prática, nesse processo.

Existe, atualmente, uma grande quantidade de pessoas em condições de refúgio, em todo o mundo, que saem de seu país de origem para buscarem proteção, segurança e até mesmo fatores relacionados à sua sobrevivência. Entre os motivos que levam essas pessoas a saírem de seu país forçadamente, sem planejamento, são os mais diversos, entre os quais mencionam-se os conflitos armados, violência, desastres ambientais, perseguições religiosas ou políticas, de gênero, de raça, culturais, entre diversos outros.

De acordo com Borges (2018, p. 11):

O refúgio se caracteriza por um tipo de migração que não pode ser encarada pura e simplesmente como uma escolha, pois muitas pessoas em situação de refúgio se viram forçadas a fugir, diante de guerras, perseguições religiosas ou mesmo contextos de violência diários.

Nesse sentido, é de devida importância que se cuide da saúde dos refugiados, tendo em vista que estes podem ter vivenciado momentos traumáticos, em sua vida, que podem afetar significativamente a saúde, tornando-os, também, mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos e doenças mentais. Sendo assim, é de grande impor-

tância que o país invista no acolhimento, em capacitações e treinamento dos profissionais, nas estruturas das instituições de saúde e em novas estratégias para atender as necessidades dos refugiados. Todos eles são seres humanos iguais aos outros, perante a lei. Desse modo, há que se ampliar as políticas públicas que contribuam para tornar esse processo mais eficaz, como também as medidas que visem ao acolhimento dessas pessoas e que garantam todos os seus direitos como cidadãos, preservando sua dignidade e segurança.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, com base em publicações científicas que contribuíram para que se refletisse sobre a temática. Desse modo, coletaram-se os dados, que foram organizados e analisados, a fim de se alcançar o objetivo levantado. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Pessoa Refugiada; Refúgio e Saúde; Sistema Único de Saúde e Refúgio. Foram selecionados, via internet, doze artigos científicos, além de outras doze matérias publicadas que tratavam sobre o tema proposto, sendo as principais temáticas: Refúgio, Saúde e Sistema Único de Saúde.

Para refletir sobre refúgio e saúde é importante que se conheça e discuta a maneira como ocorre o acesso dos refugiados à saúde através do SUS, os desafios enfrentados por essas pessoas, as formas de acolhimento, além do preparo que os profissionais possuem para atendê-los. Assim, levantou-se o seguinte questionamento: *Como está ocorrendo o acesso dos refugiados ao Sistema Único de Saúde no Brasil e quais os desafios enfrentados pelos mesmos no país?*

O tema é de extrema importância para a população, em especial os refugiados, pois assinala a questão de como a Política de Saúde Brasileira está efetivamente cumprindo o seu papel na defesa do direito à saúde dessa população. Refletir sobre essas questões remete a pensar em como podemos melhorar a situação do acesso, acolhimento, cuidado e tratamento oferecido a essas pessoas. Discuti-las é de caráter emergente, já que os direitos delas devem ser garantidos e priorizados.

SAÚDE E REFÚGIO: DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A palavra saúde tem um conceito amplo e aceito universalmente. Trata-se de uma necessidade básica e um dos aspectos mais importantes na vida de todas as pessoas. Segundo Jansen (2019), a Organização Mundial de Saúde - OMS (1948)³³ definiu um conceito universal para a palavra, em que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença.

Porém, o conceito de saúde e doença pode não ser considerado o mesmo para todas as pessoas, uma vez que ele é influenciado pela cultura, meio social, política, economia, religião, além da época e do lugar nos quais são vivenciadas, razão por que existem discussões e críticas ao conceito oficializado pela OMS, sendo considerado, por algumas pessoas, algo inatingível. Segundo Scliar (2007, p. 37, apud BOORSE, 1977): "saúde é ausência de doença. A classificação dos seres humanos como saudáveis ou doentes seria uma questão objetiva, relacionada ao grau de eficiência das funções biológicas, sem necessidade de juízos de valor."

Desta forma, os conceitos de saúde e doença são complexos, dinâmicos e vêm se expandindo e sendo adaptado pelas sociedades, ao longo dos anos. Saúde é um conceito que vai além de ausência de doenças, que não depende apenas da pessoa em si, mas também de medidas sociais destinadas a toda sociedade. Em relação à saúde dos migrantes, Fontoura (2018, p. 132) faz a seguinte observação:

Logo, pensar em inclusão dos migrantes nos processos das políticas públicas de saúde já constituídas no Brasil requer um olhar amplo dos conceitos de saúde sob todos os aspectos

³³ JANSEN, Mariana. O que faz a Organização Mundial da Saúde? Disponível em: <https://www.politize.com.br/organizacao-mundial-da-saude>. Acesso em: 25 maio 2020.

da vida. A saúde excede amplamente o conceito de ausência de doença e compreende incorporar estratégias inclusivas, com destaque para as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acesso aos serviços e cuidados de saúde, tratamento e reabilitação, assim como, também, a acessibilidade linguística, cultural e material dentre outras.

Os refugiados, de modo geral, têm saúde fragilizada, uma vez que são obrigados a sair de seu país de origem às pressas, deixando pessoas queridas e tudo o que conquistaram para trás, além de vivenciarem diversos traumas. O processo de refúgio se mostra desafiador e desgastante, pois o deslocamento, na maioria das vezes, não é adequado; os indivíduos migram de forma precária, sem planejamento e por um caminho de incertezas que os deixa expostos a diversas consequências físicas, sociais e mentais, que podem levar ao adoecimento e gerar um grande impacto em sua saúde mental, além de torná-los mais vulneráveis.

Desta forma, é evidente que todo o processo de refúgio se mostra desafiador e desgastante, pois o deslocamento é, muitas vezes, conduzido por coiotos³⁴. Na maioria dos casos provoca situações de stress pela falta de descanso, má alimentação, incertezas, sono inadequado, insegurança e lembranças das situações vividas no país de origem, fatores que os afetam. Esse modo de migrar também implica sérios danos psicológicos causados por situações de medo constante, ameaças, violência, entre outros riscos sociais.

Assim, em decorrência de todo esse caminho de incertezas percorrido na situação de refúgio, os migrantes tornam-se sujeitos a diversas consequências físicas, sociais e mentais, sendo, portanto, mais que necessário que o país de acolhimento ofereça possibilidades de acesso a atendimentos psicológico, médico e hospitalar, quando se fizerem necessários.

³⁴ É o agente que conduz os migrantes em seus deslocamentos através das fronteiras entre países de forma ilegal e mediante pagamento.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), na Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, e a criação da Lei Orgânica de Saúde (8.080/90) foram importantes conquistas em prol da saúde da população brasileira, conseguidas por movimentos e lutas sociais realizados pela sociedade, através de construções coletivas de trabalho, discussões e estratégias que propunham uma melhora nos serviços de saúde até então realizados, e que não eram prestados para todos.

A criação do SUS mudou a concepção de Política de Saúde no Brasil, tendo em vista que propunha a equidade de tratamento. Para que assim aconteça, é necessário que haja uma participação ativa do Estado, Município e da União. A partir de movimentos e de lutas sociais em defesa da saúde, a população obteve o direito de ser atendida por um sistema de saúde público gratuito a todos que precisassem de seus serviços em território nacional, sendo definido também através da Constituição Federal o conceito de saúde utilizado atualmente.

O Sistema Único de Saúde (SUS) - Brasil precisa estar preparado para atender os refugiados e a todos que precisarem de seus serviços de saúde pública de forma gratuita e igualitária. Deve promover o acesso e direito à saúde, como tratado no art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Esse Sistema de Saúde Pública possui como princípios a “universalidade, integralidade e equidade”, atendendo, assim, a todos que estão em território brasileiro e que precisem de seus serviços, independentemente de suas origens, crenças, cultura, entre outros.

Desse modo, esse atendimento deve incluir também o atendimento a migrantes e refugiados.

Segundo o Ministério da Saúde³⁵, o princípio da universalidade prevê que a saúde é um direito de todos; portanto, todas as pessoas que estejam legalmente no país devem ter o direito de utilizar os serviços ofertados pelo SUS, sem qualquer forma de discriminação. O princípio da integralidade considera o indivíduo por completo, buscando atender todas as suas reais necessidades. O terceiro princípio, da equidade, considera que o SUS deve diminuir as desigualdades, de forma que os desiguais sejam tratados de forma desigual, ou seja, cada pessoa é única e possui necessidades diferentes das outras, razão por que o serviço deverá atender à necessidade específica de cada um.

Porém, mesmo com o direito ao acesso aos serviços do SUS assegurado em lei, na prática, o SUS tem enfrentado dificuldades em seus serviços, como na administração, gerência e, principalmente, de infraestrutura para o atendimento, assim como a falta de investimentos financeiros, falta de leitos, falta de preparo e capacitação dos profissionais e de estruturas que atendam à demanda da população, entre outros fatores. Apesar dessas dificuldades, muitas pessoas, no Brasil, são beneficiadas pelas ações e atendimentos realizados e ofertados pelo SUS.

A importância do SUS é ratificada nesta citação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais³⁶ (n. d.): “O SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente dele para qualquer atendimento de saúde”. Esses dados expressam a importância de o país investir na melhoria desse Sistema para atender a todos,

³⁵ Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 20 maio 2019.

³⁶ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. *SUS*. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. Acesso em: 23 maio 2020.

em sua integralidade, e com serviços de qualidade, a fim de promover melhores condições de saúde de toda a população.

O SUS promove ações de saúde que vão além dos cuidados prestados apenas para a doença, como o diagnóstico, o tratamento e reabilitação da pessoa com uma equipe de saúde com profissionais multidisciplinares e capacitados para esses serviços de baixa, média e alta complexidade. O sistema também executa ações voltadas à prevenção de doenças, promoção da saúde, oferta gratuita de medicamentos, campanhas de vacinação, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e ambiental, buscando entender e respeitar o ser humano da forma como ele é, com sua cultura, suas crenças, raça e demais singularidades do indivíduo.

O SUS possui diversas e específicas estruturas de saúde que prestam atendimento à pessoa de acordo com a sua real necessidade, buscando atender as ocorrências no menor tempo possível. Algumas das principais instalações de saúde que compõem o SUS são: a Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), Hospitais, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), entre outros. A primeira delas é considerada a porta de entrada ao SUS, onde é feito o cartão do SUS para todos os cidadãos que quiserem obtê-lo.

Independentemente da situação do momento, da nacionalidade e cultura de uma pessoa migrante, ela deve receber acolhimento, acesso e atendimento de qualidade, haja vista ser um direito assegurado a todos que entrem no país serem atendidos por profissionais capacitados e preparados para tal, com respeito às suas necessidades e à sua dignidade.

ATENDIMENTO AOS MIGRANTES E REFUGIADOS: O ACESSO À SAÚDE NO BRASIL

Ter acesso à saúde de qualidade através do SUS é de extrema importância para os refugiados, uma vez que estes se encontram com a saúde fragilizada devido aos traumas e dificuldades enfrentadas em seu país de origem até a sua chegada e instalação no país de destino. Desse modo, o SUS precisa estar preparado para atender a essas pessoas de acordo com as suas reais necessidades, buscando a prevenção e diminuição de doenças, o acolhimento e atendimento adequado a essas pessoas, tratando-as com respeito e em sua integralidade e equidade.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (n. d.)³⁷, para a pessoa em território brasileiro ter acesso ao SUS é necessário que a mesma procure a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima de sua habitação, levando seus documentos de identificação (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento) e o comprovante de residência. Nessa UBS, a pessoa solicita o seu cartão do SUS gratuito, o qual, além de permitir o acesso do indivíduo aos serviços prestados pelo sistema, como o agendamento de consultas e exames, também irá favorecer a comunicação e troca de informações entre o usuário e os profissionais de saúde que irão atendê-lo. Todo o registro da pessoa é realizado no sistema, contendo assim o seu histórico completo de atendimento.

Em relação ao Cartão do SUS, Fernandes (2019, s. p.) esclarece:

O Cartão SUS (Sistema Único de Saúde), que é o documento de identificação do usuário do SUS, garante, ao cidadão, atendimento nas Unidades de Saúde e Hospitais do Brasil que integram a rede do SUS, facilitando a marcação de consultas e exames, assegurando o acesso a medicamentos gratuitos e a

³⁷ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. SUS. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

assistência integral à Saúde, desde o início na Atenção Primária, sendo encaminhado para outros níveis de assistência, se for o caso, como especialidades e alta complexidade.

O acesso ao SUS por pessoas refugiadas que estão em território brasileiro é um direito. Segundo a Cartilha para Refugiados no Brasil,

Todos os cidadãos, inclusive os solicitantes de refúgio e refugiados, têm direito de ser atendidos em qualquer unidade pública de saúde. Para tanto, você deve apresentar o seu CPF e protocolo provisório ou RNE em qualquer hospital, clínica ou posto de saúde e solicitar o seu Cartão SUS (ACNUR, 2014, p. 23).

Caso a pessoa refugiada não possua o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e/ou seu Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) para solicitar o seu cartão do SUS e ter acesso a esse sistema de saúde pública, tais documentos deverão ser solicitados. O CPF, de acordo com a Cartilha para Refugiados no Brasil, poderá ser solicitado “Em qualquer agência da Receita Federal, mediante pagamento de taxa, e o documento será expedido na mesma hora em que solicitado” (ACNUR, 2014, p. 14). No entanto, é necessário que os refugiados tenham em mãos um documento de extrema importância para consegui-lo - o documento de identificação (protocolo provisório ou o Registro Nacional de Estrangeiros). Para obter o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), a pessoa refugiada necessita se dirigir até uma unidade da Polícia Federal e solicitar o seu documento, cuja obtenção é um direito garantido.

Entre os serviços oferecidos pelo SUS a todas as pessoas em território brasileiro, estão a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a Unidade de Pronto atendimento (UPA). Na UBS, a porta de entrada ao Sistema Único de Saúde e também o local onde se solicita o cartão do SUS a todos que precisarem, são oferecidos serviços de baixa complexidade como promoção, prevenção e recuperação da saúde, vacinação, oferta gratuita de medicamentos, consultas com diferentes profissionais multidisciplinares, entre outros. A UPA é um serviço que está disponível todos os dias da semana, durante 24 horas, para as pessoas que pre-

cisarem de serviços de média a alta complexidade, como atendimentos de urgência e emergência. Nesses serviços as pessoas podem ser mantidas em constante vigilância a fim de acompanhar o seu estado de saúde, buscar diagnóstico, prestando cuidados que visem estabilizar sua saúde, e, se necessário, serem encaminhadas a um hospital de referência para um acompanhamento e tratamento específico.

O SUS utiliza a territorialização como instrumento para a execução e organização de seus serviços e das práticas de saúde locais prestados à população. Trata-se da observação do território no qual o sistema funciona, definindo as prioridades de acordo com a realidade das pessoas que vivem ali e os problemas de saúde que mais as acometem. Desse modo, buscam-se meios de se conhecerem as condições de vida das pessoas que residem em cada território e de se fazer o planejamento dos serviços de forma a superar e/ou enfrentar os agravos encontrados. Tudo isso leva em consideração as necessidades diferentes de cada território, ou seja, o que pode ser eficaz em um, no outro pode não trazer resultados.

Destaca-se, então, a importância de capacitar os profissionais para receber os refugiados, além de melhorar os serviços de acolhimento, atendimento e encaminhamento das políticas públicas para esse público cuja saúde, na maioria das vezes, está fragilizada.

OS DESAFIOS DO REFÚGIO NO CAMPO DO ATENDIMENTO E DO ACESSO À SAÚDE NO BRASIL

Anos após a criação do SUS, no Brasil, ainda existem alguns desafios para que sejam atendidos os princípios de universalidade, equidade, integralidade. O acesso ao SUS por migrantes e refugiados

pode ser dificultado por diversos fatores estruturais do sistema, que podem interferir nesse atendimento, o que se torna um desafio ao SUS.

Entre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados no Brasil pode-se citar o idioma, diferenças culturais, etnia, política, economia, problemas de reconhecer as suas competências acadêmicas e titulações, separação de seu vínculo social e família, entre outros, além de questões voltadas a preconceito, discriminação, condições de pobreza e violência. Todas essas dificuldades podem afetar significativamente a saúde dessas pessoas e sua qualidade de vida. Segundo Fontoura (2018, p. 114),

[...] o desconhecimento dos aspectos culturais do migrante, entendido como possível causador de situações de diagnósticos equivocados ou uma percepção, por parte dos migrantes, de desrespeito ou insuficiência do atendimento. A procura dos serviços de saúde pelo migrante está relacionada às suas necessidades amplamente induzidas pela cultura de origem, crenças e práticas, bem como ao conhecimento da cultura, idioma e redes de apoio do país de acolhimento.

A saúde dos migrantes e refugiados pode se agravar e se tornar mais vulnerável quando a população do país de destino não os aceita, o que pode fazer com que eles se sintam com medo e discriminados pela sociedade, além de não se sentirem acolhidos ali. Nesse sentido, é de extrema importância passar informações a toda a população sobre quem são essas pessoas e sobre quanto é importante acolhê-las e respeitá-las de maneira adequada. Isso poderá ajudar a reduzir o preconceito da sociedade frente a essas pessoas, melhorando sua integração no país e oferecendo apoio e redução de sua vulnerabilidade.

Os migrantes e refugiados, na teoria, possuem o direito ao atendimento e o acesso à saúde em sistemas de serviços públicos, sendo amparados em lei e assegurados seus direitos pelo SUS e pelo próprio princípio norteador desse sistema: “universalidade, integralidade e equidade.”

Em relação ao atendimento, na prática, aos migrantes e refugiados através do SUS, destaca-se a dificuldade de comunicação entre essas pessoas e os profissionais de saúde que atuam nesse sistema, e a desinformação de ambas as partes sobre essa questão. A falta do domínio da língua desfavorece a comunicação eficaz e acesso às questões culturais em relação à saúde e fatores sociais; esse fato pode prejudicar não somente a relação dos profissionais e da sociedade com os migrantes e refugiados, como também a procura por um trabalho.

Ressalta-se, portanto, a importância de os centros de acolhimento oferecerem cursos de idiomas para os refugiados, podendo integrar até mesmo os profissionais e demais pessoas que desejassem aprender um idioma que ajude nessa comunicação, uma vez que ainda há falta de pessoas que consigam falar uma segunda língua. Nos dias de hoje, para que se consiga resolver esse problema, outra medida pode ser utilizar ferramentas tecnológicas (como as disponibilizadas pelos celulares com internet) para que se faça a tradução de textos e falas, com o objetivo de que os envolvidos possam se comunicar.

Além de todos os problemas já relacionados, aqui, também se pode mencionar a falta de estruturas que atendam à demanda dos refugiados no país e de todas as pessoas que residem no território brasileiro. De acordo com Fontoura (2018, p. 114):

A falta de capacitação ou habilidades para lidar com a diversidade, especialmente dos migrantes internacionais, torna tais grupos mais vulneráveis a preconceitos e discriminação, inclusive racial. A vinculação de estereótipos e visão negativa induz o profissional à recalcitrância em relação a esses novos usuários e, conseqüentemente, as instituições responsáveis a agirem sem a devida cautela em relação à desinformação, geradores de incompreensão de conceitos e desconfortos comuns aos migrantes.

Muitos migrantes e refugiados chegam ao país desamparados, sem informações e conhecimento do país de destino, desconhecem

os meios de entrada ao país, as maneiras de se ter acesso à saúde, e os demais direitos que possuem ali. Para essas pessoas, cuja saúde já é fragilizada, tal problema pode se agravar devido à pobreza que podem enfrentar no país de destino.

A falta de informações para os refugiados que chegam em um país desconhecido também deve ser pensada, sendo muito importante que os mesmos possam ser orientados quanto aos seus direitos no país e como obtê-lo. “Foi muito difícil”, diz Mate. “Primeiro, é o problema da língua, segundo é um país que não conheço. Tudo é mudança. Cultura diferente, língua diferente, comida diferente. Eu sofri bastante com essas coisas.” (SUNDAY, 2018 como citado por SUDRÉ, 2018).

O trabalho é de extrema importância para que os migrantes e refugiados possam viver e ter qualidade de vida, além de ser uma maneira de se fazer a integração deles na sociedade. A obtenção de emprego é uma grande dificuldade que precisam enfrentar; muitas vezes esses indivíduos são submetidos à mão-de-obra barata, com condições de trabalho precárias, sem possuir os seus direitos respeitados, com os horários de serviços mais incômodos, salários baixos, além de sofrerem preconceitos. Esses problemas podem ocorrer tanto pelo fato de as pessoas entrarem no país de forma irregular quanto pelas dificuldades em relação à validação de diplomas, ou, ainda, devido a profissionais que não queiram contratar os migrantes e refugiados por causa de preconceitos existentes. Segundo Fontoura (2018, p. 151 apud MENDONÇA, 2014):

[...] exercem as atividades mais insalubres, perigosas e árduas nos setores conhecidos por seus elevados números de acidentes de trabalho fatais ou graves, como agricultura, construção e processamento de carnes. Além disso, devido às barreiras linguísticas e culturais, quando as instruções sobre a segurança no trabalho são dadas, os migrantes podem não compreendê-las o que eleva potenciais riscos na atividade laboral.

O emprego é uma questão que poderá influenciar significativamente na qualidade de vida e integração na sociedade dessas pessoas, haja vista ser de extrema importância para que as necessidades humanas básicas sejam supridas, como a segurança, proteção e alimentação, e, sobretudo, a moradia. Muitos refugiados vivem em condições precárias de vida, seja por meio da falta da oportunidade de emprego ou pelas más condições do mesmo – exigência de muito esforço, horas de trabalhos excessivas e má remuneração -, deixando-os com a saúde fragilizada e com dificuldades em conseguir uma moradia e/ou até mesmo se alimentar e dormir adequadamente.

Além de todas essas dificuldades, mencione-se, ainda, a demora para que os refugiados sejam reconhecidos em território brasileiro e obtenham os seus documentos no país. Ressalte-se que são aspectos primordiais para que eles tenham acesso à moradia, emprego, aos serviços de saúde como o SUS e outros. De acordo com Fontoura (2018, p. 106),

Quando se trata de saúde pública, é garantido que qualquer pessoa seja atendida, mesmo sem portar qualquer documento de identificação como Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física, Registro Nacional de Estrangeiro, cartão do SUS, entre outros. Porém, verificasse, muitas vezes, o descumprimento da Constituição e a omissão do Estado, quando agentes públicos recusam atendimento na ausência do documento, principalmente do cartão SUS, tratando-se dos serviços de saúde.

Assim, ratifica-se a importância de o governo e os profissionais contribuírem para o acolhimento dos refugiados, sabendo respeitar, reconhecendo que cada cultura é diferente uma das outras, aceitando as diversidades. Tais aspectos fazem toda a diferença para essas pessoas; além de promoverem benefícios à saúde delas, também irão favorecer a qualidade da comunicação e do atendimento que será prestado. Segundo Santana (2018, s. p.),

O refugiado nem sempre compartilha esse modelo. Quanto maior a diferença cultural entre o profissional e o usuário do serviço, maiores as chances de erros de comunicação, o que dificulta mais ainda a avaliação diagnóstica. Frente à diversidade cultural dos refugiados, na prática os profissionais se queixam de desinformação e despreparo para o atendimento.

Desse modo, destaca-se que essas pessoas necessitam de acolhimento, acesso à saúde e de profissionais capacitados para atenderem em programas que as ajudem a superar o abalo causado em sua saúde, respeitando seus direitos, traumas e diversidade cultural com serviços disponíveis de forma universal, gratuita e igualitária a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no Brasil, existem leis que garantem o direito ao acesso à saúde, pelo SUS, às pessoas refugiadas. Estas necessitam de atendimento adequado, a fim de promover melhores condições de saúde, de forma justa, sem desigualdades e com respeito, tratando-lhes com dignidade, respeitando sua cultura e assegurando que seus direitos sejam atendidos de forma eficaz, trazendo benefícios à sua saúde.

Mesmo com todos os avanços que vêm ocorrendo em todo o mundo, ainda existem muitas dificuldades a serem superadas; apesar de toda lei existente, ainda se notam dificuldades para se reconhecer a pessoa em condição de refúgio e, dessa forma, realizar a inserção social e integração local deles no país de destino.

Observa-se que o Brasil ainda enfrenta a falta de estrutura adequada para o atendimento aos refugiados, a falta de profissionais capacitados para atendê-los, dificuldade na comunicação devido a idiomas diferentes e desconhecimento de como funciona o processo de entrada no país e as formas de acesso à saúde; todos esses fatores

deixam essas pessoas fragilizadas e com medo de serem discriminados ou de sofrerem violência.

Nesse sentido, destaca-se a falta de políticas e programas que possam atender esses usuários de forma adequada e, desse modo, cumprir a lei. Considera-se de grande importância que o país invista na capacitação dos profissionais e nas políticas públicas e programas que visam ao atendimento dessas pessoas em condição de refúgio.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Cartilha para Refugiados no Brasil*. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-para-Refugiados-no-Brasil_ACNUR-2014.pdf. Acesso em: 23 maio de 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do estatuto dos refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF seção 1, p. 15.822, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BORGES, Júlia Almeida Roffé. *Sobre Eles, sobre Nós: Refúgio e Saúde Pública*. Mnemosine vol. 14, nº 2, p. 174-205 (2018) – Artigos. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: senado Federal, 1988.

FERNANDES, Ana Rita. *Cartão do SUS: saiba como obter o seu*. Disponível em: <http://blog.saude.mg.gov.br/2019/11/04/cartao-sus-saiba-como-obter-o-seu>. Acesso em: 21 maio 2020.

FONTOURA, Flavianny Aparecida Piccoli. *Migrações Internacionais e o Acesso às Políticas Públicas de Saúde no Brasil: o Olhar das ONGs*. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1023424-final.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

JANSEN, Mariana. *O que faz a Organização Mundial da Saúde?* Disponível em: <https://www.politize.com.br/organizacao-mundial-da-saude>. Acesso em: 25 maio 2020.

LENZI, Tié. *O que são as políticas públicas?* Disponível em: <https://www.toda-politica.com/politicas-publicas>. Acesso em: 21 maio 2019.

MINISTÉRIO da saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona*. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 20 maio 2019.

SANTANA, Carmen. *Humildade cultural: conceito estratégico para abordar a saúde dos refugiados no Brasil*. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n11/e00098818/pt>. Acesso em: 20 maio 2019.

SCLIAR, Moacyr. *História do Conceito de Saúde*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. *SUS*. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. Acesso: 23 maio 2020.

SPRANDEL, Márcia Anita; MILESI, Rosita. O Acolhimento a Refugiados no Brasil: Histórico, Dados e Reflexões. In: MILESI Rosita (org.). *Refugiados: realidades e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH: Edições Loyola, 2003. 232p. (Série Migrações, 8).

SUDRÉ, Lu. *Refugiados no Brasil sofrem com racismo e falta de políticas públicas*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/refugiados-no-brasil-sofrem-com-racismo-demora-de-documentacao-e-falta-de-politicas>. Acesso em: 2 jul. 2020.

11

Luana Medeiros de Sá Lucas

Camila Torres Ituassu

Migração, saúde e assistência social:

**as dificuldades enfrentadas
pelos migrantes e refugiados
no acesso à saúde pública
no estado de Mato Grosso do Sul**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.230-245

INTRODUÇÃO

Segundo Patarra (1995), os fluxos migratórios sempre estiveram ligados a processos históricos consideravelmente relevantes para a sociedade como agentes transformadores. O autor também valida os escritos atuais sobre a importância desses movimentos para o cenário mundial, caracterizado por desigualdades regionais e diversos conflitos manifestados, resultantes de substanciais transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas em curso.

A historiografia enuncia o Brasil como país de migração, consolidada após a independência de Portugal, que resultou em um grande fluxo de migrantes de diversos países, como Portugal, Itália, Alemanha, Japão e Espanha. Paralelamente a esse fato histórico, o impedimento do tráfico negreiro e da escravidão fomentaram a migração como uma substituição da mão de obra escrava (PAIVA; LEITE, 2014).

A partir daí, com o início do período republicano e com o intuito de estimular o desenvolvimento da economia, o país começou a incentivar o acesso de migrantes em solo brasileiro. Em virtude das dificuldades econômicas da época de 1980 e 1990, diversos brasileiros foram em busca de melhor condição de vida em outros países (ZANELATTO, 2017).

No atual milênio, o Brasil voltou a possuir credibilidade, no mercado internacional, com o sucesso do Plano Real do governo de 1994. Logo, o aumento dos investimentos estrangeiros no país trouxe um período de expansão econômica, que se manteve com o governo do Partido dos Trabalhadores, presidido por Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). O novo governo defendia a inclusão de programas sociais voltados para a erradicação da pobreza, e, consequentemente, o cenário da economia brasileira começa a ocupar papel de desta-

que e despertar interesses em trabalhadores migrantes que costumam buscar melhores oportunidades de emprego (ZANELATTO, 2017).

Cruz et al (2012, p. 27) apontam, como principais pontos para promoção de qualidade de vida e para que o Brasil se tornasse um país internacionalmente considerado um bom lugar para viver, o investimento em políticas de inclusão social, que visavam reduzir a pobreza e desigualdade que até então era vigente no Brasil e o aumento da taxa de ocupação dos trabalhadores e formalização dos empregos.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a busca pela estabilidade econômica presente no Brasil, um país em desenvolvimento, tem resultado no aumento do fluxo de migrantes e refugiados, no caso dos trabalhadores qualificados ou vítimas de conflitos políticos, ou seja, refugiados políticos que saem forçosamente de seu país sem a chance de retornar.

Diversos são os motivos pelos quais os números de imigrações tornam-se cada vez maiores, gerando questionamentos, no meio científico, acerca de questões referentes a direitos humanos e saúde, tais como este: “de que maneira o Sistema de Saúde Pública integra e recebe essa população?”. Questionamento como esse advém do número escasso de pesquisas sobre a qualidade de vida e saúde de migrantes, no meio acadêmico. Considere-se, ainda, que a utilização dos serviços de saúde pelas populações imigrantes vem sendo consideradas um dos mais importantes indicadores da integração dessas populações nas sociedades receptoras (DIAS; GONÇALVES, 2007).

Levando-se em consideração a Lei de Migração - Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 -, que assegura ao migrante o acesso a serviços públicos de saúde - nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória -, observa-se, entretanto, uma realidade divergente do que preconiza essa lei, razão por que Risson (2016) defende a necessidade do enfrentamento de

ações preconceituosas nos serviços de saúde, incluindo atos de racismo e inclusão precária.

A condição de precariedade do migrante se agrava com as dificuldades comunicacionais, linguísticas e de adaptação no país de acolhimento, com o enfrentamento do preconceito, do estereótipo e da discriminação. Acrescente-se o fato de o migrante ter que se sujeitar a trabalhos de baixa qualificação, mal remunerados e desvalorizados socialmente, e, ainda, a falta de suporte social formal e informal, ou seja, o isolamento, fracas redes sociais e dificuldade de informação e acesso aos serviços, designadamente de saúde, que tornam essa população extremamente vulnerável (FRANKEN et al., 2007; 2009).

Entretanto, existem alguns outros fatores que dificultam que os migrantes recorram ao serviço de saúde, como a situação irregular no país; com medo de serem denunciados ou sofrerem represálias, eles acabam por desconhecer direitos que têm. Esse constitui, então, um dos fatores de exclusão social, seja pela cultura, língua, vestimenta ou conduta (MALKKI, 1996).

A partir do meio social, o conceito de interculturalidade pode ser útil para abordar as relações entre imigrantes e SUS. Os processos interculturais existem sempre que se têm sociedades em contato; eles são permanentes e históricos e permeiam ações voltadas à saúde, doença, atenção e prevenção. Portanto, através de um viés intercultural, a retratação da sociedade reduzida pela nacionalidade local limita a visão acerca do cuidado e atenção aos imigrantes e refugiados, implicando em problemas aqui descritos ao acesso ao Sistema Único de Saúde, além das relações sociais prejudiciais ao convívio e bem-estar dos migrantes (MENENDÉZ, 2016).

De acordo com Rodrigues (2018), Mato Grosso do Sul recebeu 71,7 mil migrantes e refugiados, no ano de 2018. De acordo com a matéria publicada, o principal motivo dessas migrações são ne-

cessidades financeiras. Com a criação do Comitê Estadual para refugiados, migrantes e apátridas no estado do Mato Grosso do Sul, que fica sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), a expectativa é de que se efetive o auxílio ao migrante e refugiado, conforme previsto na Lei 9.474/97 (arts. 43 e 44), em relação à simplificação das exigências dos documentos, visto que essa população vivencia situações desfavoráveis (MILES; CARLET, 2006).

Neste artigo discutem-se as implicações da mobilidade humana migratória, no contexto geral, mas, de modo específico, no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul. Apresentam-se alguns conceitos básicos para um atendimento efetivo do SUS aos migrantes, com objetivo de, através de um viés crítico, refletir-se sobre a atual situação enfrentada por esses indivíduos quando entram em contato com os profissionais e ambientes da saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica por meio da qual buscou-se oferecer referências específicas sobre a atual condição e dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados ao acesso ao SUS. O método da pesquisa é pautado no materialismo histórico e dialético, com vistas à compreensão de questões locais e pontuais referentes ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Mioto e Lima (2007), implica um conjunto organizado de procedimentos e métodos em busca de soluções, atento ao objeto de estudo, que, acima de tudo, não pode ser aleatório. Desse modo, utilizaram-se as seguintes palavras-chave que direcionaram aos estudos que deram aporte ao tema desta

pesquisa: “migração”, “saúde pública”, “refugiados”, “Mato Grosso do Sul” e “materialismo histórico dialético”, este último, por se considerar essencial para o direcionamento da investigação, haja vista que em tal perspectiva a migração não pode ser compreendida fora dos processos da exploração do trabalho (VENDRAMINI, 2018), já mencionado como um dos principais problemas enfrentados pelos migrantes e refugiados, que reforçam a precária realidade social vivida por eles.

Foram elencados 42 documentos, todos de fácil acesso, disponíveis na internet e com o recorte temporal de 1986-2018, considerando-se a importância de antigos escritos para a melhor compreensão da história da migração e refúgio do estado de Mato Grosso do Sul. Alguns desses documentos foram encontrados em espanhol ou até mesmo em inglês; desse modo, foram traduzidos pela autora da pesquisa.

MOBILIDADE HUMANA E SUAS IMPLICAÇÕES

O grande fenômeno histórico da mobilidade humana acompanha a sociedade e seu desenvolvimento crescente de globalização. Haja vista que tais processos são originados por causas econômicas, ambientais e políticas, e expõem migrantes e refugiados a diversas fragilidades, seja durante os percursos de trânsito ou em situações vivenciadas na sociedade de recepção (ZIMMERMAN; KISS; HOSSAIN, 2011).

A mobilidade de pessoas ou grupos dentro e fora dos países sempre existiu, na história da humanidade; entre os fatores que corroboram para o alto índice de deslocamento no século XXI, diz respeito ao principal atrativo do Brasil para os estrangeiros - a estabilidade econômica das últimas décadas -, ao mesmo tempo em que se torna um fator potencial de produção e reprodução das desigualdades internacionais, presentes no processo de globalização (GRANADA et al. 2017).

Segundo Bauman (2017), o mercado utiliza a mão de obra barata dos migrantes e refugiados, o que provoca a falta de normatização dos serviços e influencia diretamente nas condições de vida desse indivíduo, fator este ligado pontualmente à falta de proteção que deveria advir do Estado. Junto aos ideais de Granada et al. (2017), Bauman (2017) pontua que há, ainda, os migrantes econômicos, que, como dito anteriormente, buscam melhores condições de vida, que constitui o principal motivo de grande parte das migrações - a desigualdade de renda que caracteriza tanto os países pobres quanto os ricos. Assim, o fluxo migratório, segundo o autor, dificilmente seria estancado sem que as condições de vida nos países se tornassem semelhantes.

Tendo em vista o grande fluxo de migrações e refúgio, tornou-se estritamente necessária a intervenção do Estado em relação às necessidades básicas de direitos humanos. Nesse sentido, a Lei de migração (2017) assegura o acesso do migrante e refugiado aos serviços públicos de saúde e de assistência social, e à previdência social, sem discriminação por nacionalidade e condição, tornando-se imprescindível que tais direitos sejam exercidos.

A discrepância econômica entre os países vizinhos e os estados e municípios brasileiros se torna um obstáculo à efetivação dos princípios constitucionais da Saúde Pública; nesse sentido, evidencia-se que alguns grupos sociais terão mais dificuldades ao tentarem o acesso aos serviços de saúde (COIMBRA; SANTOS, 2000). Os migrantes e refugiados estão incluídos nesse contexto, haja vista que, geralmente, são mais vulneráveis economicamente e socialmente falando, corroborando para o maior risco de doenças laborais e até mesmo transtornos psicossociais (CARBALLO; NERUKAR, 2001; RAMOS, 2009).

A TRAJETÓRIA DOS MIGRANTES E REFUGIADOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A partir da pressão da ação estatal para que se iniciasse um processo de mudança nas bases produtivas da Região Centro-Oeste, segundo Guimarães e Leme (1998), a década de 70 e 80 foram fortemente marcadas pela implantação de capital nacional e também internacional, incentivos fiscais, de crédito subsidiado e até mesmo atuação de órgãos de apoio. Tal período foi denominado de Revolução Verde, que foi essencial para o processo de expansão demográfica e migratória da região (LAVINAS, 1986).

Nos anos de 1980 vivenciou-se a industrialização da agricultura e a solidificação dos complexos agroindustriais; desse modo, os pequenos e médios proprietários deixaram de ser personagens característicos apenas da região rural, haja vista que a falta de infraestrutura, assistência técnica e de financiamento tornaram as condições precárias. Entretanto, o Centro-Oeste e a Região Norte foram as áreas de maior taxa de crescimento na década (CUNHA 1997).

Segundo Oliveira (2003), por mais que o estado tentasse colaborar com a balança comercial brasileira, a falta de efeitos positivos no desenvolvimento econômico e social do estado somente aumentou as produções e manteve os problemas iniciais de renda. Consoante ao Plano estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (PDCO), as novas integrações físicas-territoriais e comerciais, juntamente com a ocupação econômica e demográfica da fronteira agrícola, resultaram em um ciclo novo de crescimento econômico, com o recurso da tecnologia nos campos agroindustriais (BRASIL, 2007).

Na década de 1990 ocorreram intensas transformações geográficas no estado de Mato Grosso do Sul, visto que a fronteira agrícola já se encontrava consolidada, no estado, que já era considerado o mais urbanizado. De acordo com Alexandre de Souza et al. (2017), Mato Grosso do Sul já contava com quase um terço da população, de migrantes; segundo o Observatório de Migrações Internacionais (OB-MIGRA), na segunda década do século XXI houve o crescimento de 126% de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Nos anos 2000, o estado já não definia mais as estratégias, e sim regulava os processos tecnológicos, com foco principal na sustentabilidade e globalização; logo, novas produções do agronegócio foram consideravelmente diversificadas, com influência em setores diversos como o educacional, de saneamento, saúde e construção civil ((BEC-KER; EGLER, 1993; BRASIL, 2007). Sendo assim, os movimentos econômicos resultaram diretamente na nova formação territorial do estado de Mato Grosso do Sul, com a centralização dos territórios necessários para expansão da agroindústria, impulsionando as atividades de serviços e indústrias (MONDARO, 2011; FERRERA DE LIMA; ALVES 2011).

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL

Em 1952 o Brasil assinou, na conferência de Plenipotenciários a respeito do Estatuto dos Refugiados e dos Apátridas, a Convenção de 1951. Essa ação foi influenciada pela organização do Ano Mundial Dos Refugiados (AMR), a qual utilizava revistas para lembrar a população da situação precária vivida pelos refugiados durante décadas. Com sucesso, o AMR tinha o objetivo de promover ações do Estado, de ONGs e da sociedade, como um todo, para a melhoria de vida da população em risco e vulnerabilidade.

Nos tempos atuais, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 preconiza, ainda nas disposições gerais, que é direito do migrante e visitante valer-se de políticas públicas específicas para essa comunidade. Ademais, tal diretriz parte da constatação de que toda política migratória deve ser universal, indivisível e majoritariamente baseada em direitos humanos.

Quanto ao refúgio no Brasil, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 define, como refugiado, o sujeito que, independentemente de qualquer situação advinda de seu país de origem, seja ela persecutória, racista, por nacionalidade, religião ou formação de identidade contrária ao que a maioria serve, não queira ou não possa retornar e residir em seu país. Dada às devidas circunstâncias, é garantida, ao migrante e refugiado, uma recepção regular e documentada para que o mesmo seja capaz de se desenvolver econômica, social, esportiva e tecnologicamente, e, ainda, que possa ser incluído produtivamente através das políticas públicas regidas no país.

Ademais, a Constituição Federal do Brasil de 1988 garante, à população migrante, em seus artigos 5º e 6º, o mesmo direito legal da sociedade nativa, como livre acesso à saúde, segurança, educação e jurisdição. Além disso, é direito dessa população usufruir do livre arbítrio quanto às suas crenças, cultura e liberdade individual (BOBBIO, 1992).

No momento atual, a nacionalidade está vinculada diretamente aos conceitos de política e jurídico, e sua ação direta ao Estado que rege a sociedade, visto que o mesmo é, segundo Kelsen (1979), a principal fonte de direitos humanos considerado fundamental para cidadania. Entretanto, o questionamento acerca da falta de flexibilidade das legalizações dos direitos políticos de migrantes e refugiados é atual e perpétua, desde a época pós guerra, visto que a população estrangeira obteve seus direitos básicos circunscritos pela soberania nacional.

Todavia, tendo em vista a relevância dos direitos básicos e políticos para vivência de todo e qualquer sujeito, independentemente de sua residência atual, sendo ela natural ou não, a atual situação não favorece a população migrante e refugiada.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL E ASSISTÊNCIA AOS MIGRANTES E REFUGIADOS

O Sistema Único de Saúde do Brasil, criado há mais de duas décadas, tem suas facilidades no quesito teórico, quando abordado em leis e oferecido às populações vulneráveis. Entretanto, o obstáculo da desigualdade social vigente entre os países corrobora para o desequilíbrio de direitos humanitários dos migrantes e refugiados que tentam acessar o SUS, razão por que a realidade mostra sujeitos subnutridos, com doenças infecciosas e transtornos psicossociais (CARBALLO; NERUKAR, 2001).

A Constituição Brasileira prega, em seu artigo 5º, a equidade entre os nativos e estrangeiros presentes, porém, toda dificuldade descrita neste artigo, conforme exposto por Casteñeda (2010), demonstra, na realidade, diferenças acentuadas no que tange à cultura e língua dos países nativos e os recém-chegados à nova realidade, ratificando uma barreira entre o cidadão e o acesso ao Sus.

O acesso livre e igualitário ao serviço de saúde pública brasileiro, garantido pelo artigo 196 da Constituição Federal de 1988, ratifica os direitos de saúde e serviços prestados para todo e qualquer sujeito, soberanos à sua natureza cultural, econômica, física ou judicial. Porém, existem pontos negligentes quanto ao serviço prestado à população visitante ou futura residente, haja vista que a falta de informação sobre as particularidades e funcionamento dos trabalhos

da saúde, juntamente com a discrepância cultural e linguística, e o local de residência, provisório ou não, sancionam a prática de direito básico garantido por lei (PAIM; SILVA, 2010).

Por fim, considerando a relevância do acesso ao sistema de saúde pública do Brasil para toda a população, inclusive os migrantes e refugiados; tendo em vista que muitos alegam, em pesquisas, que sua primeira documentação regulamentada ao chegar ao país, seja a Carteira Nacional de Saúde, a recepção por parte dos agentes de saúde caracteriza-se pela falta de conhecimento em relação ao idioma, discriminação e falta de dados essenciais para o futuro atendimento e estadia segura da população (AGUIAR; NEVES; LIRA, 2015; IPEA, 2015; WALDMAN, 2011). Desse modo, ratifica-se a realidade demonstrada na Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil, a qual aponta que 62,5% dessa população apresenta conflitos e carência de assistência pública (IPEA, 2015, p. 126).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de migração e refúgio no país e no estado de Mato Grosso do Sul tem sua base teórica bem formulada e creditada em diversas literaturas, conforme descritas neste artigo. Entretanto, a realidade também descrita e considerada contrária a toda a base teórica, traz à tona a negligência de postura profissional e estatal, em relação ao cumprimento de noções básicas de saúde que deveria vir a ser universal.

Com a escolha de tema e recorte geográfico voltado ao território Sul Mato-grossense e a literatura sobre os processos migratórios, foi possível ter noção e ratificação do fluxo de visitantes e novos moradores presentes no estado, desde o século passado ao atual momento. Tal embasamento torna-se importante, tendo em vista os processos

iniciais de repartição do estado e evolução econômica vigente, que, ao promover a estabilidade financeira e aumento da qualidade de vida, trouxe um grande número de migrantes e refugiados.

Entretanto, a certificação de um país e estado economicamente estável é feita, ao longo do texto, por autores que asseguram, através de fontes seguras, como o IPEA (2015), fatores e dados contrários à visão utópica de qualidade de vida e recepção, no Brasil e no estado, haja vista que a população migrante e refugiada segue encarando falta de informações, de profissionais qualificados para o atendimento básico e até mesmo situações precárias de higiene básica.

Por fim, este estudo ressalta a importância de ações estatais de revisão das políticas públicas vigentes que visam a recepção e novo lar de diversos sujeitos que escolhem ou precisam de refúgio por motivos variados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, B.; NEVES, H.; LIRA, M. 2015. Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo. *Boletim CEInfo Análise*, São Paulo, ano X, n. 13.

BAUMAN, S. *Estranhos à nossa porta*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, 119 p.

BECKER, B.; EGLER, C. *Brasil: uma nova potência regional na economia mundo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BIAGIONI, D. *Mobilidade social e migração interna no Brasil*. Rio de Janeiro, 2010. RJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.flch.usp.br/centrodametropole/antigo/stat/ic/uploads/daniel_biagioni.pdf.

BÓGUS, L.; FABIANO, M. L. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula*, PUC SP, n. 18, p. 126-145. São Paulo: 2015.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010, de Mato Grosso do Sul.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. *Lei do refugiado*, Brasília, DF, jun. 1997.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. *Lei de migração*. Brasília: Governo Federal, mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007- 2020)*. Brasília, 2007.

CARBALLO, M.; NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. *Emerging Infectious Diseases*, v.7, n.3, p.556-560. 2001.

CORREA, A. de S. et al. Fluxos migratórios no estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 325-341, Junho 2018.

CUNHA, J. M. P. da. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. *Cadernos de Demografia*, Brasília, n. 4, p. 25-79, out. 1997.

DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e Saúde. In: Dias, S. (Org.). *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*. Setembro 2007, nº 1, Lisboa: ACIDI, pp. 15-26.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Le comum urbain et rural: le cas de la région Ouest du Paraná au Brésil. *79º Congrès de l'ACFAS*. Sherbrook: ACFAS, 2011.

FIGUEREDO L. O.; ZANELATTO, J. Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum*. Humam and Social Sciences, Maringá, v. 39, n. 1, p. 77-90, Jan.-Apr., 2017.

GRANADA, D. et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 285-296, Junho 2017.

GILL, A. C. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, K.; VENTURA, M. Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 123-129, mar. 2017.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. *Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1997.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Migrantes, apátridas e refugiados*: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ipea; Ministério da Justiça, 2015. (Série Pensando o Direito, n. 57).

JARDIM, T. D. M. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília, v.12, n.12, p. 17-46, dez. 2017.

LAVINAS, L. A agro-urbanização da fronteira. In: LAVINAS, L. (org.). *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, v.1, 1986. (Série Monográfica, 5).

LANE, S. T. M. Trabalho e classe social. In: _____. *O que é psicologia social*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 55-66.

LEÃO, L. H. C. et al. Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, p. 1-7, 2017.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saude soc.*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, jan. 2018.

MARTINE, G. Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*. v. 19. n. 3. 2005, jul/set, p. 3-22.

MILESI, R.; LACERDA, R. (orgs.). *Políticas públicas para las migraciones internacionales*: migrantes y refugiados. 2. ed. Brasília, 2007, 112 p.

MILES, R.; CARLET, F. *Refugiados e políticas públicas*: pela solidariedade, contra a exploração. ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *O sistema público de saúde Brasileiro*. Brasília-DF, agosto de 2002.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico*: a pesquisa bibliográfica. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abril. 2007.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudoeste ao longo do século XX. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-31, jan./jun. 2011.

NOLASCO, C. *Migrações internacionais*: conceitos, tipologia e teorias. Universidade de Coimbra, Oficina do CES, n. 434. Coimbra, 2016, 29 p. OIM, ONU MIGRAÇÃO. OIM Brasil, Junho 2018.

PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da. Universalidade, integralidade, equidade e SUS. BIS, *Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2010.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 2333, 2005.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, agosto de 2006.

RAMOS, M. C. P. Globalização e multiculturalismo. *Rev Eletron Inter-Legere*, 2013; 13:75-101

RODRIGUES, L. Mato Grosso do Sul já recebeu 71,7 mil imigrantes neste ano. *Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul. 2018.

SANTOS, F. V. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 477-494, 2016.

OLIVEIRA, T. C. M. *Agroindústria e reprodução do espaço*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

VENDRAMINI, C. R. Uma categoria na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio de 2018.

ZIMMERMAN, C.; KISS, L.; HOSSAIN, M. Migration and health: a framework for 21st century policy-making. *PLoS Med*, San Francisco, v. 8, n. 5, 2011. Não paginado.

12

Maria Cecília de Oliveira Moraes

Krisley Amorim de Araújo

Saúde nutricional de migrantes e refugiados em Mato Grosso do Sul

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.246-270

INTRODUÇÃO

Todo ser humano possui o direito a ter uma alimentação de qualidade, conforme sua perspectiva de saúde, respeito à cultura, à sustentabilidade econômica, ambiental e social. A alimentação e a nutrição são questões globais e de extrema relevância para a saúde pública (GUERRA *et al*, 2019).

Os migrantes e refugiados que se inserem em um novo país precisam enfrentar inúmeras dificuldades, que contribuem para a piora da saúde, a adaptação a um estilo de vida não habitual da migração e a aculturação, fatores que influenciam a saúde deste público. As mudanças na alimentação e exercícios podem desencadear problemas como a obesidade ou a subnutrição, além da carência de vitaminas e minerais que estes enfrentam por terem pouco ou quase nenhum acesso à saúde (PADILLA, 2013).

O Brasil se destaca como um país que recebe muitos migrantes e refugiados, a sua redemocratização e a presença mais ativa em organizações e instituições de proteção a esta população contribuem para a procura do país para a moradia. (SILVA; SERPA, 2019). Ademais, a região Centro-Oeste, mais especificamente, o estado do Mato Grosso do Sul é identificado como um dos principais pontos de entrada e saída de migrantes, assim como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul (DALAGO; RODRIGUES, 2019).

Destaca-se que os imigrantes são ainda vistos como pessoas saudáveis, pois por enfrentarem inúmeras dificuldades possuem uma imagem de fortes e resistentes, ao passo que em outros contextos são vistos como portadores de doenças e considerados ameaças para a saúde pública da população. Ainda sim existe muito preconceito com este grupo, entretanto, esta visão não abrange a visão integral do migrante como pessoa e a saúde como parte integrante do indivíduo

(PADILLA, 2013). Desta forma não se pode falar sobre a população migrante e refugiada sem destacar a saúde e está se torna parte fundamental no processo de integração dos imigrantes, pois se demonstra em todos os aspectos de sua vida.

Diante disso, o artigo tem por objetivo revisar os principais problemas relacionados a alimentação e a nutrição de migrantes e refugiados, no estado de Mato Grosso do Sul, além de verificar a relação entre a condição nutricional de refugiados e a desigualdade no país.

Devido à pandemia de COVID 19, não foi possível fazer a pesquisa com uma pessoa da área do atendimento à população refugiada e, assim alterou-se a metodologia e a mesma foi constituída por pesquisa qualitativa e a coleta de dados se deu por meio de artigos, documentos oficiais e notícias com os seguintes termos para busca: alimentação, refúgio e saúde pública.

PANORAMA DA MIGRAÇÃO E DO REFÚGIO EM MATO GROSSO DO SUL

A Organização Internacional para Migrações (OIM) define migrações como um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, com a inclusão de refugiados, deslocados e migrantes econômicos. Tratando-se do processo de travessia de uma fronteira internacional ou de um Estado.

A definição de refugiados é diferente, pelo Protocolo do Estatuto de Refugiados de 1967, refugiado é aquele que sofre temor de perseguição, seja por raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas, entre outros. Pela Convenção de 1951, o refúgio é caracterizado como instituto de proteção jurídica na esfera do direito internacional, trata-se de uma questão humanitária em decorrência de temor, perseguição e possível dano a integridade física (DELFIM, 2017).

O Brasil se destaca como um país que recebe muitos migrantes e refugiados, por sua redemocratização e a presença mais ativa em organizações e instituições de proteção a esta população. Ainda, por ser considerado um país com dimensões continentais, o país recebe os grupos de migrantes e refugiados através das fronteiras secas (SILVA; SERPA, 2019).

A Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (2018) aponta que o Brasil tem demonstrado enorme crescimento de destino para imigrantes em busca de sobrevivência, o aumento do pedido de refúgio no país está ligado ao país possuir o pedido de refúgio como o modo mais seguro para que migrantes de algumas partes do mundo entrem regularmente ao país, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. A mesma reconhece como refugiado indivíduos que fogem de seu país por perseguições religiosas, opiniões políticas, assim como as que buscam segurança decorrente de grave e generalizada violação de direitos humanos.

A região Centro-Oeste, mais especificamente, o estado do Mato Grosso do Sul é identificado como um dos principais pontos de entrada e saída de migrantes, assim como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Aproximadamente 70 mil pessoas ingressaram no Brasil por Mato Grosso do Sul até julho de 2019, em 2017 foram 99.104 imigrantes. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) registra cerca de 4.500 haitianos refugiados no estado. O número chega a 1.500 migrantes na capital Campo Grande (DALAGO; RODRIGUES, 2019).

A população de migrantes que se inserem no estado do Mato Grosso do Sul, é expressiva, segundo dados da OIM (2011) havia 108.526 brasileiros no Paraguai em 1992 e 81.592 em 2002, ao passo que havia 10.726 paraguaios no Brasil entre 1986 e 1991 e 25.446 entre 1995 e 2000 (ARAUJO; COIMBRA, 2015).

Os municípios de entrada do Estado, conhecidos como locais de passagem são: Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Porto Murtinho, Mun-

do Novo, bem próximos da fronteira com Paraguai e Bolívia. Diante disto, existe certa dinâmica de mobilidade humana dessas cidades fronteiriças, ressalta-se Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil), e na fronteira de Corumbá com a Bolívia, principalmente migrantes da América Latina (bolivianos, paraguaios e haitianos); entre estes se encontram refugiados e solicitantes de refúgio (SILVA; SERPA, 2019).

O Estado de Mato Grosso do Sul é evidenciado apenas como um ponto de passagem, mesmo que seja um estado geograficamente próximo a duas fronteiras Paraguai e Bolívia, o Estado possui a economia voltada a agronegócios e não possui muitas indústrias, desencadeando poucas oportunidades de trabalho. Desta forma, refugiados seguem para outros centros, mas ainda, permanecem no Estado os refugiados que possuem alguma relação social que auxilie a adaptação (SOARES; SOUZA, 2018).

Soares e Souza (2018) ressaltam que o Centro-Oeste é considerado uma região intermediária atrás da região sudeste e região sul para pessoas refugiadas, pois é a região onde se concentra o grande ponto de concentração que é Brasília, nos quais se encontram poderes da República e o órgão brasileiro, o qual delibera o reconhecimento de condição de refúgio do ponto de vista jurídico e administrativo. Ademais existe uma ONG (Organização Não Governamental) e o IMDH (Instituto de Migrações de Direitos Humanos) que ajuda a ONU no Brasil a identificar e receber refugiados, desta forma muitos migram à Brasília para obterem este auxílio.

Os países sul-americanos, Paraguai e Bolívia, possuem uma extensa fronteira com o Mato Grosso do Sul, correspondendo à 44 municípios do Estado, situando-se nesta faixa de fronteira. O Estado corresponde ao destino final para alguns migrantes internacionais, mas na maioria das situações, caracteriza-se como apenas região de passagem para outros Estados com maiores condições econômicas, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília. Essa população de imi-

grantes, em sua maioria, é composta por nacionalidade paraguaia ou boliviana e, em menor escala, haitianos, colombianos, bengalis e africanos (SILVA; SERPA, 2019).

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (2019) aponta que o Estado, ainda tem registrado um fluxo crescente de imigrantes haitianos, que chegam com a esperança de condições melhores de vida, oportunidades de emprego e, a maioria, é absorvida por empresas ligadas à construção civil.

Goettert e Jesus (2017) descrevem que a migração de haitianos para o Brasil tem início em 2010, devido ao violento terremoto na região da capital, Porto Príncipe. Ao entrarem no Brasil, através de estados do Acre e Amazonas, atualmente principalmente por São Paulo, de acordo com a concessão de vistos nas embaixadas brasileiras de Porto Príncipe, Quito e Lima, os haitianos passaram a implementar grande mobilidade em Estados e cidades do país e, desta forma, no estado de Mato Grosso do Sul, que desde os primeiros meses de 2010 já havia recebido muitos haitianos.

Os primeiros relatos da presença de haitianos no Brasil são observados na cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul na fronteira com a Bolívia, ainda em 2010 chegaram haitianos em Campo Grande e em 2013 nas cidades de Dourados, Três Lagoas e Itaquiraí (GOETTERT; JESUS, 2017).

De acordo com Goettert e Jesus (2017) um dos grandes destaques para a procura de haitianos nas cidades de Mato Grosso do Sul é o papel das redes de relações sociais. Durante 2016, muitos postos de trabalho foram fechados, principalmente de construção civil, entretanto, ainda era notável a chegada de haitianos nas cidades sul-mato-grossenses. Isso devido a familiares e amigos que estabeleciam pontes de apoio fundamentais no processo migratório. O autor ressalta

que centros de acolhidas, associações e igrejas desempenham importantes ferramentas nas redes migratórias.

Outro grupo que ganha destaque para a chegada em Mato Grosso do Sul é a crise humanitária que se agravou na Venezuela e desencadeou em um grupo maior que cem venezuelanos, vindos de Boa Vista, Roraima. Os refugiados se instalaram na cidade de Dourados, a 233 km da capital Campo Grande, os refugiados serão assegurados por ajuda financeira concedida a partir da assessoria da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) para que se estabeleçam na cidade de Dourados e possam suprir suas necessidades básicas no primeiro mês de realocação (FREITAS, 2019).

Estatísticas da Polícia Federal, de até metade de 2017, estimam em torno de 22.280 imigrantes internacionais inseridos no Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCARE), deste número não houve diferenciação muito evidente referente aos métodos de entrada utilizados, desta forma o Estado do Mato Grosso do Sul se estabelece na oitava posição no ranking do IBGE que indica a quantidade de estrangeiros por estado no país. E ainda, conforme estatística da Polícia Federal, em torno de 2,2% da população do Estado é formada por migrantes, com mais de 60% destes residentes nas cidades de Campo Grande, Ponta Porã, Dourados e Três Lagoas (SILVA; SERPA, 2019).

Os migrantes e refugiados que residem em Campo Grande encontram dificuldades ao deixarem seu país de origem, de onde saíram por motivos econômicos, políticos ou ambientais. Ademais, relatam que os problemas permanecem depois que se inseriram ao Brasil, por dificuldades como regularização, burocracia, o idioma e a retirada do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) (DALAGO; TAVARES, 2019).

Em busca de minimizar o sofrimento desse público, a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEDHAST), a partir

de sua Superintendência de Assistência Social e Direitos Humanos, junto a parlamentos, sociedade civil e universidades, inaugura o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas de Mato Grosso do Sul (CERMA-MS), oficializado em 2016, com objetivo de acolher pessoas, de diferentes partes do mundo, que chegam ao estado em busca de refúgio, e na maioria das vezes, em um estado de completa vulnerabilidade. Isso ocorre principalmente pelas fronteiras do Brasil com Paraguai (Pero-Juan Caballero-Ponta Porã) e Bolívia (Puerto-Quijarro-Corumbá) (SOARES; SOUZA, 2018).

SAÚDE NUTRICIONAL EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO

A adaptação a um estilo de vida não habitual da migração e a aculturação, são fatores que influenciam a saúde de migrantes. Os padrões da ingestão de álcool, tabaco e drogas, ou apenas mudanças na alimentação e exercícios, podem desencadear problemas como a obesidade ou a subnutrição (PADILLA, 2013). A saúde, conforme a ACNUR (2007) é determinada por condições multifatoriais, fatores econômicos, históricos, culturais e do próprio indivíduo, como a hereditariedade genética.

Quando se trata de migrantes, estes são vistos como pessoas saudáveis, pois são representados como fortes e resistentes, ao passo que em outros contextos são vistos como portadores de doenças e considerados ameaças para a saúde pública da população. Mas estas interpretações não possuem uma visão integral do migrante como pessoa, em que a saúde representa parte da integração do indivíduo (PADILLA, 2013).

A saúde se torna parte fundamental no processo de integração dos imigrantes, pois se demonstra em todos os aspectos de sua vida. Inclui situações como, ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, e ainda, os cuidados em saúde, acesso aos serviços, tratamento e reabilitação (PADILLA, 2013).

O protocolo de assistência a migrantes em situação de vulnerabilidade (2018) descreve que muitos migrantes apresentam desnutrição, antes mesmo de ocorrer a migração, durante o trânsito ou em sua atual localização. Crianças, grávidas, lactantes e idosos devem receber atenção especial, pois a nutrição inadequada pode desencadear efeitos prejudiciais sobre a saúde e qualidade de vida.

De acordo com a UNICEF (2018) Um dos sérios problemas que estes encaram é a saúde nutricional, muitos sofrem com a desnutrição e enfrentam causas como a falta de água potável, higiene, vacinas e muitas das vezes não tem nem o que se alimentar. Conforme o Ministério da Saúde (2016) a desnutrição é definida como uma condição clínica de deficiência ou excesso de um ou mais nutrientes com uma alimentação quantitativa ou qualitativamente insuficiente em calorias e nutrientes. Assim, a desnutrição se destaca como uma das principais doenças que acometem os refugiados.

Diversas instituições internacionais têm produzido orientações para intervenção alimentar e nutricional direcionadas para populações de migrantes e refugiados, conforme algumas evidências científicas e experiências, como documentos desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Alto Comissariado das Nações Unidas (AC-NUR), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Programa Alimentar Mundial (WFP) e *Sphere Project* (VALDIVIESO ET AL, 2015).

A alimentação é uma questão fundamental para a manutenção da vida, tanto na condição de saúde, quanto a aspectos relacionados

às relações sociais e culturais. Desta forma, destacam-se vulnerabilidades de migrantes e refugiados, como exclusão, o preconceito, a baixa variedade de alimentos, ausência de direitos e a dificuldade em acessar os serviços de saúde (ELERO *et al*, 2018).

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos humanos, de 1948, declara o alimento como uma necessidade básica. Em 1798, Thomas Malthus via a questão da alimentação como um problema, diante do crescimento populacional em relação com a capacidade produtiva. Entretanto, a produção agrícola global desempenhou uma produtividade eficaz para alimentar toda a população, mas, ainda assim, existem fatores relacionados à fome e segurança alimentar das populações (GUERRA *et al*, 2019).

A respeito da alimentação dos refugiados, leva-se em conta que o alimento tem relação com identidade e território. Pois a comida representa um ato social de costumes, condutas e situações. O alimento é moldável a mudanças e os migrantes apresentam estratégias para recriação de um ambiente familiar, longe de um ambiente hostil e o integrando com a interação de valores, crenças e identidades sociais (SILVA; PASQUALI, 2016).

A Segurança Alimentar tem seu conceito desenvolvido, após a Declaração da Cúpula Mundial de Alimentação, em 2002 (GUERRA ET AL, 2019). A Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), sancionado em 2006, demonstra uma concepção abrangente e intersetorial atrelada ao princípio de direito da pessoa humana à alimentação e soberania alimentar.

Os refugiados são os que mais apresentam vulnerabilidades em relação à insegurança alimentar, por não serem cidadãos dos países em que foram asilados. Muitas vezes tem acesso limitado ou nenhum à terra, ademais, na maioria das situações, são excluídos de terem

acesso à sistemas nacionais de saúde e de nutrição. (WILKINSON; GATCHELL; SPIEGEL, 2016).

Grande parte, da população dos refugiados dependem da assistência alimentar que o Programa Nacional de Alimentos (PMA) oferta, com mais de cinco milhões de refugiados apresentados em fevereiro de 2016. Entretanto devido a baixas verbas destinadas a PMA, desencadearam corte das rações alimentares de 61% dos refugiados (3,4 milhões) em 20 países. Os alimentos fortificados e enriquecidos em nutrientes estão entre os primeiros a serem cortados, por apresentarem maior custo (WILKINSON; GATCHELL; SPIEGEL, 2016).

O conceito de Segurança Alimentar Nutricional, de acordo com a Lei nº 11.346 define que todo mundo tem direito a uma alimentação digna, saudável, de qualidade, acessível, com quantidades suficientes. E deve, portanto, ser baseada em práticas alimentares promotoras de saúde com respeito a características individuais e culturais de cada região.

Já o termo insegurança alimentar e nutricional é determinada por problemas como fome, doenças decorrentes da má alimentação, ingestão de alimentos com qualidade prejudicial à saúde e a imposição de padrões alimentares que não respeitam determinadas culturas.

Em 2015, a Revista da ONU, publicou que o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, alertou que milhões de pessoas estão enfrentando pobreza e dificuldades, condição que requer soluções baseadas em justiça social e oportunidades econômicas, salientando para o desenvolvimento rural e a Segurança Alimentar, tais estratégias são de extrema importância para a resposta global à crise dos refugiados.

No estudo de Guerra et al (2019) foi utilizado como método do estudo, a revisão de escopo, em que foram examinados estudos, a partir do mapeamento, levando a sintetizar, propagar dados e identifi-

cá-los. A pergunta da pesquisa, em questão, foi: “Quais as implicações da migração internacional forçada no alimento e nutrição dos refugiados?”. Os dados da pesquisa foram obtidos por: PubMed, LILACS (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), Scielo (Scientific Electronic Library Online WEB OF SCIENCE), Science Direct e MEDLINE. Ao analisar os refugiados do Canadá, Austrália e Estados Unidos, encontra-se desnutrição e deficiências nutricionais nas diversas faixas etárias, nas quais as principais deficiências destacam-se a vitamina D e vitamina B12. As formas de desnutrição, indicadas pelo estudo, são: sobrepeso, obesidade, dislipidemia, atraso no crescimento e baixo peso (GUERRA *et al*, 2019).

Neste estudo, demonstra-se alta prevalência de anemia e deficiência de ferro em gestantes que residem Campo Maele, podendo esta deficiência estar associada à infecção por helmintos ou deficiência, relacionadas a outros micronutrientes, nas quais as condições de higiene são precárias e famílias compartilham o mesmo sanitário (GUERRA *et al*, 2019).

Uma matéria publicada pelas Nações Unidas Brasil (2016) destaca que a situação de segurança alimentar e nutricional em muitas áreas são preocupantes, principalmente em Alto Nilo, região em que consta com quatro campos de refugiados e a maior população de refugiados do Sudão de Sul.

A ACNUR, em 2015, mediu a má nutrição aguda de 93 campos de refugiados (apresentando 336.000 crianças de seis a 59 meses de idade), 54 (58%) acima do que a ACNUR recomenda, menos de 10% de desnutrição global aguda (DGA), e 21 campos (22,6%) acima do limiar de emergência, maior ou igual a 15% (WILKINSON; GATCHELL; SPIEGEL, 2016).

As crianças, entre seis a 59 meses, apresentam a taxa de atraso no crescimento ao padrão de menos de 20% em 13 campos (14%), e

em 65 campos (69,9%) com prevalência acima do nível crítico, maior ou igual a 30%. Em relação a anemia, a prevalência constou com o padrão menor que 20% em apenas seis de 90 campos (6,7%) e 33 dos 90 campos (36,7%) abaixo do nível crítico menor que 40% (WILKINSON; GATCHELL; SPIEGEL, 2016).

Estas deficiências nutricionais e a desnutrição possuem relação à insegurança alimentar do país, nutrição insuficiente, ingestão inadequada de alimentos de origem animal e a transição da alimentação na qual estão sujeitos (GUERRA *et al*, 2019).

As crianças, entre 0 e 5 anos devem ter prioridade para realização da avaliação do estado nutricional. As medidas antropométricas, como: peso, altura, comprimento da cintura e do braço, são de extrema importância para que se trace um diagnóstico do estado nutricional e para avaliação do risco de determinadas doenças. (VALDIVIESSO *et al*, 2015).

Na análise, da pesquisa de Guerra *et al* (2019) participaram 982 crianças refugiadas, entre 0 e 10 anos, que residem no estado de Washington, EUA. Destas mostrou-se a prevalência de 44,9% com desnutrição. Dentre os estados de desnutrição analisados, 17,3% com baixo peso para a idade, 20,1% com retardo de crescimento para a idade, 7,6% acima do peso e 5,9% apresentavam obesidade.

As carências de micronutrientes acometem quase que a população mundial, entretanto na população em situações de emergência, este aspecto está particularmente presente. O indicador de carência de micronutrientes está fortemente relacionado com a diminuição da disponibilidade geográfica e a questão da alimentação pouco variada e pobre, ainda mais de hortaliças e cereais integrais. Prevalências de carências de micronutrientes apresentam riscos de saúde pública e são justificadas por intervenções populacionais (VALDIVIESSO *et al*, 2015).

O ACNUR e seus parceiros apresentam como um de seus principais desafios, a avaliação e o apoio à nutrição e serviços básicos para populações que não estão em campos, por dificuldades no estabelecimento e contato direto com refugiados, junto com as populações locais. Nestes casos, o ACNUR conta com autoridades e parcerias para facilitar o acesso a serviços nacionais de saúde e nutrição (WILKINSON; GATCHELL; SPIEGEL, 2016).

Torna-se um desafio para os migrantes residirem em um novo local, estes carregam consigo práticas alimentares, juntamente com seus valores sociais, e seus conhecimentos, e deixam o meio sensorial familiar, que faz parte de suas integrações sociais. É uma tentativa para trazerem conforto e sensação de familiaridade, além de manifestar possíveis vínculos com o Brasil, tentar reproduzir sensorialidade ou adquirirem a novos sabores do país que passam a residir (ASSUNÇÃO, 2011).

Ao se tratar na formação do sujeito individual, Vygotsky destaca como a cultura e o social, através da história influenciam de maneira determinante para a constituição do sujeito. E desta forma, a constituição do sujeito ocorre pela interação humana e que o sujeito não se dilui em outro nem se perde no social, mas conseguem singularidades na relação com o outro, em relação ao outro, e esse outro se trata de uma complexidade que se apresenta e se representa de diferentes modos (ROSSETTO; BRABO, 2009). Segundo análise de Góes (2000) este leva em consideração as transformações na infância e na idade adulta, ressaltando ainda a importância de ser considerado os indicadores da história social (dos acontecimentos dos séculos e das populações)

Não se pode falar de sujeito sem reconhecer o papel da cultura na temática, para Rey e Bizerril (2015) a cultura é um elemento simbólico público que faz parte do universo das práticas e experiências coletivas, inclusive no domínio da motricidade e do sensorio, e se trata, ainda, de um sistema caótico, tanto de objeto de disputa quanto capaz

de consenso provisório e passível de transformações por experiências interculturais e individuais e coletivas.

A cultura é um elemento imprescindível na constituição do indivíduo, cada sociedade em determinado período produziu suas práticas de saúde para se encaixar em suas expressões culturais. “E assim, as práticas de saúde foram relacionadas a ritos místicos e religiosos, e ainda continuam presentes até hoje em algumas populações em todos os países do mundo” (REY; BIZERRIL, 2015, p. 9). E por isto compreender a cultura do sujeito é tão importante para pensar na saúde do sujeito refugiado, bem como sua história e história social de seu país.

Desta forma, a atuação nutricional se torna imprescindível à população em situação de refúgio, cabe ao nutricionista que sua atuação seja multicultural de forma que: avalie a aceitação e adequação dos alimentos ofertados, por parte da população; respeite e entenda os aspectos culturais, sociais e religiosos e garanta que os alimentos oferecidos não entrem em conflito com tradições da população em questão; substitua, quando necessário, alimentos restritos por alimentos em quesitos nutricionais semelhantes (VALDIVIESSO ET AL, 2015).

Os caminhos que os migrantes e refugiados percorrem nem sempre são favoráveis à suas condições de saúde. O adoecimento no processo migratório, os modos de vida e os modos de lidar com a saúde e doença contribuem para o desenvolvimento de preocupações do processo saúde-doença-cuidados entre os migrantes e refugiados (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

De acordo com a uma matéria da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (2018) o ACNUR ressalta que doenças como anemias e problemas como o crescimento de crianças são situações preocupantes. A Venezuela tem demonstrado o ressurgimento de algumas doenças infecciosas como sarampo, difteria, entre outras. E ainda, muitos chegam ao Brasil com a imunidade baixa, devido principalmente à desnutrição.

A respeito da saúde nutricional de migrantes e refugiados, a Revista Veja (2018) informa que o êxodo de venezuelanos desencadeou uma ajuda emergencial da ONU de nove milhões de dólares para 16 países da América Latina e Caribe. O Brasil recebeu um pouco mais de 85.000 e a maioria encontra-se no estado de Roraima. A revista registrou também que 70% tinham acesso aos serviços de saúde, porém 60% não possuíam acesso à água potável e 40% acesso à água para cozinhar ou para utilização na higiene pessoal no município de São Paulo, ações dentro do SUS mostram a mobilização de agentes comunitários oriundos de grupos de migrantes de países como: Bolívia, Cuba, África do Sul, Congo, Espanha, Nigéria, Portugal e Serra Leoa. Em 2016 ações promovidas em São Paulo confirmaram a Lei Municipal para Imigrantes e Refugiados, desenvolvendo um conjunto de intenções e experiências já desenvolvidas com essa população (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

ATUAÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE FRENTE A SAÚDE NUTRICIONAL DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM MATO GROSSO DO SUL

O Brasil tem conquistado importantes avanços sociais para a população, principalmente no que tange a saúde, como garantia ao direito, aos serviços sociais básicos de políticas públicas, o direito à alimentação de qualidade, o combate à fome e a miséria e melhores indicadores de segurança alimentar e nutricional (GUERRA ET AL, 2019) nesta linha serão mencionados alguns Programas que o Governo Estadual do estado do MS possui no que tange a segurança alimentar e de que forma as populações vulneráveis são mencionadas.

O principal instrumento de Política sobre segurança alimentar e nutricional é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nele se dispõem ações do governo federal de respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada para todas as pessoas do Brasil. Também, um de seus princípios é a soberania alimentar, a qual pressupõe o respeito a diversidade cultural, o desenvolvimento de prática alimentares ambientais e sustentáveis socialmente econômica e o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar por meio da produção de alimentos saudáveis e acessíveis (BRASIL, 2013).

Um dos objetivos do plano é a ampliação das condições de acesso à alimentação adequada para famílias mais vulneráveis, com o provimento de refeições e de alimentos e a distribuição a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades e se refere a um fortalecimento de um trabalho intersectorial de ações voltadas a área de segurança alimentar e nutricional, com propostas de estratégias nas quais serão ampliadas em locais onde há maior situações de insegurança alimentar (BRASIL, 2006).

Como uma das iniciativas destaca-se: a implantação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, bancos de alimentos); aquisição de alimentos, para composição e distribuição de alimentos culturalmente referenciados a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar a famílias em situações de emergência e a destinação de alimentos comprados no âmbito do Programa de aquisição de alimentos para o atendimento a famílias vulneráveis por meio da rede de assistência social ou de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2006).

De acordo com a Câmara interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (2015) Um dos grandes desafios deste programa está relacionado ao enfrentamento de desigualdades econômicas, como o enfrentado por povos indígenas, quilombolas e refugiados e a construção de políticas públicas que atinjam diretamente essas pes-

soas e grupos específicos. O Mato Grosso do Sul tem reduzido mais de 50% nos últimos anos a pobreza e a miséria, entretanto 30% ainda sofre com a insegurança alimentar. Para tal solução deve haver um engajamento de todos os setores do governo da sociedade civil organizada.

A Vigilância Alimentar e Nutricional faz parte de uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e essencial para a atenção nutricional no SUS para a organização e gestão dos cuidados em alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde e tem como objetivo a análise da situação de saúde da população para a organização e execução de práticas adequadas ao enfrentamento de problemas existentes (BRASIL, 2016)

A Vigilância Alimentar foi concebida na década de 70 e tem como objetivo promover informações a respeito das condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam, assim esta irá fornecer como base para decisões por parte das autoridades por políticas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria de padrões do consumo e do estado alimentar (BRASIL, 2016).

Desta forma todos os registros de antropometria e de marcadores de consumo alimentar, identificados com o Cartão Nacional de Saúde (CNS), do e-SUS, que é uma estratégia do Ministério da Saúde com o intuito de estabelecer um modelo integrado de informações, a partir da unificação da digitação nos serviços de Atenção Básica, integram a base de dados, respeitando o cronograma de envio de dados por equipes de Atenção Básica para a base nacional de informações para a Atenção Básica (SISAB) (BRASIL, 2016).

A Proteção Social Básica abrange um conjunto de serviços, programas e benefícios para prevenção de situações de vulnerabilidade social e risco pessoal e social são destinados a populações com acesso precário aos serviços públicos, além de serviços socioassistenciais, destaca-se também os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, este pode

garantir a renda de famílias migrantes em condições de equiparação nacionais, para tanto é necessário que os migrantes, sejam incluídos no Cadastro Único de Programas Sociais (BRASIL, 2016).

O Programa Bolsa Família foi desenvolvido, em 2003, pela Secretaria de Renda de Cidadania e contribui para o combate a pobreza e desigualdade social que permeia no Brasil. O programa atende as famílias que vivem em situação de pobreza e para fazer parte do programa é necessária uma renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$178,00 mensais, desde que contenham crianças de 0 a 17 anos (BRASIL, 2004).

Para os refugiados aderirem ao programa é necessário que procurem o Cadastro Único Federal para se inscrever e receberem, este programa tem por finalidade a transferência de renda às famílias em situações de extrema pobreza em todo o Brasil. Para a população de refugiados que procuram o país como busca de refúgio, o programa é um auxílio importante para esta população, que em grande parte das vezes, não possuem renda alguma, entretanto o mais interessante seria que estas pessoas pudessem ter melhor acesso a empregos de qualidade e não dependessem apenas do programa para conseguirem uma forma de renda, nisso destacamos a necessidade de políticas de inclusão no mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva marxista, o trabalho representa:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, [é] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios,

tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p.32-33).

Por meio disso, entende-se a intrínseca relação estabelecida na sociedade capitalista entre trabalho, sobrevivência e reprodução social. Estudos já tem mostrado a redução das desigualdades sociais, a partir dos programas de transferência de renda, condição que promove maior poder aquisitivo das famílias e queda da desnutrição e mortalidade (MARTINS *et al*, 2013). Assim, compreendemos que a saúde é um constructo que está atrelado à condições sociais, econômicas, políticas, regionais, acesso à bens e serviços públicos de qualidade. Com isso, destacamos a relevância de políticas de atenção à saúde nutricional das populações inscritas em condições de vulnerabilidade social e econômica e no presente artigo, enfatizamos a questão dos migrantes e refugiados.

A Estratégia NutriSUS foi lançada em março de 2015 e trata-se da Fortificação da Alimentação Infantil em Micronutrientes (vitaminas e minerais) em Pó, por meio da adição de uma mistura de vitaminas e minerais em uma das refeições diárias ofertadas as crianças de seis a dois anos de idade, embalados, individualmente, em sachês (1g).

O planejamento ocorre em dois ciclos dentro de um ano letivo em creches públicas ou conveniadas ao poder público. Um ciclo se inicia no primeiro semestre e o outro no segundo semestre do ano, com intervalo de três a quatro meses. O sachê (1g) é adicionado diariamente (segunda a sexta-feira) em uma das refeições da criança até fechar o ciclo com 60 sachês, então realiza-se uma pausa de três a quatro meses, e, então inicia-se outro ciclo de 60 dias com a mesma sequência até a criança completar dois anos de idade. A estratégia tem por objetivo prevenir o controle da anemia e de carências nutricionais específicas na infância e garantir o desenvolvimento infantil. A ação está implantada em 1.044 municípios, 6.388 creches e 304.606 crianças, ademais também participam 20 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) com 4.290 crianças indígenas a serem suplementadas.

Todavia, o Brasil possui muitos programas eficazes para o controle e o acesso adequado à alimentação de qualidade, mas ainda assim há a insegurança alimentar em muitos grupos e as conquistas feitas até então se devem graças às políticas públicas em construção com a participação social e de marcos legais que permitem a sua continuidade. Devem ser adotadas a implementação e a melhoria de programas alimentares e nutricionais, os Estados devem buscar o equilíbrio entre o investimento em cultivos comerciais para exportação e o apoio a cultivos alimentares internos. As populações em situação de refúgio ainda não possuem um total acesso a estes programas, o que vale destacar a importância da construção de programas específicos a este grupo em questão.

Ainda que o Brasil possua instituições e formas de acolhimento e saúde para o atendimento de migrantes e refugiados, ainda deve haver muitos avanços, principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul que se mostra despreparado para este público, visando ações para melhores condições de vida, ressaltando especificamente a saúde nutricional e a importância da participação destes profissionais nutricionistas no atendimento desta população, especificamente dentro do SUS.

Também, destaca-se a carência nos documentos de uma política de fortalecimento nutricional que atenda as características e especificidades dos grupos de migrantes e refugiados, considerando a condição de vulnerabilidade social e financeira a qual chegam no país. Ao mesmo tempo a capacitação profissional deve acompanhar o planejamento de programas e projetos inclusivos, abrangentes, participativos, que incorporem elementos culturais dos diferentes povos e culturas existentes em Mato Grosso do Sul e que, sobretudo, garanta o protagonismo da população migrante e refugiada nessa construção, por meio dos Conselhos Municipais e Estaduais, a fim de promover o fortalecimento e o acesso à bens e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão possibilitou conhecer a multidimensionalidade da relação da alimentação com o público de migrantes e refugiados, de acordo com focos temáticos abrangendo a alimentação como um direito humano, além da implementação e a melhoria de programas alimentares e nutricionais que os Estados devem buscar o equilíbrio entre o investimento em cultivos comerciais para exportação e o apoio a cultivos alimentares internos.

Verifica-se que o estado do Mato Grosso do Sul possui um número considerável de migrantes e mesmo que o estado possua políticas que tenham reduzido à pobreza e a miséria, muitos ainda sofrem com a insegurança alimentar, principalmente a população indígena, quilombolas e os refugiados. Além disso, os migrantes e refugiados que residem em Campo Grande encontram dificuldades e dilemas enfrentados ao deixar seu país de origem, de onde saíram por motivos econômicos, políticos ou ambientais e ainda precisam enfrentar problemas que permanecem depois que se inserem ao Brasil, por dificuldades como regularização, burocracia, o idioma e a retirada do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Percebemos nesta pesquisa que o tema é bastante complexo e que há ainda uma insuficiência de dados e referências, desta forma salienta-se para que novas pesquisas sejam feitas, principalmente no campo da saúde pública e da nutrição, para que destaca-se a importância da alimentação como um direito humano e que desta forma haja a promoção de mudanças em debates relacionados a políticas de atenção à saúde nutricional das populações em condições de vulnerabilidade social e econômica, sobretudo o protagonismo ao público de migrantes e refugiados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. P. & COIMBRA, L. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiroço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). *Interações*. 2015.

ASSUNÇÃO, V K. *Onde a comida “não tem gosto”* [tese]: estudo antropológico das práticas alimentares de imigrantes brasileiros em Boston/ Viviane Kraieski de Assunção; orientadora, Carmen Silva Rial. – Florianópolis, SC, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família*. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Lex: coletânea da legislação: edição federal, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *NutriSUS: Caderno de Orientações: Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó*. Brasília, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. *O papel da assistência social no atendimento aos migrantes*. Brasília, 2016.

CAISAN. *I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2015.

DALAGO, G.; RODRIGUES, G. T. *Mato Grosso do Sul é o 4º estado do Brasil com maior número de haitianos*, 2019. Disponível em: <https://primeiranoticia.ufms.br/cidades/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

DELFIN, R. *Histórico, avanços e desafios: reflexões sobre os 20 anos da Lei do Refúgio no Brasil*, 2017. Disponível em <https://migramundo.com/historico-avancos-e-desafios-reflexoes-sobre-os-20-anos-da-lei-do-refugio-no-brasil/>. Acesso em 21 de fev. 2019.

ELERO ET AL. Segurança alimentar de migrantes e refugiados: um desafio biótico. *Revista Brasileira de Bioética*. v 14. 2018.

FREITAS, H. *Fugindo do caos, 123 venezuelanos chegam a MS no fim de semana*. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/fugindo-do-caos-123-venezuelanos-chegam-a-ms-no-fim-de-semana>. Acesso em 16 de julho de 2020.

GÓES, M. C. R. A formação do indivíduo nas relações sociais: Contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. *Educação & Sociedade*. 2000.

GOETTERT, J. D. & JESUS, A. D. Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. *Geografia, ciência e políticas*. 2017.

GREGORI ET AL. Refúgio, migrações e cidadania. *Instituto Migrações e direitos humanos*. 2007.

GUERRA ET AL. Forced international migration for refugee food: a scoping review. *Ciênc. saúde coletiva*. vol. 24 no. 12 Rio de Janeiro. 2019.

MARTIN, D; GOLDBERG, A. & C, SILVEIRA. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 27, p.26-36, 2018.

MARTINS, A.PB.; ET AL. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, v.47, n.6, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica*. Brasília, 2015.

NOTÍCIAS MPT MS. *Refugiados e migrantes*. Disponível em <https://www.prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/987-refugiados-e-migrantes>. Acesso em 16 de julho de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Agência da ONU para refugiados e FAO unem esforços para atender refugiados no Sudão do Sul*, 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-para-refugiados-e-fao-unem-esforcos-para-atender-refugiados-no-sudao-do-sul/>. Acesso em 05 de jun. 2020.

ONUBR. Unicef: *Mais de 28 milhões de crianças foram deslocadas por conflitos em 2015 e estão ameaçadas*, 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/unicef-mais-de-28-milhoes-de-criancas-foram-deslocadas-por-conflitos-em-2015-e-estao-ameacadas/amp/>. Acesso em 21 de fev. 2019.

ONUNews. *FAO: segurança alimentar essencial à resposta global à crise de refugiados*, 2015. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2015/09/1525461-fao-seguranca-alimentar-essencial-resposta-global-crise-de-refugiados>. Acesso em 05 de jun de 2020.

ONUNews. *Unicef alerta para o aumento no número de crianças desnutridas na Venezuela*, 2018. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2018/01/1607971>. Acesso em 21 de fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Protocolo de assistência a migrantes em situação de vulnerabilidades*. Brasília, 2018.

PADILLA, B. Saúde de imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Hum.*, Brasília, n. 40, p. 49-68. 2013.

REY, F. G. & BIZERRIL, J. *Saúde, cultura e subjetividade: Uma referência interdisciplinar*. Brasília: UniCEUB, 2015.

ROSSETTO, E. BRABO, G. A constituição do sujeito e a subjetividade a partir de Vigotski: algumas reflexões. *Travessias*. 2009.

SILVA A. F. & PASQUALLI D. Migração e hábitos alimentares em ambientes educacionais: o caso da tríplice fronteira. *Revista de Educação*. v 2, n 23, Cascavel, jul/dez 2016.

SILVA, C. A. S. & SERPA, P. F. *O fluxo migratório no Estado de Mato Grosso do Sul: recepção dos refugiados e de imigrantes internacionais*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

SOARES, K. G.; SOUZA, F. B. O refúgio e o acesso as políticas públicas de saúde no Brasil. *Trayectorias Humanas Transcontinentales*. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL. *Refugiados: Brasil ainda precisa implementar apoio a políticas públicas para acolher essas pessoas*. Disponível em <https://www.sbmt.org.br/portal/refugees-brazil-still-needs-to-implement-and-support-public-policies-to-welcome-these-people/>. Acesso em 19 de julho de 2020.

UNICEF. *Crise migratória venezuelana no Brasil*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em 06 de setembro de 2020.

VALDIVIESSO, R. ET AL. Acolhimento de refugiados: alimentação e necessidades nutricionais em situações de emergência. Lisboa. *Direção Geral da Saúde*, 2015.

VEJA. *ONU pede US\$ 738 milhões para crise de refugiados da Venezuela*. Disponível em <http://mundo/ONU-pede-us-738milhoes-para-crise-de-refugiados-da-venezuela/amp/>. Acesso em 21 de maio de 2019.

WILKINSON, Caroline; GATCHELL, Valerie; SPIEGEL, Paul. Proteção dos status nutricional dos refugiados na era dos objetivos de desenvolvimento sustentável. In: HADDAD, Lawrence *et al.* *Da promessa ao Impacto: Erradicar a Má Nutrição até 2030*. Washington (EUA). 2016.

13

Pâmella da Silva Aranda

Luciane Pinho de Almeida

Aspectos psicossociais e as dificuldades enfrentadas nos deslocamentos migratórios

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.271-288

INTRODUÇÃO

Os processos sociais implicados nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continente atrelam-se a fenômenos distintos, com grupos sociais diversos e complexas interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, que envolvem os movimentos de pessoas que cruzam fronteira de Estados-nação (BÄCKSTRÖM; CASTRO-PEREIRA, 2012).

A migração é um fenômeno importante para a modernização das sociedades dos países em desenvolvimento como o Brasil. Esse fenômeno pode ser entendido como o deslocamento de pessoas de um lugar para outro em um espaço geográfico, de forma temporária e/ou permanente. Durante as últimas quatro décadas vivenciaram-se mudanças políticas, econômicas e sociais no país; essas mudanças evidenciaram as novas formas, por parte de empresas e Estado, de ressignificar as relações trabalhistas, considerando-se a organização do capital, os meios de produção e as mobilidades (MARANDOLA; HOLZER; OLIVEIRA, 2012).

Outras questões também se correlacionam com os processos migratórios; no tocante ao processo social, por exemplo, a migração pode ser compreendida como um complexo fenômeno que envolve mudança não apenas de endereço (após cruzar a fronteira de uma unidade administrativa), mas, sobretudo, de toda série de contatos socioculturais do indivíduo, em todas as áreas de sua vida.

Nessa perspectiva, este estudo visa apresentar o resultado da pesquisa realizada no Ciclo PIBIC 2019-2020, “Aspectos psicossociais que influenciam nos processos migratórios”, cujo objetivo foi de investigar os aspectos psicossociais e as dificuldades enfrentadas por um migrante em seu deslocamento migratório. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cujo método seguiu a análise de conteúdo dos dados coletados por meio da entrevista.

A coleta desses dados foi realizada no mês de julho de 2020, de forma remota, considerando o momento pandêmico e de isolamento social³⁸. Tendo aceitado o convite para participar da pesquisa, a participante tomou conhecimento do termo de anuência³⁹, a fim de que fosse possível dar andamento à pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada cuja gravação em áudio foi autorizada pela participante. Essa entrevista foi realizada de forma remota, com duração de 35 minutos. A fim de se resguardar a identificação da participante, ao longo deste texto ela será nomeada de **fada**, por se tratar de uma mulher notável pela graça, espírito, bondade e beleza.

O roteiro da entrevista foi organizado em dois eixos: o primeiro, relacionado às migrações e refúgio (atualidades das migrações e dificuldades). No segundo eixo, envolveram-se as questões psicossociais (dificuldades no país de origem, dificuldades na chegada do país de acolhimento e questões do migrante).

Após realizada, a entrevista foi totalmente transcrita e os dados analisados conforme esses dois eixos, iniciando-se, portanto, com os fluxos migratórios nos dias atuais, seguindo-se com as dificuldades observadas na chegada ao destino, e, por fim, os aspectos psicossociais que estão envolvidos no processo migratório.

³⁸ A doença do coronavírus (Covid-19) é uma doença infecciosa causada por um vírus descoberto em dezembro de 2019. O vírus que causa a Covid-19 é transmitido, principalmente, por meio de gotículas que são expelidas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou exala. Essas gotículas são muito pesadas para permanecerem no ar e são rapidamente depositadas em pisos ou superfícies. Uma pessoa pode ser infectada ao inalar o vírus, se estiver próxima de alguém que tenha Covid-19, ou ao tocar em uma superfície contaminada e, em seguida, passar as mãos nos olhos, no nariz ou na boca. Por isso a importância do isolamento social, uso de máscaras e dos devidos equipamentos necessários.

³⁹ Esta pesquisa é parte integrante da Pesquisa Migração, Saúde e Assistência Social: Discutindo as Políticas de Assistência Social e Saúde no contexto migratório e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido aprovada com o número CAAE 38004620.3.0000.5162.

FLUXOS MIGRATÓRIOS NOS DIAS ATUAIS

O migrante carrega consigo uma série de características de sua formação, como cultura, costumes, língua, etnias, entre muitas outras. São variados, os motivos pelos quais os migrantes decidem mudar de vida: trabalho, melhoria de salário, objetivos associados à carreira e satisfação profissional, união da família, fuga de guerras, entre outras questões (FAZITO, 2010). Nesse sentido, Davis (1989 apud FAZITO, 2010, p. 90) relata:

[...] a migração é um fenômeno social e demográfico complexo, pois ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos. Uma vez que a imigração é um fenômeno que afeta não só os imigrantes, mas também as sociedades de acolhimento; a linguagem é uma delas, o imigrante sofre preconceitos por conta de sua cultura.

Ao longo do tempo, tem-se observado que os migrantes são grupos particularmente vulneráveis a uma diversidade de fatores que determinam as suas condições de saúde. Rodrigues (2009, p. 35) pontua que

[...] ao longo da história da humanidade, as deslocações humanas apresentam-se como uma necessidade constante e multi-causal, podendo elas ser uma consequência quer das necessidades alimentares ou das mudanças climáticas, quer do crescimento demográfico e das necessidades econômicas, políticas, culturais ou religiosas. Estudar o fenômeno das migrações exige voltar-se para os fatos históricos, clarificando as mudanças de grande amplitude e profundidade que se têm vindo a fazer sentir à escala mundial, com expressões variáveis em diferentes épocas e nos diferentes pontos geográficos do mundo.

No que tange aos processos migratórios, no contexto social as migrações constituem um meio de transição da sociedade tradicional para a moderna; de acordo com Brito (2009, p. 10), “esse processo de mobilização social dos migrantes, em direção à sociedade moderna, é o que define a migração e faz dela um processo que se estende desde

o lugar de origem até a integração do migrante no lugar de destino". Essa integração é vista, geograficamente, como uma força de transformação espacial, que envolve o cenário territorial e organiza fluxos de origem que, posteriormente, são absorvidos por seus lugares de destino, e, por assim dizer, destacam a importância da origem geográfica no processo de escolarização (MARANDOLA; HOLZER; OLIVEIRA, 2012).

Há muitos outros tipos de migração, de um país para o outro, de estado ou, até mesmo, de cidade; os processos migratórios abarcam questões delicadas, sociais, psicológicas e culturais. As migrações que se processam de uma cultura para outra, ou de uma região do país para outra envolvem rupturas importantes em relação ao espaço e vivências do indivíduo; apresentam-se, necessariamente, como uma transição social bem definida, implicando, por regra, uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, física, social ou jurídica (RAMOS, 2008).

O migrante está inserido em um mundo em que a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, esbanja informações, gera sonhos e até cria expectativas de uma vida melhor. O fato é que a globalização tem apresentado dificuldades e delongas no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as diferenças entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países (MARTINE, 2005).

AS DIFICULDADES EXISTENTES NA CHEGADA AO DESTINO

A migração implica a adaptação do indivíduo a uma cultura, língua, regras culturais diferentes, desse modo, a um novo meio, muitas vezes hostil. O migrante precisa vencer diferentes etapas e desenvol-

ver estratégias de adaptação que lhe permitam superar as dificuldades relacionadas a essa condição, que resultam diferentes modalidades de aculturação (BERRY, 1987; RAMOS, 1993, 2004, 2008). Nesse sentido, um grande desafio é o de lutar pelos seus direitos sociais e, principalmente, ter acesso às políticas públicas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos.

Entre os direitos sociais está o de ter um trabalho remunerado justo, que possa suprir necessidades e devolver qualidade de vida e dignidade às pessoas migrantes. Portanto, no caso de trabalhos temporários, é preciso acompanhar de perto os contratos estabelecidos, bem como os acertos finais.

Outra dificuldade bastante observável é a relacionada à origem e destino, que constituem os dois polos do processo migratório, especialmente no que diz respeito às migrações temporárias. O desafio é unir os dois lados do movimento, construir uma ponte de auxílio, pois a presença cá e lá, além de fortalecer a resistência pessoal do migrante, cria oportunidades para o apoio efetivo à conscientização, organização e mobilização. Evidencia-se, entretanto, que, no caso do vaivém contínuo, em que origem e destino se diluíram em movimentos repetidos e desordenados, o acompanhamento é mais complexo (GONÇALVES, 2001). A participante desta pesquisa, denominada Fada, explica que seu processo migratório envolveu diversos fluxos:

*[...] eu fui, voltei, fui e voltei, dos 5 anos aos 10 anos eu fiquei direto no Líbano e voltei para o Brasil em 2000. **Comecei a escola aqui, eu e meus irmãos. Começamos a criar nosso trabalho aqui, nosso ambiente de estudos, nossas vivências** (FADA, 2020).*

Falar em migração, implica, automaticamente, falar em cultura. O termo cultura, em qualquer que seja o campo de aplicação, sempre é muito fértil em significados. Para Crépon (2016), o conceito de interculturalidade nasce com os contornos de uma nova utopia de um mundo no qual as fronteiras culturais e quaisquer barreiras que existam

entre culturas são abolidas. Interculturalidade, portanto, interessa-se pela história inacabada da formação das culturas, com o objetivo de colocar em evidência a tradução em si mesma como constituição originária de qualquer cultura.

Algumas outras questões estão relacionadas com os processos migratórios, a exemplo dos contrastes entre a experiência como turista e como migrante, a dificuldade com o idioma português (MARIN; POZOBON, 2010), dificuldades referentes à língua, todas estas caracterizam dimensões psicossociais de ajustamento ao novo contexto cultural (BECKER, 2015). Com relação à língua, instrumento principal de comunicação, veja-se o depoimento de Fada, a seguir:

*[...] Já aqui no Brasil, **eu tive mais dificuldade em relação à comunicação**, porque eu não falava português, eu tive que aprender o português, eu falava o árabe e o inglês, então essa inclusão minha no ambiente escolar foi mais difícil, porque a língua portuguesa é a língua mais difícil do mundo. Você tem um jeito de falar, um jeito de escrever, e um jeito de ler, então foi mais difícil para mim. Eu lembro que uma professora minha da quarta série ela me ensinou a ler e falar tudo em inglês, porque eu não sabia falar absolutamente nada, então ela tinha toda a paciência de falar comigo (FADA, 2020).*

É evidente que essa questão da língua ainda é uma barreira para os migrantes. A linguagem tem um papel fundamental e de grande complexidade no processo constitutivo do gênero humano, ou seja, cada ser humano se apropria da linguagem e a utiliza como instrumento simbólico para mediatizar a relação com o outro e consigo mesmo. A língua representa um sistema específico de comunicação por meio da linguagem. Por sua vez, a linguagem é um sistema de signos que opera como meio de comunicação e intercâmbio entre os homens e como instrumento da atividade intelectual (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Vigotsky destaca que pensamento e linguagem são processos que se relacionam desde o início da vida. A aquisição da linguagem

pela criança modifica as suas funções mentais superiores, dá forma definida ao pensamento, possibilita o aparecimento da imaginação, o uso da memória e o planejamento da ação. Para ele, todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem e decorrem de acordo com a sua história social, e, nesse processo de desenvolvimento cognitivo, a linguagem tem um papel determinante na forma como a criança vai aprender a pensar, uma vez que as formas mais avançadas do pensamento são transmitidas através de palavras (BRITES, 2012).

Para esse autor, a linguagem não é apenas uma expressão do conhecimento adquirido pela criança, mas existe uma correlação entre pensamento e linguagem, que se proporcionam de forma recíproca, ou seja, a língua é o processo mediador do ser com a realidade social (BRITES, 2012).

No que tange às dificuldades, é possível observar uma série de componentes que englobam esse processo, assim como é possível destacar na fala de Fada, quando pontua sua dificuldade de socialização ao chegar no Brasil.

*[...] eu vejo mais dificuldade no Brasil do que no Líbano, porque minha cidade lá era interior, então eu não tinha dificuldade de socialização. No Líbano a socialização com homens sempre foi muito forte comigo, porque eu tenho 3 irmãos mais velhos, então os amigos deles eram meus amigos, então aqui no Brasil no começo foi mais difícil, porque minha socialização era com homens, então **socializar com mulheres para mim era mais difícil.***

É visível que a migração é um fenômeno complexo que abrange a mudança de endereço após cruzar a fronteira de uma unidade administrativa. Embora as razões individuais para migrar possam ser irrelevantes para o entendimento do processo de migração, no seu significado social, algumas características individuais podem desempenhar um papel importante no estudo das relações entre migração e saúde (MOTA; FRANCO; MOTTA, 1999).

Com os crescentes fluxos migratórios culturalmente distintos, é pertinente que se compreendam as diferenças, que haja uma interação significativa das culturas presentes através do diálogo e do conhecimento mútuo. Em meio a todas as dificuldades que marcam esse processo, destacam-se as diferentes mudanças que tornam o imigrante particularmente vulnerável aos riscos de morbidade em seu novo ambiente, ainda mais se esse ambiente for uma área densamente urbanizada, na qual ele enfrentará riscos ambientais diferentes daqueles experimentados antes de emigrar (MOTA; FRANCO; MOTTA, 1999).

Uns dos desafios no processo migratório é a acolhida; tanto na saída como na chegada, os migrantes passam por um processo muitas vezes traumático de ruptura, processo que costuma ser duro e profundo. É comum que sentimentos de solidão e saudade se manifestem com frequência. Na saída, sofre quem parte e quem fica; na chegada, nem sempre é tranquila a adaptação ao novo local. Nesses momentos, não raramente, o desespero pode bater à porta. Daí a necessidade de criar e fortalecer grupos de acolhida, como a integração com a nova vizinhança (GONÇALVES, 2001).

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

São notórios os diversos fatores que estão ligados aos processos migratórios. Destaque-se que, de alguma forma, os migrantes acabam sofrendo de problemas psicossociais que acabam dificultando seu processo de adaptação no país de destino. Trad (2003, p. 145) aponta que “é que muito mais difícil conciliar os sentimentos em relação ao país de origem do que o de acolhida. O incremento da confusão é maior quando se misturam culturas, idiomas, pontos de referência e recordações”. É um grande desafio resgatar a história e a cultura dos

migrantes, seja em termos individuais ou grupais. Falar é uma forma de exorcizar os medos e as sombras que dominam o passado. A história pessoal e coletiva será um pesado fardo, caso não se consiga transformá-la em fonte de novas experiências. Por outro lado, a luta pela cidadania real não pode deixar de lado a dimensão antropológica do canto, da música, da dança, da alegria e da festa (GONÇALVES, 2001).

O migrante tem diante de si uma dupla referência: a de um passado cotidiano que ficou no país de origem e a de uma nova realidade que lhe cabe apreender. Modificam-se as práticas, as formas organizativas, a rotina diária, e todos esses fatores podem produzir um “choque cultural”. Consistem no processo de representação social da realidade que se apresenta (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

Trad (2003, p. 148) explicita que “esse processo de aprendizagem vai mesclando os sentimentos de mudanças que experimenta o imigrante e o grau de ressentimento que isto produz nele. Também contam os interesses que nele desperte seu novo habitat, especialmente as possibilidades de crescimento pessoal e profissional”. Todo o processo de integração social dos migrantes se constrói através de uma dinâmica complexa que integra noções tão antagônicas, como solidariedade e competitividade, incluindo-se, aqui, o “vis à vis” com os conterrâneos, outros imigrantes e autóctones (MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018).

As culturas são organizadas por meio de sistemas ou códigos de significação, que dão sentido às próprias ações e às dos outros; em razão disso, qualquer que seja a ação ou prática social, ela é cultural, pois expressa ou comunica significados e, por isso, é prática de significação (GODOY, 2014).

Outrossim, também é importante destacar a questão cultural e o difícil processo de socialização com mulheres no país de acolhimento.

[...] quando eu saí do **Líbano**, a questão da mulher, de igualdade social, **até hoje não é tão valorizada**, então eu acredito que aqui no Brasil eu aprendi muito essa busca da igualdade social, então eu aprendi muita coisa no Brasil em relação à **igualdade social com a mulher**. Eu não digo que sou feminista, mas eu luto demais pela questão da mulher, e é isso que o Brasil me representou bem. Meus pais sempre lutaram para que os filhos deles não saíssem de casa sem ensino superior. No Líbano você vê meninas casando com 15 anos, sem ensino superior. Então foram essas duas coisas que aprendi no Brasil: **a busca pela igualdade, a busca da mulher pela inclusão**, e a questão do ensino superior. Eu lutei muito, eu até brinco que lutei mais dentro de casa do que fora, então você influencia eles a pesquisar.

É válido destacar que o movimento das mulheres, tal como o movimento dos homens, é fruto das condições históricas decorrentes das grandes transformações sociais, econômicas e culturais iniciadas no século XVII. As mulheres foram ocupando espaço tanto para atender às necessidades do mercado de trabalho quanto da própria família, na medida em que o homem já não dava conta do seu papel de provedor. Com a necessidade de trabalhar, por questões financeiras ou por realização pessoal, a mulher se depara com novas questões. Fada destaca que lutou mais dentro de casa do que fora.

Meu irmão mais velho não deixava eu ter amigos homens, ter relacionamento com homens, não deixava eu sair, e isso foram muitos anos de luta. E eu te falo que até a faculdade meu irmão ainda implicava comigo.

Araújo (2005) frisa que a luta pela igualdade existe há muito tempo, visto que mulheres se esforçavam para assimilar os modelos masculinos. Elas queriam ocupar os espaços dos homens, agindo, sentindo e falando como eles, acabaram, desse modo, deparando-se com uma crise de identidade. Perceberam que com esses comportamentos supervalorizavam as qualidades consideradas masculinas “em detrimento das femininas, denotando um forte sentimento de inferioridade internalizado. Isso trouxe muita ambiguidade às mulheres e resul-

tou em um grande “mal-estar”, que levou a uma revisão do feminino” (ARAÚJO, 2005, p. 47). Assim, elas começaram a defender a igualdade não mais em nome da capacidade de se assemelharem aos homens, mas, sobretudo, pelo direito de ser diferentes deles.

Mota, Franco e Motta (1999) frisam que as mudanças que ocorrem antes e depois da chegada no novo ambiente podem romper relacionamentos entre membros familiares e perturbar a organização familiar, o que torna o processo de adaptação mais difícil. Vale ressaltar a importância da família como ponto primordial do ser social. O processo de migração com a família, ou até mesmo quando acontece na infância, é sempre mais fácil e facilita, também, o processo de integração; contudo, para aquele que migra sozinho e deixa para trás a família e amigos sempre é mais difícil.

Fada faz referência a como reconhece o seu crescimento pessoal na sociedade.

*[...] hoje minha relação com as pessoas do Brasil é muito mais tranquila, hoje eu sou graduada, eu trabalho com isso, minha área profissional sabe minha história, as gerações vão passando e as pessoas vão esquecendo, antes eu era uma adolescente refugiada, hoje eu sou mestranda. Acredito que a **graduação impõe respeito**, hoje no Brasil no modo geral você não é ninguém sem uma graduação, além do mais tem a inclusão né, minha inclusão foi feita através de estudos, **porque o refugiado não costuma ter estudos**, eles normalmente abrem uma loja ou uma lanchonete, aí ele trabalha, então os filhos desses refugiados talvez tenham um conhecimento melhor para realizar ensino superior para tentar uma qualidade de vida melhor.*

É de extrema importância ressaltar que a inclusão na sociedade de acolhimento pode acontecer de diversas maneiras, mas, sobretudo, por meio de uma rede social de apoio como de família e amigos, que, sem dúvidas, torna um processo mais acolhedor.

Já se mencionou, aqui, a questão da língua, acerca da qual a entrevistada relatou que teve grande dificuldade em relação à aprendizagem do português, situação que chama a atenção, haja vista a importância da aquisição de um novo idioma. Fada destaca a importância de se ter uma graduação, considerando-se que, no processo migratório, os estudos podem proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Gonçalves (2001) frisa que o desafio do migrante de lutar pelos direitos representa uma luta pela terra e na terra, que precisa levar em consideração a liberdade de ir e vir. É de extrema importância ressaltar a existência de oportunidades de participação política para uma integração bem-sucedida dos migrantes. Compreende-se a integração de migrantes como a extensão em que os direitos humanos desses indivíduos e os deveres que derivam desses direitos são organizados para a efetiva liberdade, segurança, igualdade, liberdade de expressão, trabalho, saúde e educação (LEÃO, 2016). Fada menciona a dificuldade que teve em relação à socialização, principalmente com as mulheres, na época da escola.

*[...] eu tive dificuldades de interação principalmente com mulheres, tudo o que é novo as pessoas assustam, e na minha sala eram mais mulheres, e **era difícil interagir**, porque eu **me vestia diferente, eu falava diferente**, e eu tive um conflito interno, porque eu não sabia o que era certo ou o que era errado.*

Nota-se que a dificuldade ressaltada, nessa narrativa de Fada, refere-se à questão das vestimentas, que no país de origem da participante, eram diferentes das vestimentas do país de acolhimento, o que causou estranheza em algumas mulheres. A situação, de acordo com o relato, gerou conflito interno, na medida em que Fada não entendia por que motivos suas vestimentas causavam estranheza.

Roberto e Moleiro (2015) destacam a resiliência como a capacidade de os indivíduos navegarem na direção dos recursos psicológicos, sociais, culturais e físicos que sustentam o seu bem-estar, bem

como a capacidade individual e coletiva de negociar esses recursos, obtidos e vivenciados culturalmente. Fada pondera a respeito da resiliência que adquiriu em seu processo migratório:

*[...] a **resiliência** foi um aspecto positivo, nós árabes temos uma resiliência muito grande, pois nós convivemos com guerras, brigas e principalmente na questão do deslocamento, por necessidade nós ficamos nos deslocando para outros países e ali a gente se reconstitui e começa do zero, então essa resiliência é por conta dessa migração que nós tivemos.*

O conceito de resiliência leva em conta o modo como os indivíduos acionam determinados recursos face a determinados contextos adversos; refere-se a um processo dinâmico e circunstancial baseado na construção e partilha de significados individuais, socialmente construídos (ROBERTO; MOLEIRO, 2015).

O estudo da resiliência nos migrantes produzido nas últimas décadas abordou essencialmente as condições negativas associadas aos processos migratórios. No entanto, a possibilidade de migrar representa, antes de mais nada, um conjunto de novas e diferentes oportunidades para aqueles que migram, apesar das dificuldades inerentes à saída do país de origem e à chegada ao país de acolhimento (ROBERTO; MOLEIRO, 2015).

Portanto, torna-se muito válido destacar a importância da resiliência no processo migratório, considerando-se que ela pode influenciar de maneira positiva esse processo, tornando-o menos sofrido. O modo de acolhimento também é um dos fatores de grande importância, haja vista que pode ser bastante marcante para o migrante. O modo como esse indivíduo é recepcionado e como ele se sente acolhido por meio da língua, considerando-se que este é um fator de grande força no processo, e até mediador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, com base no que foi exposto, que as dificuldades específicas de certos grupos de migrantes tornam particularmente vulnerável a saúde e bem-estar dessas pessoas e grupos.

Os dados obtidos com esta pesquisa apontam para a importância de se compreenderem as particularidades do migrante, o reconhecimento da educação, da luta contra as desigualdades, discriminação e preconceito, e de se desenvolverem políticas públicas e se oferecerem serviços adaptados às novas demandas dos imigrantes.

É importante destacar que qualquer experiência vivenciada pelo indivíduo no novo contexto sociocultural afeta de forma significativa seus estados psicoafetivos, emocionais e cognitivos. Nesse sentido, é de extrema importância que se criem políticas e ações de acolhimento, principalmente de respaldo psicológico.

Considera-se que a Psicologia auxiliaria no enfrentamento de diversas questões de adaptação e desigualdades, e, não menos importantes, nas questões da língua, devido à sua complexidade, e, portanto, à dificuldade que há para aprendê-la.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. de F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pág. 41-52, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso>.

BERRY, J. W. Acculturation and mental health. In: DASEN, P.; BERRY, J.; SARTORIUS,

N. (Eds.). *Health and cross-cultural research*. London: Oxford University Press, 1987.

BECKER, A. P. S.; BORGES, L. M. Dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar. *Bol. Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 126-144, jan. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BIBEAU, G. *et al. La santé mental et ses visages*. Québec: Gaëtan Morin, 1992.

CRÉPON, M. A tradução entre as culturas. *Cad. Trad.* Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 254-289. Aug. 2016.

BRITES, I.; CASSIA, R. de. Pensamento e linguagem. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 22, p. 179-184, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000300011&lng=pt&nrm=iso>.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *UFMG/Cedeplar*, Belo Horizonte, set. 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FASSIN, D. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. In: SAILANT, F.; GENEST, S. *Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 375-390.

GODOY, E. V.; SANTOS, V. de M. Um olhar sobre a cultura. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, pág. 15-41, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000300002&lng=en&nrm=iso>.

GONÇALVES, A. J. Migrações Internas: evoluções e desafios. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300014>.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-176, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRANADA, D.; CARRENO, I.; RAMOS, N.; RAMOS, M. C. P. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface (Botucatu) [online]*. 2017, vol. 21, n. 61, pp. 285-296.

LEAO, A. V.; DEMANT, P. R. Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: Os casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 31, n. 91, ed. 319102, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

lo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200502&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MARIN, E. C.; POZOBON, R. O. Sonhos que cruzam fronteiras: sentidos construídos a partir do processo migratório. *Sociologias [online]*. 2010, vol.12, n. 24, pp. 382-409.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 3, pág. 3-22, setembro de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso>.

MARANDOLA Jr, E. M.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (org.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade [online]*. 2018, v. 27, n. 1, pp. 26-36.

MOTA, E., FRANCO, A.; MOTTA, M. Migração, estresse e fatores psicossociais na determinação da saúde da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 119-132, 1999.

OLIVEIRA, M. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, março de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100003>.

RAMOS, N. (2008). Migração Aculturação e Saúde. In: Ramos, N. (org.). *Saúde Migração e Interculturalidade: Perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa. Editora Universitária. UFPB.

RAMOS, M. C. P.; PATRÍCIO O. Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho. In: SILVA, I. C.; PIGNATELLI, M.; VIEGAS, S. M. (coord.). *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa: CONLAB, FCSH-UL; 2008. p. 2948-55.

ROBERTO, S.; MOLEIRO, C. Processos de resiliência em migrantes: narrativas biográficas de brasileiros em Portugal. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 2, p. 295-307, 2015.

RODRIGUES, I. F. *Qualidade de vida e saúde mental em contexto migratório: um estudo com Brasileiros e Portugueses residentes na cidade de Genebra*

Suíça. 2009. Tese de doutoramento em Psicologia: especialidade em psicologia clínica e da saúde, 2009.

SILVA, A. M. V.; ALMEIDA, L. P. *Constituição do sujeito em contexto intercultural: Um estudo sobre estudantes brasileiros e de origem boliviana na fronteira Brasil-Bolívia*. 2020. *Tese de Doutorado*, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, Brasil, 2020.

TRAD, L. A. Processo migratório e saúde mental: rupturas e continuidade na vida cotidiana. *Physis* [online]. 2003, vol.13, n.1 [cited 2019-05-17], pp.139-156.

14

Valdery Ferreira Zotelli

Maria Augusta de Castilho

Migrações e trabalho: estigmatização e violação de direitos trabalhistas

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.289-305

INTRODUÇÃO

A migração de povos pelo globo não é um fenômeno da contemporaneidade, desde os primórdios da humanidade, o homem já se deslocava com o intuito de garantir a sua sobrevivência. Entretanto, nos dias atuais devido as frequentes crises migratórias dos últimos anos, esse fenômeno passou a ser estudado e discutido pelo mundo todo.

O lugar de chegada para o migrante, implica em um novo contexto social totalmente diferente de onde ele saiu, com leis, cultura e políticas diferentes, com a distância de casa e de seus familiares, tornando-se difícil a aclimação em um novo país.

A situação de vulnerabilidade, decorrente da necessidade de deslocamento muitas vezes forçado por condições adversas em seu país de origem, confere ao migrante uma situação de submissão em um novo país de destino. O trabalho é uma das únicas mercadorias de troca disponíveis para garantir sua sobrevivência, assim, abrem-se brechas para a exploração da vulnerabilidade na relação trabalhista entre desiguais economicamente, apoiando-se em uma legislação que não apoia o trabalhador.

O estigma social legitimado no discurso de lideranças políticas e na ausência do Estado na fiscalização, elaboração e cumprimento de políticas públicas, propicia um ambiente de exclusão, que agrava ainda mais a situação do migrante. Para tanto, o propósito do estudo foi analisar os fatores sócio políticos e então compreender a construção social do estigma e as relações de poder na violação de direitos trabalhistas dos migrantes em um contexto histórico.

A pesquisa foi realizada no Laboratório de História - LABHIS, tendo como método o indutivo, com uma abordagem sistêmica, utilizando-se de fontes documentais, com consulta aos processos trabalhistas cedi-

dos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região, além de apoiar-se em uma revisão bibliográfica, a fim de, elucidar as minúcias do tema.

Em um primeiro momento o texto traz uma compreensão acerca das visões e a marca atribuída ao indivíduo em situação de migração, com uma análise das políticas públicas desenvolvidas pelos Estado Nacionais, caminhando para a exclusão. Em um segundo momento analisou-se a migração e o trabalho, bem como a ausência ou omissão do Estado na fragilidade do migrante. Nesse contexto o trabalho apresenta uma análise dos processos trabalhistas do TRT cedidos ao LABHIS.

A partir da fase de coleta e análise dos dados foi possível identificar e descrever um pouco mais sobre o trabalho do migrante, levando em consideração aspectos do cotidiano narrados nas reclamações trabalhistas encontradas nos processos.

AS VÁRIAS VISÕES ACERCA DA MIGRAÇÃO, A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA SOCIAL E EXCLUSÃO

Na busca por melhores condições de emprego e renda ou mesmo para manutenção de sua subsistência, o migrante se desloca pelo globo seja de forma temporária ou mesmo permanente. São vários os fatores que podem levar o homem a migrar, desde situações econômicas, culturais, políticas ou mesmo naturais, sendo algo natural do ser humano e visto ao longo dos séculos envolvendo todos os povos.

A esse respeito é preciso considerar os seguintes apontamentos:

[...] vale reforçar que reduzir ou vincular as migrações, única e exclusivamente, a uma vertente econômica ou ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações não se dão unicamente por uma lógica economicista, no

sentido da atração e expulsão (pushandpull) como entendia a perspectiva neoclássica das migrações. Os motivos da mobilidade humana são múltiplos e variados. O fenômeno migratório é heterogêneo, multifacetado e marcado por dinâmicas que mudam constantemente (CAVALCANTI, 2015, p. 30).

Nos dias atuais as políticas migratórias estão passando por atualizações, principalmente devido o aumento desses fluxos migratórios, sendo cada dia mais comum a discussão de políticas públicas para a gestão da crise. Segundo Lussi (2015) essas políticas migratórias são uma das formas de pensar como os migrantes vão ter acesso a todos às políticas públicas disponíveis no país que este escolheu viver, uma vez que todo esse fluxo causa um certo desequilíbrio.

A situação do migrante se altera de um país para o outro, uma vez que nem todos eles enxergam com bons olhos o processo de migração, acabam tentando impedir tais fluxos. Saladini (2012) assinala que alguns países têm na sua organização social, a participação mínima do Estado na garantia de direitos sociais dos seus habitantes, acabando por terceirizar ações, transferindo para as ONGs e outros instituições que auxiliam a fixação dos migrantes nos locais escolhidos por eles.

No final do século XX e início do século XXI, as migrações mais comuns envolviam o deslocamento de países tidos como de terceiro mundo, para países de primeiro mundo, a procura de uma nova oportunidade onde poderá encontrar um bom desenvolvimento econômico melhorando assim a sua qualidade de vida.

No entanto, na primeira metade da década de 2009, segundo Marandola Júnior (2010 p. 418): “os fluxos clássicos continuam a existir, mas há muitos outros que são orientados por lógicas distintas, produzindo consequências específica tanto para os locais de destino quanto para os de origem”. Com os novos acontecimentos do século XXI, como os desastres naturais e os conflitos políticos, religiosos e até

mesmo guerras civis em alguns locais, tais fluxos migratórios diversificaram também, os países de destinos.

Com a mudança de postura de países tido como desenvolvidos no controle de suas fronteiras, os destino nem sempre foram para países desenvolvidos, mas sim, para aqueles que pudessem garantir a sobrevivência e a fuga de pessoas que se encontravam em situação de desespero.

Seguindo a lógica da reciprocidade entre nações e todos os acordos internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, entende-se que a migração seja algo fácil e aceitável. Entretanto, isso não é bem o que acontece, pois vários países ainda não reconhecem esse direito do migrante e fecham as suas fronteiras para a entrada desses, adotando medidas extremas como a construção de muros, o policiamento ou até mesmo a extradição de migrantes já fixados no país.

Nesse sentido,

Existe uma tendência atual de disseminação da prática da construção de muros de contenção nas fronteiras dos países mais ricos. Já existem trinta barreiras dessa espécie construídas no mundo, com destaque para as seguintes: a China construiu uma cerca de concreto e arame farpado, de 4,5 metros de altura, em sua fronteira com a Coreia do Norte, a fim de inibir a entrada de coreanos; os Estados Unidos edificaram um muro de metal de 5 metros de altura em um terço de sua fronteira com o México, também para evitar a imigração ilegal (SALADINI, 2012, p. 249).

O que acontece na realidade em alguns países é somente a permissão de migração conveniente ao Estado, onde abre-se somente as portas para trabalhadores especializados em determinados setores ou mesmo, para pessoas que vão ocupar cargos que já não são mais ocupados por cidadãos locais. Outra forma, também conhecida é o estímulo da migração de potenciais investidores, haja vista a mundialização do capital e as políticas neoliberais adotada por muitos países.

Esse fato pode ser bem observado no Brasil, de acordo com Silva, Mandalozzo e Silva (2018, p.55), demonstrar que “no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a política migratória brasileira baseava-se na abertura das fronteiras brasileiras, visando à colonização do território e ao fornecimento de mão de obra agrícola num cenário após o fim da escravidão”.

O fim da escravidão no Brasil foi o resultado da promulgação da Lei Áurea em 1888, no entanto, tal lei não garantiu a incorporação do ex-escravo no sistema de trabalho assalariado, pelo contrário instaurou um período de pobreza generalizada, marginalização e discriminação. Da mesma forma que a lei não garantiu que a situação se resolvesse por completo, haja vista, que até os dias atuais no Brasil, ainda é possível constatar situação de trabalho escravo ou mesmo degradante.

Para substituir a mão de obra escrava foi adotada um novo regime de produção, conhecido como colonato, o qual tinha um modo de produção no latifúndio, com parceria entre pequenos colonos e meeiros que eram responsáveis pela produção agrícola. O colono era um migrante que tinha suas despesas de viagem financiadas pelo proprietário da terra e se fixava um vínculo de trabalho.

Nakagawara (1994, p. 272) considera que:

Nas fazendas, os imigrantes cultivavam os seus alimentos e recebiam moradia gratuitamente. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares. Os imigrantes se obrigavam a reembolsar as despesas feitas pelo fazendeiro em seu benefício com, pelo menos, metade de seus ganhos anuais com o café.

Outro fator de relevância para o fortalecimento das políticas de migração nesse período foi o amparo em teses de raças superiores ou inferiores e a tentativa de embranquecimento do país, pensamento amplamente condenado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Baraldi (2011), enfatiza que essa tentativa de branqueamento no Brasil, uma

vez que no art. 1º do Decreto 528 de 1890 deixava-se livre a entrada de trabalhadores imigrantes desde que não fossem indígenas, asiáticos ou africanos e que esse pensamento perdurou até o final da década de 1920.

A partir de 1930 até meados da década de 1940, na ótica de Baraldi (2011), com a constituição de 1930 e 1937, as mudanças instaladas pelo Presidente Getúlio Vargas e o Estado Novo, as políticas de imigração passaram ser mais restritivas. Nesse momento não permitiam grande concentração de imigrantes da mesma nacionalidade em um determinado local, pois o temor do governo central, recaia sobre as comunidades ou núcleos coloniais, haja vista o medo do comunismo e do plano Cohen, ideias trazidas pelos imigrantes ao Brasil.

Pode-se perceber após o término do período democrático brasileiro conhecido como quarta república brasileira, aconteceu a difusão do medo estrangeiro e o seu reflexo foi a alteração das políticas de migração. No final do século XX, Silva, Mandalozzo e Silva (2018, p. 55), apontam “que o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), sempre se pautou por uma política de segurança nacional e via o imigrante como potencial ameaça aos interesses do país”.

O Estatuto do Estrangeiro foi criado durante a ditadura militar, seguindo os interesses do Estado e ignorando o direito do migrante, sendo umas das tentativas de enfraquecer ou mesmo frear os fluxos migratórios daquele período. Tal política migratória foi estabelecida seguindo o princípio da “segurança nacional” e a “proteção do trabalhador nacional”, onde o migrante era visto como um potencial perigo para a sociedade brasileira e tido como um inimigo do Estado.

Em seus artigos o Estatuto do Estrangeiro promove a diferenciação jurídica entre o nacional e o estrangeiro, limitando os seus direitos sociais e trabalhistas, além de silenciar esses grupos impedindo qualquer tipo de manifestação sindical ou cultural. O Capítulo I do referido documento, deixa claro o risco constante de deportação, praticamente

toda e qualquer infração cometida por um imigrante seguindo a lógica de “segurança nacional” é passível de tal penalidade.

Os efeitos do Estatuto do Estrangeiro ainda estão presentes nos dias atuais mesmo após a sua revogação a partir da Lei n. 13.445, sancionada em 2017, uma vez que uma política como essa ficou arraigada na camada popular. Identifica-se entre outros aspectos o sentimento de competição entre o nacional e o estrangeiro, surgindo o pensamento de que o migrante é alguém que está chegando no país para roubar o emprego do brasileiro.

A xenofobia ou aversão ao estrangeiro, ainda pode surgir devido a situação que o migrante chega no país, uma vez que os novos fluxos migratórios são representados por indivíduos fugindo de situações precárias em seus países, conferindo-lhe uma situação de fragilidade econômica. Sobre esse panorama “o desafio da integração é enorme, porque os imigrantes enfrentam a provocação de integrar-se a uma sociedade que muitas vezes reage com suspeita e hostilidade diante de sua chegada” (SALADINI, 2012, p. 148).

A MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO E A FRAGILIZAÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE

Se ao cidadão local é permitido o livre deslocamento entre as regiões de seu país com a possibilidade de trabalhar em qualquer setor, essa situação é bem distinta quanto ao interesse de se deslocar entre os limites geográfico do seu país de origem. Saladini (2012) esclarece que o direito de circular entre as fronteiras dos países está vinculado a necessidade de estar de acordo com a legislação migratória do país

de destino, obedecendo todos os trâmites como concessão de visto, seja para turismo, estudos ou mesmo trabalho.

O deslocamento para turismo em quase todos os países do globo é aceitável, uma vez que significa dinheiro externo que entra na economia nacional e mesmo porquê, tal deslocamento não gera complicações nas políticas de acolhimento, seguindo a ótica das condições sócio-econômica dessa modalidade. Mesmo assim, ao turista é solicitado dados de sua permanência, como data previamente validada para entrada e saída, bem como os dados referentes à sua hospedagem no intuito de impedir a permanência irregular.

A concessão do visto de trabalho devido ao fato que o migrante tem a necessidade de permanecer no país por tempo indeterminado, não é bem aceita pelos países e geralmente o turista se vale da proteção ao trabalhador local. Quanto às características deste grupo de interesse, destaca-se a sua inferioridade econômica e a dependência quase que certa de mecanismos de assistencialismo do governo para manutenção das condições mínimas de permanência, gerando assim, um novo complicador.

A documentação solicitada, a burocracia envolvida e a lentidão do processo podem caracterizar uma tentativa de impedir esse deslocamento, fato que acaba por levar o migrante a buscar meios ilegais para entrar ou mesmo permanecer em um país. Baraldi (2011), afirma que uma dessas formas de burlar a fiscalização é a utilização de atravessadores, popularmente conhecidos como “coiotes”, os quais são criminosos e acabam levando vantagens econômicas com a promoção de migração ilegal.

Quando envolve atividades laborais remuneradas, a falta de documentação torna-se ainda mais prejudicial, uma vez que possuindo somente o trabalho como mercadoria de troca e ainda não tendo a legislação trabalhista regulamentada, o seu contrato de trabalho fica

entregue à própria sorte. Nesse diapasão abrem-se brechas para a exploração do trabalho e confere ao migrante uma situação de submissão, uma vez que o Estado pode ser outro inimigo que, ao não reconhecer sua situação, pode lançar mão da deportação.

Saladini (2012, p. 181), esclarece que:

Um dos nichos de exploração do trabalho análogo ao do escravo está justamente na exploração do trabalhador imigrante, submetido a condições ilegais ou precárias, ao qual se subordinam em razão do medo da deportação e da esperança de, com o trabalho, conseguirem obter dinheiro e condições futuras de legalização.

O reflexo deste tipo de política é o aumento da fragilidade do migrante, uma vez que diante de tais situações este precisa permanecer sem documentação, o que representa ficar sem ter direito ao acesso a políticas públicas nacionais. Desta forma quando o governo não reconhece o seu direito de ir e vir, com pensamento de proteger o trabalhador local, este acaba por diferenciar o migrante do nacional e promovendo uma verticalização social.

Nesse contexto, não é por acaso que migrantes (deslocados nacionais) e imigrantes (deslocados estrangeiros) ocupem postos de trabalhos não preenchidos pelos próprios autóctones, não só no Brasil, mas como no mundo inteiro. A isso se acrescenta o fato de que a empresa, enquanto um território essencialmente de trabalho e, por isso, beneficiária da mão-de-obra imigrante, apresenta, em termos de responsabilidade, profunda conexão com a situação social dos estrangeiros (TORRES, 2015, p. 105).

Outro fator a se considerar quanto a burocracia no momento de conceder um visto de permanência é a dificuldade de comprovação de titulação de Ensino Superior ou Tecnólogo. Na nova Lei de migração brasileira n. 13.445/17, assinala que o visto de trabalho pode ser concedido mediante a comprovação de oferta de trabalho

formalizada ou mesmo por meio da comprovação de titulação de Ensino Superior ou equivalente.

Quando se trata de uma migração planejada e com subsídio suficiente para o deslocamento, tais exigências podem ser atendidas. Entretanto, em sua maioria, o migrante não tem condições necessárias de preparar toda a documentação necessária e também o alto preço de tal documentação, impedem o processo de comprovação, impossibilitando a entrada o migrante no país.

A esse respeito é preciso considerar as seguintes constatações:

Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas, no momento de incorporação no mercado de trabalho, muitos imigrantes descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim, os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e sua experiência laboral prévia, sofrendo assim inconsistência de status (CAVALCANTI, 2015, p. 27).

Outro fator que pode causar a ocupação de cargo inferior em um país de destino é a própria fragilidade financeira que leva a primeira opção de ganho, mesmo que com um interesse momentâneo. A ocupação de subempregos está diretamente ligada ao desemprego e a fragilidade desses grupos, uma vez que quando a situação socioeconômica leva a ocupação deste tipo de prática, ocorrem baixas remunerações e péssimas qualidade de vida.

O clima hostil a qual o migrante é recebido, também pode ser um agravante nessa situação, devido a aversão por parte do nacional as oportunidades de desempenhar cargos de chefia que acabam sendo reduzidas. Esse fator foi historicamente construído, havendo uma rivalidade a chegada de um estrangeiro, que tem como origem um país fora do eixo Europa/EUA.

ANÁLISE DOS RELATOS E DAS DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO ANO DE 1964 EM MS

Na discussão do trabalho do migrante no Brasil, a análise dos processos trabalhistas surge como uma forma de apresentar o contexto das relações trabalhistas de 1964. Nas páginas de cada reclamação se ressalta aspectos do trabalho cotidiano nas empresas, as condições em que os trabalhadores eram expostos e como os direitos trabalhistas eram conduzidos naquele momento histórico.

Salienta-se a importância das fontes históricas e a preservação destas no fazer histórico, possibilitando a pesquisa e discussão de temas atuais, mas sempre voltando o olhar no passado. Em um acervo com mais de 17000 processos trabalhistas, estão não apenas páginas escritas e desprezadas e sim centenas de pessoas que tiveram os seus direitos resguardados pela justiça e que hoje possibilitam o estudo e a compreensão da importância da justiça do trabalho na proteção dos trabalhadores, sem qualquer tipo de diferenciação.

Como mencionado, a situação pode ser comprovada na reclamação trabalhista do processo de número 158/64 movida em Corumbá então estado de Mato Grosso, em 1964. O reclamante de origem boliviana, trabalhador braçal prestando serviço em uma empresa do ramo da siderurgia desde o dia 19 de abril de 1963, sendo dispensado em 02 de maio de 1964, não teve seus direitos respeitados no momento da demissão, sendo necessário buscar auxílio na justiça trabalhista.

No ato de seu depoimento, o reclamante discorreu que, na oportunidade de sua dispensa, a tarefa solicitada era remover a lenha nos fornos, uma atividade braçal que necessitava de aproximada quatro homens devido ao peso do material. No entanto, no mesmo relato afirmou

que estava indisposto e pediu para trocar de função com outro colega, quando foi convencido pelo encarregado a tirar o restante do dia de folga.

Na volta às suas atividades no dia seguinte, após realizar os procedimentos normais e se preparar para iniciar a jornada de trabalho, o mesmo foi chamado no escritório onde foi dispensado. Para tanto, respeitando a Lei n. 4066/62⁴⁰, houve tentativa de homologação da dispensa por parte da empresa, negado pelo reclamante por discordar da quantia oferecida.

Na primeira audiência marcada para o dia 26 de maio de 1964, comparecer na Junta de Conciliação e Julgamentos de Corumbá, as partes acompanhadas de seus respectivos advogados. Na ocasião a reclamada apresenta contestação por escrito, alegando um desconhecimento de informações na demissão do funcionário e julgando improcedente a reclamação. No ato ainda, a reclamada pagou a quantia referente a CR\$ 51360,00 a título de salário e férias, seguindo com a reclamação para as demais constatações.

Na segunda audiência marcada para o dia 05 de julho de 1964, compareceram as partes, acompanhadas por seus advogados e suas respectivas testemunhas. A primeira testemunha, afirmou que trabalhava junto com o reclamante na véspera do ocorrido, confirmando a história do depoimento inicial, informando ainda que, no momento em que um funcionário recebe uma advertência ou mesmo afastamento é solicitado que esse assine um *memorando* (não anexado nos autos do processo).

A segunda testemunha também confirmou a versão inicial dos fatos e afirmou que foi quem trocou de função com o reclamante, assinalando um pouco sobre o seu trabalho e a dificuldade em manusear a lenha nas fornalhas. Explicou também que: -- “o seu chefe

⁴⁰ Art. 1º O pedido de demissão ou recibo e quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado do empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e da Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.

é um pouco violento no trato com os empregados" (transcrição literal do trecho do processo).

Por fim, na audiência final no dia 05 de agosto de 1964, colhidos os votos do júri, que por unanimidade julgou como procedente a reclamatória trabalhista. Na oportunidade a empresa foi condenada a pagar ao reclamante, aviso prévio (cr\$ 33.000,00), indenização (cr\$ 33.000,00) e 13º salário proporcional (cr\$ 11.000,00), totalizando a quantia cr\$ 77.000,00.

No processo de número 181/64 movido também na cidade Corumbá-MT, a parte reclamante era um grupo de trabalhadores de uma empresa responsável pela distribuição de energia elétrica na cidade. O grupo composto por uma migrante Tcheca, um migrante Italiano ambos encarregados da empresa, um migrante espanhol que desempenhava a função de eletricista e outros 12 brasileiros auxiliares de mecânico.

Na reclamação trabalhista pedia-se o pagamento do adicional de periculosidade ao longo do contrato de serviço, seguindo as anotações de suas carteiras e também a inclusão do pagamento em futuros vencimentos. O Art. 1º da Lei n. 2.573/55⁴¹, reza que: "os trabalhadores que exercerem suas atividades em contato permanente com inflamáveis, em condições de periculosidade, terão direito a uma remuneração adicional de 30% (trinta por cento) sobre os salários que perceberem".

Na reclamatória são descritas as condições de trabalho em que eram expostos, onde se encontravam em contato permanente com produtos inflamáveis e em condições de periculosidade. Nos arredores do local de trabalho havia três tanques de combustível com capacidade de 28 mil, 44 mil e 46 mil litros respectivamente e ainda dentro do local de trabalho e mais 3 tanques com capacidade de 3 mil litros. Segundo eles a reclamada descumpria a legislação vigente, pois não sinalizava corretamente as zonas de perigo.

⁴¹ Lei da Constituição de 18 de setembro de 1946, revogada pela Lei nº 6.514, de 1977.

Em audiência no dia 19 de junho de 1964, as partes firmaram o acordo no qual a reclamada pagou 50% do valor solicitado no pleito inicial. Os cálculos foram feitos individualmente para cada funcionário, totalizando o valor de cr\$ 1.175.617,20 mil cruzeiros, com custas do processo pagas pelos reclamantes, totalizando o valor de cr\$ 23.838,30 mil cruzeiros, cujo pagamento foi isento, haja vista, legislação pertinente.

No processo de número 172/64 movido na Junta de Corumbá-MT, a parte reclamante o migrante boliviano que desempenhava a função de copeiro em hotel da cidade, buscou a justiça para rescindir o seu contrato de trabalho de forma indireta e ainda ter seus direitos trabalhistas reconhecidos por lei.

A esse respeito é preciso considerar que:

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

[...] d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem [...] (BRASIL, 1943).

O trabalhador relatou em sua solicitação que ao ser contratado em 7 de abril de 1963, passou a receber o salário de cr\$ 8.000,00, mais alimentação e moradia. No dia, 10 de março de 1964, o mesmo deixou de receber alimentação sobre a alegação que seu contratante não poderia mais custear tal despesa. Soma-se a reclamação o recebimento de salário dos meses de dezembro/63, janeiro e fevereiro de 1964.

Na audiência marcada para o dia 02 de junho de 1964, as partes se conciliaram nos seguintes termos: a reclamada se comprometeu a pagar a importância de cr\$ 10.000,00 ao reclamante, dando assim,

plena quitação das dívidas trabalhistas e pondo fim ao contrato de trabalho vigente entre as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a migração como um direito fundamental do ser humano, para a manutenção de sua sobrevivência. Entretanto, foi possível perceber ao decorrer do trabalho, que o direito de deslocamento de pessoas não recebe a mesma atenção que o deslocamento de mercadorias e capital.

A globalização da economia fundamentada na visão liberal, estreitou as relações econômicas entre os países, abrindo portas para os investimentos e organização de bancos mundiais. No entanto, a mesma política é excludente quando se volta para o processo de reconhecimento de necessidades humanitárias de pessoas em situação de deslocamento, uma vez que a mínima responsabilidade do Estado não oferecia garantia de políticas sociais.

Foi possível perceber como a ausência do Estado pode promover a fragilidade do migrante e assim abrir brechas para a exploração ou mesmo a submissão a condições desfavoráveis em contratos de trabalho. Ainda assim, quando seguidos os meios legais, mostram-se a importância da justiça do trabalho, da garantia de direitos e igualdade ao trabalhador nacional.

REFERÊNCIAS

BARALDI, Camila. Cidadania, migrações e integração regional-notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Européia. *Anais... 3º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI-GOVERNANÇA GLOBAL E NOVOS ATORES*, n. 1, São Paulo, julho, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5452, de 1º maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. *Lei n. 4.066, de 28 de Maio de 1962*. Estabelece normas para a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado. Brasília: Senado Federal/Câmara dos Deputados. *Diário Oficial da União*. Seção 1. 05/06/1962. p. 6149.

BRASIL. *Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955*. Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2573.htm. Acesso em: 15 out. 2019

CAVALCANTI, Leonardo. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro. Desafios para políticas públicas. *Revista da ANPEGE*, v. 11, n. 16, p. 21-35, 2015.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 10ª REGIÃO - JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPO GRANDE - MS - Processo nº 158/64.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 10ª REGIÃO - JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPO GRANDE - MS - Processo nº 172/64.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 10ª REGIÃO - JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPO GRANDE - MS - Processo nº 181/64.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. *Psicologia USP*, v. 26, n. 2, p. 136-144, 2015.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo et al. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista brasileira de estudos de População*, 2010.

NAKAGAWARA, Yoshiya. Café, do colonato ao bóia-fria. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 15, n. 3, p. 270-279, 1994.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. *Trabalho e migração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2012.

SILVA, Marcelo Alves da; MANDALLOZZO NETTO, Silvana Souza; SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da. Migrações e trabalho: uma análise a partir dos direitos sociais fundamentais. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, PR, v. 7, n. 68, p. 53-60, maio 2018.

TORRES, Daniel Bertolucci. Trabalhadores imigrantes e a responsabilidade da Empresa. *ARACÊ-Direitos Humanos em Revista*, v. 2, n. 3, p. 96-115, 2015.

15

Gabriel de Souza Sales

Camila Torres Ituassu

Migrações internacionais e empregabilidade em Mato Grosso do Sul: apontamentos e relações

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.306-324

INTRODUÇÃO

A migração é um movimento que faz parte da natureza e da história humana, pois foi essencial para a perpetuação da espécie em todo o mundo. Entretanto, conforme destaca Bauman (2017), ao longo do tempo a convivência entre diferentes povos, de regiões, modos de vida e culturas distintas se tornou cada vez menos amigável e os conflitos se tornaram mais complexos e adquiriram tons políticos.

Migrar tornou-se uma realidade para muitos por conta de fatores ligados à globalização, a qual conecta muitos países, porém faz com que o processo seja diferente diante da desigualdade social e pelas motivações que levam à migração. Milesi e Lacerda (2007) chamam a atenção para a tendência de migração entre países próximos, favorecida pelas semelhanças culturais e, em alguns casos, linguísticas, proporcionando meios para a adaptação a um novo país. A escolha do Brasil como destino para cidadãos latino-americanos se dá principalmente pela facilidade de entrada no país, haja vista as fronteiras terrestres de acesso simplificado, como as de Mato Grosso do Sul.

O Brasil passou por diversas mudanças nos últimos anos no que tange à migração internacional e hoje conta com a Lei de Migração nº 13.445, de 2017. Apesar de existir uma gama vasta de termos para se referir aos movimentos migratórios, neste trabalho, o termo “migrante” foi escolhido para designar qualquer pessoa que se desloca em pequenas ou grandes distâncias para residência permanente ou temporária em outro país ou região em consonância com Nolasco (2016) no que diz respeito ao uso de termos mais abrangentes. É importante destacar que questões como a dos refugiados não serão abordadas, por se tratar de outro tipo de movimento migratório com caráter e motivações específicas que não permitem comparações rasas com a maior parte das migrações, assim como discorre Patarra (2005).

Existem múltiplas motivações para a migração, porém, a busca por trabalho é uma das principais. A partir do viés da empregabilidade, o trabalho para o migrante adquire papéis distintos em seu processo de familiarização com o novo país: o de inclusão e o de exclusão. Inclui no sentido de proporcionar relações sociais, conforme considerado por Lane (2006), ao passo que exclui quando se leva em consideração a situação de vulnerabilidade dessa população, postulada por Araújo, Fontoura e Almeida (2017), que os expõe ao preconceito, discriminação e, em muitos casos, a condições de trabalho abusivas e a privação de serviços básicos.

Diante da vulnerabilidade da situação de migrante, Vieira (2016) aponta a necessidade de a Psicologia se aproximar do tema e participar ativamente no acolhimento, na luta por políticas públicas de apoio e na promoção de saúde desses indivíduos, pois o movimento migratório pode potencializar o sofrimento psíquico de seus protagonistas.

Por fim, o principal objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações entre a migração internacional e o mercado de trabalho, visando entender como toda essa situação afeta o migrante e trazer esse olhar dialético para o indivíduo, ou seja, em sua relação de afeto mútuo com o contexto para compreender o tratamento que o Brasil dá para essa parcela da população e pensar em estratégias de enfrentamento direcionadas às particularidades regionais.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa embasada nos fundamentos do materialismo histórico-dialético, com a coleta de dados executada a partir do método de revisão bibliográfica de artigos científicos, monografias, livros, normas e leis, disponíveis on-line ou fisicamente e publicados entre 2005 e 2019.

A escolha do método se deu pela importância de se construir um panorama teórico sobre temas pouco conhecidos e para embasar pesquisas futuras. As palavras-chave para as pesquisas foram “migração internacional”, “Mato Grosso do Sul” e “empregabilidade” e resultaram na escolha de 28 trabalhos para fornecer aporte à discussão teórica sobre o tema.

No tocante ao recorte temporal, a escolha do período de 15 anos se deu em razão das mudanças de paradigma na ciência, o que proporciona a desatualização de alguns debates ocorridos há mais tempo, portanto, para trazer um panorama atualizado e que reflita com maior nível de fidedignidade possível a realidade da migração brasileira, com o recorte regional proposto.

PERCURSOS HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Em um mundo globalizado, é praticamente impossível não se conectar com outras culturas, assim como destaca Bauman (2017), pois com a crescente sensação de que as fronteiras físicas se abrem cada vez mais, a relação entre pessoas de diferentes nações foi facilitada, o que poderia representar um novo capítulo para as migrações, sem tantas dificuldades. Entretanto, Milesi e Lacerda (2007) e Vieira (2016) apontam que os desdobramentos do fim da Guerra Fria ocasionaram as tentativas crescentes de se proteger do dito “perigo dos estrangeiros”⁴². Tal posicionamento seria um dos responsáveis pelo descaso que muitas nações demandam aos migrantes, em especial aos mais pobres.

⁴² O uso do termo “estrangeiro” não é mais recomendado por seu caráter excludente, negativo e de nacionalismo extremo, porém, aqui foi utilizado para dar conta do sentido negativo dado aos fluxos migratórios do país desde o colonialismo europeu (JARDIM, 2017). Portanto, ele será utilizado apenas em momentos ligados a um período histórico em que a nomenclatura era usual ou outras situações específicas.

De acordo com Bastos e Mageste (2018), a migração brasileira remonta à invasão europeia do século XVI, passando pela escravização, o que deu ao país um cenário migratório complexo. Apesar de ser uma nação miscigenada, como muitos dizem, a relação do brasileiro com os estrangeiros é embasada em preconceitos e estereótipos herdados dos colonizadores europeus e perpetuados até hoje, conforme aponta Jardim (2017).

Diversas são as razões que motivam a migração, ao mesmo tempo que múltiplos obstáculos são encontrados no processo migratório e no estabelecimento no país de destino. É válido fazer uma retomada histórica do caminho percorrido pelo Brasil em relação aos fluxos migratórios após os primeiros contatos com europeus.

Segundo Jardim (2017), o Brasil produziu suas primeiras legislações específicas sobre migração no século XIX, em um cenário marcado pela recém-proclamada independência do país e vindoura abolição da escravidão, o que justifica a visão racista e eugenista das legislações da época e que culminou na criação do modelo de migrante ideal, que vinha em busca de trabalho e, comumente, tinha ascendência europeia.

Algumas décadas depois, já no século XX, outra fase importante foi o pós-Segunda Guerra, em que houve diversos movimentos de segregação pelo mundo, inclusive no Brasil, onde foi criado o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 941/1969), em meio à Ditadura Militar e influenciado pelos ares protecionistas da época que levou em consideração o mito do migrante como ameaça (JARDIM, 2017).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo grande movimento de saída de brasileiros para outros países, sendo a última o que Sales (1999 apud SOUZA; ALMEIDA, 2015) nomeou de “década perdida”⁴³, tendo em vista os números recorde de brasileiros vivendo fora.

⁴³ Aspas do autor.

Tais movimentos ocorreram em um momento de recessão econômica, reestruturação política e a instabilidade pós-ditadura.

Nesta época, a globalização se fortalecia com o advento da internet, intensificando as relações entre todo o mundo. Por conta do caráter de abertura de fronteiras comunicacionais, a discussão sobre a questão migratória passou a olhar mais atentamente para as reais demandas destes indivíduos, procurando fugir de estereótipos e preconceitos (BÓGUS; FABIANO, 2015). No Brasil, a criação da Lei dos Refugiados (nº 9.474/1997) é considerada um marco para o tema por trazer para o âmbito da lei um tratamento humanizado dos fluxos migratórios forçados e a garantia de direitos, de acordo com Jardim (2017).

Por fim, percebe-se como os processos migratórios brasileiros foram permeados por anos de preconceitos e ataques a determinados grupos de migrantes; entretanto, é possível perceber que grandes passos foram dados, apesar de estar longe de alcançar o ponto ideal no que diz respeito às condições de acolhimento e garantia de direitos dos migrante. A evolução desta pauta ocorreu graças às mudanças de paradigmas que possibilitaram olhar o migrante dentro de sua realidade e de suas necessidades, dando-lhe voz e lutando junto a eles.

CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Diversos são os desafios das nações para acolher os migrantes; o principal é a formulação de políticas públicas que contemplem suas necessidades e garanta o acesso pleno aos serviços básicos de cuidado. Milesi e Lacerda (2007) discorrem que essas políticas devem contemplar a segurança, saúde, educação, participação política e suporte para estabelecimento em uma nova sociedade, porém, a resistência por parte da população e dos governos em receber migrantes dificulta o processo.

De 2010 a 2015 houve o crescimento de 20% no fluxo migratório para residência no Brasil, cerca de 700 mil pessoas. Do total, aproximadamente 200 mil são oriundos de países sul-americanos, dados foram divulgados no final de 2017, no relatório trienal *World Migration Report* 2018, da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os números ainda indicam que 70% dos movimentos migratórios no continente sul-americano ocorrem entre países da região (ALMEIDA, 2017).

Apesar desses indivíduos representarem uma pequena parcela da população – cerca de 0,3% da população brasileira –, houve aumento significativo no número de migrantes que chegaram ao país. Segundo Aragão e Santi (2018), a falta de estrutura do país para receber migrantes pode ocasionar conflitos entre moradores das regiões e migrantes, sendo comum, inclusive, que até a mídia local faça manobras para colocar migrantes como vilões, seguindo o caminho de resistência e do “perigo” iminente da migração.

A falta de infraestrutura para atender às necessidades tanto dos nacionais quanto dos migrantes pode causar conflitos. Além disso, a imagem preconceituosa de que estes vêm para roubar o lugar dos brasileiros, ou que têm caráter duvidoso, representando um perigo para a segurança pública, dificultam seu estabelecimento no país (ALMEIDA, 2017).

A tendência para se fechar para o outro não acontece apenas no Brasil, tendo em vista o que Bauman (2017) chama de “ascensão de tiranos”, por todo o mundo, com discursos de culpabilização dos migrantes para os problemas enfrentados nos países, o que coloca grande parte da população contra eles, além de utilizarem de argumentos sedutores que prometem que todas as crises vão melhorar com as medidas rápidas e certas que serão tomadas se um “tirano” chegar ao poder.

O Brasil elegeu em 2018 um presidente com discursos semelhantes, prezando pela soberania do país acima de outros, aderindo a ideias que podem dificultar a adaptação de migrantes no Brasil, além

de outros obstáculos como a vulnerabilidade de sua condição e seu luto por deixar sua vida para trás, a barreira linguística e a burocracia para regularização dos documentos.

O primeiro problema elucidado por Vieira (2016) diz respeito à vulnerabilidade e aos perigos que os migrantes se expõem no processo, o luto, por deixar sua vida e pessoas queridas para trás, além de ter que lidar com uma cultura nova e um processo de aculturação, de certa forma, em que o indivíduo passa a conviver com elementos culturais novos e pode sentir um choque com as diferenças.

O Brasil é o único país latino-americano que tem como língua oficial o português; a maioria dos outros fala espanhol. Patarra (2005) e Cavalcanti (2018) destacam que, apesar de serem línguas semelhantes, há muitas distinções, inclusive regionais, o que dificulta as relações dos migrantes, até mesmo para entrarem no mercado de trabalho.

No que se refere à difícil regulamentação legal de migrantes, Patarra (2005) e Oliveira (2008) destacam essa ferramenta como de grande importância para a vida dos migrantes após desembarcarem no Brasil. Os processos de regularização podem demorar muito para serem iniciados ou finalizados, em parte pela falta de estrutura para atender tantas pessoas e pelas dificuldades de acesso aos serviços de acolhimento, como a Pastoral do Migrante, referida por Rosa (2019). A autora menciona os desafios das instituições de assistência em alcançar os migrantes, em especial as Organizações Não Governamentais (ONG), ainda mais um recém-chegado, sem domínio da língua ou conhecimento do funcionamento dos sistemas de saúde.

Conforme apresentado por Araújo, Fontoura e Almeida (2017), o trabalho é um fator central para o migrante no Brasil, porém, devido ao preconceito ainda muito presente, muitas vezes lhes são relegadas atividades informais, com remuneração aquém da carga de trabalho e, em alguns casos, em situações análogas à escravidão.

Desse modo, foram apresentados os desdobramentos dos fluxos migratórios atuais e os desafios para o estabelecimento do migrante no Brasil, seja pela falta de acesso aos serviços de acolhimento, discriminação ou as barreiras culturais e de comunicação, é imprescindível analisar essas questões e levar em conta de que migrar não é apenas se deslocar espaço-temporalmente, pois são pessoas que deixam para trás sua história no país natal para tentar novas oportunidades em outro país.

O PAPEL DE MATO GROSSO DO SUL NO CENÁRIO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

O estado de Mato Grosso do Sul concentra cerca de 2,4 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2010), sendo o 6º maior do país. Composto por 79 municípios, 44 deles fazem fronteira com os dois países vizinhos (Bolívia e Paraguai), proporcionando uma realidade migratória complexa que ocorre pela convivência entre moradores de diferentes países nas regiões fronteiriças, caracterizando uma realidade social, política e econômica singular, e como ponto de passagem para pessoas que se instalam ou atravessam o estado rumo a outras regiões do país (ALMEIDA, 2017).

Ao desembarcar no estado, os migrantes comumente passam por sérias condições de vulnerabilidade e diversas dificuldades para se estabelecer no país. Diversas organizações de apoio e acolhida para migrantes e refugiados são ligadas a movimentos religiosos ou organizações voluntárias. Entretanto, acessar esses programas de acolhimento é complicado, principalmente para pessoas recém-chegadas, vulneráveis, com pouco domínio do português e sem saber onde encontrar tais serviços, em parte pela comunicação que não chega até o público-alvo.

Dentre os principais serviços de acolhimento, o trabalho da Pastoral do Migrante é realizado há 35 anos e inclui as ações como a acolhida dos recém-chegados, oferece cursos, eventos e encontros formativos para auxiliá-los a se estabelecer no país, se profissionalizar e conseguir trabalho, além de homenagear e celebrar as culturas de quem chega, com o objetivo de integrar os diferentes povos e culturas que protagonizam os processos (ROSA, 2019).

O objetivo dos serviços oferecidos pela Pastoral é justamente superar práticas assistencialistas muito comuns no atendimento aos migrantes e fortalecer sua autonomia e protagonismo para se estabelecer no país. A instituição ainda auxilia em questões como a “regularização dos documentos, ensinar o português, orientar para o acesso a serviços sociais públicos, formar para a geração de renda, sendo esses pressupostos e instrumentos que visam à autonomia” (ROSA, 2019, p. 205). A Pastoral funciona principalmente com o auxílio de voluntários para conseguir atender a grande entrada de migrantes.

Para mencionar outros serviços de apoio aos migrantes e refugiados, alguns que atuam em parceria com a Pastoral, podem ser citados o Comitê para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI), Universidades públicas e privadas com projetos de pesquisa e prestação de serviços à comunidade, além de órgãos oficiais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público do Trabalho e o próprio governo municipal e estadual.

Outra característica que coloca o estado como destaque no cenário migratório brasileiro: as regiões fronteiriças. Martine (2005) afirma que, com a globalização, é comum falar que o mundo caminha rumo ao que se chama de humanidade sem fronteiras. Todavia, como observa Oliveira (2008), é necessário observar as fronteiras além de limites territoriais, pois nelas, muitas vezes, são estabelecidas complexas relações sociais entre nacionais de diferentes países, formando o que o autor define como fronteira viva. Apesar de as fronteiras não serem

apenas demográficas e políticas, elas têm caráter econômico e social importante para residentes fronteiriços, e revelam as diferentes normas sociais válidas apenas nessas regiões, assim como a quebra de algumas regras oficiais instauradas pelo Estado, sendo substituídas por novas, a partir das necessidades dos nacionais dos dois países.

A fronteira Brasil-Paraguai e os conflitos que já ocorreram na região, como a Guerra do Paraguai no século XIX. Justamente por sua importância histórica, a mesma fronteira atua como facilitadora do estabelecimento dos migrantes na região, haja vista que, segundo Almeida (2017), a extensão territorial, as fronteiras de fácil acesso e o fato de fazer divisa com Bolívia e Paraguai proporciona um contexto sócio-político-econômico único para Mato Grosso do Sul e que possibilita uma interessante análise. De acordo com dados fornecidos pelo relatório da Organização Internacional para Migrações (OIM) apresentados pela autora, as duas nações vizinhas como os principais países sul-americanos de origem dos migrantes que vêm para o Brasil.

Dois municípios do estado que representam bem como se dão as relações entre cidades com fronteiras de fácil acesso: Ponta Porã na fronteira com o Paraguai e Corumbá, com a Bolívia. Elas se destacam pelo fácil acesso dos cidadãos de países vizinhos ao Brasil, tornando possível a convivência entre moradores de ambos os países, além de possibilitar que usufruam da educação, segurança e saúde do Brasil, além de serem atrativos comerciais e turísticos para o resto do estado, movimentando a economia da região e beneficiando os residentes (ALMEIDA, 2017).

Trazendo novamente o foco a questão da vulnerabilidade suscitada por Vieira (2016), a região apresenta diversas problemáticas sociais, além da falta de infraestrutura para atender a todos, em especial ao tráfico de drogas e pessoas, além dos altos índices de criminalidade decorrentes da falta de controle governamental e da facilidade de acesso às fronteiras, o que aumenta a violência vivenciada pelos residentes fronteiriços (ALMEIDA, 2017).

Entretanto, seria injusto finalizar esta seção focando apenas nos aspectos negativos relacionados ao trabalho dessa população. Apesar de não existir um quantitativo volumoso de discussões na literatura referentes ao acesso e à distribuição de migrantes no mercado de trabalho do estado, é importante elucidar outros pontos relacionados dada sua centralidade em sua vida. Araújo, Fontoura e Almeida (2017) citam a participação de mulheres latino-americanas e seu papel ativo nos processos migratórios e como o fenômeno afeta migrantes oriundos de culturas patriarcais.

Percebe-se como o estado é importante no cenário migratório nacional, pois além de seu complexo contexto fronteiriço, propicia importantes reflexões acerca da relação entre o migrante e o trabalho. Porém, o número baixo de pesquisas que debatem sobre a empregabilidade dos migrantes e a importância do trabalho em suas vidas com o caráter informativo e analítico demonstra a relevância deste trabalho. Para aprofundar tais questões, a seguir serão discorridos apontamentos acerca da empregabilidade e da migração, com atenção aos aspectos subjetivos decorrentes do processo.

AS RELAÇÕES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COM A EMPREGABILIDADE

De acordo com Gazier (2001 apud PERÉZ, 2008), o construto⁴⁴ da empregabilidade traz diversas conceituações que usam de diversos artifícios para explicar o fenômeno, alguns mais interacionistas, abordando as relações entre as características individuais e as características do

⁴⁴ O uso deste termo pode trazer um caráter quantitativo ao fenômeno, o que seria, de certa forma, incoerente em uma pesquisa qualitativa como esta, porém, com base nas reflexões de Pérez (2008) foi decidido utilizar a empregabilidade no sentido de construto, pois traz diversas conceituações e visões que não são o suficiente para estabelecer um corpus conceitual suficiente para discussões teóricas mais concisas e substanciais.

mercado, enquanto alguns observam apenas o âmbito individual, aspectos da genética e neurociência. Todavia, não há um consenso sobre o que é a empregabilidade, justamente pela pluralidade de conceitos.

Nesta seção final, o debate leva em consideração uma interação entre o sujeito migrante e o trabalho sem deixar de lado aspectos que dificultam sua entrada no mercado e adaptação na sociedade, a ausência de ações governamentais direcionadas ao seu acesso em diversos serviços públicos, sem deixar de lado a perspectiva sócio-histórica.

Com o olhar direcionado para o trabalho formal, Kilimnik, Neto e Reis (2015) colocam a empregabilidade como um conceito essencial para entender a relação de migrantes com as organizações de trabalho. Neste contexto, se refere às condições do indivíduo para se aperfeiçoar e se adequar às mudanças e exigências que ocorrem no trabalho, abordando sua subjetividade, suas capacidades para manter seu vínculo empregatício e considera o papel das organizações e do Estado para garantir o respeito aos direitos e necessidades dos migrantes e garantir um ambiente adequado para seu desenvolvimento.

O conceito apareceu no início do século passado, nos Estados Unidos, e englobava um caráter dicotômico de separação daqueles que possuíam capacidades físicas e mentais para exercer funções dentro do ambiente de trabalho em detrimento dos que não possuíam tais características (NÁDER; OLIVEIRA, 2007). Posteriormente, com uma visão social, das capacidades de adaptação no emprego e nas funções designadas, questões identitárias e de relações de poder foi possível iniciar uma nova era nos estudos da temática, principalmente em questões ligadas à flexibilidade do trabalhador e sua competência para se renovar diante das mudanças e para desempenhar suas funções laborais.

Todavia, muitos estudiosos ainda enxergam a empregabilidade apenas pela capacidade individual de conseguir e manter-se num emprego. De acordo com Gazier (2001), a empregabilidade é delimitada

no ponto em que trata de aspectos como a transição do indivíduo do desemprego para um novo emprego e como a capacidade de conseguir um trabalho tradicional, formal, auxilia na construção de uma imagem aceita na sociedade.

Para Cavalcanti (2014), por abordar os aspectos subjetivos das relações de trabalho, a empregabilidade engloba pontos como a dificuldade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho, as condições de exercício de suas funções, remuneração, satisfação e representação social no local de trabalho e a percepção do migrante destes aspectos, além de citar problemas como a revalidação de diplomas e exercício de profissões de nível superior. Para não cometer equívocos, o debate sobre os processos migratórios deve levar em conta suas nuances e abranger tópicos sócio-históricos e político-econômicos dos indivíduos e que motivam a migração.

O processo se mostra estressante e causador de angústias, haja vista o preconceito e o choque cultural encontrados no país de destino e o saudosismo de sua vida pregressa. Retornando ao processo de luto do migrante elucidado por Vieira (2016) ao deixar seu país, ele pode ser colocado como principal causa de sofrimento, além de dificultar ainda mais sua adaptação no novo país e a chance de encontrar trabalho. Por sua centralidade na vida das pessoas, o trabalho serve como estabelecedor de relações sociais e faz com que o processo seja menos difícil e doloroso, além de dar visibilidade ao migrante no contexto em que ele está inserido.

Contudo, por vezes o acesso do migrante ao trabalho é dificultado e lhe restam as vagas renegadas pelos nacionais, o que, aliado à exposição aos riscos, pode ser um perigo por conta da discriminação e condições de trabalho desrespeitosas comumente vivenciadas por eles. Vendramini (2018) aponta a tendência histórica de se considerar a migração como importante forma de compor a urbanização e de ser parte da acumulação de capital do país, justamente por se submeterem

a salários baixíssimos, jornadas longas e exaustivas, e em funções que exigem pouca qualificação, já que precisavam de trabalho para sobreviver; logo, aceitavam o que aparecia, um dos lados mais fracos da equação de crescimento da economia brasileira e favorecendo a exploração.

Segundo Pérez (2008), apesar de se olhar muito mais para o trabalhador como um ser humano e se discutir o respeito aos seus limites, o mundo capitalista se movimenta rumo à quebra da formalidade nas relações de trabalho, valorizando trabalhadores autônomos e informais, além da crescente onda de terceirizações, fruto da noção neoliberalista de ter o mínimo possível de vínculos com os funcionários, o que ocasiona maior obsolescência das pessoas no contexto laboral. Ao direcionar esse cenário para o caso do migrante, fica evidenciado que o fenômeno torna ainda mais árdua a jornada para trabalhar no país de destino.

Para Cavalcanti (2014) e Vendramini (2018), a tendência do trabalhador de ir onde o trabalho está e tentar se adequar às funções ofertadas para não ficar sem trabalho é uma característica muito discutida no campo da empregabilidade em relação aos limites das organizações de trabalho em respeitar os direitos dos trabalhadores como cidadãos migrantes, os quais são colocados em xeque por fatores consequentes de sua vulnerabilidade, como a urgência em ganhar dinheiro para sobreviver e garantir, muitas vezes, a subsistência dos que ficaram para trás ou a falta de oportunidades.

Porém, não significa que, ao aceitarem essas ofertas, os migrantes se tornem culpados pela perpetuação do estado da marginalidade no trabalho. Bauman (2017) aponta as estratégias de governos em colocar o migrante como causa máxima dos problemas do país e uma ameaça à segurança, causando pânico na população, que apoia e dá força ao fechamento – metafórico ou concreto – das fronteiras para os grupos de migrantes mais marginalizados. Tais ações elucidam outro fenômeno trazido por Vendramini (2018): com o medo de perder seu lugar na sociedade, alguns nacionais consideram os migrantes como

adversários e ameaça ao emprego, mas não percebem que a presença desta parcela da população traz benefícios econômicos e sociais para o país e para suas vidas em uma relação dialética de troca.

Por fim, observa-se que a situação pode ocasionar maiores cargas psicossociais que alguns indivíduos não conseguem lidar. É nesta demanda que a Psicologia encontra um espaço para se apropriar e trabalhar com os migrantes a partir de sua individualidade, dentro de todo o contexto social e político em que ele está envolvido, cuidando do acolhimento e da garantia de sua saúde psíquica, na luta por mais direitos e na busca pela autonomia desses sujeitos em suas próprias histórias para que haja maior qualidade de vida e visibilidade como cidadãos dotados de expectativas, sentimentos, opiniões e anseio de ajudar o crescimento do país, e ter uma vida em paz (VIEIRA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno migratório mostrou-se de extrema importância para o entendimento das relações sócio-históricas e econômicas do Brasil em toda a sua história. Embora o país tenha passado por um momento de grandes avanços sociais e econômicos nos primeiros anos do século XXI, a questão migratória ainda necessita de atenção, principalmente em um cenário de ascensão de governantes com discursos preconceituosos e discriminatórios que caracterizam o migrante como a raiz de diversos problemas da população.

O maior desafio desta pesquisa foi estabelecer uma discussão consistente sobre a empregabilidade dos migrantes em Mato Grosso do Sul, com enfoque nos aspectos subjetivos do fenômeno migratório e de ingresso no mercado de trabalho. Era esperado que a quantidade de materiais contendo debates sobre fatores psicossociais decorren-

tes do processo de migração no Brasil, em especial no estado, porém no que se refere à empregabilidade, o cenário teórico é, em sua maioria, direcionado aos aspectos negativos, como a discriminação e a dificuldade de acesso ao emprego formal, e à vulnerabilidade a qual estão sujeitos, como o perigo do tráfico nas regiões fronteiriças do estado.

Apesar da baixa quantidade de estudos sobre as temáticas abordadas localizadas no contexto sul-mato-grossense, é possível afirmar que o objetivo de estabelecer um debate que conectasse e trouxesse à tona possíveis apontamentos entre questões distintas foi alcançado. Diante deste contexto de poucas reflexões acadêmicas sobre os aspectos subjetivos da migração, principalmente na área da Psicologia, se coloca a relevância de pesquisas que direcionam seu enfoque para aspectos e nuances do acolhimento de migrantes e para representar mais esforços na busca de direitos e representatividade desta população.

Quanto à perspectiva teórica, o olhar da Psicologia Sócio-Histórica enriquece o debate ao demonstrar como as pesquisas sobre migração podem e devem evoluir a partir de visões abrangentes, das formas com que as identidades dos indivíduos são formadas dentro de grupos sociais e culturais específicos e como esses aspectos são colocados em situações como a da migração.

As discussões se encerram com uma ampla visão acerca da identidade migratória do estado de Mato Grosso do Sul, como é necessário estudar tais relações para tirar da invisibilidade os protagonistas dos movimentos migratórios, para que continuem proporcionando mudanças concretas na sociedade, sem se abater pelos percalços e retrocessos a que todos estamos sujeitos. Apenas conhecendo o desconhecido é que será possível mudar situações inaceitáveis e amenizar o estado de vulnerabilidade ao qual migrantes ficam sujeitos, além de ser importante lutar contra a ignorância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. Questões de gênero e a necessidade de políticas públicas na região de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. In: SILVA, P. C. (Ed.) *Território(s), gênero, trabajo y políticas públicas en América Latina*. Chile, 2015. PDF. São Paulo: Editora Provocare Votorantim, 2017. p. 16-17.

ARAGÃO, T.; SANTI, V. Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 2, n. 1, p. 136-156, jan-abr. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627>. Acesso em: 4 de jun. 2020.

ARAÚJO, K. A.; FONTOURA, F. C.; ALMEIDA, L. P. Migração, território e trabalho de mulheres latino-americanas. In: SILVA, P. C. (Ed.) *Território(s), gênero, trabajo y políticas públicas en América Latina*. Chile, 2015. PDF. São Paulo: Editora Provocare Votorantim, 2017. p. 139-150.

BASTOS, F. H. C.; MAGESTE, L. Migração internacional qualificada e política migratória no Brasil (2000-2017). *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 9, n. 48, p. 72-97, out./dez. 2018.

BAUMAN, S. *Estranhos à nossa porta*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Título original: *Stranger as our door*.

BÓGUS, L.; FABIANO, M. L. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula*, PUC SP, n. 18, p. 126-145. São Paulo: 2015.

BRASIL. Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 4 jun. 2020.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Caracterização e questões teóricas. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais*, cap. 1, p. 11-22, Brasília, 2014.

GAZIER, B. *Employability: the complexity of a policy notion*. In: WEINERT, P.; BAUKENS, M.; BOLLÉROT, P.; PINESCHI-GAPÂNNÉ, M.; WALWEI, U. *Employability: From theory to practice*. Londres: Transaction publishers, 2001, p. 3-23.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010 de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em: 09 de nov. 2018.

JARDIM, T. D. M. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília, v.12, n.12, p. 17-46, dez. 2017.

KILIMNIK, Z. M.; NETO, S. P. S.; REIS, J. A. Empregabilidade e reinserção no mercado de trabalho: um estudo com profissionais com experiência internacional. *Gestão.org*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2015. p 93-102, 2015. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pdma/article/download/4438/2254>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

LANE, S. T. M. Trabalho e classe social. In: _____. *O que é psicologia social*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 55-66.

MARTINE, G. Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*. v. 19. n. 3. 2005, jul/set, p. 3-22.

MILESI, R.; LACERDA, R (orgs.). *Políticas públicas para las migraciones internacionales*: migrantes y refugiados. Brasília: dez. 2007, 2 ed., 112 p.

NÁDER, F. M. J.; OLIVEIRA, L. B. Empregabilidade: uma análise histórica e crítica. In: ENANPAD, 31º, 2007, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

NOLASCO, C. *Migrações internacionais*: conceitos, tipologia e teorias. Universidade de Coimbra, Oficina do CES, n. 434. Coimbra: 2016, 29 p.

OLIVEIRA, M. G. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*. 2008. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 110. 2008.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PERÉZ, E. R. *Empregabilidade: versões e implicações. Uma leitura desde a Psicologia Social*. 2008. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. *REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 55, p. 199-206, abr. 2019.

SOUZA, F. B.; ALMEIDA, L. P. Migração de retorno: fator de conflitos pessoais e familiares. *Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones*, Limoges, n. 6, p. 13-20, 2015.

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Katálizes*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, mai/ago. 2018.

VIEIRA, A. R. Os desafios da Psicologia no contexto contemporâneo da migração e as políticas públicas no estado do Paraná. In: I SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA, 1. 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: 2016.

16

Hellen Almeida de Carvalho

Gabriela Pereira da Silva

Henrique Rezende Untem

Inserção de migrantes haitianos no mercado de trabalho em Mato Grosso do Sul

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.325-341

INTRODUÇÃO

É visível que o mercado de trabalho brasileiro ainda passa por um período de instabilidade, os próprios brasileiros ainda enfrentam muita dificuldade na busca por um emprego. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o índice de desemprego no trimestre entre novembro/2019 e janeiro/2020 foi de 11,2%, a população desocupada ficou em 11 milhões e 900 mil pessoas.

Ocorrendo maior busca por vagas de emprego, aumentará também a exigência de melhor qualificação profissional. Deste modo, as pessoas que possuem uma melhor formação educacional e profissional se beneficiarão, enquanto aqueles que estão à margem da sociedade, possuem menores condições econômicas, não possuem acesso a um ensino de qualidade, entre outros casos, estarão sujeitos a oportunidades com menor remuneração e direitos trabalhistas muitas vezes negados. Paiva (2001) comenta sobre o tema:

Por isso mesmo, as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais (Paiva, 1997), necessárias à vida num mundo em que a concorrência se acirrou. São atributos que transcendem as possibilidades do sistema educacional, a aquisição de qualificação ou de competências. (PAIVA, 2001, p. 55)

Tendo em vista que as dificuldades enfrentadas por migrantes para chegarem até o Brasil em busca de melhores condições de vida são grandes, se inserirem no mercado de trabalho se torna uma dificuldade maior ainda, sabendo que os brasileiros já enfrentam esse cenário de problemas no mercado de trabalho nacional. No entanto, os migrantes quando recorrem a vagas de emprego se deparam com um cenário ainda mais precário e maiores burocracias.

Comparado a migração de outros povos, a vinda de haitianos para o Brasil tem sido considerada a maior onda migratória ao país em muitos anos. “A primeira onda de haitianos que se mudou para o estrangeiro visava buscar temporariamente oportunidades educacionais e abrigar-se da coação econômica e a opressão política em seu país” (TÉLÉMAQUE, 2012, p. IV). A migração haitiana no Brasil é resultado da instabilidade política e econômica vivida no Haiti. Com os diversos conflitos políticos e financeiros acontecendo em seu país de origem, foram diversas as vezes que o Haiti fora noticiado devido às suas crises econômicas e catástrofes naturais, tendo isso em vista os haitianos buscam uma melhor condição de vida em outros países.

O nível de escolaridade e formação se torna uma variável importante para análise no momento da autorização de vistos. Pesquisas apontam que autorizações para cargos de trabalhos fornecidos para os migrantes apresentaram uma exigência no nível educacional muito elevado, com 55% do total de autorizações predominando o nível superior completo. Dessa forma, podemos afirmar que a maioria das autorizações de trabalho no Brasil é fornecida para estrangeiros com boas qualificações.

Entretanto, muitas vezes mesmo aqueles migrantes que possuem boa formação de ensino, quando chegam em território desconhecido, estão totalmente sujeitos a sofrerem uma desqualificação profissional. Se possuírem alguma situação vulnerável, como, por exemplo, se estiverem em condição ilegal, esse fato pode se tornar ainda mais agravante pois em muitos casos o mercado de trabalho brasileiro passa a explorá-los, como através de mão de obra barata e análogo ao trabalho escravo.

Salienta-se que os haitianos que procuram o Brasil para reconstruírem suas vidas, em sua maioria, possuem algum grau de qualificação profissional, portanto não são refugiados iletrados e sem preparo. Muitos deles possuem curso técnico, curso superior e falam até três idiomas, entre eles o espanhol e o francês. O mercado de trabalho brasileiro, entretanto, os

exploram, principalmente aqueles que aqui estão em condição ilegal, como mão de obra barata e, não raramente, com poucos direitos trabalhistas empregados (DE MORAIS; DE ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 106)

A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de inserção dos migrantes haitianos no mercado de trabalho no Mato Grosso do Sul, além de estudar as dificuldades e barreiras encontradas por migrantes haitianos na busca por trabalho e boas condições de vida, compreendendo de que forma o empreendedorismo surge como ideia de enfrentamento da falta de trabalho, bem como verificar quais são os cargos e tipos de trabalhos que estão sendo ocupados pelos migrantes haitianos.

Para isso, a metodologia de pesquisa é de cunho qualitativo, de acordo com Minayo (2010, p.15) “[...] é necessário afirmar que o objeto de estudo das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”. Sendo assim, ainda de acordo com a autora, a pesquisa qualitativa se baseia em:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010, p. 21).

Foi utilizada a técnicas de pesquisa bibliográfica para compreensão do histórico da vinda de migrantes haitianos para o Brasil e Mato Grosso do Sul, bem como para compreender o atual cenário de desemprego no mercado de trabalho nacional. Foi realizada a leitura de artigos e demais publicações disponíveis na internet, como a plataforma Scielo e Google Acadêmico.

Os dados foram analisados a partir da teoria do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, que pauta sua análise na objetividade do mundo real e concreto. Esta perspectiva tem por interesse conhe-

cer a lógica de um objeto real e determinado, José Paulo Netto (2011) afirma que “descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto”. Pretendeu-se analisar o objeto real concreto, assim, para a teoria sócio-histórica, a história é constituída por movimentos contraditórios do fazer humano (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007).

A MIGRAÇÃO E OPORTUNIDADES DE TRABALHO PARA ESTRANGEIROS

Para compreender um fenômeno social, é importante voltar-se para a realidade concreta, a fim de analisá-lo pela forma como se apresenta na vida material dos sujeitos. Para a teoria sócio-histórica, a história é constituída por movimentos contraditórios do constante fazer humano (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007). Assim, para a compreensão da migração, pretende-se fazer uma breve retomada histórica, buscando analisar quais seus fatores propiciadores e que movimentos dialéticos foram feitos para que se tenham as migrações da forma como são conhecidas na sociedade contemporânea.

A migração já não pode ser citada como um fenômeno recente, certamente ainda é muito presente nos dias atuais. Porém, estudando as primeiras migrações em contexto mundial sabemos que ela já é existente desde os primeiros seres humanos pré-históricos, em que segundo muitos cientistas os primeiros povos surgiram na África e partindo daquele local migraram para as diversas partes do globo.

Para iniciar a análise histórica, retoma-se o homem primitivo. Há cerca de 40 mil anos os primeiros grupos humanos surgem, destes, durante 30 mil anos o homem estava em estágios prévios à chamada civilização, eram as comunidades primitivas (NETTO; BRAZ,

2006). As comunidades primitivas se caracterizam, primordialmente, pelo seu caráter nômade. O homem se deslocava em busca de melhores regiões, no momento em que o local que estava anteriormente encontrava-se saturada ou apresentava algum perigo, então migravam com a motivação de buscar novos recursos vindos da terra e possibilidades de caça. O fenômeno das migrações surge a partir de necessidades relacionadas à sobrevivência, fazendo com que os indivíduos se desloquem a fim de buscar novos meios de vida em locais mais propícios a isso. Assim, as migrações se apresentam enquanto fenômeno social complexo, definidas como deslocamento de pessoas de uma localidade para a outra (SALIM, 2016).

Levando em consideração a migração como um fenômeno muito antigo, então certamente é um fenômeno em constante mutação e fluxo cada vez maior. Vale ressaltar que a globalização tem sido uma das ferramentas que serviram como um grande auxílio para o aumento do fluxo migratório, tornando o acesso a esses meios mais facilitados e resultando em fluxos mais intensos. Visto que diversos fatores podem interferir nos fluxos migratórios como conflitos políticos e religiosos acontecendo em seus países, como as disputas territoriais, questões religiosas, diferenças étnicas, a economia local, as condições de vida, condições trabalhistas, busca por refúgio e diversos outros, consequentemente dando origem às causas migratórias.

Na sociedade contemporânea, a globalização fez com que os horizontes se ampliassem, visto que o migrante deixa de pensar em pequenas distâncias, como cidades vizinhas ou a capital do estado ou país, e passa a ter possibilidades de migrar para diversas partes do globo (MARTINE, 2005). Isso porque com o advento da globalização, a tecnologia se amplia colaborando para a redução das distâncias, ao mesmo tempo em que o fenômeno intensifica o poder do capital e a degradação da pobreza. Assim, as populações de baixa renda procuram se mudar de seus locais de origem na tentativa de obterem melhores condições de vida.

O fenômeno migratório surge como uma problemática atual que vem crescendo em seus números e na precariedade, sendo hoje considerada uma crise humanitária. No Brasil o número de migrantes internacionais vem crescendo expressivamente nos últimos anos, especialmente vindos da América do Sul por conflitos políticos e questões econômicas. A migração pode ser causada a partir de várias questões, Black et al (2011) destacaram cinco: (I) Fatores econômicos, por exemplo, incluem as oportunidades de emprego e os diferenciais de renda entre lugares; (II) Fatores políticos que certamente não abrangem somente o conflito, a segurança, a discriminação e a perseguição, mas as políticas públicas ou empresariais, por exemplo, que influenciam a propriedade da terra; (III) Fatores demográficos, dentre estes, estão incluídos o tamanho e a estrutura de populações em áreas de origem, em conjunto com a prevalência de doenças que afetam a morbidade e mortalidade; (IV) Inseridos nos diversos fatores sociais estão as expectativas familiares ou culturais, a busca de oportunidades educacionais e práticas culturais sobre, por exemplo, herança ou casamento; (V) Fatores ambientais de migração são a exposição ao risco e a disponibilidade de serviços ecossistêmicos.

Na sociedade atual, uma grande parcela da população não possui oportunidades de ascender socialmente. O modo de produção capitalista visa o excedente, deixando o lucro, a chamada mais-valia, nas mãos dos detentores dos meios de produção, ou seja, uma pequena parte da população detém o poder sobre quem tem somente a sua força de trabalho como forma de subsistência. Desta forma, a sociedade produz indivíduos que são deixados à margem da sociedade, sem oportunidade de ter uma boa educação e sem possibilidade de ascender socioeconomicamente por meio do trabalho, este se configura apenas como um meio sobrevivência e muitas vezes de exploração.

Soma-se a isso, o fato da sociedade contemporânea viver na era do consumo. Marcuse (1964) fala sobre a “sociedade livre” na civiliza-

ção industrial contemporânea, porém, o conceito vai além da liberdade econômica, política e intelectual usado no passado. A liberdade atualmente se concretiza no livre direito ao consumo. E ao consumo liga-se a ideia de poder, assim, o indivíduo se sentirá livre de acordo com a sua capacidade de consumo. Se não tiver tal capacidade de consumo, o indivíduo passa a ser excluído, em contrapartida aos incluídos que detêm o poder de consumo. Nesse sentido, o capital define modos de viver e modos de liberdade, permeados pela questão do trabalho.

Desta forma, atualmente a premissa do senso comum é que todos têm a possibilidade de consumir, meio pelo qual se sentem livres e se autoafirmam. No entanto, as possibilidades de consumo diminuem para quem não detém os meios de produção. Para os indivíduos que possuem apenas sua força de trabalho, as promessas de ascensão e consumo se tornam vazias. Assim, vê-se a contradição do mundo contemporâneo, a sociedade que exige que se consuma a fim de que se afirme a liberdade individual e promete meios para que o consumo se dê, no entanto, este não se concretiza em virtude da falta de possibilidades de ascensão socioeconômica através do trabalho.

Tais fatos mencionados levam ao desejo de obter mais recursos econômicos, além da necessidade de sobrevivência produzida por meios de trabalho e práticas excludentes. Quando oportunidades de subsistência e ascensão não são possíveis no local de origem do indivíduo, ocorrem as migrações com o objetivo de ascender socialmente em um lugar que parece mais próspero economicamente. Além disso, se a ascensão não acontece por meio do trabalho formal, os indivíduos tendem a procurar alternativas que possibilitem que atinjam seus objetivos.

É nesse sentido que o trabalho informal ganha força, práticas empreendedoras como pequenos comércios ou vendas ambulantes tornam-se uma opção por dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Assim, questiona-se a precariedade do trabalho informal e a falta de seguridade provocada por este modelo laboral,

representando uma lacuna existente nas políticas públicas do Estado que visem a população migrante e sua inserção no mercado de trabalho.

Sujeitos migram, portanto, a partir de diferentes fatores, mas tem como objetivo a busca por melhores condições de vida no país de destino. Sendo essa pessoa migrante ou não, o direito ao trabalho é um direito fundamental do cidadão, para que ganhe os meios de sustento pessoal e familiar.

Todos são livres para a escolha de trabalho, atendidas as qualificações profissionais legais (XIII), sendo garantida a igualdade de brasileiros e estrangeiros residentes no país (art. 5º, caput). A igualdade entre nacionais e estrangeiros em situação regular alcança as relações de trabalho, superando a exigência para os países em desenvolvimento, porque o Pacto de Direitos Econômicos facultou aos países em desenvolvimento (em consideração aos direitos humanos e situação econômica do país) indicar a medida da garantia dos direitos econômicos, mitigando um pouco a igualdade entre trabalhadores nacionais e estrangeiros (SANTIN, 2007, p. 135).

Com a nova Lei de Migração, o processo de obtenção de visto, de autorização de residência, entre outros, para os migrantes, vem sendo menos burocrático. Tais autorizações para exercerem alguma atividade laboral no Brasil são atribuídas pela Coordenação Geral de Imigração (CGI), porém, é relevante relembrar que a concessão de autorizações no Brasil para migrantes é de responsabilidade de três grupos governamentais: o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que é integrado pelo CGI, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça. O migrante tem autorização para, por exemplo, comprar um imóvel no país de migração e através disso pedir permissão para ali residir. Em um dos artigos da Lei de Migração Nº 13.445 – decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de maio de 2017 – revela a condição do direito de igualdade do migrante, no qual o Art. 4º diz “Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados [...]” (BRASIL, 2017, s/p.).

Ainda com essa lei, também buscam enfrentar qualquer tipo de preconceito que os migrantes possam sofrer. A xenofobia ainda se revela muito presente, pode ser definida como o medo ou profunda antipatia em relação aos estrangeiros, a desconfiança em relação ao indivíduo que vêm de fora do seu país, trazendo consigo uma cultura, hábito, raça ou religião diferente.

No filme Brasil Cordial: Corações e Refúgios, produzido pela Bibli-Aspa, cidadãos de países como Síria, Palestina, Senegal, Congo e Bolívia relatam, em línguas como árabe, francês, espanhol e português, situações de xenofobia e outras discriminações referentes à inserção no mercado de trabalho (ao saber que se trata de um refugiado ou imigrante, é recorrente que o entrevistador dispense a pessoa, relate, à dificuldade de abrir uma conta no banco, de validar o diploma e de ser tratado dignamente (FARAH, 2017, p. 15).

Tendo isso em vista e muitos outros relatos em artigos, livros, jornais e outros meios, é perceptível que é um fenômeno muito presente ainda nos dias atuais e ocorre entre os nossos migrantes e nativos.

A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

A migração haitiana em massa para o Brasil ocorreu principalmente no ano de 2010, quando devido a catástrofes ocasionadas por um terremoto em boa parte do território no Haiti, fizeram com que muitos viessem em busca de melhores condições de vida no Brasil.

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, após o tremor de 2010, porém intensificou-se no final de 2011 e começo de 2012. Estima-se que, neste período, cerca de 4.000 imigrantes haitianos, segundo dados do Ministério da Justiça – MJ, entraram ilegalmente no país. Os haitianos adentraram principalmente pelas fronteiras do Acre e do Amazonas, mas há rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá (DE MORAIS; DE ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 100).

Esse fluxo só continuou intenso em razão da grande instabilidade política e econômica vivida no Haiti. O Brasil se tornou o principal país destino desses povos em consequência de um tratado com a ONU (Organização das Nações Unidas) em que haveria maior relação do Brasil com esses povos após a catástrofe e as solicitações de refúgio.

O governo brasileiro tem se empenhado para intensificar a liberação de vistos e de documentos aos haitianos que já se encontram em solo brasileiro, bem como vem treinando novos agentes da Polícia Federal, contudo o tempo para obtenção dos papéis é de três meses em média. O Estado do Acre, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, busca prestar auxílio aos haitianos, todavia, as condições dos imigrantes, principalmente na cidade de Brasília, são consideradas precárias (DE MORAIS; DE ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 104).

Ademais, o Brasil ainda mantém uma relação muito forte com o Haiti, não só no quesito migratório, mas também em diversos auxílios que o Brasil oferece para o Haiti tanto economicamente, através de ONGs, centros de formação profissional, projetos de construção de usinas hidrelétricas no país, entre outros recursos solidários. Além disso, o Haiti é um país que sofre com a pobreza, e por isso enfrenta dificuldades para se reerguer a cada nova situação de devastação no território. Portanto, partem para outros países buscando boas condições de vida, no entanto, muitos acabam se deparando com diversos fatores que dificultam sua estadia por tempo indefinido.

O número de haitianos no Brasil é incerto, visto que muito não foram regularizados e entram no país de forma ilegal através dos chamados “coiotes”. No entanto, estima-se que somente através do Acre, mais de 40 mil haitianos passaram pela fronteira. Nos últimos anos, esse número tende a ter diminuído devido à crise econômica vivenciada no Brasil (ALMEIDA, 2017).

Um importante instrumento para ser feito a coleta de dados sobre o mercado de trabalho nacional é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), se trata de um registro administrativo feito anualmente, somente por empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), obrigatoriamente. Para a elaboração desse sistema, seus principais objetivos eram fornecer informações sobre o mercado de trabalho, controlar a atividade trabalhista no Brasil e a partir deste, elaborar dados para as estatísticas do trabalho. Esse sistema é capaz de abranger todo o território nacional, tendo grande relevância e participação na elaboração de políticas públicas de emprego e renda, além de ser também muito útil para os demais segmentos da sociedade, como meio acadêmico, empresas, etc.

Em Mato Grosso do Sul, algumas cidades receberam migrantes haitianos. Na capital Campo Grande, a comunidade é composta por, mais ou menos, 80 pessoas, sendo que este número é maior na cidade de Três Lagoas, considerada hoje um polo industrial com maiores oportunidades de trabalho (ALMEIDA, 2017). Apesar de possuírem escolaridade mais alta, ao chegar no país de destino, os migrantes são submetidos a trabalhos que se utilizam da força de trabalho.

Nesse sentido, a partir de Marx (2013) é possível que seja feita uma diferenciação entre trabalho e força de trabalho. No primeiro caso, o homem transforma a natureza de forma consciente e intencional, tendo domínio de sua ação. Já no segundo, o trabalho se constitui enquanto capacidades físicas e mentais próprias da corporeidade do homem, que é colocada em movimento para produção de valor de uso.

Assim, a força de trabalho é considerada uma mercadoria que pode ser vendida e barganhada pelos detentores dos meios de produção.

A categoria trabalho enquanto categoria constituinte do ser humano e que o dignifica não é concretizada visto que os homens perdem a liberdade de seus corpos para produzir o que desejam. O homem deixa de produzir bens que são significativos para si e tornam-se alienados em seus trabalhos. Desta forma, o que lhes restam é vender sua força de trabalho, fazer com que seus corpos virem mercadoria com possibilidade de produzir mais-valia para seu empregador, para que possam subsidiar sua existência.

Em Mato Grosso do Sul, migrantes do sexo masculino usualmente trabalham na construção civil ou em frigoríficos, enquanto as mulheres atuam principalmente com trabalhos domésticos. No entanto, há poucos dados e pesquisas feitas sobre migrantes e a realidade de trabalho no estado (ALMEIDA, 2017).

Em um contexto geral, o caso da imigração haitiana para o Brasil é, entretanto, emblemático das migrações de crise. Mesmo durante períodos de intensas crises e durante alguns anos que passamos por uma crise econômico-política no país, ainda assim, é perceptível uma crescente entrada de imigrantes periféricos. Portanto, a falta de meios mais acolhedores para esses migrantes ainda se faz muito presente.

Assim, a crise migratória no país de destino foi revelada a partir da presença haitiana no Brasil, que encontrou uma sociedade despreparada e antiquada em termos de sua legislação migratória, de sua capacidade em dimensionar e mensurar o fluxo migratório, na falta de políticas de acolhimento e de emprego, no preconceito, no racismo e na manifestação de xenofobia em relação a essa população imigrante. (BAENINGER; PERES, 2017, p.124)

Podemos analisar também como é uma problemática relevante, propriamente da nossa sociedade (o país destino de migração), no âmbito em que esta é ainda se mostra pouco preparada para receber

peças que carregam consigo culturas diferentes. Desse modo, acabam também por não saber lidar com a inserção o indivíduo em nossa sociedade. Principalmente no mercado de trabalho, no qual na maioria das vezes se deparam com barreiras, como idiomas diferentes, se tornando um fator mais uma dificuldade a ser enfrentada para melhor inserção desse migrante no ambiente em que se vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração haitiana foi muito discutida durante o ápice do processo migratório, nos primeiros anos da década de 2010, devido ao grande número de sujeitos entrando no país em busca de condições de sobrevivência, tendo em vista a crise econômica e social instaurada em seu país a partir de desastres naturais e políticos. No entanto, com o passar dos anos, a literatura pouco vem pesquisando sobre os haitianos que aqui ficaram, quais suas condições de vida e perspectivas para o futuro.

A importância deste estudo está, principalmente, na crise econômica e política que o Brasil tem vivenciado. O desemprego atinge recordes em seus números, o que resulta no aumento do trabalho informal e o empreendedorismo surgindo como alternativa para garantia de subsistência. Isso acontece com os brasileiros e também com os migrantes haitianos. Tendo em vista que para esses migrantes o processo se torna mais burocrático, uma vez que se observa que é preciso mais estudos na área, visto que são poucos.

Os migrantes haitianos são empregados em trabalhos que utilizam sua força de trabalho, ainda que possuam Ensino Superior, muitos não conseguem que seu diploma seja reconhecido no país de destino. Assim, torna-se uma barreira para empregos com maior retorno financeiro. Além disso, a barreira da língua e do preconceito ainda coexistem

no cotidiano das cidades. O Brasil é conhecido como país hospitaleiro e acolhedor com migrantes, no entanto, este é apenas bem acolhido se for branco de origem europeia. Negros, latino-americanos, muçulmanos, entre outros, são tratados a partir de uma relação de alteridade, com medo do outro, do desconhecido, tratando com xenofobia.

A crise ainda enfrentada no cenário do mercado de trabalho brasileiro, pelos migrantes e até mesmo pelo próprio povo brasileiro, faz com que muitos escolham dar início em seus próprios negócios e investimentos, desse modo, dando espaço para o empreendedorismo entrar em ação, porém, é perceptível que nem todos alcançam bons resultados. Assim, o migrante que chega ao país de destino com a esperança de condições de vida melhores, encontra diversas barreiras e desafios, tendo que recorrer a ajudas filantrópicas e de amigos para sobrevivência. As políticas públicas ainda não atendem os migrantes de forma eficaz, faltando suporte público para que consigam se estabelecer no país e se inserir no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. Migração Transnacional e Refúgio: A rota de passagem por Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, L. P. (org) *Migrações, Fronteiras e Refúgio: Mato Grosso do Sul nas rotas das migrações transnacionais*. Campo Grande, MS: UCDB, 2017.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.

BLACK, R., ADGER, N. W; ARNELL, N. W; DERCON, S.; GEDDES, A. and THOMAS, D. "The effect of environmental change on human migration." *Global Environmental Change* 21 (Supplement) (2011): S3-S11.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2007.

BRASIL. Senado Federal. *Lei 13.445*, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 11 set. 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, A. T.; MACEDO, M. Relatório Anual 2017. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Observatório das Migrações Internacionais*, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMi-gra, Ed. Especial*, Brasília, 2015.

DE MORAES, Isaias Albertin; DE ANDRADE, Carlos Alberto Alencar; MAT-TOS, Beatriz Rodrigues Bessa. *A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios*. Conjuntura austral, v. 4, n. 20, p. 95-114, 2013.

DE OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. *O que a pandemia da COVID-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?* 2020.

FARAH, Paulo Daniel. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP*, n. 114, p. 11-30, 2017.

MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 3-22, 2005.

MARX, K. *O Capital – Livro I*. Boitempo Editorial, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, v. 2012, 2011.

PAIVA, Vanilda. *Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, p. 49-64, 2001.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. *Anais*, p. 119-144, 2016.

SANTIN, Valter Foletto. Migração e discriminação de trabalhador. *Argumenta Journal Law*, v. 7, n. 7, p. 131-140, 2007.

TÉLÉMAQUE, Jenny. *Imigração Haitiana na Mídia Brasileira: entre fatos e representações*. 2012. 95f. Monografia (Graduação bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

17

Josué de Marco Neto

Sandra Maria R. de L. Francellino

Fluxos migratórios contemporâneos: contextos e realidades de imigrantes em situação de rua no Brasil

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.015.342-360

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura com a finalidade de levantar o que vem sendo produzido sobre migrações internacionais de pessoas migrantes em situação de rua.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (apud BERNADO, 2015, p. 1), em uma entrevista à revista Galileu: “Nossa vida é muito corrida. Vivemos sob a tirania do momento presente. Temos sempre pouco tempo para refletir sobre para onde estamos indo, avaliar o que estamos deixando para trás e ponderar sobre o que temos a ganhar e a perder com nossas decisões”.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se, pelo levantamento realizado, que as produções envolvem, diretamente, os temas da modernidade líquida (na qual a sociedade tende a permanecer em fluxo, volátil, desregulada, flexível), da sociologia humanística (aquela que auxilia no desenvolvimento de modelos que possam entender alterações sociais e como os indivíduos atuam conforme essas mudanças) e com a questão da crise migratória, que provoca situações críticas a todo o mundo.

A crise migratória envolve muitas questões, e uma das mais pertinentes é a do desemprego. Albert Einstein, em um discurso feito ao lado da “Wall of Fame”, em 1940, na época da Segunda Guerra Mundial (conflito militar que teve duração de 1939 a 1945 envolvendo muitas nações do mundo), levantou pontos importantes em relação aos migrantes e ao fator desemprego. De acordo com o cientista, existe uma incompreensão em relação a esse assunto, ressaltando que o desemprego acontece por conta da má distribuição do trabalho, e que a migração aumenta o consumo e a mão de obra de um país, logo, fortalece a economia interna (MOREIRA, 2017). Analogamente a essa afirmação, percebe-se

que a realidade que mais se apresenta aos migrantes é a do desemprego, que gera muitas outras problemáticas, a exemplo da situação de rua.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e método descritivo. Para esta pesquisa, foram utilizados os principais bancos de dados: Scielo, Redalics, Pepsic e Rehm, que oferecem a possibilidade de acesso a diversas publicações científicas, incluindo outros periódicos científicos.

Também utilizamos fontes secundárias, como o Google acadêmico e notícias de jornais em diferentes sites. Utilizamos como descritores os seguintes termos: migrantes em situação de rua, migrantes moradores de rua e migrantes internacionais em situação de rua. Como referencial teórico, consideramos a abordagem da Psicologia Sócio Histórica que compreende o homem como um ser provido de cultura e história, que lhe são anteriores, e que cabe a esse sujeito apropriar, elaborar e reproduzir a sociedade a qual pertence.

Antes de se discorrer sobre o tema da realidade dos migrantes em situação de rua, faz-se, aqui, uma breve contextualização das migrações internacionais, bem como dos direitos dos migrantes no Brasil.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Golgher (2004), migração é um dos três componentes da dinâmica populacional, ao lado da fecundidade e da mortalidade. Dos três, a migração é a mais difícil de se definir, pois, por mais que seja aparentemente simples, seu estudo é complexo. Grosso

modo, dá-se o nome de migrante a quem morava em um certo município e atravessou a fronteira para ir morar em um lugar distinto (outro município, outro país, outro estado). Ressalta-se, porém, migrantes eram diferenciados, anteriormente, por duas nomenclaturas, quais sejam, imigrante e emigrante.

Utilizava-se o termo “imigrante” para se referir ao indivíduo que ia a uma determinada região, e o termo “emigrante”, para aquele que saía de uma determinada região. Atualmente, usamos o termo “migrante” em referência às duas situações. Todavia, os dois termos ainda são empregados, quando há necessidade de se fazer essa diferença, haja vista que migrante é usado para se referir a qualquer tipo de migração, ou seja, a migração interna, dentro do próprio país, ou a migração externa, de um país para o outro. A nova lei da migração traz o termo “migrante” para englobar todas as situações e minimizar o uso de expressões que possam, de certa forma, “estigmatizar” o migrante.

Atualmente, o termo “migrante” faz alusão a uma pessoa que deixa, em um determinado momento e circunstância, o local em que vivia, atravessa uma fronteira (por vontade própria ou na tentativa de fugir de situações adversas e extremas presentes em sua região de origem), insere-se em um outro território (município, país, estado), conforme concebido por Golgher (2004, p. 7): é um sujeito que “sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino”. Trata-se, portanto, de um processo presente na construção histórica e social da humanidade, pois implica na constante mudança e constituição do homem como ser social e cultural (ARAÚJO; ALMEIDA, 2019).

Segundo Santos e Lobato (2018, p. 4), têm sido relacionadas à imagem do migrante os termos ilegal, invasão e caos, que são “frequentemente utilizados pela mídia para se referir ao migrante internacional, com a finalidade de incutir no imaginário social a figura do indesejado, invasor, criminoso, fora da lei, perigoso e, portanto, não pertencente à sociedade a qual ingressa”. Dessa forma, esses

termos acabam por contribuir na formação de uma imagem negativa sobre as pessoas que migram em busca de melhores oportunidades de vida, estimulando o preconceito.

Na contemporaneidade, aliada à questão da globalização, os fluxos migratórios se intensificaram. A expansão desenfreada da globalização foi acompanhada da diminuição da intervenção estatal na constituição de uma nação, o que resultou, também, na retirada da responsabilidade (e obrigação), por parte do Estado, de assegurar, garantir e proteger os direitos de seus habitantes, sendo eles econômicos, sociais ou culturais (TRINDADE, 2008). Entretanto, mesmo com as leis de proteção, muitos migrantes ainda se deparam com demasiadas dificuldades, entre as que mais se acentuam, tem sido a falta de oportunidades de trabalho digno (desemprego), ou, ainda, a oferta de trabalhos que precisam ser realizados em condições deploráveis à vida humana (informalidade), uma vez que esses indivíduos estrangeiros são vistos apenas como mão de obra barata, na região em que adentram.

O Brasil aparece de forma mais expressiva, no contexto internacional, a partir de 2010 pois, quando passou a receber, com intensidade, refugiados e migrantes com elevado grau de vulnerabilidade, o que aconteceu entre os anos de 2010 a 2015. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Receita Federal, no final de 2015 o Brasil possuía 880.000 estrangeiros residentes com registro ativo. Nesse período, ganhou destaque a entrada de ganeses, senegaleses, sírios, entre outros, em relação à tradicional entrada de portugueses, espanhóis, italianos, argentinos, peruanos e bolivianos. (FERNANDES; FARIA, 2017). Paralelo a esse novo perfil de migrantes, houve uma demanda, também, por refúgio; em 2010, contabilizaram-se 966 pedidos, passando para 28.385 em 2014, e 28.670 em 2015 (CONARE, 2016).

Com relação à população de migrantes internacionais em situação de rua, o Relatório Completo do Censo Populacional em Si-

tuação de rua de São Paulo apontou que, em 2015, havia cerca de 74 migrantes internacionais dormindo nas ruas, e outros 556 nos centros de acolhimento (G1, 2016). Comparando esses dados com os do relatório realizado em 2011, evidencia-se um aumento significativo desses números, tendo em vista que, nesse ano, o relatório contabilizava 29 migrantes internacionais nas ruas, e 85 nos centros de acolhida. Esses migrantes têm chegado ao Brasil fugindo de situações extremas de seus países de origem; porém, embora têm sido acolhidos por várias instituições e organizações filantrópicas, cotidianamente eles enfrentam condições de vida terríveis e são expostos a todas as formas de vulnerabilidade em situação de rua (G1, 2016).

O processo migratório, portanto, pode provocar uma grande mobilização – física e emocional – nos indivíduos que atravessam esse percurso. Em virtude do surgimento de um evento que se caracteriza por uma mudança e abalo na vida de uma pessoa, a migração pode desencadear os seguintes impactos psicossociais: sensação de insegurança, incerteza, medo, desesperança e desamparo; perdas reais e simbólicas; rompimento de laços sociais; situação de vulnerabilidade econômica; perda de sentidos e significados pessoais e coletivos; maior exposição a cenários violentos e de exploração humana; preconceitos e xenofobia; entre outros fatores. Ademais, as pessoas que migram sofrem por causa de questões relativas às diferenças culturais, principalmente na sua inserção no mercado de trabalho, sendo obrigadas, muitas vezes, a recorrer a outras formas de sustento (ARAUJO; ALMEIDA, 2019).

DIREITOS DOS MIGRANTES – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

As políticas migratórias no Brasil, de acordo com Oliveira (2017, p. 1), “viviam um paradoxo de conviver com um marco regulatório baseado na segurança nacional em plena ordem democrática”. O Esta-

tuto do Estrangeiro era obsoleto e engessava a tomada de decisão no que diz respeito ao acolhimento e à adaptação dos imigrantes.

Com a aprovação da Lei 13.445/2017, no Brasil, houve avanços significativos em relação à questão migratória, na medida em que essa Lei prevê garantias de direitos e protege os migrantes contra a discriminação. Ela define, de fato, os direitos e deveres dos migrantes no país e regulamenta a entrada e permanência dos mesmos, estabelecendo também normas de proteção ao brasileiro em outros países. Nessa perspectiva a Lei assegura direitos e deveres do migrante e do visitante, legalizando o seu acesso e presença no País, elaborando políticas focadas ao emigrante. A Lei representa um grande progresso na questão migratória no Brasil, e muitas possibilidades para os migrantes que já estão por aqui, para aqueles que estão por vir e para os brasileiros que emigraram para o exterior.

Uma das conquistas dessa Lei é a criação das categorias imigrantes, já com a modulação do tempo de permanência – temporários ou permanentes – a saber: emigrante, demonstrando a preocupação com os brasileiros residentes no exterior; visitante, para os casos de curta duração; apátrida, facilitando a acolhida de um número crescente de pessoas que vem perdendo sua nacionalidade (OLIVEIRA, 2017).

A Lei também traz mudanças relevantes no que se refere à facilitação para se obterem documentos de validação da permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho formal e serviços públicos; repudia a discriminação e a xenofobia; concede o visto ou autorização de residência sem discriminação, a cônjuge ou companheiro do imigrante, a filhos e outros familiares até segundo grau, tais como netos ou irmãos; elimina a proibição de participação em atividades políticas por estrangeiros do Estatuto do Estrangeiro; e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.

Ao migrante é garantido, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantindo-lhes, também, os direitos e liberdade civis, sociais, culturais e econômicos.

Nota-se que, a partir de 2017, a lei revestiu-se de uma perspectiva humanitária sobre o tratamento do estrangeiro, sem uma ótica nacionalista de soberania, institucionalizando a política de vistos humanitários e a instituição do repúdio à xenofobia e ao racismo. Entretanto, a problemática da legalização é só mais uma peça dentro do processo complexo que envolve a criação de políticas migratórias. Durante essas transformações ao longo do tempo, outras ações ocorreram com o intuito de criar facilidades para a gestão da migração, como as diversas iniciativas do Conselho Nacional de Imigração, da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgios, entre outros.

Atualmente, os três órgãos que cuidam, em âmbito federal, da questão da migração internacional, são o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), cada um com funções distintas, mas importantes. O MTE trabalha com a questão dos vistos para trabalhadores estrangeiros, concedendo autorização de permanência ou alteração do status migratório no território nacional; o MJ registra os estrangeiros, via Polícia Federal, e atua, geralmente, em regiões fronteiriças, como também aeroportos e afins; por fim, o ME concede vistos aos migrantes e apoia brasileiros residentes em outros países.

Contudo, considerando-se a problemática de migrantes em situação de rua, que não se trata de opção pessoal, mas decorre da falta de alternativas melhores, nota-se que, mesmo com tantas melhorias, as políticas migratórias são administrativamente ineficientes, exatamente pelo fato de a instrumentalização do processo não ser eficiente; faz-se necessário o estabelecimento de vínculos – interpessoais, intra-pessoais e institucionais – para sua concretização.

CARACTERIZAÇÃO DOS MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Moreira (2017) caracteriza a população em situação de rua como, geralmente, composta de grupos heterogêneos e também de indivíduos com diversas realidades, que, no entanto, possuem em comum a pobreza absoluta como circunstância, e o não pertencimento à sociedade formal.

Na legislação brasileira, o conceito de população de rua considera o seguinte perfil:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como a unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.7).

Com relação às pessoas em situação de rua, são descritas como pessoas excluídas das estruturas convencionais da sociedade, que possuem menos que o necessário para atender às suas necessidades básicas, ou, ainda, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. Desse modo, a situação de rua compromete a identidade, a segurança, o bem-estar físico e emocional, e o sentimento de pertencimento dos indivíduos que vivenciam tal circunstância. Observa-se, então, que os vínculos psicossociais fragilizados desse grupo populacional não se restringem apenas ao âmbito familiar, mas, também, a diversos outros contextos e situações com que se deparam diariamente (HINO; SANTOS; ROSA, 2017).

Segundo esses autores, são pessoas ou grupos que passaram por algum infortúnio na sua trajetória de vida e, sem muitas pers-

pectivas, passaram a ocupar o espaço da rua como forma de sobrevivência ou moradia, uma situação de exclusão social que constitui uma realidade brasileira.

Pelo fato de possuírem vínculos interpessoais fragilizados e, muitas vezes, totalmente rompidos, a tentativa de (re)inserir esses indivíduos nas estruturas que compõem determinada sociedade se revela um grande desafio, pois faz-se necessário o estabelecimento de relações e interações – interpessoais, intrapessoais e institucionais – para a concretização dessa ação. Portanto, evidencia-se que a condição de seres humanos em situação de rua é um retrato da extrema vulnerabilidade, dos inúmeros riscos, do cenário de pobreza devastador, da invisibilidade social, da negação dessas existências e da violação dos direitos humanos em que esses sujeitos se encontram (ARRUDA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015).

O uso do termo “exclusão” está relacionado às raízes históricas da pobreza e desigualdades sociais, acentuadas pela crise econômica do início da década de 1980, e pela mudança na lógica de acumulação capitalista e no mercado de trabalho (LEITE, 2006).

De acordo com Bursztyn (2000), a exclusão varia de país para país, em função do grau de desenvolvimento econômico e da evolução das políticas sociais. Os países que não conseguiram resolver problemas antigos de desigualdade social e pobreza, manifestam-se de forma mais agressiva, empurrando populações mais vulneráveis para a miséria.

Na realidade brasileira, o desemprego e a instabilidade, nas formas de inserção do indivíduo no mundo do trabalho, são fontes geradoras de exclusão. Assim, os migrantes pobres que não têm um emprego regular, não têm uma moradia, não têm direitos e serviços, acabam encontrando, como único meio de sobrevivência, as ruas.

Sabe-se que com a revolução industrial, no século XVIII, o trabalho passou a ser um fator de inserção social e instrumento de aquisição de bens de consumo materiais, a partir do desenvolvimento de civilizações capitalistas. O nível de produtividade de um indivíduo passou a ser valorizado como exigência classificatória de status social, em que, quem produz é digno de ser aceito pela sociedade, enquanto quem não produz deve ser excluído e condenado como ocioso (WOLECK, 2002). O trabalho passou a representar a ferramenta mediadora de todos os âmbitos da vida de um indivíduo, tornando-se o centro das atividades humanas, e exercendo influência na relação do homem para com seu ambiente e suas relações interpessoais (MARX, 1983).

De acordo com Borges e Tamayo (2001, p. 13), “O trabalho é rico de sentido individual e social. É o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e identidade”. Desse modo, o indivíduo que tem vínculo empregatício, estabilidade, salário fixo, está incluído e locado na sociedade, recebendo importância, prestígio e status. Porém, o fato de não trabalhar destina, ao homem, enfrentar um processo de desvalorização.

O desemprego representa perdas e rupturas nas mais variadas dimensões da vida do ser humano; suas repercussões estendem-se não só ao indivíduo desempregado, mas, também, a todo seu contexto familiar. Afetam o bem-estar psicológico do indivíduo, provocado por depressão, sentimento de inferioridade, insatisfação com a vida, contrariedades no relacionamento familiar, entre outros; afetam, também, a condição física, na medida em que provoca doenças associadas a um mau funcionamento do metabolismo, além de causarem desagregação social (dificuldade de acesso a bens e serviços).

É importante ressaltar que nem todas as pessoas que moram nas ruas estão apartadas do mundo do trabalho. Existem outros problemas que podem levar a essa situação, como drogas, alcoolismo, doenças mentais, problemas familiares, entre outros. Neste estudo, entretanto,

ênfatizam-se migrantes moradores de rua que, por não conseguirem se vincular ao mundo do trabalho, acabam encontrando nas ruas o único espaço de moradia e meio de sobrevivência.

Na literatura existem muitas representações para moradores de ruas, dos rótulos aos sentimentos de piedade e temor (MENDES; MACHADO, 2004). Com relação às rotulações, há quem lhes atribua termos como loucos, sujos, perigosos, violentos, anormais, desajustados sociais, conforme destacam Mattos e Ferreira (2004); existem, ainda, pessoas que consideram os moradores de rua maltrapilhos, de aparência sórdida, que os associam à sujeira e ao contágio de doenças. De acordo, ainda, com esses autores, esses indivíduos são vistos também como vagabundos, pois a ausência de sustento e renda, em uma sociedade capitalista, desprestigia e desclassifica o sujeito.

Nessa perspectiva, as pessoas moradoras de rua possuem várias representações pejorativas e vivem em condições sub-humanas, são olhadas com ar preconceituoso e estigmatizante, com uma expressão de constrangimento, ou de hostilidade, julgadas como perigosas ou desocupadas, que ali estão por não gostarem de trabalhar. São culpabilizados por sua condição de miséria e pobreza sem que se considere a possibilidade de serem vítimas de uma sociedade que privilegia o ter, de uma pós-modernidade excludente, resultante do modelo neoliberal econômico e social.

São questões que necessitam de reflexões, a fim de que se encontrem soluções e se delineiem políticas públicas que atentem para esse contexto. Observa-se que, no Brasil, existem legislações para atendimento aos migrantes, contudo estas não estão “direcionadas para a construção de uma política migratória com bases sólidas, mas sim para o gerenciamento de situações de crise em resposta as pressões da sociedade civil” (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 146).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento das produções referentes ao tema desta pesquisa, encontraram-se sete trabalhos, sendo 6 (seis) artigos e uma dissertação, no Google acadêmico. Estes foram relacionados de acordo com a categoria (teses, dissertações e artigos), anotados seus objetivos, autores, referencial teórico, metodologia e resultados. Os trabalhos selecionados foram baixados e catalogados considerando-se os títulos, autores, ano de produção e categorias. Em seguida, leram-se os resumos dos trabalhos.

Observou-se que existem poucos trabalhos que tratam do tema “migrantes internacionais em situação de rua”. Essas produções, entretanto, não tratam especificamente de indivíduos migrantes que por falta de condições se tornaram moradores de rua. Abordam, sim, esse tema com base em outros aspectos, como teorias, estudos antropológicos que envolvem as relações das pessoas em situação de rua, serviços de saúde, exclusão social, proteção fragmentada etc. Outrossim, destaca-se que a maioria das pesquisas dizem respeito a pessoas em situação de rua nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Brasília.

De acordo com Gomes e Miranda (2018), São Paulo é a cidade brasileira que mais recebe migrantes internacionais, sendo considerada referência nacional sobre o assunto. Segundo o censo da Prefeitura de São Paulo, em 2019 havia 24.344 pessoas em situação de rua. Destas, 11.693 estão acolhidas, sendo 10% estrangeiros; 12.651 estão em logradouros públicos ou na rua, sendo 1% de estrangeiros. A demanda por maior número de vagas para atendimento dessa população exigiu a criação de espaços especializados para migrantes em situação de rua, bem como a oportunidade de criação de políticas públicas locais.

Em um artigo publicado em fevereiro do ano de 2017, no jornal O Globo, sobre população em situação de rua no Rio de Janeiro, Pon-

tes faz referência à pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e menciona que no ano de 2016 havia aproximadamente 15 mil pessoas morando nas ruas, das quais, quase 200 eram estrangeiros oriundos de países como Haiti e Angola.

Observou-se que, na maioria dos artigos analisados (MENDES; MACHADO, 2004; MATTOS; FERREIRA, 2004; LEITE, 2006; MENDES, 2007; SANTOS; LOBATO, 2018) os moradores de ruas são caracterizados como desempregados, com problemas de saúde mental, dependentes químicos, sem documentação, migrantes e refugiados, vítimas de diferentes tipos de violência. São, portanto, abordados sob a perspectiva da discriminação, da marginalidade, sem direito à cidadania e vítimas de estigmas.

De acordo com Nonato e Raiol (2016, p. 86),

O estigma é a representação desse processo de marginalização. É uma marca, um rótulo, um disfarce, uma espécie de acobertamento da identidade real do sujeito, fornecendo a pessoa que o porta a característica de periculosidade, um reconhecimento perverso de inferioridade frente aos demais e que para garantir a ordem social acaba funcionando como justificativa para as práticas estigmatizadoras.

Para esses autores, esse tratamento de submissão e desqualificação das pessoas traz à tona debates e discussões a respeito dos direitos humanos, direito à cidade, a uma vida na cidade cujo foco seja o indivíduo e que possibilite a superação do fenômeno da segregação social em suas diversas formas.

Segundo conceito da ONU (Organizações das Nações Unidas), “Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.”

Considerando-se as dificuldades e visões relacionadas aos direitos dos migrantes, os Direitos Humanos acreditam no indivíduo como um ser digno de valor e respeito, regido de direito para progresso de suas habilidades humanas. Porém, com o alto número de migrantes, é notório que em diversos países, as garantias de seus residentes não são conhecidas adequadamente, razão por que os indivíduos procuram abrigo em outros países que os irão acolher.

No século XXI, a imigração se destacou como a primordial fronteira dos direitos humanos, visando à capacitação da sociedade, para usufruírem de tais direitos. A problemática do capitalismo demográfico teve grande impacto nas pressões econômicas, demográficas, epidemiológicas e políticas, fazendo com que fossem impulsionadas normas, nem sempre benéficas, aos DH dos imigrantes (ONU)

Embora o Brasil tenha criada uma Lei específica para a proteção e tratamento dos migrantes no país, ainda há muito que se avançar, no que diz respeito à integração local e permanência digna. Considerando esse quadro, fica evidente a necessidade de se financiar, incentivar e realizar mais pesquisas que envolvam esse tema, a fim de que se compreenda melhor esse fenômeno que a cada dia se torna mais complexo, dada a sua importância no âmbito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que existem poucos trabalhos produzidos sobre a questão de migrantes internacionais em situação de rua, no Brasil. Embora essa população tenha adentrado no país de forma crescente, desde 2010, as Leis de proteção ainda não estão direcionadas para a construção de uma política migratória com bases sólidas, o que evoca a necessidade de que os órgãos governamentais criem políticas públicas mais efetivas e apropriadas a esse contexto.

A revisão de literatura corroborou o fato de que muitos migrantes, ao chegarem ao Brasil, ainda enfrentam demasiadas dificuldades, pois nem todos os municípios possuem estrutura para abrigá-los, em função do acúmulo de perdas na área econômica, social e cultural. Sendo assim, nem todos os migrantes são contemplados com os efeitos de políticas sociais e de desenvolvimento, razão por que têm condições mínimas de se inserir na sociedade e no mercado de trabalho formal ou informal.

Nesse sentido, considera-se relevante e pertinente que sejam desenvolvidos estudos sobre as questões que envolvem migrantes internacionais em situação de rua. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa contribua como ponto de partida para discussões e debates que viabilizem políticas públicas, e ampliem a compreensão dos impactos para a sociedade brasileira, ao receber esses migrantes. Conquanto se observem, em diversas localidades brasileiras, ações de diferentes instituições da sociedade civil - igrejas, clubes sociais e organizações -, considera-se que não sejam suficientes, na medida em que se vê a necessidade de envolvimento e comprometimento maior do poder público.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, K. A.; ALMEIDA, L. P. Discutindo gênero e cultura: um estudo sobre mulheres haitianas em Campo Grande-MS, Brasil. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, n.6, 2019.
- ARRUDA, A. M.; OLIVEIRA, C. H.; ALMEIDA, L. P. A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS – Brasil. *Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones*, Quebec, n.5, 2015.
- BERNARDO, A. *Zygmunt Bauman fala sobre migração e relacionamentos*. 2015. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/11/solido-como-uma-pedra-aos-90-anos-zygmunt-bauman-fala-sobre-migracao-e-relacionamentos.html>>.

BORGES, L. O.; TAMAYO, A. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 11-44, dez. 2001.

BURSZTYN, M. No meio da rua: nômades, excluídos, viradores. In: _____. (org). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p.19-55.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 Dez 2009.

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. *Resolução Normativa n. 18 de 30 de abril de 2014*. Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação refúgio e dá outras providências. Brasília, 2016.

FARAH, P. D. Combate à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP/SP*, n. 114, p.11-30 Julho/agosto/setembro/2017.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O. Visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00145.pdf>.

GOLGHER, A. B. *Fundamentos da Migração*. Belo Horizonte, UFMG/Ce-depar, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>>

GOMES, J. D. J. & MIRANDA, J. R. Interações entre migrantes internacionais e brasileira em situação de rua em São Paulo: reflexões sobre narrativas de disputa por vagas nas políticas públicas locais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 18, jan/jun 2018. Disponível em: <www.researchgate.net/prolifejanaina_gomes>

G1. *Migrantes são maioria da população de rua em São Paulo*. 21/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/migrantes-sao-maioria-da-populacao-de-rua-em-sao-paulo-diz-censo.html>.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.71, n.1, p.732-740, 2017.

LEITE, S. S. C. *Migrações e vida nas ruas: a manifestação da exclusão social no plano piloto - Brasília*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22

de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1654>>

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol. e Soc.* Porto Alegre. 2004; 16(2):46-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso>

MENDES, A. A.; MACHADO, F. M. Uma clínica para atendimento a moradores de rua: direitos humanos e composição do sujeito. *Psicol. Cienc. Prof.* 2004; 24(3). Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300013>

MOREIRA, M. *O que Albert Einstein dizia sobre imigração em 1940*. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/09/O-que-Albert-Einstein-dizia-sobre-imigra%C3%A7%C3%A3o-em-1940>>

MOTTA COSTA, A. P. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, v.4, num.1, Diciembre, 2005. p.1-15. PUC/RS. <Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527157003.pdf>>

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 81-101, Jul/Dez 2016.

OLIVEIRA, A. T. R. Nova Lei Brasileira de Migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira Estudos Populacional*. v. 34. n. 1 São Paulo. Jan./abril 2017.

ONU – ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada pela Assembleia Geral, Resolução 217 A(III), 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2019.

PONTES, F. População de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Jornal O Globo*. 19/02/2017. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/pesquisa-da-prefeitura-mostra-que-ha-mais-de-cem-estrangeiros-vivendo-nas-ruas-do-rio.html>>

PINHEIRO, W. N.; MONTEIRO, F. B. Moradores de rua e as justificativas de permanência: uma análise de aspectos psicossociais. *Revista UNINGÁ*. v. 25, n. 1, p.124-130, Jan-Mar. 2016

SANTOS, T. C. dos & LOBATO, L. de V. C. Refugiados no Rio de Janeiro: invisibilidade e desproteção. *Revista Políticas Públicas e Segurança Social*. v.2. n.1 p. 15-44. Disponível em: <<https://www.nepppss.com/revista/index.php/revistappss/article/view/2018020101>>

TRINDADE, C. A. A. Desarraigamento e a proteção dos migrantes na legislação internacional dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, n. 47, p. 29-64, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/15734/10440>>

WOLECK, A. *O trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva histórica*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2002.

Sobre os autores e as autoras

Ádani Lopes Brito

Mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), bolsista CAPES-Prosop. Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Participa do Grupo de Estudos em Teoria Sócio Histórica, Migração e Políticas Sociais, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida. Foi aluna do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UCDB/CNPq sob a orientação do (a) Prof. (a) Ângela Cristina Dias do Rego Catonion no ciclo de 2019 - 2020. Tem atuado com interesse em pesquisa em Sociolinguística nos seguintes temas: Migrações Contemporâneas, Políticas Públicas, Ensino-Aprendizagem, Português como Língua de Acolhimento (PLAc).

Aldenor Batista da Silva Junior

Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - (bolsista Capes). Graduado em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) com formação complementada pelo programa de bolsas iberoamericanas do Santander em 2015 na Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago - Chile, desenvolvendo trabalhos em saúde intercultural. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais e do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente a contextos de desigualdade social. Atua como colaborador em pesquisa latinoamericana do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE- Instituto de Psicologia da USP) e pesquisador do InfanSCientia: Grupo de Estudos e Pesquisas em Infância, Cultura e Ensino das Ciências da UNIPAMPA.

Ana Maria Vasconcelos Silva

Psicóloga, doutora em Psicologia (UCDB), mestre em Educação (UFMS/CCHS). Professora Adjunta da UFMS/CPAN; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Psicologia, Educação e Trabalho (CPET-UFMS/CPAN); Membro do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente a contextos da desigualdade social e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-histórica, Migrações e Gênero ligado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase na interface Psicologia e Educação, atuando em ensino, extensão e pesquisa com os seguintes temas: Desenvolvimento e Aprendizagem, Constituição do Sujeito em Espaços Educativos de Fronteira, sob o aporte teórico vigotskiano.

Ana Paula Zaikievicz Azevedo

Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB). Especialista em Gestão Escolar: supervisão e orientação, pelas Faculdades Integradas do Vale do Ivaí- UNIVALE (2011). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO (2010). Atualmente é docente do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Católica Dom Bosco (2015-período atual), também atua na mesma Universidade em três projetos de extensão. É professora permanente de Educação Infantil na Rede Pública Municipal de Campo Grande. Atuou como coordenadora pedagógica no Centro de Educação Infantil São Domingos Sávio- UCDB (2015-2019). Tem interesse pela área da infância, educação infantil, migração infantil e sociologia da infância. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero, do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco. É conselheira titular do Conselho Municipal de Educação de Campo Grande- MS, mandato 2020-2022 e participa como membro titular do Fórum Municipal de Educação da cidade de Campo Grande - MS.

Ângela Cristina Dias do Rego Catonio

Possui graduação em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica Dom Bosco (1996), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2000). Doutora em Letras, área de Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2018). Atualmente é professora titular e coordenadora do Curso de Letras da Universidade Católica Dom Bosco.

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Tem experiência nas áreas das Literaturas, Educação e Comunicação Social, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, literatura, literatura em portunhol, escrita e leitura.

Antônio Fagner da Silva Bastos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), linha de pesquisa Organização e Sociedade, campo temático de Estudos Urbanos e de Cultura Pop (EUCP). Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Políticas da Mobilidade (MOBIS). Membro do grupo de pesquisa Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações (MIGRA). Mestre em Administração pelo PROPAD/UFPE. Áreas de interesse: Administração Pública; Estudos Urbanos, Ações Coletivas de Direito à Cidade; Políticas Públicas da Mobilidade; Migrações.

Audy Salcedo

Licenciado en Educación mención matemáticas (Universidad Central de Venezuela). Magíster en Enseñanza de la Matemática Matemáticas (Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Venezuela). Doctor en Educación (UCV). Profesor Titular del Departamento de Estadística Aplicada a la Educación Universidad Central de Venezuela. Profesor invitado del Doctorado en Educación Universidad Andrés Bello, Venezuela. Profesor invitado del Centro de Investigación en Educación Matemática y Estadística; Facultad de Ciencias Básicas de la Universidad Católica del Maule (Talca, Chile) con el apoyo del Institute of International Education's Scholar Rescue Fund. Fue director del Centro de Investigaciones Educativas de la Universidad Central de Venezuela. Ha publicado artículos de investigación publicados en revistas académicas arbitradas de: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, España, Holanda, Japón, México, Panamá, Venezuela. También se ha desempeñado como evaluador de artículos en revistas internacionales en el área de Educación Matemática y Educación Estadística.

Bruna Flores Macário

Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2016-2021). Bolsista PIBIC/UEMS ciclos 2019/2020 e 2020/2021. Integrante da Liga Acadêmica de Cuidados Paliativos e da Liga Acadêmica de Saúde e Espiritualidade UFGD/UEMS. Desenvolvimento de projetos de pesquisa com a temática migração pendular.

Camila da Silva Lucena

Graduada em Letras - Espanhol pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestra em Letras, área de concentração: Linguística, pelo programa de Pós-graduação em Letras da UFPE. Desenvolve pesquisas no âmbito teórico da Análise do Discurso Materialista, com ênfase em questões latino-americanas. Atualmente, doutoranda em Letras (UFPE) com pesquisa sobre migração, educação e ensino de línguas. Integrante do MIGRA/UFPE (Núcleo de Estudos sobre Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações) e do NEPLEV/UFPE (Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual). Experiência na educação a distância, como tutora e professora, no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) /UFPE; na educação superior modalidade presencial, como professora substituta, no curso de Letras-espanhol da UFPE; e na pós-graduação (FAFIRE), como professora de recursos didáticos para o ensino de línguas. Área de atuação docência: Língua Portuguesa, Redação, Linguística, Língua Espanhola e Metodologia do Ensino.

Camila Torres Ituassu

Possui Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2014); graduação em Psicologia e em Bacharelado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é Professora da Universidade Católica Dom Bosco e é Sócia proprietária da SALT3 consultoria em RH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade, afeto e trabalho. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Públicas do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. Orienta Planos de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto de pesquisa intitulado Desafios dos fluxos migratórios contemporâneos: a expressão das

desigualdades sociais e é coordenadora do Projeto de Extensão Cidadania sem fronteiras com atuação na área de migrantes e refugiados.

Cesar Augusto S. da Silva

Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Possui a Certificação Acadêmica do Instituto Interamericano de Direitos Humanos de San Jose da Costa Rica (2006), é vice-líder do grupo de pesquisa registrado no CNPQ “Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade

e Direito”. Atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na mesma universidade, em Campo Grande. Além de Professor do Mestrado Interdisciplinar Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD, em Dourados-MS. Tem experiência na área de Direito e Relações Internacionais, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: refugiados, migrações internacionais, direitos humanos e cidadania.

David Ramos

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Central da Venezuela (2008). Colabora como assessor regional na Cáritas Brasileira Regional Nordeste2, atua no acompanhamento, acolhimento e integração sustentável dos migrantes na região.

Eloah Maria Martins Vieira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, em cotutela com a Università di Torino (Itália). Pesquisa sobre migrações internacionais na cidade do Recife (Bolsista CNPQ). Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019) (Bolsista CNPQ). Bacharel em Ciências Sociais pela UFPE (2015). Foi bolsista de graduação sanduíche pelo convênio CAPES/FIPSE “Making One Nation Out of Many: Multiculturalism in the United States

and Brazil” na University of Florida, no estado da Florida, EUA (2013). Integrante do Grupo Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações

(MIGRA). Tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia; atua e tem interesse nos seguintes temas: migrações, redes, políticas públicas e gênero.

Érika Rejane Rodrigues de Souza Fideles

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004) e Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Participa do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente a Contextos de Desigualdade Social - LEPDS do Programa Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS da mesma instituição, ambos cadastrados no CNPq. Possui experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil. Tem atuado em temáticas relacionadas a violência contra a mulher, vulnerabilidade social e legislação brasileira.

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Possui graduação em Enfermagem Geral pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2000). Mestrado (2012) e doutorado (2018) em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. É membro do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente a contextos da desigualdade social? ligado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero e membro da Rede ALEC - Réseau Internacional América Latina, Europa, Caraíbes -Territórios, Populações Vulneráveis, Políticas Públicas? com sede na Universidade de Limoges - França Professora Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em enfermagem em saúde coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, prevenção e políticas públicas de saúde.

Francisca Bezerra de Souza

Graduada em Serviço Social (1991) Mestrado, Doutorado e Pós doutoranda (2021/2022) em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (2014/2020), Doutorado Sanduíche na Universidade de Salamanca-Espanha (11/2018 a out/2019), Bolsista CAPES, participante do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente a Contextos da

Desigualdade Social, Grupo de Estudos Teoria Sócio-Histórica, Migração e Políticas Sociais (GEPEMPS); Rede ALEC - Réseau Internacional América Latina Europa Caribe - Relations de genre et pratiques sociales, do Seminário Internacional de Historia Contemporânea de los Derechos Humanos (SIHCDH) da Universidad de Salamanca- Espanha. Asociación de los alunos brasileiros de la Universidad de Salamanca/Espanha, Experiência na área do Serviço Social - Serviço Social na Educação (Ensino Fundamental e Médio), Formação Profissional na Graduação, pesquisadora na temática de Migração de Retorno e Refúgio.

Gabriela Pereira da Silva

Mestre em Psicologia, bolsista CAPES, com área de concentração em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS) e do Laboratório de Pesquisas Psicossociais em Saúde frente a Contextos de Desigualdade Social da UCDB, sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane

Pinho de Almeida. Foi coordenadora e cofundadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social e da Saúde (GEPSS). Coorientadora de PIBIC E PIBIC Junior. Atualmente compõem a equipe técnica da elaboração do Plano Diretor do município de Porto Murtinho/MS, com foco em políticas públicas. Tem atuado com interesse em pesquisa em Psicologia Social nos seguintes temas: Direitos Humanos, Migrações Contemporâneas e Políticas Públicas.

Gabriel de Souza Sales

Acadêmico de Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio - Histórica, Migrações e Políticas Sociais do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, cadastrado no CNPq. Participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto de pesquisa intitulado Migrações, saúde e Assistência Social: Discutindo políticas de

Assistência Social e saúde no contexto migratório com o Plano de Trabalho: Migração, saúde e assistência social: discutindo a empregabilidade para migrantes residentes no Estado de Mato Grosso do Sul. Bolsista Fapec de 2020-2021 no Projeto do Plano Diretor de Porto Murtinho/MS atuando na temática de Políticas Públicas e Fronteira.

Graziela Cristina Jara

Doutoranda em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)/CAPES. Especialista em Educação Especial com ênfase ao Atendimento Pedagógico para a Inclusão Escolar pelo Instituto Catarinense de pós-graduação (ICPG) 2008. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran) 2014 e graduação em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) 2001. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: altas habilidades/superdotação; educação, atendimento educacional especializado, enriquecimento curricular, filosofia, política pública. Membro do Grupo de Pesquisas Educacional e Órgão de Gestão e Sistema de Ensino - GEPESE.

Hellen Almeida de Carvalho

Cursa o Ensino Médio em Escola Estadual. Expositora no Projeto na 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Semana Nacional de Ciências e Tecnologia (SNCT), na Feira de Ciência e Tecnologia do IFMS (FECINTEC), do Projeto científico: “Êxito Educacional e Ludicidade: Inter-relações”, finalista na 8ª Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul (FETECMS), com projeto “A Voz do Lúdico na Sociedade Escolar”. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-histórica, Migrações e Políticas Públicas – GEPEMPS. Participa da pesquisa de iniciação científica (PIBIC-JR) no Projeto “Desafios dos fluxos migratórios contemporâneos: A expressão das desigualdades sociais”, participa do Centro Estadual de Atendimento Multidisciplinar para Altas Habilidades/Superdotação (CEAM/AHS).

Henrique Rezende Untem

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica Dom Bosco (2016), graduação em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (2020) e mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2021). Atualmente é pesquisador da Universidade Católica Dom Bosco. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, trabalho, estrangeiros, interculturalidade e migração.

Josué de Marco Neto

Graduando de Psicologia do sexto semestre da Universidade Católica Dom Bosco-MS. Participou do ciclo PIBIC – 2019-2020 orientado pela Profa. Sandra Maria Rebello Francellino pesquisando sobre migrações. Participou do Grupo de Estudos e Pesquisas Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais – GEPEMPS nos anos 2019-2020. Estagia no Conselho Regional de Psicologia 14ª Região de MS no ano de 2021-atual.

Karine Giuliano Soares

Acadêmica do Curso de Enfermagem da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande - MS. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais – GEPEMPS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, registrado pelo CNPq. Participou no Programa de Iniciação Científica da UCDB como bolsista CNPQ nos ciclos 2018-2019-2020. Atua como estudos sobre saúde, profissional de enfermagem, políticas públicas, migrações e refúgio.

Krisley Amorim de Araújo

Mestre em Psicologia na UCDB, Graduada em Psicologia pela UCDB. Participa do Laboratório de Estudos Psicosociais em Saúde frente à contextos de desigualdade social - LEPDS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB, Técnica Regional do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CRE-POP/CRP14MS). Co-orientadora de PIBIC Junior e Iniciação Científica. Coordenadora e co-fundadora do Grupo de Estudos Acadêmicos de Psicologia Social e Saúde (GEPSS) da Universidade Católica Dom Bosco durante os anos de 2015-2017. Aluno PIBIC - UCDB, voluntária no ciclo 2014-2015, bolsista de iniciação científica CNPq no ciclo 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018. Tem atuado com interesse em pesquisa nos seguintes temas: Psicologia Social, Direitos Humanos, Migrações Contemporâneas e Políticas Públicas.

Luana Medeiros de Sá Lucas

Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Atualmente é estagiária do Instituto de análise do comportamento aplicada e acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, cadastrado pelo CNPq. Aluna de Iniciação Científica nos ciclos 2020-2021. Atualmente tem interesse pela temática das migrações e refúgio.

Luciana Florêncio de Lima

Possui Graduação em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (2009), com a temática: Em busca da liberdade existencial, Especialização em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade Frassinetti do Recife, FAFIRE, Brasil, Tema: Psicologia das emergências e dos desastres: Uma experiência profissional numa situação de crise pós-desastre (2010) e Especialização em NeuroPsicologia (2019), pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda, ESUDA, Brasil, com título: A AVALIAÇÃO NEUROPISICOLÓGICA EM IDOSOS COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO – AVE (2019/2020).

Luciane Pinho de Almeida

Tem formação em Serviço Social (1989) e Pedagogia (1996) - UCDB, Mestrado (2000) e doutorado (2004) em Serviço Social/UNESP, cursa o pós-doutorado em Direitos Humanos-Universidade de Salamanca/Espanha. Está na UCDB desde 1990, Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (2009-2018), professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia. Presidente do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades Comunitárias/ForExt (2009-2012). Membro/organização IV, V Congresso Brasileiro de Extensão Universitária/CBEU. Coordenou o Congresso “Saberes em Ação” (1ª-4ª edição/2014-2017). Participa da ANPEPP/Psicologia Sócio-Histórica, Rede ALEC de Limoges/França e da Rede de Acolhimento ao Migrante e Refugiado/MS.

Maria Augusta de Castilho

Historiadora, com doutorado em História Social e pós-doutorado em Lingüística, ambos pela Universidade de São Paulo, possuindo larga experiência didática no 1º, 2º e especialmente no 3º grau, nas áreas de História, Cultura, Religião e Metodologia Científica, orientando projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. É avaliadora do SINAES/INEP/MEC das Condições de Ensino (Superior) – História. Foi parecerista do MEC - PNLD - 2007 (1ª à 4ª série) – História; 2011 – História. Atualmente trabalha na Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande- MS, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado/Doutorado e no Curso de História.

Maria Cecília de Oliveira Moraes

Graduada em Nutrição pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Participou do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, cadastrado pelo CNPq, durante os anos de 2018-2019. Aluna de Iniciação Científica nos ciclos 2019-2020. Atualmente é nutricionista residente em Cuidados Continuados Integrados - Atenção à Saúde do Idoso pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência em Nutrição Clínica (atuação em estágios, hospitais e UBS) e Saúde Pública.

Pâmella da Silva Aranda

Graduada em Psicologia na Universidade Católica Dom Bosco, foi estagiária do Gestão de Pessoas pelo período de 2 (dois) anos na mesma Universidade. Foi aluna do Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco nos ciclos 2017, 2018, 2019. Participa do Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Políticas Sociais – GEPEMPS e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente à contextos de desigualdade social - LEPDS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, cadastrado pelo CNPq. Atuou no auxílio do PIBIC-JR do mesmo grupo de estudos. Atualmente é mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco – bolsista CAPES.

Ramón Alexander Uzcátegui Pacheco

Licenciado en Educación mención desarrollo de recursos humanos (Universidad Central de Venezuela); Magister en Innovación e Investigación Educativa (Universidad Nacional de Educación a Distancia); Doctor en Humanidades (Universidad Central de Venezuela); Postdoctor en Filosofía y Ciencias de la Educación (Universidad Central de Venezuela). Profesor Agregado del Departamento de Teoría e Historia de la Educación, Universidad Central de Venezuela. Profesor investigador de la Escuela de Ciencias Administrativas de la Universidad Metropolitana (Caracas, Venezuela); Profesor en el programa de Doctorad en Educación Universidad de Playa Ancha (Valparaíso, Chile) Profesor en la Universidad Santo Tomás (Viña del Mar, Chile); Profesor en la Universidad Andrés Bello (Viña del Mar, Chile). Investigador invitado al Centro de Investigación sobre Cultura Escolar (Berlenga de Soria, España); miembro de la Red Alec (Universidad de Limoges, Francia).

Sandra Maria Rebello de Lima Francellino

Possui graduação em Psicologia pela UFMS (1989), mestrado em Educação pela UFMS (2002). É Doutoranda e membro do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente às desigualdades sociais - LEPDS e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Sócio - Histórica, Migrações e Políticas Sociais – GEPEMPS da UCDB. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, está lotada no Campus de Aquidauana (CPAQ), no curso de Pedagogia e ministra aulas nos cursos de Biologia, Geografia, História e Turismo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, Desenvolvimento e Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gênero, trabalho, formação, ensino superior. Pesquisa do doutorado está inserida na temática: Políticas Públicas de Ensino Superior e Migração pendular.

Stéphani Nunes Pompeo

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco (2023). Graduada em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Anhanguera- Uniderp (2017). Participou do ciclo Programa de Iniciação Científica – ciclo

2020 e Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Públicas da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

Thainy Gomes da Silva Santos

Graduanda em Direito na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, voltado para os temas de migração, refúgio e direitos humanos. Foi cofundadora e presidente da Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiado - LADIR (2019-2021). Estagiou no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - MPMS (2019-2020), atualmente estagiária da Defensoria Pública da União.

Valdery Ferreira Zotelli

Mestrando em Desenvolvimento Local no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da UCDB. Possui Licenciatura em História pela UCDB. Acadêmico do curso de Sociologia da Universidade Paulista (UNIP). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. Participa do Grupo de Pesquisa Cultura, Religiosidade e Saberes Locais do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Índice remissivo

A

acolhimento 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27,
29, 35, 36, 37, 112, 116, 120, 121, 122,
123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131,
132, 133, 134, 135, 151, 174, 183, 185,
186, 188, 191, 213, 214, 216, 219, 220,
222, 223, 224, 226, 227, 233, 266, 273,
274, 280, 282, 283, 284, 285, 297, 308,
311, 313, 314, 315, 321, 322, 337, 347,
348, 350, 365
ALEC 13, 366, 367, 370
antropológicos 354

C

casamento 31, 178, 220, 331
COMIGRAR 29
CONARE 18, 30, 41, 58, 121, 126, 346, 358
conflitos 17, 23, 25, 27, 28, 31, 35, 45,
117, 118, 119, 120, 122, 128, 195, 196,
213, 231, 232, 241, 269, 292, 307, 312,
316, 324, 327, 330, 331
conflitos econômicos 23
Covid-19 17, 29, 158, 159, 273
crianças 15, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 140, 144,
145, 148, 151, 180, 183, 185, 188, 193,
196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203,
204, 206, 207, 208, 209, 211, 257, 258,
260, 264, 265, 269
crise 15, 25, 26, 42, 58, 101, 115, 118,
119, 191, 252, 256, 269, 270, 281, 292,
331, 336, 337, 338, 339, 340, 343, 351,
353, 370
culturais 19, 20, 59, 99, 107, 108, 147,
149, 150, 179, 184, 185, 194, 195, 202,
203, 213, 223, 224, 225, 253, 255, 256,

260, 266, 272, 274, 275, 276, 281, 283,
291, 307, 313, 314, 322, 331, 346, 347,
349

D

desastres naturais 17, 31, 196, 292, 338
desigualdade 31, 108, 115, 168, 181, 182,
232, 236, 240, 248, 264, 307, 351, 361,
362, 366, 369, 371
desigualdade de gênero 31, 181
diferenças culturais 150, 184, 223, 347
direito 15, 19, 22, 24, 26, 27, 33, 34, 36,
40, 43, 48, 58, 59, 107, 108, 118, 119, 122,
128, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142,
143, 145, 147, 150, 151, 183, 185, 188,
193, 194, 196, 198, 199, 200, 203, 208,
209, 211, 214, 217, 218, 219, 221, 223,
227, 239, 241, 243, 247, 248, 255, 256,
261, 262, 267, 282, 293, 295, 296, 298,
302, 304, 332, 333, 334, 348, 349, 355,
356, 359, 360
direitos 13, 14, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 28,
31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45,
46, 47, 48, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 108, 112,
119, 121, 122, 125, 126, 129, 130, 131,
132, 133, 138, 141, 142, 143, 147, 149,
179, 183, 196, 198, 199, 202, 203, 204,
207, 209, 210, 211, 214, 223, 225, 227,
232, 233, 236, 239, 240, 244, 249, 255,
269, 276, 283, 289, 290, 292, 295, 300,
303, 304, 305, 311, 318, 320, 321, 322,
326, 328, 333, 344, 346, 348, 349, 351,
355, 356, 359, 360, 365, 373
direitos humanos 13, 14, 16, 17, 20, 24,
25, 26, 28, 31, 34, 36, 45, 46, 47, 48, 52,
58, 121, 138, 143, 149, 196, 210, 232, 236,

239, 249, 269, 283, 333, 351, 355, 356,
359, 360, 365, 373
discentes 19
docentes 19, 63, 66, 67, 84, 85, 91,
130, 164

E

ensino 13, 15, 20, 33, 34, 55, 111, 117,
118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 142,
144, 148, 149, 151, 155, 158, 161, 162,
164, 166, 168, 169, 170, 178, 184, 185,
186, 187, 189, 200, 201, 206, 207, 281,
282, 326, 327, 362, 364, 372
Ensino Superior 298, 299, 338, 372
estabilidade 232, 235, 242, 352
exclusão social 13, 14, 174, 233, 340, 351,
354, 358

F

formação 15, 16, 28, 31, 33, 55, 99,
103, 107, 112, 117, 124, 126, 130, 131,
132, 133, 135, 149, 150, 158, 160, 162,
166, 167, 179, 181, 183, 186, 187, 188,
201, 202, 207, 211, 238, 239, 259, 268,
274, 277, 299, 326, 327, 335, 346, 361,
370, 372

G

gênero 13, 25, 31, 148, 180, 181, 186,
187, 188, 189, 213, 277, 285, 323, 357,
366, 372
GEPEMPS 13, 16, 366, 367, 368, 369, 370,
371, 372
guerras 17, 27, 43, 122, 146, 195, 213,
274, 284, 293

H

haitianos 18, 41, 49, 51, 55, 110, 113, 207,
244, 245, 249, 250, 251, 268, 325, 327,
328, 335, 336, 338, 358

I

igualdade 107, 122, 138, 141, 151, 199,
200, 203, 281, 282, 283, 285, 304, 333,
334, 349
interculturalidade 21, 143, 186, 206, 233,
276, 368
interdisciplinar 17, 270
invisibilidade 322, 351, 360

L

legislação 25, 33, 36, 48, 49, 119, 121,
122, 268, 290, 296, 297, 302, 303, 337,
350, 360, 366
Leis 305, 356
Leis de proteção 356
liberdade 33, 48, 120, 121, 122, 128, 133,
141, 199, 200, 203, 239, 283, 332, 334,
337, 349, 355, 370
língua 15, 20, 116, 117, 118, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131, 132,
134, 135, 150, 184, 185, 186, 188,
189, 190, 200, 201, 203, 207, 224,
225, 233, 240, 274, 275, 277, 278,
283, 284, 285, 313, 338
linguísticas 20, 131, 133, 225, 233, 307

M

meio de comunicação 20, 124, 277
mercado de trabalho 15, 19, 20, 123, 127,
163, 164, 165, 208, 238, 264, 281, 291,
299, 305, 308, 313, 317, 319, 321, 323,
324, 325, 326, 327, 328, 332, 333, 334,
336, 338, 339, 340, 347, 348, 351, 357
migrações 13, 14, 17, 18, 57, 103, 146,
182, 188, 191, 211, 213, 233, 236, 242,
243, 244, 248, 269, 273, 274, 275, 276,
286, 287, 291, 292, 304, 307, 309, 323,
324, 329, 330, 332, 337, 339, 340, 343,
344, 365, 366, 369, 370
migrante 19, 24, 40, 60, 61, 62, 67, 73,
75, 77, 87, 89, 95, 117, 118, 119, 121,
122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129,

130, 131, 132, 133, 137, 138, 145, 147,
148, 149, 150, 162, 163, 167, 175, 177,
185, 186, 187, 188, 192, 196, 203, 205,
209, 211, 219, 223, 232, 233, 234, 236,
239, 240, 242, 247, 248, 253, 266, 272,
273, 274, 275, 276, 277, 280, 283, 284,
285, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296,
297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305,
307, 308, 310, 311, 313, 314, 317, 318,
319, 320, 321, 330, 333, 338, 339, 345,
348, 349
migrantes internacionais 20, 113, 224,
245, 250, 331, 344, 346, 347, 354, 356,
357, 358
mobilidade social 33
moradia 15, 123, 133, 142, 196, 197, 199,
226, 247, 264, 294, 303, 350, 351, 353
moradores de rua 344, 353, 354, 359

P

pandemia 17, 29, 30, 52, 54, 158, 159,
248, 340
perseguições 17, 119, 213, 249
pobreza 26, 31, 42, 195, 196, 223, 225,
231, 232, 244, 256, 263, 264, 267, 287,
294, 324, 330, 335, 340, 350, 351, 353
políticas migratórias 292, 347, 349
políticas públicas 13, 14, 17, 18, 19, 21,
23, 27, 35, 42, 49, 50, 55, 58, 122, 139,
147, 150, 174, 175, 182, 185, 187, 188,
193, 198, 213, 214, 215, 222, 228, 229,
239, 242, 244, 261, 262, 266, 270, 276,
285, 290, 291, 292, 298, 305, 308, 311,
323, 324, 331, 333, 336, 339, 353, 354,
356, 357, 358, 366, 367, 369
políticas sociais 19, 20, 21, 196, 209, 217,
304, 351, 357
propriedade 104, 108, 199, 203, 331,
334, 349
proteção 14, 22, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 33,
34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

50, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 119, 121, 123,
140, 142, 147, 148, 190, 197, 198, 199,
202, 213, 217, 226, 236, 247, 248, 249,
295, 297, 300, 346, 348, 354, 356, 360

R

racismo 42, 185, 229, 233, 337, 340, 349,
358
refugiados 15, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 26,
27, 28, 29, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 42,
44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54,
55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 95, 96, 116,
117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133,
134, 135, 142, 145, 146, 148, 149, 151,
175, 176, 183, 186, 190, 194, 211, 212,
213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222,
223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230,
232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239,
240, 241, 242, 244, 246, 247, 248, 249,
250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260,
261, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269,
270, 282, 307, 314, 315, 324, 327, 346,
355, 365
refúgio 15, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 27, 28,
29, 30, 33, 34, 36, 40, 41, 42, 43, 47, 48,
49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 118, 119,
121, 122, 123, 129, 135, 136, 148, 151,
207, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 227,
228, 235, 236, 239, 241, 242, 244, 248,
249, 250, 253, 260, 264, 266, 269, 270,
273, 287, 305, 330, 335, 346, 358, 369,
370, 373
religiosos 23, 260, 292, 314, 330

S

segurança 31, 32, 44, 119, 122, 142, 194,
197, 199, 203, 213, 214, 225, 226, 239,
249, 255, 257, 261, 262, 269, 283, 287,
295, 296, 311, 312, 316, 320, 331, 334,
347, 349, 350

sobrevivência 20, 120, 125, 133, 142, 161,
213, 249, 265, 290, 293, 304, 330, 331,
332, 338, 339, 351, 353

social 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 25, 26,
30, 31, 33, 42, 44, 47, 48, 50, 54, 61, 63,
70, 72, 77, 93, 98, 99, 100, 101, 104, 105,
107, 108, 112, 114, 115, 121, 124, 126,
128, 129, 133, 138, 139, 142, 143, 144,
145, 146, 147, 148, 150, 160, 164, 166,
168, 174, 190, 198, 199, 201, 202, 203,
207, 209, 215, 223, 227, 230, 232, 233,
235, 236, 237, 239, 240, 242, 244, 247,
250, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 264,
265, 266, 267, 268, 272, 273, 274, 275,
278, 280, 281, 282, 290, 291, 292, 298,
299, 307, 314, 316, 318, 319, 321, 324,
329, 330, 338, 340, 345, 351, 352, 353,
354, 355, 356, 357, 358, 361, 362, 366,
367, 369, 371

sociedade civil 29, 47, 54, 55, 121, 123,
127, 131, 132, 133, 174, 175, 188, 253,
263, 353, 357

sujeitos 17, 18, 20, 21, 24, 28, 98, 100,
132, 141, 188, 195, 202, 204, 207, 208,

210, 216, 240, 242, 258, 321, 322, 326,
327, 329, 338, 351

U

UCDB 13, 14, 23, 57, 98, 213, 288, 339,
361, 362, 366, 367, 368, 369, 370, 371,
372, 373

UNICEF 27, 30, 31, 37, 38, 63, 183, 191,
197, 198, 211, 254, 270

V

violação de direitos humanos 17, 25, 45,
47, 48, 52, 249

voluntários 40, 176, 315

vulnerabilidade 14, 20, 23, 26, 30, 31, 40,
121, 125, 126, 131, 166, 174, 183, 223,
238, 253, 254, 263, 265, 266, 267, 290,
308, 313, 314, 316, 320, 322, 346, 347,
351, 366

X

xenofobia 185, 296, 334, 337, 339, 340,
347, 348, 349, 358

www.pimentacultural.com

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS